

# ACÇÃO

Directão de Miguel Reale

Sigma - Jornales - Reunidos

ANNO III

SÃO PAULO, 7 DE OUTUBRO DE 1934

|| N. 1

## O Integralismo precisa de um milhão de eleitores!

O Chefe Nacional da Acção Integralista Brasileira vem de baixar uma directiva recomendendo o alistamento intenso de todos os "camisas-verdes" maiores de 18 annos. Todo o integralista tem pois um dever a cumprir: alistari-se ou incentivar o alistamento, se é eleitor.

Para maior facilidade dos alistandos da Capital, além do serviço que é feito directamente nos nucleos districtaes da A. I. B., funciona no centro da cidade, á rua Onze de Agosto, 64, 5.º andar, sala 26, um posto eleitoral, das 12 ás 17,30 horas, onde todo o serviço é feito gratuitamente, e com a maxima presteza, quer para os "camisas-verdes", quer para o povo em geral.

Se o leitor ainda não se alistou, não perca tempo: dirija-se ao posto eleitoral da Rua Onze de Agosto, 64, 5.º andar, sala 26, onde será atendido com sollicitude, encarregando-se o posto de todo o processo de inscrição e qualificação, inclusive do fornecimento gratuito das photographias.

1934,  
am  
ae  
cos  
vi-  
as-



## A POLITICA INTERNACIONAL SE ORIENTA NO SENTIDO DAS NOVAS IDEOLOGIAS



O fascismo italo-alemão contra o comunismo franco-russo. — O bloco Italia, Alemanha, Austria, Hungria, Rumania, Bulgaria e Polonia. — A Neutralidade Inglaterra, como sempre, sem posição definida.

### Commemorou o Seculo aniversario de Berlin - Hitler presta homenagem a Goebbels

BERLIM, 31 (P. S.). — Ao comemorar o 100.º aniversario do districto de Berlin, o chanceler de Weimar, Goebbels, prestou homenagem ao ministro da Propaganda, Goebbels, que o precedeu na tribuna.

## A REVOLUÇÃO DE MUSSOLINI para amparar as familias dos proletarios

# ACÇÃO

Entre outras medidas, ficou estabelecido o seguinte: preferencia aos trabalhadores com familias numerosas; salario familiar, seguros matrimoniaes, empréstimos aos jovens que se casam.

A democracia ingleza reconhece que a Alemanha de Hitler mais uma vez tem razão. A attitude alemã diante da Conferencia Internacional para tratar da questão das materias primas — A inclinação da S. D. N.

General Cavallotti recebeu...

A Corte de Appellação de Matto Grosso ameaçada

## MARCHA SOBRE ROMA

Em 28 de Outubro de 1922...

## JUSTIÇA SOCIAL Não ha extremismo da direita

PLINIO SALGADO

O CYCLO DA BARRICA

Pensamentos de Napoleão

Revolução Italiana

O Problema da assunção

"O desencanto do Brasil"

A chefia da Acção Integralista Brasileira de Pernambuco, em perfeita coherencia com a tradição integralista de acatamento ás autoridades e com a norma de acção que vem seguindo o Integralismo em todos os pontos, está a exercer dentro das luminosas e patrióticas directrices da sua ilocustão nacional, o manifesto de censura, hecicente aos camisas-verdes pernambucanos.

para a defesa Meridionalistas...



o. O seu...  
entregamento representa...

Que...  
interior...

**UNESP**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
**Faculdade de Filosofia e Ciências**

**JEFFERSON RODRIGUES BARBOSA**



**SOB A SOMBRA DO EIXO: CAMISAS-VERDES E  
O JORNAL INTEGRALISTA ACÇÃO (1936-1938).**

**Marília  
2007**

**JEFFERSON RODRIGUES BARBOSA**

**SOB A SOMBRA DO EIXO. CAMISAS-VERDES E O JORNAL  
INTEGRALISTA ACÇÃO (1936-1938).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências  
da Universidade Estadual Paulista.

**Orientador:** Dr. Francisco Luis Corsi

Marília  
2007

BARBOSA, Jefferson Rodrigues.

B238t Sob a sombra do Eixo. Camisas-verdes e o jornal integralista  
Acção (1936-1938). / Jefferson Rodrigues Barbosa. –  
Marília, 2007.

274f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade  
de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista,  
2007.

Bibliografia: f. 263-274

Orientador: Dr. Francisco Luis Corsi.

1. Integralismo. 2. Ciência Política. 3. Extrema Direita  
(Assunto). I. Autor. II. Título.

CDD

320.981

**JEFFERSON RODRIGUES BARBOSA**

**SOB A SOMBRA DO EIXO. CAMISAS-VERDES E O JORNAL  
INTEGRALISTA ACÇÃO (1936-1938).**

**BANCA EXAMINADORA:  
DEFESA**

---

Dr. Francisco Luis Corsi (Orientador)  
Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/Marília

---

Dr. João Fabio Bertonha  
Universidade Estadual de Maringá – UEM/Maringá / PR

---

Dr. Marcos Tadeu Del Roio  
Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/Marília

Marília, 14 de março de 2007.

**Aos combatentes da luta antifascista nas armas e nas letras,  
de décadas passadas e do presente.  
A apreensão sobre o futuro vem, sobretudo, sob a  
bandeira estadunidense.**

## **Agradecimentos**

A presente pesquisa foi possível através da colaboração de pessoas e instituições que deixaram sua marca nesta dissertação e que fizeram parte, entre o período de março de 2004 a março de 2007, da vivência na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília no curso de Mestrado em Ciências Sociais.

Em especial a orientação do Prof. Dr. Francisco Luis Corsi, que nesse período contribuiu para nortear a presente investigação e é referência de ética e coerência no nosso circuito acadêmico.

Os professores da banca de qualificação e defesa do mestrado; Dr. Marcos Del Roio e Dr. João Fábio Bertonha que solícitos merecem consideração, deixaram sua marca nesta investigação sobre a AIB e, enquanto intelectuais não perdem de vista o elementar; a visão crítica diante do contexto em que as seduções das exterioridades pairam sobre análises dos fenômenos políticos.

Aos professores do PPG em Ciências Sociais que contribuíram em minha formação e a CAPES que financiou esta pesquisa.

Afeto e consideração também aos colegas do curso de Mestrado em Ciências Sociais e, aos colegas de vivência universitária em Marília. Agradecimentos também a Karina de Albuquerque e Lilian pela arte gráfica e, para Ana Helena com amor fraterno pela companhia em terras do norte.

Para Ana Cristina palavras não bastam... amor define. Nossas conquistas, planos e sonhos caminharam lado a lado até hoje e assim será, pois sem você esses anos passados e os próximos não têm cor....

## LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1:** Notícia sobre a Guerra Civil Espanhola.
- Imagem 2:** Solenidade na Câmara Corporativa Portuguesa.
- Imagem 3:** Trecho da obra de Euclides da Cunha.
- Imagem 4:** Trecho da obra de Oliveira Vianna.
- Imagem 5:** Fotografia da primeira reunião para organização da SEP.
- Imagem 6:** Bandeira do Sigma.
- Imagem 7 e 8:** Gustavo Barroso e Miguel Reale. Líderes e teóricos da AIB.
- Imagem 9:** Primeira página do jornal *Acção* com o núcleo da AIB.
- Imagem 10:** Capa do número 43. Jornal *Acção*, 1936.
- Imagem 11:** Jornal *Acção*, 20 de agosto de 1937, a propaganda do suposto plano comunista
- Imagem 12:** Primeira página do jornal *Acção*, 1937. Um dia depois do Estado Novo.
- Imagem 13:** O Integralismo precisa de um milhão de eleitores!
- Imagem 14:** Capa do primeiro número do *Acção*.
- Imagem 14:** Imagem 14: Primeiro número do *Acção*.
- Imagem 15:** O Código de ética jornalística lançado no Congresso Nacional de Imprensa recebeu grande destaque no jornal *Acção*.
- Imagem 16:** Anúncio de um posto eleitoral da AIB.
- Imagem 17:** Primeira página de *Acção* de 15 de abril de 1937.
- Imagem 18:** Notícia sobre Carlos Prestes.
- Imagem 19:** “A todos os governadores e chefes municipais”.
- Imagem 20:** Discurso de Plínio Salgado.
- Imagem 21:** Cobertura sobre as comemorações dos 14 anos da Marcha sobre Roma.
- Imagem 22:** Reportagem Integralista favorável à Alemanha e Itália.
- Imagem 23:** “O eixo Roma-Berlim pela paz mundial”.
- Imagem 24:** Fascismo e Integralismo.
- Imagem 25:** Último número do jornal *Acção*.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do Eixo.** Camisas-verdes e o jornal integralista *Acção* (1936-1938). 2007. 274f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

### **Resumo**

A presente investigação busca analisar o jornal integralista *Acção* que circulou entre 1936 a 1938 em São Paulo como manifestação da ideologia integralista na interpretação de alguns aspectos da conjuntura política nacional e internacional do período. A coleção do jornal *Acção* é uma fonte importante para a análise dos valores preconizados pelos camisas-verdes, além dos livros escritos pelos teóricos da AIB, onde podem ser encontrados elementos ideológicos que evidenciam a compreensão da *Ação Integralista Brasileira* como manifestação nacional no contexto de ascensão da extrema direita como fenômeno político internacional.

Palavras-chave: ideologia – jornal *Acção* - extrema direita – política.

.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do Eixo**: os camisas-verdes e o jornal integralista *Acção*. 2007. 280f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

### **Abstract**

The present investigation intends to analyze the newspaper integralist “Acção” that circulated between 1936 to 1938 in São Paulo as manifestation of integralist ideology in the interpretation some aspects of national and international politics state of period. The collection of Action is an important source to analyses of the advocated values for the “camisas-verdes” (green shirt people), beyond the written books by theoretical of AIB, where can be wet ideological elements that show up the understanding of Brazilian Integralist Action as national manifestation in the context of rising of the right extreme as international politics phenomenon.

Keywords: ideology; Newspaper action; Right extreme – Politics.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I: O ESPECTRO DA CRISE NA “ERA DOS EXTREMOS”.</b>	
1.1 O espectro da crise: contexto internacional.....	18
1.2 A América Latina e o espectro da crise: contexto nacional.....	42
1.3 Pensamento Conservador, imprensa e propaganda política: influências da AIB.....	51
<b>CAPÍTULO II: A GÊNESE DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA.</b>	
2.1 Fundação e organização da AIB: de movimento político a Partido político legal.....	70
2.2 O Plano Cohen.....	88
2.3 Elementos para uma investigação a respeito do caráter ideológico do integralismo.....	95
<b>CAPÍTULO III: O JORNAL ACÇÃO.</b>	
3.1A imprensa Integralista.....	107
3.2 O jornal <i>Acção</i> .....	113
3.3 O <i>Acção</i> e o governo Vargas. Da campanha às eleições presidenciais do golpe do Estado Novo.....	124
3.3.1 Oscilações no posicionamento sobre o Governo Vargas e sobre as eleições.....	124
3.3.2 A divulgação do golpe comunista.....	131
3.3.3 Depois do Golpe do Estado Novo.....	148
3.4 O <i>Acção</i> e o projeto político e econômico do Estado Integral.....	151
3.4.1 Corporativismo e latifúndio.....	151
3.4.2 Pequena propriedade e policultura.....	153
3.4.3 Dívida externa, nacionalização dos setores estratégicos, livre concorrência e industrialização.....	158
3.5 O <i>Acção</i> e a questão da cobertura da conjuntura política internacional.....	163
3.5.1 Itália e Alemanha.....	164
3.5.2 Espanha, Portugal, França, Áustria e Inglaterra.....	172
3.5.3 A extrema direita na América Latina.....	175
3.5.4 O repúdio ao anti-fascismo e a tentativa de desvincular a AIB de comparações com a extrema direita europeia após o golpe do Estado Novo.....	181

**CAPÍTULO IV: APONTAMENTOS SOBRE O DEBATE CONCEITUAL A RESPEITO DO CARÁTER IDEOLÓGICO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA.**

4.1 O labirinto historiográfico do fascismo.....	186
4.2 A polêmica sobre o caráter ideológico da AIB.....	205
4.3 Autoritarismo e extremismo de direita: a questão da mobilização política.....	213
4.4 A debilidade argumentativa como uma das marcas distintivas das ideologias de extrema direita.....	223
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>231</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>243</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>263</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>270</b>

# A POLITICA INTERNACIONAL SE ORIENTA NO SENTIDO DAS NOVAS IDEOLOGIAS



HITLER, EXPRESSÃO DA NOVA EUROPA

O fascismo italo-alemão contra o communismo franco-russo. — O bloco Italia, Alemanha, Austria, Hungria, Rumania, Bulgaria e Polonia. — A liberal Inglaterra, como sempre, sem posição definida

ROMA, 31 (Serviço Exclusivo da "Agencia Drauffera") — O jornal "La Tribuna", publica hoje um interessante artigo editorial sobre os resultados praticos da ultima visita ao Reich feita pelo ministro das Relações Exteriores, o conde Galeazzo Ciano. O titulo do artigo é: "Bloco Central", alludido a bloco militar na Europa Central do qual

deverão fazer parte a Italia, a Alemanha, a Austria, a Hungria, a Rumania, a Bulgaria e finalmente a Polonia. O articulista italiano, que assigna com o pseudonymo de "Helmuth", lembra opportunamente, que durante as ultimas semanas se trocára de visitas e de amabilidade diplomáticas entre Roma e Ber-

(CONTINUA NA 2ª PAGINA)

## Commemorado o decimo anniversario de Berlim - Hitler presta homenagem a Goebbels

BERLIM, 31 (H.) — As commemorações do 10.º anniversario do districto nazista de Berlim encerraram-se com significativa homenagem ao ministro da Propaganda, sr. Goebbels, "homem que conquistou Berlim á vermelha".

O proprio chancellor Hitler, presente á cerimonia, fez o elogio do titular da Propaganda, evocando a importante missão que confiara ao lugar-tenente e convidando o auditorio, vibrante de entusiasmo, a festejar o homem que, "apesar de todos os obstaculos, vencera todos os adversarios na capital do Reich".

Nos circulos politicos observa-se que o triumpho pessoal do sr. Goebbels, para o qual contribuiu o proprio "Fuehrer", depois do discurso com que o general Goering tomou posse de suas novas funcções, mostra a decisão do chancellor do Reich de fazer plena justiça aos seus fieis companheiros.

**INTRODUÇÃO.**

O debate a respeito do caráter da ideologia formulada por Plínio Salgado recebeu durante a década de 1970 as suas mais significativas contribuições por parte de cientistas sociais, filósofos e historiadores que sob a tutela militar levaram a frente investigações em busca da compreensão da tradição autoritária do Estado Burguês da história política do Brasil.

A discussão comum entre parte dos autores abordados na presente pesquisa relaciona-se a indagação sobre a existência de condições sociais, políticas, culturais e econômicas para que na América Latina surgissem movimentos ou partidos políticos de caráter fascista. E, as explicações embasadas na tese do mimetismo ideológico foram algumas das perspectivas analíticas produzidas dentro dos debates sobre a política nacional do início do século XX.

Questionamentos sobre as possibilidades de condições históricas favoráveis para o surgimento de um movimento de caráter fascista no Brasil inauguraram o debate acadêmico nacional sobre a Ação Integralista Brasileira. Assim como, a temática central desse debate polêmico foi o caráter fascista ou não fascista atribuído aos integralistas. Polêmica esta que se inicia com os trabalhos de Trindade (1974) e Chasin (1978) e perdura nas três décadas de produção de estudos sobre os camisas-verdes.

O surgimento da AIB no cenário nacional da década de 30, em sua complexidade, não pode ser desvinculado das transformações de caráter político, econômico e social, geradas a partir das primeiras décadas do século XX, no sistema internacional do capital e, na sua relação com os padrões culturais brasileiros em transição.

O contexto histórico do período confirma a perspectiva de Poulantzas (1971) na consideração dos processos de fascistização como um fenômeno de crise. E, a influência da popularização dos meios de comunicação como o rádio e a imprensa na “era dos extremos”, segundo Hobsbawm (1997), rompem os limites do espaço público e privado possibilitando a repercussão de propagandas políticas nacionalistas que apresentavam novos projetos de Estado diante da falência do modelo liberal e da ameaça do comunismo.

Os debates e os temas então em voga na imprensa e as profundas transformações que o país atravessava marcam a década de 30 como uma fase de transição no processo histórico brasileiro, como afirma Trindade (1974). Possibilitando a interpretação de que a ideologia integralista encontrou um caminho propício para a aceitabilidade de suas

propostas de organização política devido ao contexto de instabilidade social, política e econômica vigente na década de 30.

Sobre uma possível acusação, de que a AIB como mero reflexo dos movimentos extremistas da Europa, se utilizava do referencial ideológico de seus congêneres, sejam eles alemães ou italianos, para justificar o seu projeto político como cópia mimética, é importante reafirmar o que não é novidade sobre o tema. Os ideólogos da AIB, aqueles que escreviam livros e artigos, nos jornais e revistas da imprensa integralista se utilizaram de um referencial teórico brasileiro respeitado na época como Alberto Torres, Oliveira Vianna, J. Figueiredo e Euclides da Cunha. E, buscamos salientar esses elementos presentes nos artigos do jornal *Acção*.

As transformações políticas e econômicas e as influências dos meios de comunicação compunham um cenário de certas ideologias que se propunham como uma alternativa ao capitalismo liberal e ao comunismo. Ideologias que aqui encontraram receptividade devido à tradição de pensamento autoritário que aqui começa a se cristalizar com os críticos da Carta Constitucional de 1889.

Na perspectiva de direcionar esta investigação na “gênese e na função social das ideologias”, como já afirmou Chasin (1978), são ressaltados alguns aspectos das influências dos debates intelectuais entre os conservadores no Brasil, desde o início da República até a década de 30.

Identificada a relação entre pensamento conservador e os intelectuais autoritários portadores do que Lamounier denominou de “ideologia de Estado”, porém foi suscitada a indagação sobre a polêmica conceitual sobre o caráter ideológico da AIB. Fascismo? Totalitarismo? Autoritarismo? Como situar o integralismo de forma adequada entre os conceitos das ciências sociais.

Saliento que esta não é essencialmente uma pesquisa sobre teoria política. E, a discussão das chamadas teorias do fascismo, onde a questão da extrema-direita deve ser tratada, sobretudo por seu complexo caráter teórico, merece uma investigação de maior fôlego. Não há pretensão aqui aprofundar, menos ainda explicar um modelo teórico do conceito de extrema-direita.

Tema controvertido, muito falado no meio jornalístico e, pouco explicado, a expressão é retomada nos dias atuais pela divulgação na imprensa de várias manifestações da extrema direita internacional, principalmente na França e Áustria.

A extrema-direita enquanto fenômeno que não ficou restrito ao período entreguerras é retomado na contemporaneidade como conceito acadêmico para situar

manifestações políticas diversas que não podem ser entendidas sobre a definição genérica de fascismos.

Como critério para compreensão dos fenômenos políticos que se apresentaram historicamente enquanto regime de Estado intervencionista no início do século XX, a concepção de extrema direita proporciona um quadro de análise para movimentos e partidos políticos que, em suas manifestações nacionais diversas, além das fronteiras da Europa, apresentavam configurações políticas de traços diversos, marcados, entretanto, por elementos ideológicos aproximados.

Avessa às concepções de representação e soberania popular esses projetos políticos na essência tinham como elementos comuns; a manutenção da lógica proprietária e do corporativismo sob as bandeiras dos discursos nacionalistas em oposição ao liberalismo e ao comunismo.

Tempos cruciais de uma rearticulação nos bastidores do poder para a continuidade de Getúlio Vargas, foi o final da década de 30, concretizado com o golpe do Estado Novo com a colaboração dos integralistas para sua efetivação.

No cenário internacional de disputas de tendências ideológicas antagônicas a AIB através de sua imprensa se posicionava apologeticamente diante dos avanços do Eixo Roma–Berlín, assim como, das manifestações de movimentos de extrema direita na Europa e na América Latina.

Através das páginas do jornal *Acção*, que circulou na cidade de São Paulo entre 1936 a 1938 a proposta foi evidenciar temas relacionados aos elementos ideológicos da interpretação integralista dos assuntos relacionados à conjuntura nacional e internacional no seu período de publicação.

A pesquisa objetivou cobrir os quatrocentos e sessenta e nove números do *Acção*, disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, onde foram selecionadas cópias da coleção completa do jornal que através de material digitalizado proporcionou imagens originais do jornal *Acção* que parcialmente aqui são reproduzidas.

O jornal *Acção* foi escolhido como fonte documental. Enquanto diário paulista da AIB, exercia sua propaganda política numa das cidades de peso eleitoral mais representativo no contexto da tentativa da campanha eleitoral integralista para a eleição presidencial que seria realizada em 1938.

Nas análises da conjuntura política nacional do jornal *Acção*, o objetivo foi compreender como a AIB se posicionava, através do diário, a respeito do problema da sucessão presidencial que deveria ocorrer no início de 1938. O *Acção* apresentava

oscilações nos artigos que tratavam das intenções eleitorais dos integralistas, que tinham Plínio Salgado como candidato a presidente da República.

Nas entrelinhas do Acção ficam em evidencia as mudanças de posicionamentos dos líderes da AIB. Desde a candidatura de Plínio Salgado para a Presidência da República, até o esvaziamento da campanha eleitoral dos integralistas e através de sua imprensa, com a contribuição integralista na divulgação de uma suposta invasão dos comunistas no Brasil legitimando o golpe do Estado Novo.

Na análise do jornal Acção, que estava sob a direção de Miguel Reale, o intuito foi também levantar elementos e aspectos do projeto do Estado Integral de Reale e Barroso e, nesse aspecto, foram constatados também elementos da visão do projeto do Estado Integral, além das formulações do chefe nacional Plínio Salgado.

Na análise dos artigos do Acção a perspectiva foi também captar o posicionamento do periódico paulista da AIB sobre a Alemanha, a Itália, Portugal e Espanha, assim como, artigos referentes aos movimentos e partidos ideologicamente congêneres ao integralismo. Ficando explícito a apologia dos comentários do jornal às novas ideologias e regimes em ascensão na Europa. Foram salientados esses elementos neste estudo do diário paulista da AIB, pois refletem como os teóricos da AIB divulgavam através de sua imprensa a análise sob a ótica integralista dos fatos e acontecimentos no cenário nacional e internacional do período.

O posicionamento ideológico da imprensa integralista e, em específico do jornal Acção, era fundamentado na perspectiva, a defesa da propriedade privada, a defesa da lógica proprietária, para um projeto político anticomunista, e antiliberal portador de um nacionalismo exacerbado.

E, assim como, no discurso dos seus congêneres a imprensa integralista apresentava-se como portadora de um projeto alternativo entre a tradição liberal-democrática e o comunismo. Porém, no aspecto de seu modo de produção esse projeto político e econômico da AIB ressaltados através das notícias do jornal Acção não era anticapitalista.

Avesso ao sufrágio e aos partidos, rompendo com os paradigmas do liberalismo democrático, por uma via de um Estado forte e centralizado o projeto do Estado Integral não rompia, nos conteúdos dos artigos analisados nessa pesquisa, com o modo de produção característico do ocidente.

A onda fascistizante que assolou o ocidente na denominada “era dos extremos”, não reclamou para sua legitimação um único modelo ideológico. As manifestações

nacionais de movimentos e partidos de extrema direita fundamentaram seus princípios ideológicos também na sua própria tradição de pensamento social. Porém, em seus projetos políticos e opções de desenvolvimento econômico possuíam um elemento comum. A defesa da lógica proprietária sob um modelo organizacional corporativista e nacionalista.

A relação entre capitalismo e fascismo é complexa, pois o aprofundamento do sistema do capital por vias extremadas rompendo com os paradigmas do liberalismo democrático é reflexo da crise do sistema econômico mundial expressado em seu auge com os reflexos da crise de 29 em todo o mundo. Mas os fenômenos extremistas de direita em suas manifestações históricas e nacionais no início do século XX não são simplesmente reflexos de um mimetismo.

Arendt (1989) analisou os mecanismos dos processos econômicos que se conjugam com fatores de organização social, política e com determinadas concepções de mundo peculiares a certos grupos dominantes. Pois, para aqueles que buscavam novos mercados baseando-se no espaço vital para hegemonia da raça pura, nas glórias das conquistas do Império Romano ou num Brasil espiritualista cristão purificado dos vícios materialistas e cosmopolitas para legitimar caminho da dominação, tinham eles um elemento em comum, ambos eram expansionistas.

O imperialismo traz consigo a idéia de que o homem deve estar consciente da inevitabilidade da auto-expansão da riqueza dentro e fora das fronteiras nacionais. E essa expansão não poderia se dar num vazio social, pois as políticas dos respectivos países imperialistas só poderiam realizar-se com agentes sociais que levassem a mesma adiante.

As transformações ocorridas na Alemanha e Itália foram resultados de um movimento social e político que não encontrava mais sentido nos pressupostos do Direito Natural Moderno. Onde o Estado deixou de ser a garantia dos direitos sociais, os extratos sociais mais afligidos juntos com a burocracia e os militares, passaram a ser o instrumento da economia em expansão. A situação de fragilidade das nações ocidentais, após a crise do modelo democrático-burguês transforma a ajuda externa em instrumento de dominação e coloca todos os países da periferia do sistema em situação de dependência. Com a crise do modelo societal dos Estados liberais-democráticos e a expansão da URSS, configuram-se o contexto favorável para novos projetos políticos imperialistas. Surge então uma nova etapa da política mundial, com a ascensão de novas

ideologias políticas, que articulam em seus modelos de Estado concepções de uma tradição de pensamento conservador que pairava na Europa desde o final do século XIX, em oposição à tríade liberalismo e socialismo.

A aversão ao sistema de reprodução do capital sob as bases do liberalismo e o repúdio da possibilidade de ameaça de um sistema econômico que não se baseava na lógica proprietária deveria ser superada por uma proposta política antagonista. Nesse sentido o expansionismo americano e soviético foi confrontado pelo projeto imperialista dos regimes de extrema direita.

As formas como as ideologias de Estado intervencionista se manifestaram na periferia do sistema capitalista internacional e, em alguns casos, se concretizaram em experiências partidárias não podem ser desvinculadas do contexto de crise do modelo liberal em todo o ocidente, e da oposição às tendências de esquerda. Assim como, da tradição de pensamento conservador existente nos países fora da Europa.

O nacionalismo exacerbado, mobilização política, a organização corporativa e o culto ao líder eram elementos desses novos projetos políticos e, são elos que uniam movimentos, partidos e regimes que sob a órbita da Itália e Alemanha proporcionaram uma nova correlação de forças entre a tríade liberalismo e comunismo. Esses componentes ideológicos são fundamentais na construção de um quadro de análise para a caracterização das experiências de extrema direita enquanto fenômeno político no início do século XX.

Na disputa entre os três imperialismos, o Eixo Roma-Berlin proporcionou uma nova correlação de forças na busca pela hegemonia política diante da crise do Bloco Histórico do início do século XX. E essa disputa se refletiu na conjuntura política dos países que compunham a periferia do sistema capitalista internacional. Movimentos e partidos nacionalistas de extrema direita do ocidente sob a órbita das novas ideologias em voga na Europa buscavam se apresentar como a solução entre as propostas políticas tradicionais de suas respectivas realidades nacionais.

Como manifestação desse fenômeno político, que marcou o período em questão, a Ação Integralista Brasileira, também se propunha a efetivar um projeto político de Estado que defendia a manutenção da lógica proprietária, seguindo uma proposta política e econômica de organização corporativista que privilegiava o primeiro setor, estruturado num modelo de pequena propriedade rural baseado na policultura, desenvolvendo o potencial agrícola nacional, como já apontou a tese de Chasin (1978), e que verificamos nas páginas do jornal Ação.

O discurso dos camisas-verdes tinha como proposta um projeto de Estado que apresentava como pressuposto de seu funcionamento a mobilização social intensa como proposta que buscava romper os limites entre a dimensão pública e privada na socialização ideológica sob a égide do Sigma.

A perspectiva que norteadora desta pesquisa visualiza a imprensa política integralista como a mais representativa expressão do extremismo de direita nacional na década de 30, numa conjuntura histórica de ascensão de concepções políticas radicais, que visavam conter os avanços do movimento operário no ocidente, se apresentado no sentido econômico, como alternativa de Estado intervencionista para acumulação do capital entre o liberalismo e comunismo.

A análise de aspectos da ideologia e da propaganda política integralista através de uma das publicações do “Sigma - Jornais Reunidos”, o consórcio de 88 jornais que compunham a imprensa integralista, nos possibilitou adentrarmos num dos possíveis caminhos do estudo do caráter ideológico da AIB através da análise do jornal Acção.

O impacto gerado pelas conjunturas de um período entre guerras no Brasil com a presença de diversas formas de manifestações críticas ao liberalismo e ao comunismo possibilitou a ampliação e a divulgação de idéias, organizações e partidos com propostas e métodos caracterizados pelo extremismo político. E, a imprensa do período foi o instrumento polifônico das novas ideologias e propostas que enalteciam o nacionalismo exacerbado como legitimação para um projeto de Estado para o Brasil.

# A REVOLUÇÃO DE MUSSOLINI para amparar as famílias dos proletários

## Entre outras medidas, ficou estabelecido o seguinte: preferência aos trabalhadores com famílias numerosas; salário familiar, seguros matrimoniaes, empréstimos aos jovens que se casam

DIRECCÃO DE MIGUEL REALE SIGMA-JORNAL-REUNIDOS

ANO I | Quinta-feira, 4 de Maio de 1937 | N. 131

### A democracia ingleza reconhece que a Alemanha de Hitler mais uma vez tem razão

#### A atitude alemã diante da Conferência Internacional para tratar da questão das matérias primas -- A ineficiência da S. D. N.

A "TRUSTEES ASSOCIATION" DO LONDRES

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

### O General Newton Carateani recebeu ordens de vir com urgência para Casparya

RECIFE, 4 (BAND). — O gal. Newton Cavalanti, que recebeu ordens do Min. da Guerra para ocupar imediatamente o novo commando para que foi designado em Casparya, no Estado de S. Paulo, sem esperar seu subúrbio, arriá honrando hoje com um laço verde de despedida. A despedida pelo governador do Estado, detendo em seguida sua Capital.

### AS IMPORTANTES DECISÕES DO CONSELHO FASCISTA

ROMA, 4 (H). — A ordem do dia apresentada pelo Grande Conselho Fascista declara:

- 1.º — O Grande Conselho do Fascio, depois de examinar a situação demográfica do país, resolve:
- 2.º — O Grande Conselho do Fascio, depois de examinar a situação demográfica do país, resolve:
- 3.º — O Grande Conselho do Fascio, depois de examinar a situação demográfica do país, resolve:
- 4.º — O Grande Conselho do Fascio, depois de examinar a situação demográfica do país, resolve:
- 5.º — O Grande Conselho do Fascio, depois de examinar a situação demográfica do país, resolve:

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

### A Côrte de Appellação de Matto Grosso ameaçada

O julgamento do mandado de segurança requerido pelo Governador do Estado está correndo cheio de incidentes — Populares exaltados perturbando a ordem no recinto

### Leiam a ACCÇÃO

O Gal. Almerio de Moura esteve conferenciando com o Ministro da Guerra e o Chefe de Polícia

### Vereador mineiro que renunciou, illudido

Um vereador mineiro que renunciou ao cargo de vereador, depois de ter sido eleito, foi illudido por um grupo de amigos que lhe fizeram acreditar que a renúncia não era necessária.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

## CAPÍTULO I

# O ESPECTRO DA CRISE NA "ERA DOS EXTREMOS".

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão. Quando se trata de matérias primas, a Alemanha reconhece que a Inglaterra tem razão.

## **1.1 O espectro da crise: contexto internacional.**

A Europa presencia no período situado entre as duas guerras mundiais, a gênese e o desenvolvimento de um novo fenômeno político-ideológico que visa organizar as sociedades e os Estados nacionais em bases intervencionistas e mobilizadoras sob a égide do extremismo político de direita.

É direta a relação dos fenômenos de extremismo político com a crise e descrença do liberalismo e da corrida imperialista. O contexto de disputas territoriais e da corrida armamentista do Neo-colonialismo ou Imperialismo, propiciaram o que Gramsci denominou de Crise do Bloco Histórico.

Nessas décadas, configuraram-se internacionalmente novas rearticulações de forças políticas em busca da hegemonia. E, o processo de modernização engendrado por um modelo de Estado Intervencionista é experimentado em experiências nacionais diversas, nesse contexto, novas ideologias nacionalistas surgem como oposição ao descrédito nas democracias liberais e a ascensão russa.

A “ordem” do sistema capitalista defendida pelos Estados Nacionais hegemônicos na Europa e na América do Norte, após a Primeira Guerra, sofre uma mudança substantiva com a inevitabilidade da hegemonia dos Estados Unidos colocando sob sua esfera de influência o ocidente.

O bloco ocidental em 1917, diante das mazelas oriundas das contradições do imperialismo, assiste o caráter “inquestionável” do sistema liberal sendo colocado em xeque e presencia uma alternativa histórica diante da emergência da Revolução Russa.

Na década seguinte, a Itália é o cenário da implantação do regime de Estado corporativo fascista. A crise se propaga, e na Europa, América e Ásia emergem movimentos e partidos políticos acirrando a disputa entre tendências ideológicas e projetos e regimes de Estado de bases intervencionistas e mobilizadoras.

O Fascismo surge como regime de Estado Intervencionista, um Estado de exceção. Segundo Poulantzas (1971), é precisamente o espectro da crise política que corresponde o advento do Fascismo.

A gênese de muitas concepções políticas extremistas de direita, na América latina, como a ideologia integralista, reflete também o debate intelectual conservador no contexto de crise do bloco histórico que explode no Ocidente e se expande por outros países entre a segunda metade do século XIX<sup>1</sup> e a primeira metade do século XX.

Na Europa o avanço das tendências socialistas, o perigo dos grupos anarquistas e a oposição contra aos valores do catolicismo influenciaram no posicionamento de intelectuais conservadores, que identificavam as conseqüências da crise às deficiências da tradição liberal-democrática. Estes encontraram nos ex-combatentes da Primeira Guerra os componentes que formariam as fileiras dos militantes, alienados nos valores de um nacionalismo de Estado. Juntamente com os ex-combatentes as classes médias aderiram às novas propostas políticas que refletiam uma releitura da tradição intelectual conservadora através de uma nova proposta de projeto de Estado.

Esse antimodernismo católico travejou a ideologia contra-revolucionária defendida após 1789, no refluxo das Restaurações, e exasperada contra os movimentos políticos antireligiosos burgueses ou proletários, sobretudo após 1848. O espectro de Maquiavel foi identificado, pelos defensores da Ordem católica, com os ideais da Revolução Francesa, um poder essencialmente diabólico *porque* contrário aos ensinamentos da Igreja. Esses tema será repetido até a monotonia pelos teóricos antiburgueses e românticos, como Burke, Lammenais, De Maistre, Donoso Cortês, De Bonald, Comte, Novalis, Schelling. Este juízo inapelável propagou-se até inícios do século XX, lastreando, por exemplo, as construções decisionistas do direito em

---

<sup>1</sup>Segundo Mussolini, “o movimento é tudo”. No entanto, para além desta afirmação aparentemente negadora da reflexão teórica, teve o fascismo um importante embasamento teórico e historiográfico. Surgindo na contramão da sociedade liberal, o fascismo inspirou-se originariamente na reflexão atiluminista na Europa do século XIX. É conhecida, por exemplo, a admiração de Hitler por Leopold von Ranke, historiador e político alemão, contemporâneo da hegemonia liberal-democrática do século XIX e para quem “tudo que a Alemanha fez de bom até hoje, fê-lo contra a França”. Depreende-se desta frase a defesa de uma histórica posição alemã, sobretudo ao que representaram os acontecimentos na França para a sociedade europeia do século XIX – em especial no que ela tinha de ruptura com o passado e a tradição. Apesar do apego à tradição que permeava todo o combate a utopia liberal o fascismo também se apresentava como corrente moderna, ainda que sua modernidade devesse ser combinada com valores tradicionais. Porém, o projeto moderno do fascismo, como de resto de quase todos os modelos autoritários do entreguerras, ensejava o resgate do passado como um momento da modernidade. Nesse sentido, modernidade assemelhava-se a ordem, a vocação do Estado e a estabilidade construída com a unidade das classes. Ao contrário, a herança iluminista era vista como significado da desordem, da vocação do mercado e da permanente instabilidade provocada pelo egoísmo individualista. MARTINHO, Francisco Carlos. *Historiografia do fascismo*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p. 249.

Carl Schmitt, que toma aqueles pensadores como modelos para suas justificações do nazismo<sup>2</sup>.

O contexto de crise política e também econômica se alastra por diversos países ligados pela cadeia imperialista e as manifestações políticas de movimentos e partidos defensores de um arcabouço ideológico aproximado ao funesto congêneres italiano se propagam. Contudo seus projetos político-ideológicos de Estado apresentam distinções em suas idéias e propostas, relacionadas às singularidades de cada formação nacional.

As manifestações de propostas de extremismo político de direita se apresentaram na década de 30 como parte de um novo fenômeno político entre as ideologias de partidos da direita liberal ou das propostas de Estado comunista. Nesse contexto a hegemonia das potências ocidentais é ameaçada pela nova rearticulação de forças sob a égide do Eixo potencializando a crise do bloco histórico.

O início do século XX interpretado como a “Era dos Extremos” (HOBSBAWN, 1995) foi também um período marcado para alguns países latino-americanos por novas conjunturas políticas, e econômicas.

No Brasil, a imprensa é o canal de popularização de um acirrado debate acerca da necessidade de um projeto de Estado genuinamente nacional para conter o espectro da crise que assolava Estados nacionais no início do século XX. Nesse período, a imprensa através do jornalismo político inaugurava uma nova fase de popularização e debate da conjuntura política nacional e internacional, trazendo ao público o debate sobre os grandes acontecimentos no Brasil e no exterior.

A imprensa moderna abriu espaço através da propaganda política para a disputa de projetos de Estado que se propunham a superar as deficiências do liberalismo e comunismo. Segundo Trindade, (1974, p. 108), a “convergência ideológica antiliberal e anticomunista da direita” manifestava-se igualmente pelo surgimento, nos meios universitários e intelectuais do Rio e São Paulo, de alguns “periódicos cujos dirigentes e colaboradores eram simpatizantes ou engajados em movimentos de extrema-direita”.

O Fato é como apontaram algumas obras sobre a década de 30, que no clima de radicalização ideológica em escala internacional, repercutiu também nas periferias do

---

<sup>2</sup> ROMANO, Roberto. **Conservadorismo Romântico**: origem do totalitarismo. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p.15-16. Para um estudo sobre a influência do pensamento conservador europeu nos projetos políticos autoritários e extremistas de direita a obra de Roberto Romano é fundamental.

sistema do capital (TRINDADE, 1974; CARONE, 1978; CHASIN, 1978). E, a imprensa e o jornalismo político das primeiras décadas do século XX, como fonte investigativa, possibilitam a análise sobre o embate ideológico do período.

A investigação do debate nacionalista entre os intelectuais brasileiros é de suma importância para a compreensão das ideologias e dos movimentos políticos que atuaram na primeira metade do século XX no país como a ideologia da Ação Integralista Brasileira (AIB).

A influência do pensamento europeu que exerceu hegemonia entre as elites intelectuais no Brasil que, segundo Trindade (1974), sofre uma "mutação ideológica" caracterizada por um enfoque sociológico com influências do positivismo e do evolucionismo social, porém buscando interpretações genuinamente nacionais. E, os reflexos do debate intelectual conservador da Europa e a ascensão de regimes nacionalistas de Estados Intervencionistas, proporcionaram desde a Primeira República, o surgimento de tendências nacionalistas críticas ao comunismo e ao modelo liberal democrático de Estado.

Os fenômenos políticos de extrema direita emergem no contexto histórico da fase imperialista do capitalismo monopolista<sup>3</sup>. O imperialismo considerado como etapa

---

<sup>3</sup> A expressão imperialismo, embora muitas vezes empregada em sentido amplo, é recente e possui um significado histórico-conceitual preciso. Foi cunhada na década de 1870 para designar a política do primeiro-ministro britânico Disraeli, mas adquiri um conteúdo científico em 1902, com publicação do livro *Imperialismo*, do economista inglês Hobson, que definiu como fenômeno de fundo econômico. O grande clássico, contudo foi a obra escrita por Lênin durante a Primeira Guerra Mundial "Imperialismo, fase superior do capitalismo", na qual o revolucionário russo identifica como força motriz desse fenômeno a necessidade de expansão econômica das potências capitalistas, particularmente a exportação de capitais. Isto o diferencia das anteriores fases do colonialismo, baseadas predominantemente no comércio.

Historicamente, o imperialismo configurou-se nas décadas finais do século XIX com as alterações político-diplomáticas decorrentes da unificação alemã e com o desencadeamento da Segunda Revolução Industrial, de tendências oligopolistas e hegemonizado pelo capital financeiro. No quadro das crescentes rivalidades entre as potências européias, foi procedida uma verdadeira partilha do mundo entre elas, o Japão e, numa perspectiva um pouco diferente, os Estados Unidos. O modelo de tal processo foi a Conferência de Berlim, que em 1885 procedeu à repartição da África. O imperialismo na fase que vai até a Segunda Guerra Mundial não se associou exclusivamente ao modelo dos impérios coloniais recriados pela Europa, como também os nexos informais existentes, por exemplo, entre os EUA e América Latina, ou em relação aos Estados ditos "semicoloniais".

Ideologicamente, o imperialismo embasou-se nas políticas de força dos Estados após as unificações italo-alemãs, na "vontade de potência" de Nietzsche e na "luta pela existência" que fundamentava filosoficamente o darwinismo social. Num mundo de crescente competição, a supremacia dos brancos afirmava-se como uma missão histórica civilizatória natural sobre os povos "atrasados" [...].

O imperialismo unificou o mundo em torno da economia capitalista e que expandiu em modo de vida e as técnicas Ocidentais em escala planetária, subjulgando e as vezes eliminando povos inteiros. Os processos históricos autônomos foram subjulgados ao Atlântico norte, embora a competição inerente ao imperialismo tenha tido como resultado justamente as devastadora as guerras mundiais. [...].

do sistema internacional do capital não é simplesmente um fenômeno econômico, pois não se limita a modificações que afetam somente o domínio econômico e, segundo Poulantzas (1971), propiciam uma nova articulação do conjunto do sistema capitalista, com modificações profundas da política e da ideologia.

As modificações do papel do Estado afetam cada formação social nacional e as relações sociais em escala internacional e, a análise da ascensão dos projetos políticos de extrema direita está intrinsecamente relacionada a novos projetos políticos de transição para a efetivação de um modelo capitalista monopolista de Estado.

No contexto histórico do início do século XX o espectro da crise se propaga entre os elos da cadeia imperialista e as turbulências do período entreguerras proporcionam uma conjuntura favorável ao fortalecimento do papel do Estado.

Os Estados Unidos foram os que mais se beneficiaram, com a Primeira Guerra Mundial. Como os americanos do norte só começaram a participar das ações bélicas a partir de 1918, tiveram poucos mortos e feridos, em comparação aos outros países beligerantes e os ganhos durante a guerra e imediatamente após, foram grandes. Quase toda a indenização paga pela Alemanha aos Aliados (França e Inglaterra) foi transferida para os Estados Unidos, como pagamento de juros dos empréstimos e das dívidas das compras feitas durante a Guerra. Esse contexto fez com que a indústria e a agricultura americana alcançassem altos índices de crescimento. Entretanto, todo este crescimento era frágil devido à tendência da redução da taxa de lucro e do valor dos salários dos trabalhadores.

Após o termino do primeiro conflito mundial, um novo cenário assola o ocidente, e a Inglaterra encontrava-se endividada, com uma profunda crise em seu

---

Para os autores marxistas, de Lenin a Baran e Sweezy, o imperialismo constitui um fenômeno inerente ao capitalismo, enquanto para social-democratas (desde Kautsky) trata-se de uma manifestação que pode ser corrigida dentro deste sistema, através de medidas políticas e econômicas. Para os pensadores liberais como Schumpeter, o imperialismo constitui um fenômeno irracional e pré-capitalista, uma espécie de atavismo histórico, que será eliminado com o próprio desenvolvimento global do capitalismo (o que serve de legitimação a política dos EUA). Já para os adeptos da "razão a de Estado", como Max Weber e Luigi Einaudi, o imperialismo configura-se como resultado da anarquia das relações internacionais e nada tem a ver com as estruturas de internas. Uma variante mais "direitista" desta oposição argumenta que o imperialismo representa uma necessidade vital para a estabilidade do mundo, inclusive hoje, quando vozes se levantam no hemisfério Norte denunciando a incapacidade político-econômica do Sul. VIZENTINI, Paulo Fagundes. Imperialismo. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p. 249-250.

império colonial e internamente agitada por reivindicações dos trabalhadores<sup>4</sup>. A França foi também profundamente abalada: 1 milhão e 400 mil mortos e dívidas enormes com a Inglaterra e os EUA<sup>5</sup>.

As conseqüências de 1929<sup>6</sup> proporcionaram uma crise sistêmica. Até então, muitas economias nacionais, haviam se beneficiado com a prosperidade americana. Os países industrializados, particularmente Grã-Bretanha, Alemanha e Japão, haviam encontrado um bom mercado nos Estados Unidos em expansão; e a redução da demanda americana logo afetou as exportações.

As tentativas do Presidente Hoover de proteger a economia nacional estabelecendo barreiras alfandegárias pioraram a situação, gerando desemprego em muitos países. O protecionismo repercutiu nos EUA impossibilitando seus parceiros comerciais de importar produtos americanos.

Até o final do governo republicano de Hoover, os EUA foram afligidos duramente pela Depressão<sup>7</sup>. Diante de tal quadro, nas eleições presidenciais de 1932 os

---

<sup>4</sup> Em 1918, por exemplo, uma paralisação geral mobilizou cerca de 2 milhões de trabalhadores. Foi nessa época que o Partido Trabalhista começou a crescer. Nas eleições convocadas para 1923, os trabalhistas (Labour Party) obtiveram, pela primeira vez, maioria. Entre 1935 e 1937, o governo ficou na mão dos conservadores, que iniciaram uma política de apaziguamento no plano internacional. Por essa política, a Inglaterra passou a permitir que a Alemanha violasse o tratado de Versalhes, principalmente no que dizia respeito à tomada de territórios. Essa política se acentuou no governo de Neville Chamberlain (1937-1940) e, proporcionou condições para o acirramento das tensões que desembocariam na Segunda Guerra Mundial. A Sombra dos ditadores. **História em Revista**, Abril Livros, 1992, p.46.

<sup>5</sup> Além das crises internas, a França também tinha problemas com suas colônias, que lutavam pela independência. A crise do capitalismo iniciado em 1929 desestabilizou a situação política e econômica na França. Diante de uma tentativa de golpe de Estado em 1934, o Partido Comunista se aliou ao Partido Socialista formando a Frente Popular, antifascista. Nas eleições de 1936, a Frente Popular venceu, tendo a maioria dos deputados do Parlamento, este governo durou até 1937. Até abril de 1938, sucederam-se vários governos, quando subiu ao poder o conservador Daladier que se curvou diante das pressões da Alemanha nazista e assinou o acordo de Munique, em setembro de 1938, abrindo caminho para o segundo conflito mundial. A Sombra dos ditadores. **História em Revista**, Abril Livros, 1992, p.53.

<sup>6</sup> Nos momentos antecedentes a quebra da Bolsa a compra e venda de ações das grandes empresas canalizavam a poupança de muitos cidadãos. Em outubro de 1929 as ações começaram a baixar de preço. Herbert Hoover era o Presidente dos Estados Unidos durante a quebra da bolsa de valores de Nova York, 13 milhões de ações foram vendidas em um único dia de pregão, o dia 24 de outubro. Pequenas e médias empresas fechavam suas portas. Os bancos faliam. Só as grandes empresas sobreviviam, despedindo operários, reduzindo as horas de trabalho e os salários. Em 1933, havia 15 milhões de pessoas desempregadas. No campo, a crise teve efeitos imediatos, pois os estoques cresciam devido à ausência de compradores e muitos indivíduos perderam suas propriedades endividadas. A Sombra dos ditadores. **História em Revista**, Abril Livros, 1992, p.47.

<sup>7</sup> “Apenas alguns jornais noticiaram a quebra de Wall Street em primeira página. Em Nova York e Londres, a imprensa mostrou-se impassível – ou pelo menos tentavam dar essa impressão. Mas o Daily Mail, de Londres, em sua edição continental, noticiou a crise em manchete; nos Estados Unidos, o The Philadelphia Inquirer tentava dar uma visão otimista. Porém, a tão esperada recuperação falhou, como mostra a sóbria edição da segunda-feira seguinte do The Evening Gazette de Worcester, em

republicanos foram derrotados e foi eleito o democrata Franklin Delano Roosevelt, que anunciava mudanças profundas em toda a sociedade americana através do New Deal.

O clima de guerra que se configurava na Europa, entretanto, fez com que os Estados Unidos, iniciassem a política de rearmamento, fato que colaborou para aquecimento econômico, combatendo a crise econômica americana que iria se recuperar somente com as novas possibilidades comerciais propiciadas pela Segunda Guerra Mundial.

Uma das poucas nações em processo de industrialização a conseguir escapar da Depressão, que perdurava na década de 30, foi a URSS isolacionista sob o comando de Stalin, embora os cidadãos soviéticos, arrastados pelo tumulto econômico do primeiro Plano Quinquenal, enfrentassem também grandes privações.

No contexto de disputas ideológicas e profundas transformações em escala nacional e internacional a imprensa, através do jornalismo político exerceu importante papel nas disputas ideológicas travadas nas sociedades contemporâneas.

As novas possibilidades abertas pelas modernas técnicas de propaganda política e pelos novos meios de comunicação foram utilitariamente usadas no contexto das primeiras décadas do século XX, inaugurando novas formas de dominação possibilitadas pelo avanço das tecnologias, através dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado e de aparelhos privados em busca da hegemonia.

Em recente estudo sobre a propaganda política na história contemporânea brasileira no período do governo de Vargas, é enfatizado por Capelato (1998, p. 390) que:

A propaganda política constitui, pois um elemento preponderante da política de massas que se desenvolveu no período de entreguerras a partir das críticas ao sistema liberal considerado incapaz de solucionar os problemas sociais. Nesses anos vivenciou-se, de forma genérica, uma crise do liberalismo. Os impactos da Primeira Guerra e da Revolução Russa provocaram segundo inúmeros autores, uma crise de consciência generalizada que, por sua vez, resultou em críticas à democracia parlamentar individualista. O pensamento antiliberal e antidemocrático, de diferentes matizes, revela extrema preocupação com o problema das massas. Os ideólogos nacionalistas de extrema

direita que se projetaram na década de 1920 continuavam, na trilha de Gustave Le Bon, Scipio Sighele e outros, manifestando desprezo e horror às massas “primitivas”, “irracionais”, “delinquentes”. Mas, nessa época, outras vozes se levantaram colocando novas soluções para o controle popular: para evitar a eclosão de revoluções, propuseram que o controle social fosse feito através da presença de um estado Forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem. Nesse contexto a propaganda política foi considerada um elemento importante de atração das massas na direção do líder. A integração política das massas também preocupou as elites dos países latino-americanos<sup>8</sup>.

O contexto de instabilidade internacional instaurado após 1914 alterou a situação e o papel da imprensa no ocidente comprometendo o acordo existente entre as agências de notícias na divisão das áreas de cobertura e na divulgação das informações. As rivalidades comerciais somavam-se às rivalidades políticas, pois, as agências de notícias mostravam ser um eficiente instrumento de propaganda que muitos Estados queriam dispor<sup>9</sup>.

As agências internacionais de notícias proporcionaram, mesmo aos jornais da periferia do sistema como no Brasil, estarem divulgando as tensões da conjuntura internacional com notícias com a mesma velocidade e conteúdo que os principais periódicos da América do Norte ou Europa.

E, num breve espaço de tempo o rápido crescimento do público do rádio dos anos 30 começou a criar para a imprensa escrita problemas de concorrência, porém problemas maiores surgiram no prelúdio da Segunda Guerra com a ascensão dos nacionalismos e a censura de seus governos mais extremados, assim como o sentido imperialista das agências americanas.

---

<sup>8</sup> CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena**. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 39. (Coleção textos do tempo).

<sup>9</sup> Em 1914 foi criada Transocean Gesellschaft, agência oficial que transmitia informações alemãs, por rádio, furando o bloqueio de informação a que os aliados tinham submetido a Alemanha. Esse organismo subsistiu ao regime nazista, em 1934 a Continental e a Union se fundiram no Deutsches Nachrichten Buro, submetido ao controle dos Serviços de Propaganda de Goebbles. A chegada dos nazistas ao poder em janeiro de 1933, quando a imprensa suportara mal os efeitos da crise econômica, acompanhou-se de uma “reestruturação” centralizadora. Submetidos doravante às censuras e normas do Ministério da Propaganda de Goebbles, enquadrados pela Reichspressekammer, o organismo corporativista nazista, durante treze anos os jornais iriam tornar-se fiéis servidores da ditadura. Em janeiro de 1933 lançaram-se na Alemanha 2.700 publicações políticas: em julho de 1933 só restavam 1.200. A sociedade Eher Verlag, dirigida por Max Amann, era a editora do Partido Nazista: por compra forçada e supressão dos seus concorrentes em 1939 ela controlava dois terços dos jornais alemães, dos quais os principais eram o Volkischer Beobachter e Der Angriff. TERROU F. Albert P. **História da Imprensa**. São Paulo: Martins Fontes. p.84; 97-98.

O período entreguerras foi de grande crescimento para a imprensa americana que posteriormente foi abalado com a crise de 1929. Porém, a formação de grandes cadeias jornalísticas, de forma diferente, não concentrou os títulos devido à tradição de jornais locais.

Na Rússia censura do regime czarista foi exacerbada e levou à imprensa revolucionária a clandestinidade, como o Pravda (A verdade) que surge em 1912. Com a queda do regime czarista surgiram no início de 1917 muitas publicações<sup>10</sup>. Porém, os bolcheviques controlaram por sua vez a imprensa a partir de novembro do mesmo ano<sup>11</sup>.

Nesta conjuntura se iniciava os primórdios do acirramento entre o modelo societal americano e soviético, enquanto isso estava em gestação novas ideologias políticas que se opunham a lógica organizacional do sistema capitalista liberal-democrático e comunista, mantendo a lógica proprietária através de um projeto político corporativista.

Com novas fórmulas organizacionais que se propunham a um projeto político nacionalista, corporativista, centralizado, e fortemente hierárquico, emerge a figura do líder ou do partido, que sustentada através da utilização de técnicas de propaganda modernas como a imprensa, o rádio e o cinema se apresentavam como uma reação à díade capitalismo liberal e comunismo.

A propaganda política e o controle dos meios de comunicação, como elementos que marcam o novo momento do cenário político do início do século XX, foram largamente utilizados pelas potências imperialistas.

---

<sup>10</sup> Foi criado o Departamento da Propaganda; o Agitprop, um órgão administrativo; o Gosdat, com a função de instalar novas tipografias e distribuir os produtos necessários para a produção e o Glavlit, que em 1922 foi encarregado de realizar a censura em todas as publicações. Existiam muitos títulos que circulavam entre as Repúblicas Socialistas soviéticas e a imprensa central era representada pelo *Pravda* (órgão do partido) e os *Izvetzia* - As Notícias- (órgão do governo). Em 1936, possuíam uma tiragem de 1,9 e 1,6 milhão de exemplares e mais 45 títulos e uma tiragem global de 9,7 milhões de exemplares circulando em toda a URSS. TERROUF, Albert P. **História da Imprensa**. São Paulo: Martins Fontes.

p. 43

<sup>11</sup> Uma declaração de 17 de novembro de 1917 especificava: “Por liberdade de imprensa o governo operário e camponês entende a libertação da imprensa do jugo do capital, a transformação em propriedade estatal das fábricas de papel e tipografias, a atribuição, a cada grupo de cidadãos que atingiu um determinado número de igual direito de uso de uma parte correspondente dos estoques de papel e de uma mão de uma mão-de-obra correspondente”. Em 1918, ocorre o Primeiro Congresso dos Jornalistas Soviéticos cuja declaração era: A imprensa soviética esta inteiramente entregue à tarefa essencial do momento: a de fortalecer a ditadura do proletariado. Segundo Lênin, a organização das forças revolucionárias, sua disciplina e o desenvolvimento da técnica revolucionária deveriam ser discutidos coletivamente através de um órgão capaz de centralizar as opiniões, dar forma e normas de direção e trabalho. LÊNIN, V. Del pasado de la prensa obrera em Rusia. **Obras Completas**. Moscou: Progreso, 1914. p. 25, Tomo 4.

Os nazistas acreditavam nos modernos métodos de comunicação de massa e, segundo Hannah Arendt, muito aprenderam com a propaganda comercial norte-americana. Mas a propaganda política tinha características particulares: uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras, simplificação das idéias para atingir as massas incultas, apelo emocional, repetições, promessas de benefícios materiais ao povo (emprego, aumento de salários, barateamento dos gêneros de primeira necessidade, promessas de unificação e fortalecimento moral (Arendt 1978). A propaganda nazi-fascista exigia uma unidade de todas as atividades e ideologias. A moral e a educação estavam subordinadas a ela. Sua linguagem simples, imagética e agressiva visava provocar paixões para atingir diretamente as massas. Segundo os preceitos de Hitler expressos em *Mein Kampf*: “a arte da propaganda consiste em ser capaz de despertar a imaginação pública fazendo apelo aos sentimentos, encontrando fórmulas psicologicamente apropriadas que chamam a atenção das massas e tocam os corações” (apud Guyot e Restellini 1987, p.160). Goebbels também expôs o que se deveria esperar da propaganda: “[...] é boa a propaganda que leva ao sucesso [...] Esta não deve ser correta, doce, prudente ou honorável [...] porque o que importa não é que uma propaganda impressione bem mas que ela dê os resultados esperados” (idem, p.16) apud (CAPELATO, 1998, p. 63-64)

A imprensa se desenvolvia como consequência da modernização capitalista e, as suas características essenciais, assim como, as do jornalismo, estavam em vários países, no prelúdio da Primeira Guerra Mundial, muito próximas do jornalismo contemporâneo. O grau de desenvolvimento dos jornais era, como ainda hoje, uma função direta do grau de ocidentalização da vida econômica e social das regiões do centro e das periferias do sistema do capital.

No contexto de crise sistêmica do capital, enquanto o comunismo e a esquerda ganhavam terreno também na Europa, na Itália e na Alemanha as novas ideologias de reação à dualidade liberalismo e comunismo no plano político e econômico avançavam como Ideologia oficial no controle de respectivos Estados nacionais.

A Itália foi à precursora, através de Benito Mussolini, de um projeto político que chegou ao poder, antagônico aos pressupostos da liberal-democracia e do modelo do leste europeu, porém, preservando a lógica proprietária através de um modelo organizacional corporativo. Neste cenário de instabilidade internacional em 1922 na Itália o fascismo chega ao poder.

Antiliberal e anticomunista sua lógica organizacional coloca o Estado como sujeito histórico evitando o conflito entre as classes sociais decorrentes das contradições

econômicas e políticas que castigavam parte da população da Europa que foi vitimada pela Primeira Guerra Mundial.

A participação da Itália na Guerra satisfazia os grandes trustes do capitalismo monopolista italiano, pois estas empresas tinham como maior comprador o próprio Estado. O Partido Socialista e os setores liberais, ligados à pequena indústria criticavam a participação italiana no conflito. Benito Mussolini, membro do Partido Socialista e redator-chefe do jornal “Avanti”, após o início das operações bélicas declarou-se favorável a Guerra e foi expulso da organização.

A pequena e a média burguesia saíram profundamente descontentes com os resultados da Guerra. Não se concretizaram as anexações dos territórios no Norte, ao qual a Itália achava merecido como recompensa de guerra por participar da mesma ao lado da Tríplice Aliança. Enquanto isso os movimentos populares aumentavam.

A burguesia italiana também contribuiu para a ascensão do extremismo de direita pois, o medo do “perigo vermelho” levou as classes sociais mais favorecidas a organizar grupos armados de desocupados ex-combatentes e marginais, que impediam as concentrações socialistas e os movimentos grevistas.

Em 1919, surge o *Fascio de Combattimento* fundado por Mussolini, os militantes desse movimento eram conhecidos como fascistas. Eles representavam para os grupos dominantes segurança, e para a pequena burguesia e a população pobre o caminho para a recuperação do orgulho nacionalista italiano.

Em 1921 os fascistas elegeram 35 deputados entre eles Mussolini, no mesmo ano ele e futuros líderes fascistas fundaram o Partido Nacional Fascista. Financiado e apoiado pelos grandes industriais e latifundiários, lançando um intimato ao governo liberal: os fascistas restabeleceriam a ordem reprimindo os movimentos oposicionistas. Em 27 de outubro de 1922, as hordas dos “camisas negras” chegam a capital, este momento, como é notório, ficou conhecido como Marcha sobre Roma.

A Itália tinha como rei Vitor Emanuel III que, pressionado pela grande burguesia e pelos militares de alto escalão, demitiu o primeiro ministro e cedeu a Mussolini convidando-o a formar um novo ministério. Uma das primeiras medidas de Mussolini foi pedir plenos poderes ao Parlamento. Os deputados de oposição foram presos e alguns foram mortos nas prisões fascistas de Mussolini. O Partido Comunista passou

para a ilegalidade, e Antonio Gramsci foi a principal perda na para a esquerda marxista<sup>12</sup>.

A censura era elemento principal que se generalizou em todos os Estados aonde posteriormente a extrema direita chegou ao poder. Os jornais italianos que se opunham ao regime foram abatidos pelos fascistas. Mussolini chamava o fascismo de realização proletária, pretendendo conquistar as massas, mas era a pequena e média burguesia que seus discursos e medidas agradavam. Estavam sendo desenvolvidos pela imprensa Fascista a partir de então o mito do grande desenvolvimento da Itália.

No nível de organização do Estado, instaurou-se o Estado corporativista, cujo objetivo era controlar a classe operária facilitando a acumulação de capital na mão das empresas tutoradas pelo Estado intervencionista.. O marco da expansão da lógica corporativista foi a Carta del Lavoro desenvolvimento. Sendo também notório, fazemos referencia, a influencia do referido documento, na elaboração da Constituição do Estado Novo em 1937, marcando o radicalismo político na “Era dos Extremos”.

Na Itália configurava-se a gênese do momento histórico de ascensão do Partido Fascista como primeira experiência de um movimento de extrema direita que se torna partido político e chega ao poder de um Estado nacional europeu.

A experiência italiana rapidamente se propaga fora da Europa, pois os germes do modelo centralizador e intervencionista estavam também presentes nas propostas políticas de movimentos, partidos e intelectuais de outros países, além da península itálica, países que desenvolviam concepções políticas herdeiras do pensamento conservador do século XIX<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Diante da ofensiva fascista de 1920-1921, Gramsci analisou sua base de massas como segmentos descontentes da pequena-burguesia, usados como instrumentos pelos grandes proprietários de terras, setores da burguesia industrial e elementos do aparelho de Estado. O fascismo escreveu ele podia proporcionar uma nova base de unidade para o Estado italiano, e predisse um golpe de Estado, embora tende-se a superestimar a fragilidade do novo regime. Em janeiro de 1921, Gramsci ajudou a fundar o Partido Comunista Italiano (PCI). De 1922 a 1924, trabalhou para o Komintern em Moscou e Viena [...]. Eleito para o Parlamento italiano em 1924, regressou a Itália, onde assumiu a liderança de seu partido e se engajou numa luta para converter o PCI de seu sectarismo dos anos iniciais em um partido enraizado no movimento de massas. Gramsci foi preso pelo regime de Mussolini em novembro de 1926 e condenado a mais de 20 anos de prisão [...]. SASSON, A. S.. Antonio Gramsci. In: BOTTMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.166.

<sup>13</sup> No Século XIX, o sentimento antiliberal obtém êxitos muito pequenos e de pouca representatividade. No século XX o mal-estar provocado pelas sucessivas crises e pelos movimentos sociais da Europa ocasionou reações crescentes de insatisfação. Essas reações foram percebidas por intelectuais que se opunham á ordem liberal estabelecida. Em oposição ao universalismo iluminista, eram construídos projetos de valorização nacional e da “raça” que compunha a nação. Curiosamente, foi a França – berço da sociedade liberal-democrática o primeiro país a assistir uma formulação teórica mais próxima daquilo

A experiência de ascensão do extremismo político na Alemanha, juntamente com a italiana, figura como uma das poucas manifestações de extremismo de direita que de movimento político chega ao poder de um Estado nacional.

Na Alemanha o processo de industrialização foi rápido. A concentração de capital e formação de trustes e cartéis se acelerou depois da unificação territorial. Mas com a derrota na Primeira Guerra sua produção foi desarticulada, provocando instabilidade econômica e política. Os grandes monopólios eram os maiores interessados na retomada da estabilidade. Esse foi o contexto em que o governo da República de Weimar assinou o Tratado de Versalhes.

Os partidos e movimentos políticos da extrema direita culpavam as minorias judaicas, socialistas e comunistas pelas greves operárias e pela situação de crise política e econômica de seus respectivos países. E, na Alemanha a posição antigrevista do Partido Nacional Socialista Alemão garantiu o apoio aos nazistas de importantes grupos empresariais.

---

que se convencionou chamar de fascismo [...]. O primeiro grande teórico deste movimento é Georges Sorel. A partir de Sorel, a Europa viu nascer uma vasta corrente propagadora da violência como forma de realizar política de massa. Essa corrente – que tinha em Edouard Berth da revista *Le Mouvement Socialiste* o seu primeiro canal de divulgação – chamava de “revisãoismo revolucionário” a negação da política pacifista e parlamentar dos partidos socialistas. A *Action Française*, movimento autoritário do início do século, foi a raiz principal de inspiração da doutrina fascista. Outro ilustre representante deste novo pensar era Robert Michels, para quem o socialismo alemão havia morrido. Na crise reformista dos partidos social-democratas, diversos intelectuais começaram a abandonar as fileiras socialistas, migrando para a “oposição de esquerda”. Aos poucos as demonstrações de vacilação da classe operária levaram esses intelectuais e militantes a reverem a sua fé no operariado. Assim, apontavam novas diretrizes para a ação política. A construção de um grupo minoritário e de elite capaz de dirigir as massas e salvar a nação, novo ente mitificador em substituição à classe, foi o passo decisivo para a construção do fascismo como projeto ideológico [...]. Além de Berth e Michels, no caos italiano faziam parte deste processo revisor – do reformismo à ação direta e desta ao controle das massas por uma minoria – Arturo Labriola, Enrico Leone, Paolo Orano e Tomaso Monicelli, os lançadores das bases do fascismo. Em linhas gerais o seu projeto fundamentava-se na idéia de oposição à desordem democrática, em um forte nacionalismo de conseqüências anti-semitas e em um apego nostálgico a um passado pré-capitalista e pré-burguês, ao passado das corporações. A idéia de nação está fortemente vinculada á idéia de uma ordem não competitiva regulada. Essas características estarão fortemente presentes nas interpretações historiográficas do fascismo até sua derrocada no pós-guerra. Do ponto de vista da ação política, em oposição ao parlamentarismo liberal, considerava-se que as grandes realizações humanas ocorreram em Estados fortes e propagadores da violência. Assim, ao substituir a ação das massas através dos sindicatos por uma elite dirigente, passava-se a pensar na guerra como fonte inspiradora das mudanças e da realização das vontades nacionais. Hoje, embora ainda tateante, assiste-se a um revisionismo pretensamente justificador do fascismo. Um movimento que visa a sua recuperação. Para estes seguimentos, cujo centro maior de produção é a Europa, as denúncias contra o fascismo, como, por exemplo, o holocausto, nada mais são que invenções que visam preservar o poderio americano sob o patrocínio judeu. MARTINHO, Francisco Carlos. *Historiografia do fascismo*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira de; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p. 250

O partido cresceu e a alta burguesia e os grandes proprietários alemães começaram a financiar as milícias nazistas para conter as manifestações de trabalhadores e, com votos representativos nas eleições para o Parlamento alemão, pressionam o governo para colocar o líder do Partido Nazista Adolf Hitler como Chanceler. A justificativa do perigo comunista na Alemanha, exemplificado no caso do incêndio ao Parlamento alemão legitimou ascensão dos nazistas a hegemonia política na Alemanha.

O recurso à censura, como característica comum das propostas políticas extremistas marcou a relação entre Estado e imprensa, sendo o clima onde se desenvolveu a campanha para as eleições de março de 1933 na Alemanha marcado pelo fechamento de jornais social-democratas e comunistas pela repressão. Só circulava o jornal oficial nazista o *Volkischer Beobachter*. E só eram permitidos os discursos e campanhas feitas pelo Partido Nazista que chegou a vitória com 17 milhões de votos.

Durante o período nazista a indústria, em geral, e bélica em particular, tiveram notório crescimento, e uma posição estratégica nas ambições imperialistas. Embora intimamente ligado à alta burguesia do capital monopolista, o Nazismo se colocava como um governo popular e arrebanhou elementos de todas as classes sociais alemãs. E a socialização ideológica foi impulsionada com a criação do Ministério do Reich para a Educação do Povo e Propaganda, sob a direção de Joseph Goebbels, utilizando modernas técnicas de propaganda política através do rádio, cinema, imprensa e de instituições educacionais para cooptar todos indivíduos diante da interação entre Estado e Sociedade.

Como imperativo das disputas territoriais e do pagamento de indenizações, imposto a Alemanha pelos vencedores da Primeira Guerra, o tratado de Versalhes tornou-se um fardo insustentável, á medida que se agravava a Depressão. No Oriente também o Japão se inclinava para o extremismo político; seus militares mostravam-se indignados diante das dificuldades impostas pelo liberalismo e pelo comércio com o exterior.

O Japão parecia caminhar em direção a uma democracia parlamentar até que, no início de 1930, a depressão mundial levou-o à crise econômica. Rejeitando a política liberal seguida pelo governo da época, grupos ultranacionalistas comandados pelas

forças armadas iniciaram uma campanha por uma ditadura militar visando à hegemonia japonesa no Extremo Oriente através de uma política expansionista.

O primeiro alvo do projeto imperialista foi a Manchúria chinesa e seus recursos naturais, que o ministro da guerra japonês - não sujeito ao controle do governo – acreditava ser pré-requisito para uma bem sucedida campanha militar, em 1931, sem a aprovação do gabinete, oficiais do exército japonês provocaram um incidente que eles próprios usaram como pretexto para invadir cidades da Manchúria. Os políticos que se opuseram à campanha na Manchúria foram assassinados por jovens oficiais defensores do código do bushido, “o caminho do guerreiro”.

Em 1932, a Liga das Nações condenou a agressão, o Japão em repúdio se retirou do organismo. Apoiado por uma onda de sentimento nacionalista, o exército japonês tomou toda a Manchúria em 1933. Quatro anos mais tarde, os militares criaram o pretexto para um amplo ataque à China, começando por uma guerra não declarada que durou oito anos.

No início de 1936 setores militares tentaram derrubar o governo através de um golpe de Estado. Dois eram os propósitos dos insurretos: eliminar os políticos corruptos e implementar uma “nova ordem” no país. Após a morte de altos funcionários do governo, uma intervenção pessoal do imperador restabeleceu a ordem. Este acontecimento marcou o prenúncio do regime denominado por Silva (2000) de fascista que foi instaurado no Japão entre 1938 e 1940. Segundo o autor:

Afirma-se que tal evento significou a derrota de uma direita antiliberal e populista, uma espécie de ‘fascismo vindo de baixo’. Em detrimento dessa vertente, emergira uma outra, expressa pelo movimento golpista de altos funcionários do governo: o ‘fascismo vindo de cima.’<sup>14</sup>

A singularidade mais latente do processo de radicalização política no Japão em sua concretização como Regime de Estado Intervencionista em relação aos seus congêneres da Europa é a inexistência de um partido único centralizador. Porém, no aspecto do antiliberalismo e anticomunismo as aproximações que revelam elementos de filiação ideológica do extremismo de direita podem ser confirmadas. O caso da aliança

---

<sup>14</sup> SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. Fascismo no Japão. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 191.

do Japão com a Alemanha e Itália no Pacto AntiKominter e a estatização dos sindicatos dos trabalhadores são ilustrativos dos respectivos interesses políticos.

Para Silva (2000, p.191) em seu balanço sobre as características do regime, não significando necessariamente nossa interpretação sobre o tema, o caso japonês é considerado como fascista. O autor aponta as aproximações e discrepâncias e, faz a distinção do que ele denomina de “movimento fascista” em processo no Japão no final da década de 30 das experiências da Europa. Porém, o autor afirma que no Japão “tais focos de radicalismo de direita seriam sacrificados uma vez que o movimento se fortalecesse como regime”. Nesse segundo momento o extremismo político japonês é definido por ele como “imperialismo nipônico”.

Quando se comparam os movimentos fascista europeu e japonês, é possível observar aspectos comuns e divergentes: a) em ambos os movimentos, irromperam como políticas centrais a repressão interna - antidemocratism, anticomunismo e antiliberalismo - e o avanço de um imperialismo que também buscava o seu “espaço vital”; b) não houve no Japão um líder plebeu como na Itália, porém de forma semelhante, o Imperador é revalorizado como símbolo nacional, nos mesmos moldes propagandísticos de uma sociedade de massa; c) o fascismo europeu e o fascismo japonês fortaleceram-se enquanto regime a partir de uma coligação entre as elites industriais-comerciais (Zaibatsu) e a classe dirigente rural, que pretendiam enquadrar a participação política de camponeses e operários em limites menos ameaçadores para o *status quo*. Nos centros urbanos, grupos vicinais foram usados como instrumento de prevenção das potenciais inquietações da classe operária, servindo como base para manter o aparente consenso dos governos, que lançam mão de dispositivos totalitários de controle social. [...]. Contudo, como as SA na Alemanha, tais focos de radicalismo de direita seriam sacrificados uma vez que o movimento se fortalecesse como regime. Ao invés de implementar um novo panorama social, os fascistas no governo pretenderam galvanizar os principais grupos dirigentes, a iniciar pelo próprio Imperador. Objetivo: o monopólio do poder tendo como esteio a hierarquia social existente. O mito de um Japão divinizado, hierarquicamente superior, fruto da difusão do shintoísmo - a religião oficial do Estado desde a Era Meiji -, nortearia o fascismo japonês. O Japão seria uma nação criada pelos deuses para governar as demais, teria um ‘direito natural’ sobre os outros territórios. Nesse sentido, como a teoria nazi do espaço vital, legitimava-se o imperialismo nipônico no oriente.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. Fascismo no Japão. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p.191.

A península ibérica não acompanhou o mesmo ritmo do processo de modernização capitalista ocorrido em algumas regiões da Europa durante o século XIX e XX. E, também na década de 30, assim como no Japão, as tensões políticas da Espanha e Portugal potencializavam o espectro da crise sistêmica.

A segunda metade da década de 30 representou um acirramento das tensões entre as grandes potências imperialistas mundiais. E Hitler e Mussolini buscavam trazer para sua órbita de influência outros Estados nacionais, através da exportação de capitais, do auxílio militar e político. A aproximação entre Itália e Alemanha nas três primeiras décadas do século XX, se consolidou com a participação dos dois países na Guerra Civil Espanhola, ao lado das forças do general Franco.

O final da década de trinta foi um período crítico na conjuntura política mundial. Pois, em 1937 a Itália entrou no Pacto Anti-Comintern com a Alemanha, dando o prelúdio da Segunda Guerra, sem as condições militares da sua aliada. Naquele mesmo ano o Regime de Estado Franquista se institucionalizou com a conquista da hegemonia através de uma aliança entre três partidos de extrema direita.<sup>16</sup>

Em 1936, quando a guerra civil explodiu na Espanha, parecia o primeiro enfrentamento formal das ideologias, que em detrimento dos Estados liberais, disputavam a hegemonia numa guerra de movimento pelo Estado nacional espanhol: a extrema direita e comunismo. Mas a guerra, que começou quando os chefes do exército no Marrocos Espanhol se rebelaram contra o governo republicano de Madri era

---

<sup>16</sup> Como um corpo de idéias o franquismo se institucionalizou na Espanha após o decreto de unificação dos três partidos de extrema direita em Abril de 1937, respectivamente a Falange Española, as Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista e a Comución Tradicionalista Carlista), que originaram a Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (F.E.T y de las J.O.N.S.). Francisco Franco assumiu a chefia desse novo agrupamento político. A organização mais importante de todas essas foi a Falange Española, cujo programa se estendeu a toda organização. Os falangistas – que num primeiro momento perderam parte de sua independência política, evidenciada na eliminação do vigésimo - sétimo ponto do programa que preconizava a tomada de poder pelos membros do partido, sem a interferência de grupos monárquicos e militares – voltaram a possuir um papel de destaque diante da postura de Franco no final de 1938 e não permitiriam o predomínio das idéias de um partido sobre toda a organização. Segundo Franco, já que todos os grupos compactuavam uma posição radicalmente contrária à ordem republicana democrática-liberal, a cooperação seria imprescindível para a vitória na guerra. Portanto a história do franquismo revelar-se-á como a concretização de aproximações e conflitos entre as idéias de todos os grupos presentes no chamado Partido do Movimento (como passou a ser chamada a F.E.T y de las J.O.N.S.), existente como sustentação do regime em seus 39 anos de existência. [...]. ALMEIDA, Carlos Alberto Coutinho Neves de. Franquismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 195.

complexa: patrões contra trabalhadores, camponeses contra latifundiários, igreja contra o Estado, forças armadas contra civis.

O governo era uma coalizão diversificada de grupos esquerdistas. Os nacionalistas alarmados com os perigos do comunismo eram apoiados pela igreja católica, pela classe média e pelo pequeno partido dos falangistas. Esses grupos foram finalmente unidos pelo general Francisco Franco. Com a ajuda de Hitler e Mussolini, Franco rapidamente dominou o oeste e o sul do país.

Hitler tinha um interesse particular pela guerra civil na Espanha, pois aquele seria o palco para o teste de sua nova força aérea e, os aviões alemães transportaram as tropas de Franco da África para a Espanha, e cem aeronaves da Legião Condor deram o controle dos ares aos nacionalistas. Mussolini contribuiu com Franco enviando quase 50 mil soldados.

Nenhum dos governos democráticos da Europa respondeu ao apelo dos republicanos, que só foram atendidos de maneira individual: cerca de 40 mil voluntários alistaram-se nas Brigadas Internacionais organizadas pela Internacional comunista. A União Soviética também enviou ajuda militar: em outubro de 1936, seus aviões e tanques defenderam temporariamente Madri para os republicanos.

A guerra se arrastou por mais de dois anos, até que as forças de Franco, melhor disciplinadas e equipadas, dobraram as debilitadas linhas republicanas. Em abril de 1939, o conflito terminava, deixando quase um milhão de espanhóis mortos. A Espanha em ruínas se manteve fora da Segunda Guerra, recuperando-se lentamente sob a ditadura de Franco.

As características do Regime de Estado Exceção que ocorreu na Espanha sob o comando de Franco no aspecto; do corporativismo enquanto modelo de organização do Estado e da economia, do anticomunismo e antiliberalismo, do uso da violência com os aparelhos de repressão e ideológicos do Estado, possibilitam uma aproximação do Franquismo, com o que alguns estudiosos do tema definem como “unidade internacional ideológica do fascismo” (ALMEIDA, 2000).

O conteúdo do programa do partido, fortemente influenciado pelos falangistas e que se tornou a base do Franquismo, pode ser caracterizado como fascista. O corporativismo passou a ser defendido como uma meta a ser alcançada mediante a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais, com a remoção ou a neutralização dos

elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, à luta de classes no plano social e as diferenças ideológicas no plano político partidário. Portanto num ideal de colaboração entre as classes, em oposição frontal ao liberalismo e ao comunismo. Um exemplo disso são os decretos que delinearão a estrutura sindical corporativa com o **Fuero del Trabajo** (9 de março de 1938), a **lei de unidade sindical** (26 de janeiro de 1940) e a **lei de base da organização sindical** (6 de dezembro de 1940). O anti-comunismo representou uma parte fundamental da cultura política franquista, como uma verdadeira política de Estado de integração sócio-política, funcionando como um elemento de legitimação do sistema [...]. Foi principalmente esse elemento que possibilitou ao franquismo existir, mediante o apoio internacional, durante o período da Guerra Fria. (...) Como o regime foi longo e passou por diversas conjunturas, as idéias iniciais que norteavam sua fundação foram mudando, de forma que isso acabou por gerar controvérsias historiográficas ao se pretender definir o franquismo ora como um fascismo na Espanha, ora como um regime conservador clerical.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Coutinho Neves de. Franquismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 195-196.

## Cada vez mais sangrenta a guerra, na Hespanha

Novos bombardeios de Madrid - O bairro de Argelle ocupado pelos fascistas



RASTILHO DE MISERIA E LUTO QUE A TRAGICA GUERRA FRATRICIDA DA HEROICA HESPANHA VAE DEIXANDO PARA A HISTORIA, POR CULPA DOS ASSASSINOS BOLCHEVISTAS

**Imagem 1:** O jornal Acção publicava com uma freqüência quase que diária os desdobramentos da Guerra Civil Espanhola fazendo a apologia às vitórias das forças lideradas pelo general Franco. Acção nº43, 26 de novembro de 1936.

A busca pela modernização política e econômica acirrou as contradições, levando alguns setores progressistas na Europa a buscarem saídas dentro da perspectiva de regimes liberal-democráticos. Tanto em Portugal como na Espanha, essas tentativas não tiveram êxito e, o espectro da crise, marcou o advento da hegemonia política de classes e frações de classe que realizaram opções pela via do extremismo político de direita.

Portugal, com menos de duas décadas de implantação institucional republicana, tornou-se também o cenário de uma crise política<sup>18</sup>, que marcou o período de um

<sup>18</sup> A república se proclama em Portugal a 5 de outubro de 1910. O senso comum conservador, apelando ao mito do “caráter dócil e pacífico do povo português”, fez circular o estereótipo de que a república,

processo de radicalização ideológica. O crescimento do Partido republicano tornou-se acentuado a partir de 1890, momento do ultimato inglês relacionado às suas ambições imperialistas, em detrimento da penetração colonial portuguesa na África. A capitulação monárquica portuguesa é sucedida no ano posterior pela proclamação da República.

O período de relativa democratização da vida política abre o caminho para uma crescente mobilização e organização do movimento popular, que ganha maior ímpeto com a entrada de Portugal na Guerra. Com a crise econômica gerando inflação e carestia ocorre uma nova fase de crise política e a classe operária responde com reivindicações e greves. Instaura-se nesse curto período a breve ditadura de Sidónio Pais, mas a onda grevista não reflui e desemboca em paralisações gerais em 1919 e 1920. Apoiado num representativo movimento sindical surge o Partido Comunista Português (PCP).

Neste contexto, as idéias de extrema direita ganham popularidade na sociedade portuguesa e, para Netto, (1986) o salazarismo é segundo sua análise, um regime de caráter fascista.

Na primeira metade dos anos vinte, é flagrante o esgarçamento do tecido social. E sobre o espectro político esbate a influência internacional do fascismo: *o Integralismo Lusitano*, que vinha de antes, com Xavier Cordeiro e Antônio Sardinha, não obtém grande ressonância ideológica, mas prepara o terreno para as organizações fascistas - e as primeiras delas aparecem entre 1923 e 1924: a Confederação Patronal, a Cruzada Nun'Álvares e a União dos Interesses Econômicos. Unem-se as franjas mais aguerridas do grande patronato, do latifúndio e o alto clero. Em maio de 1926 sobrevém o

---

instaurada a partir de uma operação civil-militar incruenta, iniciada em Lisboa, ganhou o país pelo telégrafo. Nada mais longe da verdade: a república vem na seqüência de uma larga série de lutas. O movimento republicano português começa a tornar forma consistente a partir de 1870 e nele confluem três componentes diferenciados. De uma parte a tradição de luta jacobina e popular, que se lastreava nas manifestações radicais da Revolução de 1820 e nos levantes de setembro de 1836 (respectivamente, o vintismo e o setembrismo), e à qual não serão estranhas, graças a Comuna de Paris, as sugestões do mutualismo de Proudhon – recorde-se que Antero de Quental e José Fontana animam um Partido Socialista de projeção utópica. De outra parte, um vetor intelectual de extração universitária coimbrã, sobre que incidia poderosamente a influência positivista (é significativo que o primeiro presidente português Teófilo Braga, tenha sido um dos expoentes do positivismo em Portugal) [...]. Cabe realçar, desde já, que o movimento republicano carecia de uma programática definida e explícita, sendo antes um amalgama heteróclito de idéias e concepções, no qual se evidenciava, porém, um denominador comum básico: o anticlericalismo. Mal proclamada a República, este se patenteará com vigor: a hierarquia católica será atingida em seus privilégios e logo transitará para o campo dos inimigos da nova ordem. Dezesesseis anos depois, quando se implantar a ditadura militar e esta evoluir para o fascismo, a hierarquia católica – reconquistando as suas benesses – aderirá e converter-se-á num fundamental elemento de legitimação do regime emergente. Até os anos sessenta, o Patriarca de Lisboa, cardeal Cerejeira, será um dos mais firmes sócios de Salazar [...]. NETTO, José Paulo. **Portugal: do fascismo a revolução**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 12-13.

golpe, comandado no norte pelo general Gomes da Costa. A reação chega ao poder através da corporação armada. Instala-se a ditadura militar. O parlamento é dissolvido, impõe-se a censura prévia a imprensa, se interdita os partidos políticos (o PCP cai na clandestinidade), em todo o país são demitidos os legisladores e executivos eleitos e o terror se espalha: os democratas são perseguidos, os militantes sindicais presos, as organizações operárias fechadas. Está se abrindo a via para o fascismo. Os dois primeiros anos da ditadura militar permitem identificar o bloco social que se apodera do Estado (...) Toda a [sua] atividade é caracterizada por uma sucessão de financiamentos às principais empresas exploradoras, atividade que conduz ao agravamento da atividade do Estado. A ditadura militar acelerava a marcha para o caos econômico e financeiro. Na tentativa de evitá-lo, os novos donos do poder recorreram ao concurso de um professor de Coimbra, (...) ex-seminarista em Viseu, vinculado a Ação Católica: Antonio de Oliveira Salazar. A entrada de Salazar no governo altera a orientação da ditadura militar, no sentido de defini-la e sistematizá-la: com ele um projeto econômico-social se integra organicamente a repressão antipopular e antidemocrática. Trata-se, explícita e nitidamente do projeto fascista do grande capital, de que Salazar se fez um funcionário coerente, lúcido e pertinaz.<sup>19</sup>

Em 1928, o general Carmona, depois de instaurar a ditadura militar, se fez referendar como presidente da República e nomeou para o Ministério das Finanças, Antonio de Oliveira Salazar. Que, obtendo o equilíbrio orçamentário torna-se influente na administração ditatorial e militar. Satisfeitos com sua atuação, os setores dirigentes de Portugal o nomearam em 1932, chefe do Conselho, ou seja, chefe do governo.

Salazar inspirado na experiência italiana de Mussolini instaurou a União Nacional, partido único de tendência corporativista, comandando a instauração de uma nova fase do Estado nacional português. Em Abril de 1933, Salazar outorgou uma nova Constituição. A partir daí instaurou-se uma ditadura de partido único. As greves ficaram proibidas. Foi criada a PIDE (Polícia Interestadual de Defesa do Estado), que possuía amplos poderes para manutenção da nova ordem política. Neste momento se inicia a ditadura Salazarista que se estenderia até o ano de 1974.

Invadindo e ocupando espaços na administração ditatorial, Salazar submete os chefes militares ao seu controle. Depura energeticamente as forças armadas, logo depois de “saneadas” as finanças e, entre 1929 e 1933, comanda a instauração do fascismo. Dita o “Ato Colonial”, que institui o trabalho forçado para os nativos nas colônias. Cria, com direto assessoramento dos nazistas alemães, a polícia política. Articula a União Nacional, que será o partido único do seu regime. Sistematiza

<sup>19</sup> NETTO, José Paulo. **Portugal: do fascismo a revolução**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 17-18.

o seu princípio do “Estado Forte”. A institucionalização do fascismo realiza-se na constituição promulgada em 1933, após um plebiscito que o número de abstenções (427.686) foi significativamente pouco menor que o de aprovações (580.379). [...] a “republica unitária e corporativa” configurada na constituição tinha uma estrutura política formal (a Presidência da República, a Assembléia Nacional e o Governo), mas que, de fato, “todas as instituições refletiam as vontades do Dr. Salazar”. A consolidação do fascismo se dá nos três anos seguintes, com o enquadramento da organização sindical (Estatuto do Trabalho Nacional, de inspiração mussoliniana) e com a criação das milícias fascistas (Mocidade Portuguesa e Legião Portuguesa).<sup>20</sup>

O caráter ideológico do salazarismo como experiência fascista, afirmada por Netto (1986 p.18), contrasta com a análise de Seitenfus (1985), que compreende o Estado Novo português um regime diferenciado do fascismo italiano ou do nazismo alemão. Porém, um fator é irrevogável nos desdobramentos políticos dos países onde surgiram movimentos, partidos e regimes de extrema direita . O espectro da crise e da disputa ideológica entre classes e frações de poder em busca da hegemonia política propiciou um caminho aberto para novas rearticulações de poder que favoreceu setores da direita radical.

As origens do “Estado Novo” podem ser percebidas já nos primeiros anos do século XX, com a difusão em Portugal de ideologias católicas e de extrema direita francesas. As idéias do catolicismo social de René de la Tour du Pin e Albert de Mun eram naturalmente encontradas na imprensa católica portuguesa em 1907, onde se afirmava o valor da manutenção da hierarquia social, o descrédito ao sufrágio universal e ao parlamentarismo<sup>21</sup>.

O caso do salazarismo torna-se interessante, ao pensarmos suas semelhanças com as experiências de extremismo político no Brasil do mesmo período, onde a influência do conservadorismo dos intelectuais vinculados ao catolicismo social se apresentou de forma latente nos países de formação cultural ibérica.

Segundo Seitenfus (1985):

Constituem dilema para o poder os movimentos políticos de extrema direita que não participam diretamente do sistema de tipo fascista, introduzido nos diferentes países durante o período situado durante as duas guerras mundiais. Frequentemente são aliados, mas em outros momentos adversários em potencial. Como o poder pode então

<sup>20</sup> NETTO, José Paulo. **Portugal**: do fascismo a revolução. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p.

<sup>21</sup> PASCHKES, Maria L. de A. A ditadura salazarista, Brasiliense, São Paulo, (Coleção Tudo é História) p. 8.

definir-se em relação à extrema direita não governamental? A situação em que se encontram, de um lado, Portugal e, de outro, a Alemanha e a Itália, é sensivelmente diferente. Nesses dois últimos países, o nazismo e o fascismo constituem a força governamental onde a extrema direita deve submergir. Em compensação, a situação de Portugal é bastante diferente e, sob vários aspectos, assemelha-se a do Brasil. Como o Brasil, Portugal é dominado pelo catolicismo e, desde a queda da monarquia e a instauração da Primeira República (1910), a agitação política e a luta contra a Igreja assolam o país.

Em Portugal, o clericalismo de Salazar, seu sentido conservador, bem como sua origem e sua formação (já que ele mesmo declara ser “pobre e filho de pobre”) fazem do Estado Novo português um regime afastado do fascismo italiano ou do nazismo alemão. (...) À semelhança do Brasil, Portugal experimenta uma ascensão do fascismo entre 1930 e 1940. A partir de 1932 surge em Lisboa um movimento baseado no “integralismo lusitano” do início da Primeira República, que copia claramente a ideologia e a organização fascista. Esse movimento é organizado como partido político, sob a denominação de Sindicalismo Nacional. Dirigido por Francisco Rolão Preto, a nova organização faz uso de camisas azuis, com uma braçadeira no qual figura a cruz vermelha de Santo André (a Cruz de Malta)<sup>22</sup>.

Salazar desenvolveu uma política apoiada no exército e na Igreja, o anticomunismo foi característica marcante do regime sob o lema da defesa da “civilização cristã” e o lema do governo era baseado nos valores de “Deus-Pátria e Família”. Através de um modelo econômico corporativista, repudiava o liberalismo e a atividade parlamentar. Pelo “Estatuto do Trabalho” foram instalados sindicatos únicos controlados pelo governo. O poder Executivo era tutelado pela Câmara Corporativa de caráter consultivo e de uma Assembléia Legislativa. Porém, o poder Executivo possuía o direito de veto sobre todos os projetos votados pela Assembléia, assim como o direito dissolvê-la.

---

<sup>22</sup> SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942**: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. p.151-152.

# SOLENNIDADE NA CAMARA CORPORATIVA PORTUGUEZA

APLAUSOS AO GOVERNO POR TER ROMPIDO RELACOES COM MADRID

LISBOA, 26 (HL) — As duas assembleias legislativas, Assembleia Nacional e Camara Corporativa, approvaram, ao inaugurar-se a sessão annual, a attitude do governo Salazar, no tocante aos negocios da Hespanha.

Na Assembleia Nacional o sr. José Alberto dos Reis saudou, ao abrir os trabalhos, o presidente Carmona e a chefia

aprehensões e alarme. A situação interna continua felizmente a ser feita de tranquillidade e calma. O perigo está no exterior. Passa através da Europa um rumor de guerra. Certo é: nós desentrela-se uma lucta encarnçada e feroz, entre a civilização e a barbárie. Que a civilização triumphe, que o perigo da contaminação geral desapareça e que possas



SALAZAR, O CHEFE DO ESTADO NOVO LUZITANO

**Imagem 2:** O jornal Acção elogiava a estrutura corporativista implantada em Portugal com o Governo de Salazar. As reportagens explicitamente apologéticas a Portugal e a Espanha nacionalistas de Franco, assim como da Alemanha e da Itália refletiam as preferências ideológicas da AIB. Acção nº43, 26 de novembro de 1936.

## 1.2 A América Latina e o espectro da crise: contexto nacional.

Nos cenários urbanos da América do Sul onde a modernização capitalista impunha mudanças nos padrões sociais, atores de uma trama social complexa têm seus papéis sociais num processo de redefinição, ocasionados, sobretudo, pelas mudanças na estabilidade das elites tradicionais, pela conquista de um espaço político progressivamente pelas camadas médias urbanas, e pela expansão da burocracia e o desenvolvimento da indústria. Alterando assim, a hegemonia política em países como o Brasil a Argentina e o Chile.

O fim da Primeira Guerra Mundial acarretou mudanças na esfera internacional e, também no Brasil, essas mutações são ocasionadas em vários níveis: o impulso a industrialização movimentando a economia com o modelo de substituição de importações; a consolidação de uma população urbana<sup>23</sup> de segmentos múltiplos que se incorpora à luta social e política; a indagação a respeito da legitimidade da hegemonia política do grupo oligárquico agrário exportador.

A história da imprensa no Brasil acompanha as transformações que o país atravessa na busca pela modernização política e econômica. E, sua popularização a partir do final do século XIX e, principalmente nas primeiras décadas do século XX, proporcionou a discussão da questão nacional através da produção de ensaios históricos e sociológicos, sobretudo utilizados como canal de crítica a Constituição de 1891.

O jornalismo começava a figurar nesse contexto como um canal de informação que em poucas décadas se transformou num meio de comunicação de massa que levaria ao público alfabetizado em geral a entrar em contato com as questões políticas

O jornal torna-se um veículo de comunicação de popularidade progressiva e o ritmo dessa popularidade era relativo ao grau de desenvolvimento do sistema capitalista.

---

<sup>23</sup>A urbanização começou bem antes do início da industrialização, em consequência do crescimento do setor terciário nas cidades, ligado a exportação do café que contribuirá no alargamento do mercado interno. Contudo, em 1920 a população urbana no Brasil é minoritária com relação à população global: a percentagem dessa população é de 11,3% nas cidades de até 20.000 habitantes; de 2,6% nas de 20.000 a 100.000 e, enfim de 8,7% nas de 100.000 a 1.000.000 habitantes. No entanto, nas principais capitais dos Estados a urbanização ocorre de maneira bastante rápida: o R. de Janeiro passa de 480.000 habitantes, em 1900, a 1.150.000 em 1920; S. Paulo de 240.000 a 579.000; Recife, de 100.000, a 241.000; Salvador, de 206.000, a 285.000 e Porto Alegre, de 74.000 a 182.000. PINHEIRO, Paulo **La Fin de la Première République au Brésil: crise politique et révolution (1920-1930)**, Paris, thèse pour le doctorat de recherches, F.N.S.P. p..57-58. In: TRINDADE. op. cit., p. 19.

No Brasil já circulavam variados títulos, porém, a difusão da imprensa<sup>24</sup> como importante canal de comunicação na sociedade, inicialmente estava restrita devido ao escasso público alfabetizado.

Alguns jornais comerciais nesse período se transformam em grandes empresas com impressoras elétricas, equipes de repórteres, fotógrafos, redatores e editores. Além da política, diversificavam os assuntos das reportagens, que agora recebiam informações de agências de notícias pelo telégrafo. E, os que se modernizaram mais rapidamente foram os jornais conservadores conquistando um público leitor de tendências moderadas. . Nesta mesma época, também surgiam às revistas impressas em cores e de diagramação sofisticada, que reuniam ilustradores e caricaturistas, tratando de variados assuntos, de comportamento e cultura às variedades e a sátira política<sup>25</sup>.

Expressões dessa tendência são: A Província de São Paulo e, mais tarde, O Estado de São Paulo, liberal e representante dos interesses dos cafeicultores em ascensão. Este foi o primeiro jornal Brasileiro a nascer já com a estrutura e perfil da grande imprensa moderna

Desde a Primeira Guerra Mundial, como é notório, inicia-se uma política de substituição de importações, favorecendo o crescimento do segundo setor, e trazendo consigo elementos novos no cenário político, como a organização dos operários e as greves. Na ausência ainda de sindicatos, os operários organizavam-se em associações de

---

<sup>24</sup> Nesse cenário de discussão dos temas relacionados à construção de um projeto político para o Brasil, muitos jornais foram os divulgadores de tendências políticas diversas. O Primeiro jornal político, o *Correio Braziliense*, teve que ser escrito em Londres, em junho de 1808. Era distribuído clandestinamente na colônia e em Portugal desafiando a censura real. Mas o primeiro jornal político impresso no país foi o *Revérbero Constitucional*, de 1821, lançado também no Rio de Janeiro, se posicionava contra a Monarquia e tinha uma postura de defesa do liberalismo. Segundo MARTINS (1977) calcula-se que em 1846, o Brasil já constava com 78 jornais. Em 1849 surge o primeiro jornal diário, *O Constitucional*, também periódico, em 1854 surge o liberal *Correio Paulistano*, principal porta-voz das elites do café nas décadas posteriores. Plínio Salgado inicia sua carreira jornalística neste jornal posteriormente. Os jornais conservadores conquistam o público leitor de tendências moderadas. Expressões dessa tendência é *A Província de São Paulo* e, mais tarde *O Estado de São Paulo*, liberal e representante dos interesses dos cafeicultores em ascensão. Este último foi o primeiro jornal Brasileiro a nascer já com a estrutura e perfil da grande imprensa moderna. A partir de 1890, com o café, a indústria e a imigração, surgem periódicos socialistas e socialistas com alcance no público leitor de operários alfabetizados. São jornais que foram vítimas de censura, empastelados e com alguns de seus diretores, estrangeiros expulsos do país. Alguns deles são escritos na língua de origem desses imigrantes, como os italianos *Avanti* e *La Bataglia*.

<sup>25</sup> No final da década de 10 circulavam com considerável público a *Fon-Fon*, de 1907, e *Careta*, de 1908. Em 1928 surgiram, *O Cruzeiro* e *A Cigarra*, revista especializada para o público feminino. O tema das revistas ilustradas é tratado por: MARTINS, Ana Luíza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2002.

auxílio mútuo que deram origem às primeiras organizações do tipo sindical, influenciadas pelas idéias anarquistas<sup>26</sup> e socialistas trazidas pelos imigrantes.

Num cenário de formação de consciência política e da diversidade de organizações de trabalhadores que foram surgindo, as lideranças dos principais segmentos objetivaram a unificação do movimento operário. Em 1906 ocorre o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Brasileiros. Em decorrência do Congresso duas tendências ideológicas se afirmam, a socialista e a anarquista. Porém, grande parte das lideranças opta pela tática anarco-sindicalista<sup>27</sup>.

A partir do final do século XIX com a acentuação das imigrações surgem periódicos socialistas e anarquistas com alcance no público leitor de trabalhadores alfabetizados. São jornais que foram vítimas de censura, empastelados e com alguns de seus diretores, estrangeiros expulsos do país. O movimento anarco-sindicalista atua num papel preponderante nesse contexto do início da imprensa e do jornalismo político, refletindo a formação de um operariado brasileiro constituído em grande parte pela imigração. Em centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e algumas regiões do nordeste, sob a ação de vanguardas operárias anarquistas ocorriam às primeiras agitações sociais<sup>28</sup>.

A difusão dessas idéias se dava através da imprensa operária, que aproximadamente na época contava com mais de 150 jornais na capital e no interior de

---

<sup>26</sup> Em 1823 o *Correio Paulistano* anunciava a presença de perigosos anarquistas em São Paulo, avaliados como chefes e partidários dessa “terrível seita destruidora [...] para no final das contas virem aqui implantar a desordem e uma luta fratricida incompatíveis com a abundância e a excelência de nossos recursos de vida. O grau de periculosidade atribuído ao movimento libertário aumentava a medida que proliferaram os jornais anarquistas dedicados a denunciar os maus tratos nas fazendas, o trabalho de menores nas fábricas, o baixo nível dos salários e as condições de insalubridade nas fábricas. Na última década do século XIX surgiram os jornais *Gli Chiavi Bianchi* (1892); *L’Operário* (1898); *L’Asino Umano* (1894); *La Birichino* (1896); *L’Avvenire* (1894); *L’Azione Anarchica* (1900); *O Libertário* (1898), e a *Lanterna* (1901). In: RODRIGUES, Edgard, **Socialismo e Sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p.64.

<sup>27</sup> Até 1920, apesar do movimento operário ativo ser mais de anarquistas e anarco-sindicalistas, os católicos, os socialistas e os sem orientação política também participam do funcionamento destes órgãos; depois de 1920 os comunistas lutarão para impor sua tática e dominar os sindicatos. CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo**. São Paulo, 1965.

<sup>28</sup> O crescimento das cidades e a diversificação de suas atividades foram os requisitos mínimos de constituição de um movimento da classe trabalhadora. As cidades concentraram fábricas e serviços, reunindo centenas de trabalhadores que participavam de uma condição comum. Sob este último aspecto, não havia muita diferença com as grandes fazendas de café. Mas nos centros urbanos a liberdade de circulação era muito maior, assim como era maior a circulação de idéias, pôr maior que fossem as diferenças de instrução e a ausência de veículos amplos de divulgação, como viria a ser o rádio e a televisão. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2.ed.. São Paulo:Universidade de São Paulo, 1995. p.297.

São Paulo<sup>29</sup>. Dentre essas publicações se destacam *A Terra Livre*, de 1905 do anarquista Edgard Leuenroth, e que posteriormente lança *A Plebe*, de 1917<sup>30</sup>. Segundo Carneiro (2003), a história da imprensa é simultânea a história da censura, o poder das publicações na manutenção da “ordem” exigiu dos governantes meios adequados para a repressão<sup>31</sup>.

As greves ocorridas na região sudeste em 1918 e 1920, já evidenciavam a tônica na questão social e demonstravam o despertar de uma consciência proletária influenciada primeiramente pelo anarquismo e posteriormente pelo marxismo.

A questão social é potencializada após a Primeira Guerra. A greve de 1917 em São Paulo é um marco simbólico da atomização das reivindicações operárias. Tendo

---

<sup>29</sup>Euclides da Cunha, no interior paulista na cidade de São José do Rio pardo, foi um dos fundadores do socialista O Proletário, em 1899. O jornal, que durou até 1903, defendia um programa político moderno. Defendendo a criação de tribunais trabalhistas, pensão para idosos e inválidos, voto para as mulheres e gratuidade do ensino e da justiça. Segundo, CARNEIRO (2003), foi no Estado de São Paulo que o jornalismo militante de esquerda proliferou desequilibrando a “ordem instituída”. A capital –principal pólo industrial e núcleo de concentração de imigrantes- não tardou a liderar este gênero de publicação contando com 149 títulos entre 1890-1920, dos quais 53 eram editados em língua estrangeira. As sedes de redação dos jornais “subversivos” multiplicaram-se pelos bairros preferidos pelos imigrantes e o operariado em geral, dentre os quais estavam o Bexiga, Barra Funda, Brás, Mooca, Bom Retiro e vila Zelina. CARNEIRO, Maria Tucci. Imprensa irreverente, tipos subversivos. In: CARNEIRO, Maria Tucci; KOSSOY, Boris. (orgs) **A Imprensa Confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo do Estado, 2003. p. 25.

<sup>30</sup>Segundo CARNEIRO (2003), o jornal *A Plebe*, testemunhou as tensões políticas de grupos divergentes na década de 30, refere-se aos conflitos dos integralistas com socialistas e anarquistas nas ruas paulistas. “... viviam (os integralistas) pelos cafés a bancar os valentões [...] vinham eles dizendo nas esquinas e às mesas de café que haviam de beber o sangue dos antifascistas de São Paulo.” *A Plebe*, 13 de outubro de 1934.

<sup>31</sup> Avaliando a documentação produzida e arquivada pela polícia percebemos que a repressão contra os jornais militantes se processou em diferentes fases, formas e intensidades:

1ª fase (1808-1924): quando o confisco de jornais esteve sobre a responsabilidade da Intendência de Polícia do Rio de Janeiro. Nesta fase detectamos a gênese do jornalismo político militante, inicialmente porta voz de propostas reformistas republicanas e que, nas últimas décadas do século XIX, somou forças com outros segmentos defensores da revolução social. A partir de 1907, com a promulgação de duas leis de expulsão –o Decreto nº 1641, de 7 de janeiro de 1907 e o Decreto nº 4247, de 6 de janeiro de 1921- o Estado instrumentalizou-se de forma a inibir a ação dos militantes estrangeiros em território nacional, ato que atingiu inúmeros editores, jornalistas e tipógrafos envolvidos com o movimento operário, anarquista e antifascista. 2ª fase (1924-1983): quando a polícia de São Paulo foi reorganizada pela Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924, criando e subordinando a Delegacia de Ordem Política e Social ao Gabinete de Investigações e Capturas. Sob o olhar e a ação vigilante do DEOPS ficou sob vigilância, dentre outros segmentos da resistência, o periodismo dito “revolucionário”. O auge do confisco aos periódicos ditos de esquerda ocorreu durante as ditaduras de Getúlio Vargas (1930-1945) e Militar (1964-1978). Em ambas as fases, a polícia criou um aparato de regras, técnicas de observação e métodos de inspeção semelhantes aquele empregado pela polícia francesa no século XVII e XVIII. Esses métodos foram sendo aprimorados a partir do final do século XIX e no decorrer do XX á medida que crescia o temor às revoltas populares. Dedicada a manter a “pacificação interna”, a moderna polícia brasileira voltou o seu olhar vigilante para os jornais e jornalistas rebeldes avaliados como um dos múltiplos pontos criadores de tensão CARNEIRO, Maria Tucci. Imprensa irreverente, tipos subversivos. In CARNEIRO, Maria Tucci; KOSSOY, Boris. (Orgs). **A Imprensa Confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo do Estado, 2003. p. 21.

como conseqüência de seu desdobramento uma luta frustrada pelo aumento salarial, os trabalhadores vêem suas propostas rejeitadas e ampliam seu movimento acarretando a união dos trabalhadores e propiciando maiores manifestações.

No Rio de Janeiro ocorrem greves violentas em 1918 e 1920 e a jornada de oito horas é conquistada e os movimentos de reivindicações legitimam a instabilidade social proporcionadas pelas mutações econômicas e políticas brasileiras.

A luta política no cenário nacional é marcada também pelos conflitos no seio da oligarquia rural dominante e nas revoltas desencadeadas pelo Movimento Tenentista, em contestação ao monopólio político das lideranças regionais que controlavam de maneira fraudulenta o regime. Esse controle ocorria num contexto de divergências entre as oligarquias em torno da sucessão presidencial. Período conhecido como a política do "café com leite".

As transformações do entreguerras proporcionam a gestação de uma consciência política das classes médias urbanas oriundas da burocracia, do comércio, das pequenas empresas e do exército. Consciência que é reflexo da insatisfação e revolta em relação ao sistema político vigente e da compreensão da necessidade de renovação dos costumes políticos. E a contestação contra o regime é característica do Movimento Tenentista dirigido por jovens oficiais das Forças Armadas.<sup>32</sup>

O ano de 1922 é freqüentemente citado como símbolo da mutação em curso. Foi o ano que se produziu a primeira revolta dos jovens oficiais, os famosos tenentes, cujas rebeliões e longas jornadas através do país iriam demonstrar a adesão da nova geração militar ao projeto de reforma do Estado, de tal modo que este pudesse dar forma à nação.<sup>33</sup>

As rebeliões tenentistas têm início em 1922 com a insurreição de Fortaleza de Copacabana, estendendo-se para outros Estados. O movimento ganha força e os tenentes organizam a Revolução de 1924, que deveria repercutir em todo o território nacional, porém só se consolidara em julho em São Paulo. A capital do Estado é

---

<sup>32</sup>Embora não possa se estabelecer uma relação mecanicista entre tenentismo e classe média, o tenentismo não constitui um movimento homogêneo. O processo insurrecional desencadeado no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 1922 e 1924 não pode ser sumariamente assimilado a suas manifestações no Rio Grande do Sul com o manifesto de Santo Ângelo, de Prestes, ou com a "Comuna de Manaus", no Amazonas. Da mesma forma, a Coluna Prestes representou uma experiência revolucionária mais ampla, tendo, como conseqüência, a explicitação de algumas tendências ideológicas latentes desde a revolução de 24. Neste sentido o ciclo de insurreições tenentistas teve o mérito de abrir novas alternativas na contestação do regime da Velha República, que irão manifestar-se após a Revolução de 30 numa gama de opções políticas que irão desde a extrema-direita até a extrema-esquerda. In: TRINDADE, Helgio. op. cit., p. 25.

<sup>33</sup>PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990. p. 26.

ocupada durante mais de um mês, porém, não conseguindo manter o domínio se deslocam para o Paraná na expectativa de uma revolução no Rio Grande do Sul.

Em outubro a revolução eclode no sul do país sob a liderança de Luís Carlos Prestes, e também nos Estados de Sergipe, Mato Grosso, Pará e Amazonas. A Revolução de 1924 obteve sucesso somente na Amazônia com êxito de um mês da "Comuna de Manaus". Devido às impossibilidades de sucesso no Rio Grande do Sul os rebeldes se dirigem ao Estado do Paraná ao encontro das tropas paulistas, em abril de 1925, formando a "Coluna Prestes" com um contingente de mais de mil homens sob o comando do General Miguel Costa e do Capitão Prestes. Com um saldo de mais de cinquenta combates e quase vinte e cinco mil quilômetros percorridos até fevereiro de 1927, se refugiam na Bolívia.

Desde o início das transformações, ocasionadas entre outros fatores, com as greves pioneiras, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Revoltas Tenentistas em 1922, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) no início da década de 30, e a Intentona Comunista em 1935, são evidenciados no Brasil as contradições inerentes a periferia do sistema do capital.

A questão da luta social e política como desdobramento do contexto econômico ao qual o país estava articulado no sistema internacional, proporcionou reflexos sobre a intelectualidade brasileira impulsionando a proposição de novas concepções políticas concernentes a uma nova realidade nacional.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é organizado com um congresso realizado em março de 1922 e o PCB no aspecto da militância desenvolveu-se lentamente agremiando algumas centenas de membros<sup>34</sup>. No aspecto de sua influência ideológica o movimento obteve êxito devido à sensibilidade de suas lideranças em utilizar a imprensa como recurso para a difusão ideológica. Instrumento também utilizado por outros movimentos de caráter político como a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e Ação Integralista Brasileira (AIB).

Num contexto de conflitos sociais intensificados a partir de 1920 e do crescimento de organizações de trabalhadores, o intento de unificação do operariado por

---

<sup>34</sup>É preciso observar que uma das razões da fraqueza de sua implantação é que ele se encontra freqüentemente na clandestinidade. O PCB é legalmente reconhecido entre as duas guerras somente de março de 1922 a julho de 1924, e durante alguns meses em início de 1927. Segundo um recenseamento da Terceira Internacional o partido teria logo após a sua formação 500 membros a partir de 1923 quando deve entrar na clandestinidade o número de seus aderentes não ultrapassa 350 In: TRINDADE. op. cit., p. 22.

parte do PCB não alcança êxito pleno, sem efetivamente se consolidar como um partido de massas, êxito este, alcançado pela ANL na segunda metade da década de 30.

No aspecto econômico, o crescimento da indústria em determinadas regiões do país não deve somente sua expansão a Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências relativas ao comércio internacional. Haja vista que o empreendimento industrial começou no final do século XIX,<sup>35</sup> porém, é incontestável que a Primeira Guerra agiu como fator de impulsão, alterando a exclusividade dos intercâmbios tradicionais no mercado internacional.

A década de 20 representa a fase de transição de uma economia de exportação de produtos primários, até então vigente, para um modelo econômico de investimentos na indústria, mas que ainda privilegiava a manutenção da política agrária exportadora<sup>36</sup>.

O processo industrial avança após as pequenas crises de 1920 e 1924, porém a economia cafeeira começa a se agravar com a política de estocagem. A economia predominantemente exportadora sofre, porém o impacto da crise de 29, agravando a hegemonia do sistema agrário da velha Republica e abrindo perspectivas ao fortalecimento da economia industrial orientada para o mercado interno, dentro do processo de substituição das importações.

Temos aqui dois fatores que não são novidade nas análises sobre os fenômenos políticos das décadas de 20 e 30; a crise é potencializada com a nova correlação de forças mundiais, especialmente com a emergência da experiência do leste europeu e toma maiores proporções quando o choque não é apenas político, mas também econômico com a crise de 1929.

A crise de 1929 no Brasil foi também um fator desencadeador para mudanças na atividade econômica, que precisa se deslocar para o mercado interno, sendo um

---

<sup>35</sup>Algumas condições favoráveis aparecem no século XIX: a generalização do trabalho livre, em 1888, pela abolição da escravatura; uma mais forte imigração de colonos europeus e a formação de um mercado interno associado à expansão da economia cafeeira. CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo**. São Paulo, 1965. p.3.

<sup>36</sup>Uma recessão nos países “centrais” determina, de todos os modos, a recessão imediata do mais “dinâmico setor produtivo local, o que pôr sua vez se traduz em uma recessão da economia dependente em geral. A partir daí, abre-se um leque de respostas possíveis desta economia contraída [...] De sorte que, em épocas de crise, quando não é possível importar esses tipos de bens mesmo a política mais industrializante que historicamente se conheça não pode ir muito além de um emprego relativamente eficiente da capacidade de produção já instalada e de certos avanços em campos conformes com o limitado desenvolvimento das forças produtivas locais. E isto é o que demonstra, efetivamente, o processo de industrialização latino-americano. CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983. p.154.

marco significativo das mudanças nas relações econômicas e sociais engendrando reflexos na infra-estrutura e na superestrutura. A industrialização e a urbanização proporcionaram significativas mudanças nas relações políticas entre as classes sociais sob a tutela da estrutura do Estado que expandia seus aparatos de controle.

As disputas para rearticulação de um novo bloco de poder propiciaram processos de crise política e econômica potencializando as disputas entre propostas de Estado Intervencionista, como reflexo da instabilidade do sistema internacional do capital e do embate entre as ideologias legitimadoras das potências imperialistas em conflito pela hegemonia.

Em países como o Brasil entraram em cena muitos movimentos políticos que refletiam as disputas ideológicas que estavam sendo propaladas no exterior. Segundo, Carone, (1978, p. 289):

Ainda não foi suficientemente estudado o problema dos primórdios do fascismo no Brasil. O curioso é que a primeira manifestação se dá prematuramente, em 1922, com a fundação da Legião do Cruzeiro do Sul, possivelmente imitação do movimento dos Fâscios e do episódio da Marcha sobre Roma. Existe em 1928, um Partido Fascista, provavelmente formado por italianos, com o beneplácito das autoridades peninsulares do Brasil. A revolução de 1930 permite maiores manifestações das classes médias e operárias. De segmentos das classes médias surgem as manifestações direitistas, todas elas ainda calcadas no modelo italiano. É que Hitler e o nazismo, com o seu nacional e o seu socialismo, ainda levam muitos a não perceberem o sentido real de seu movimento<sup>37</sup>.

O contexto internacional marcado pelo espectro da crise política e econômica potencializa a disputa entre propostas antagônicas ameaçando a manutenção das elites tradicionais no poder no centro e na periferia do sistema capitalista. E, para Trindade (1974), a “ascensão da direita na década de 1930 caracteriza-se também pela organização de vários movimentos de inspiração fascista”.

É importante ressaltar as manifestações políticas que antecederam a ascensão da Ação Integralista Brasileira. A existência desses movimentos e partidos políticos, como a Legião Cruzeiro do Sul, e o Partido Fascista marcam o clima de instabilidade política e divergências existentes entre classes e frações de classe no período.

Entre o final da década de 20 e à década de 30 surge a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista);

---

<sup>37</sup>CARONE, E. **A Segunda República**. 3. ed. São Paulo: Dif. Européia do Livro, 1978. p. 288.

O primeiro movimento é a Ação Social Brasileira, de J. Fabrino, que se propõe, sem êxito, a organizar um Partido Nacional Fascista. O programa define-o como “um partido político nacionalista que tem por fim pugnar pela realização de todas as medidas favoráveis ao fortalecimento moral, intelectual e material do Brasil [...]. Para a A.S.B. , que se põe a serviço da disciplina e da vontade, a Lei esta acima do Homem, a Ordem acima da Lei, o Direito acima da Ordem e a Pátria acima de tudo. A A.S.B. executará pela razão ou pela força todos os atos necessários á realização de seu triunfo”. O programa do Partido divide-se em duas partes: a primeira, intitulada “Vontade”, expõe as grandes linhas da sua plataforma política, onde aparecem as medidas de proteção à agricultura, ao desenvolvimento industrial, à educação mental e moral do povo, em favor da nacionalização de diversos ramos da economia (pesca, marinha mercante, utensílios agrícolas e imprensa política, sem esquecer as medidas de “fortalecimento da raça” . O objetivo geral do movimento é a substituição do regime federativo, cuja a força dissolvente, dividiu o Brasil, por um todo homogêneo, organizado a partir da célula municipal a fim de restabelecer “a unidade nacional” , dentro do sistema corporativo”. A segunda parte do programa, cognominada de “Disciplina”, estabelece o tipo de organização necessária á realização destes objetivos: [...] O chefe da A.S.B é soberano. Poderá “suspender, licenciar, eliminar qualquer dos membros acima citados”, assim como, “vetar decisão de seus subordinados”. Os militantes usarão um uniforme que “constará de camisa azul celeste, com o Cruzeiro do Sul todo em branco sobre o coração, gravata-azul marinho, calças caqui sapatos pretos” [...] O programa termina por um ato do chefe do Partido impondo sua vontade absoluta e definindo o caráter autoritário do movimento: “Como chefe da A.S.B., investido do mandato que emana não só da minha própria decisão, como da natureza e essência desta iniciativa, elaborei este plano de ação, para cuja defesa me invisto de plenos e ilimitados poderes”<sup>38</sup>.

Também fazemos referência a Legião Cearense do Trabalho<sup>39</sup>; o Partido Nacional Sindicalista<sup>40</sup>, e o movimento monarquista Ação Imperial Patrionovista<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: DIFEL, 1974. p. 112.

<sup>39</sup> Fundada no Ceará em 1931 pelo tenente Severino Sombra, fez parte de um movimento de natureza corporativista, integralista e católico de organização de trabalhadores. Antecessora da Ação Integralista Brasileira criada por Plínio Salgado, manteve-se em atuação até 1937, quando Getúlio Vargas decretou o estado Novo no Brasil, dissolvendo entidades de representação de classe. O seu surgimento esta associado a expansão do pensamento de direita no Brasil nos anos de 1920-1930, distinguindo-se por sua opção pelos trabalhadores, já que na maioria das vezes era a classe média o alvo principal desse ideário conservador. Teve como co-fundadores o tenente Jeová Mota e o padre Helder Câmara. A maioria de suas lideranças teve experiência adquirida nos Círculos Operários Católicos, na União dos Moços Católicos, Ligas dos Professores Católicos e na Juventude Operária Católica. Nascida das preocupações sobre o destino social do país, tem suas hostes compostas basicamente de jovens católicos antiliberais e anticomunistas e militares opositores da revolução de 1930. Esteve ligada ao projeto de recristianização da sociedade moderna planejado pela Igreja Católica através do apostolado leigo, reunindo em torno de seu ideário concepções herdadas de matrizes políticas como os fascismos italiano e português. Combatendo os chamados vícios do mundo industrial e materialista – tônica do discurso social da Ação Católica – e conclamando as classes sociais a cooperarem entre si para a recuperação dos ideais humanistas, publicou o jornal “O Legionário”, através do qual difundiu seus ideais e suas conquistas. No seu projeto político mais amplo, havia a proposição de uma sociedade de feições corporativas, onde

### Segundo Trindade (1974):

Com exceção da Legião Cearense que teve uma penetração importante, esses movimentos são organizações com implantação apenas regional, reunindo um pequeno grupo de indivíduos e com audiência política restrita, cuja relevância é ter precedido e reforçado a convergência ideológica de direita. Nascidos à margem das forças revolucionárias no poder, eles são dirigidos por líderes civis ou militares, em geral hostis a Revolução de 1930, mas conscientes das novas perspectivas à ação política abertas pelo movimento revolucionário com a derrubada da Velha República<sup>42</sup>.

A tese que busca explicar as opções e experiências políticas na perspectiva do mimetismo ideológico nos parece simplista no sentido de não levar em conta as mudanças ocorridas com crise do bloco histórico propiciando uma rearticulação política em busca de hegemonia no que se refere às transformações nacionais do período.

O contexto em debate abriu espaço para o advento de novas propostas de organização política que baseadas numa perspectiva nacionalista e de Estado forte propunham projetos fundamentados no debate intelectual brasileiro. Esses movimentos figuram na história política nacional como os precursores do fenômeno de extremismo político no cenário nacional.

---

predominaria a solidariedade entre as classes sociais e um Estado Forte e centralizado, concordante com os princípios morais e éticos da Igreja católica [...]. A partir de 1932, enquanto esteve sob a direção de Jeová Mota e de Helder Câmara em razão do exílio de seu fundador em Portugal, a legião se aliou com a AIB, fundindo o discurso de arregimentação de trabalhadores e a farda cáqui com a pregação pequeno-burguesa e a camisa verde do integralismo pliniano. CORDEIRO Jr., Raimundo Barroso. Legião cearense do Trabalho In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 195.

<sup>40</sup> O terceiro Movimento é o Partido Nacional Sindicalista, idealizado pelo jornalista mineiro Olbiano de Mello. Paradoxalmente, embora seu projeto tenha ficado praticamente no papel, seus planos de organização de um movimento político eram mais elaborados que os dos precedentes. [...]. A atitude de Olbiano frente a Revolução de 1930 é semelhante a de Salgado e a de Sombra. A seu juízo a Revolução foi “um movimento armado desencadeado entre políticos sob os aplausos ingênuos do povo brasileiro. [...] Olbiano de Mello não hesita em reconhecer que optou pelo fascismo. Sua evolução ideológica, partindo da análise de que a Revolução de 30 é “uma etapa da revolução social que se opera no mundo”, realiza-se numa atmosfera impregnada pelo fascismo. “Eu, no sertão mineiro, fixava-me no fascismo, convencendo-me que implantação do sistema no Brasil resolveria a questão social entre nós”. (FABRINO (J.) apud TRINDADE, 1974, p. 117-118).

<sup>41</sup> O último movimento é a Ação Imperial Patrionovista, organização neomonarquica, católica e corporativista. Foi fundado em 1928, com a finalidade de restaurar a monarquia tradicional (...). Um dos líderes do grupo monarquista, Sebastião Pagano, num artigo publicado em 1932, sob o título “Do Conceito de Estado Integral”, define a posição dos patrionovistas com relação ao Estado: “Se o estado deve integralmente satisfazer essa necessidade, essa finalidade social humana, um Estado perfeitamente aparelhado chama-se Estado Integralista, por oposição ao Estado que, por defeito de organização, deixa integralmente de atender a necessidades do homem em sociedade na tendência por seu legítimo fim”. Caracteriza o Estado Integral, como sendo um “conjunto orgânico, nacional, hierarquizado e harmônico [...]”. (PAGANO apud TRINDADE, , 1974. p. 122-123).

<sup>42</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: DIFEL, 1974. p. 111.

## **1.4 Pensamento Conservador, imprensa e propaganda política: influências da AIB.**

No contexto de reivindicações e mudanças de aspectos políticos econômicos e sociais, segundo Trindade (1974), “uma mutação ideológica se opera entre as elites intelectuais”, e as propostas de um Estado centralizado e rigidamente hierárquico ganhavam popularidade como modelo de organização social e, o mercado editorial divulgava as interpretações a respeito dos projetos de Estado nacional desenvolvidas por tendências políticas variadas marcadas pelo forte nacionalismo.

O nacionalismo que recebe novo impulso a partir da década de 20 tem uma dimensão complexa, abrangendo vários setores da sociedade, onde as perspectivas econômicas, antiimperialistas, cívica e militar são destacadas por segmentos da imprensa refletindo as mudanças de perspectivas por parte dos defensores de um modelo político genuinamente nacional. E, é constituída uma atmosfera intelectual que vai modelar o pensamento dos intelectuais e políticos contemporâneos a esse período histórico.

As publicações e movimentos de inspiração nacionalista confirmam esta análise, pois em 1916 é fundada a "Revista do Brasil" em 1917 a "Revista Braziléa" dirigida por Monteiro Lobato, assim como a organização em 1915, da "Ação Social Nacionalista",<sup>43</sup> da "Liga da Defesa Nacional" (1916), e da "Liga Nacionalista" (1917)<sup>44</sup>.

Segundo Pécault (1990), os intelectuais dos anos 1925-1940 mostravam-se, sobretudo interessados com o problema da identidade nacional e das instituições. Do período da Proclamação da República até a Primeira Guerra, o pensamento europeu exerceu influência entre as elites nacionais. A partir da década de 20 desenvolvem-se novas reflexões, caracterizadas por um enfoque sociológico na análise da realidade nacional guiadas pela busca de um pensamento nacional independente de modelos estrangeiros.

Duas tendências, então, começam a se delinear e a se cristalizar nesse cenário do debate intelectual brasileiro. Em primeiro lugar, a emergência, cada vez mais forte, de um tema nacionalista, que conterà dois subtemas: o primeiro deles é a necessidade de

---

<sup>43</sup> “Este movimento tinha um periódico cognominado de Gil Bras, que definia no seu programa uma linha de pregação nacionalista combatendo a "americanismofobia" e os abusos do povo canadense." In: TRINDADE, H. op. cit., p. 38.

<sup>44</sup> TRINDADE, H. op. cit., p. 29-30.

uma nação una, unificada e harmoniosa, que não sofra periodicamente convulsões. Para isso será necessário começar a pesquisar a verdadeira base sobre a qual se constitui a nação. O segundo subtema é a emergência, nesse caso mais lenta, de algo que está quase sempre embutido no nacionalismo: a oposição ao externo, a tudo que é exterior, exógeno.

A Segunda tendência será a lenta cristalização de um pensamento ou ideário autoritário-conservador. Para esse pensamento não se tratará, é claro, de propugnar a volta ao “velho”, representado na nossa herança política senhorial, mas sim de repensar a república forte, que escapasse das flagrantes deficiências da República liberal (NOVAES, 1996).

Segundo Lima e Cerqueira:

Por um lado, a introdução da análise sociológica no esforço de reinterpretação da realidade brasileira. Por outro, a afirmação da necessidade de se elaborar um pensamento social autônomo, capaz de equacionar os problemas nacionais, bem como identificar suas soluções, a partir de sua perspectiva própria, libertando-se de modelos estranhos a nossa realidade [...]. No pensamento social, esta preocupação com o conhecimento da realidade brasileira se faz sentir desde Sílvia Romero, evoluindo através das obras de Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, entre outros. Porém é com Oliveira Vianna, Alberto Tôrres, Azevedo Amaral e Licínio Cardoso para citar um dos nomes mais representativos, que, este esforço de interpretação e análise da organização social e política do Brasil, alia-se a preocupação com a utilização de categorias sociológicas, rompendo com o tipo de análise meramente descritiva e normativa então dominante<sup>45</sup>.

Alberto Torres, Oliveira Vianna e Jackson de Figueiredo são alguns dos expoentes mais representativos da direita neste contexto de discussão acerca dos “rumos da nação” e os temas por eles abordados estarão presentes no debate de intelectuais do período que discutem a necessidade de um novo modelo de Estado nacional. Porém, muitos desses temas em voga, serão retomados e reinterpretados por Plínio Salgado e os dirigentes da AIB para dar subsídio à elaboração da ideologia integralista e na formulação do projeto do Estado Integral.

Analisando as novas formas de pensamento propiciadas pelas mudanças nas conjunturas da sociedade brasileira, Araújo (1988), salienta o impacto do cientificismo

---

<sup>45</sup> LIMA, Maria R. Soares de; CERQUEIRA, Eli Diniz. O modelo político de Oliveira Vianna. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 30. Belo Horizonte: UFMG, p. 109, 1971.

no Brasil<sup>46</sup>. Desde a segunda metade do século XIX as perspectivas positivistas, naturalistas e o ceticismo dominavam as camadas intelectuais proporcionando a descristianização e a laicização da inteligência. Segundo Trindade (1974, p.37), “Toda a literatura particularmente entre 1850 e 1890, é agnóstica, cética e freqüentemente anticlerical”<sup>47</sup>.

O filósofo católico Farias Brito<sup>48</sup> (1861-1917) foi um importante representante da reação espiritualista desencadeada no início do século XX no Brasil e, sem participar diretamente da renovação católica, contribuiu com sua crítica filosófica colocando em questão a herança positivista.

Suas obras tiveram grande repercussão sobre a jovem à geração de intelectuais preocupadas com o impacto do cientificismo e com o debate nacionalista, especificamente sobre Jackson de Figueiredo, seu futuro discípulo e figura central da renovação católica brasileira. Em 1916 a conversão ao catolicismo de Figueiredo (1891-1928)<sup>49</sup> e a atuação do padre Leonel França consolidam a propagação do movimento espiritualista<sup>50</sup>.

---

<sup>46</sup>“O racionalismo vai começar a sua obra “desagregadora” pela negação dos princípios morais e religiosos que eram defendidos pelo monoteísmo. Introduzindo a “semente da dúvida” no coração dos homens, a ciência consegue romper o compromisso que eles haviam celebrado na humanidade anterior, com os valores trancedentais do espiritualismo. Desse modo, através do privilegio do livre-arbítrio, do relativismo e da experimentação, os argumentos racionais chegam a abrir uma brecha e abalar o caráter absoluto e invariável do cristianismo medieval, dando passagem ao mundo moderno.” ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Totalitarismo e revolução**: integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 39.

<sup>47</sup>O retorno a uma perspectiva espiritualista tem sua gênese com a renovação católica na França no final do século XIX com o intento de restaurar os valores espirituais nas expressões literárias em oposição ao cientificismo dominante. O movimento de renovação espiritual no Brasil inicia-se com a separação da igreja e do Estado (1890) no início da República. O precursor deste intento é Julio de Moraes Carneiro (1860-1916) mais conhecido como padre Julio Maria. TRINDADE. Helgio, op. cit., p. 37-38.

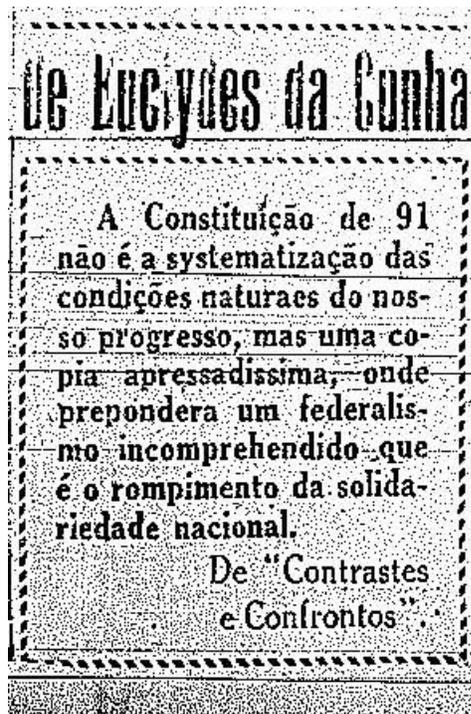
<sup>48</sup> “As principais obras de F. Brito são: A Filosofia como Atividade do Espírito (1895), Filosofia Moderna (1899); Evolução e Relatividade (1905); A Verdade Como Regra das Ações (1905); A Base Física do Espírito (1912) e O Mundo Interior (1914). In:Trindade. Helgio, op.cit., p. 38.

<sup>49</sup>As idéias de Figueiredo relativas à necessidade de um Estado forte e a ênfase no resgate da moral nacional baseada em princípios cristãos estão presentes nos artigos de Salgado no período de atuação no jornal “A Razão” e influenciaram a ideologia da AIB, a influência do catolicismo social é evidente no lema do movimento: “Deus, Pátria e Família”. Os principais livros de Figueiredo que fundamentam o catolicismo da ideologia integralista são: Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito (1916); O Crepúsculo Interior (1918); Humilhados e Luminosos (1921); Pascal e a Inquietação Moderna 91921), A Reação do Bom Senso (1923); Afirmções (1924) e Literatura Reacionária (1924). In: Trindade.Helgio, op.cit., p. 38.

<sup>50</sup>O ano chave é 1922: primeiro fundação no Rio de Janeiro do “Centro D. Vital” e da “Revista Ordem” que são o ponto de encontro da nova intelectualidade católica; segundo em virtude da publicação de duas obras fundamentais, uma do padre França, “ A Igreja a Reforma e a Civilização” e a outra de J. Figueiredo “Pascal e a Inquietação Moderna Trindade. Helgio, op. cit., p. 40.

Farias Brito e Figueiredo exerceram grande influência sobre a formação intelectual de Plínio Salgado. Segundo Trindade (1974, p.39), o primeiro foi considerado pelos intelectuais católicos do “Centro D. Vital” como precursor do espiritualismo no Brasil e por Plínio Salgado como o inspirador da “concepção filosófica integralista”. E, Jackson de Figueiredo é uma figura elementar na renovação espiritual católica agremiando, numa perspectiva religiosa e nacionalista, jovens intelectuais que consolidarão a reação católica, como Alceu Amoroso Lima<sup>51</sup>, futura liderança católica nacional.

A intelectualidade nacional que desde o Império tinha seus olhares voltados para o exterior, teve simbolicamente com a publicação em 1902 de "Os Sertões", de Euclides da Cunha, um marco histórico da sua reconciliação com a realidade do país. Euclides da Cunha com seu intento de valorização da literatura nacional após "Os Sertões" rompeu com os empecilhos para a consolidação da ênfase numa perspectiva de valorização da tradição brasileira.



**Imagem 3:** O jornal Acção, em muitos números, colocava trechos de obras de intelectuais nacionais justificando assim suas idéias políticas como herdeiras de um pensamento social genuinamente nacional. Acção 23 de novembro de 1936, n°. 341, p.3.

<sup>51</sup> “Alceu Amoroso Lima transformou-se em guardião vigilante de uma ordem moral e, após 1930, em incansável defensor da tutela da Igreja sobre o ensino público. Muitos membros dessa corrente, inclusive Amoroso Lima, ingressariam depois, de forma duradoura ou não, no movimento integralista de 1933”. Pécault. Daniel, op. cit., p. 28.

Monteiro Lobato e Alberto Torres foram figuras importantes na construção de uma perspectiva nacionalista no cenário político brasileiro: "O nacionalismo recebe de Lobato um de seus símbolos mais característicos através do personagem subalimentado e apático do" Jeca Tatu "encarnando o homem brasileiro abandonado..."<sup>52</sup>.

Muitos dos intelectuais em popularidade nesse contexto animaram e impulsionaram discursos e propostas nacionalistas de tendências políticas diversas. E o nacionalismo propagado pela AIB encontra um caminho propício para a divulgação de sua propaganda política devido à emergência do debate da questão nacional.

Alberto Torres exerceu grande influência nos temas abordados na ideologia e na imprensa integralista. Suas concepções acerca da realidade brasileira como a defesa do nacionalismo, da organização tecnocrática do Estado e da crítica a ausência de um projeto político verdadeiramente brasileiro foram retomadas pela propaganda política da AIB. Sendo que em muitos números do jornal *Acção* eram reproduzidos trechos de obras de Torres e em muitos artigos a articulação das idéias do referido autor eram citadas para justificar o projeto político do Estado Integral.

Retomamos alguns elementos do pensamento político de Torres, pois o mesmo está situado entre os autores mais representativos da geração de intelectuais do início do século XX que tinham como preocupação discussão do Estado nacional.

A sua influência na configuração da ideologia integralista caracteriza a interpretação de que os germes ideológicos do extremismo político no Brasil têm sua gênese dentro da tradição de pensamento burguesa. Onde os líderes da AIB captam elementos difusos da interpretação da conjuntura política por parte de setores da intelectualidade nacional e os rearticula na proposição de que a ideologia integralista é portadora de um projeto político genuinamente nacional.

Enquanto político e ensaísta as obras de Alberto Torres explicitam a preocupação acerca da necessidade de reformas políticas no Brasil. Fazemos referencia a dois livros do autor que o jornal *Acção* reproduziu muitos trechos: "Organização Nacional", de 1914 e "O Problema Nacional Brasileiro", de 1915<sup>53</sup>.

Nestas obras é explicitado que uma transposição ideológica e institucional que não correspondia a nossa realidade e tradição fracassaria, o mimetismo era o motivo de

---

<sup>52</sup> Trindade.Helgio, op. cit., p. 28.

<sup>53</sup> TORRES, Alberto. A organização Nacional. In: \_\_\_\_\_. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938.

não ter sido desenvolvido um espírito nacional, como afirma na obra por ele escrita em 1915. Sua perspectiva abrange a crítica os malefícios da dominação estrangeira e do capitalismo cosmopolita E, esses temas estavam presentes claramente dentro da imprensa integralista na década de 30.

Suas idéias encontraram grande receptividade entre a geração intelectual e política na década de 30, segundo Trindade (1974, p. 29), "tornando-se, aliás, um dos autores mais admirados pelos integralistas". Sem dúvida, dentre as produções sobre a realidade nacional no início do século XX, o pensador que melhor exprimiu o nacionalismo como ideologia legitimadora do Estado foi Alberto Torres, cuja influência sobre as gerações posteriores representativa. (OLIVEIRA, 2003).

Alberto Torres com sua crítica a importação de modelos políticos e ideológicos e com o caráter reformista e conservador de suas propostas, segundo Felix (1985), "representava uma fração progressista da classe dominante de seu tempo".

Preocupado com a reorganização do país ele inicia a campanha revisionista, defendendo em suas publicações a urgência de reformas políticas no sentido de sanar as contradições referentes à Constituição de 1891 através de uma proposta de restauração conservadora e reorganizadora.

Os elementos formadores da ideologia de Torres são encontrados na perspectiva do historicismo organicista. As idéias políticas por ele formuladas têm como base a concepção orgânica da realidade social. A busca da harmonia social seria buscada através de métodos "científicos" de análise, influenciados fortemente pelas formulações de Augusto Comte e Spencer de observação e análise da sociedade, buscando vincular a idéia de uma racionalidade técnica, em busca da ordem, e desta última ao progresso.

Torres é um político que acredita na ordem, estabilidade e segurança como condição para o desenvolvimento. Esta forma de se fazer política – objetiva orgânica e racional – como nos adverte Lamounier (1977) representava a apologia à racionalidade, antes defendida em tratados filosóficos e depois sociológicos, mas que é instrumentalizada na década de 30 com o planejamento estatal e a expansão da burocracia.

Nesse sentido, o Poder Coodenador defendido por Torres, tinha a atribuição de atividades como às dos ministérios, funcionando como órgãos e conselhos técnicos. O seu pensamento político é caracterizado pela defesa na necessidade de uma modelo organicista para o país sob uma perspectiva nacionalista, através de um Estado forte e

centralizado e, defendendo a idéia do potencial agrícola do país como perspectiva de desenvolvimento econômico.

Na concepção de nacionalismo de Alberto Torres a autonomia econômica é essencial. Para tanto propõe a organização da economia nacional sobre as bases de um projeto de nacionalismo agrário. Entende que “o Brasil tem que ser uma república social, por força de seu destino, e da fatalidade do seu curso na era da questão social; e tem de ser intuitivamente, uma república agrícola”<sup>54</sup>.

A ideologia integralista elaborada por Plínio Salgado e o projeto político da AIB, era também caracterizada por uma perspectiva ruralista e, é apontada por Chasin (1978), como um discurso que está em consonância com o debate do período em questão.

Alberto Torres o grande líder do movimento ruralista, que visava à reintegração da nossa civilização em bases mais sadias – as da vida rural que considerava a expressão máxima da nacionalidade brasileira, [...]. Salgado, portanto, não criava no vácuo. Vinha na esteira de uma espessa tradição. Tradição na qual, naturalmente, há que distinguir diversas perspectivas sociais e, suas diferentes objetivações ideológicas. Mas, inegavelmente, e não há dificuldade em o compreender, no geral: o ruralismo é, no Brasil todo um caldo de cultura<sup>55</sup>.

Para Alberto Torres ocorria a necessidade do fortalecimento do Estado, apontando então as diretrizes práticas para o seu aperfeiçoamento, numa tendência reformista e conservadora para nortear a organização do país, através de um “Estado Forte” e intervencionista com a função de manter a unidade orgânica da nação.

O Estado seria na verdade o demiurgo da nação. Mas uma vez fazemos referencia ao importante estudo de Lamounier (1977), ao caracterizar a essência do pensamento de Torres, assim como o de Oliveira Vianna como “Ideologia de Estado”.

Oliveira Vianna foi o grande discípulo de Torres dando continuidade às idéias a respeito de uma ideologia de Estado Forte e de um novo projeto político para o mesmo devido às debilidades geradas pela Constituição de 1891 com a inoperância dos partidos políticos e do sistema representativo.

Vianna também exerceu grande influência nos temas abordados pela ideologia e pela imprensa integralista, que também retoma as idéias do autor como a crítica as

<sup>54</sup> FELIX, Lolita Otero. O discurso ideológico de Alberto Torres. **Revista da UFRGS**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, v.13, p. 163, 1985.

<sup>55</sup> CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**. 1978, p. 445.

influências estrangeiras na vida política nacional e o repúdio ao sistema partidário e o sufrágio. Sendo também freqüentes os artigos do jornal Acção as idéias de Vianna justificando as propostas políticas integralistas e também a publicação de trechos de obras do autor no diário paulista da AIB. A edição número 28 traz uma pequena Manchete intitulada: “De Oliveira Vianna” e reproduz um trecho da obra Populações Meridionais do Brasil. O fragmento trata das novas nacionalidades da Europa e a questão da unidade nacional.

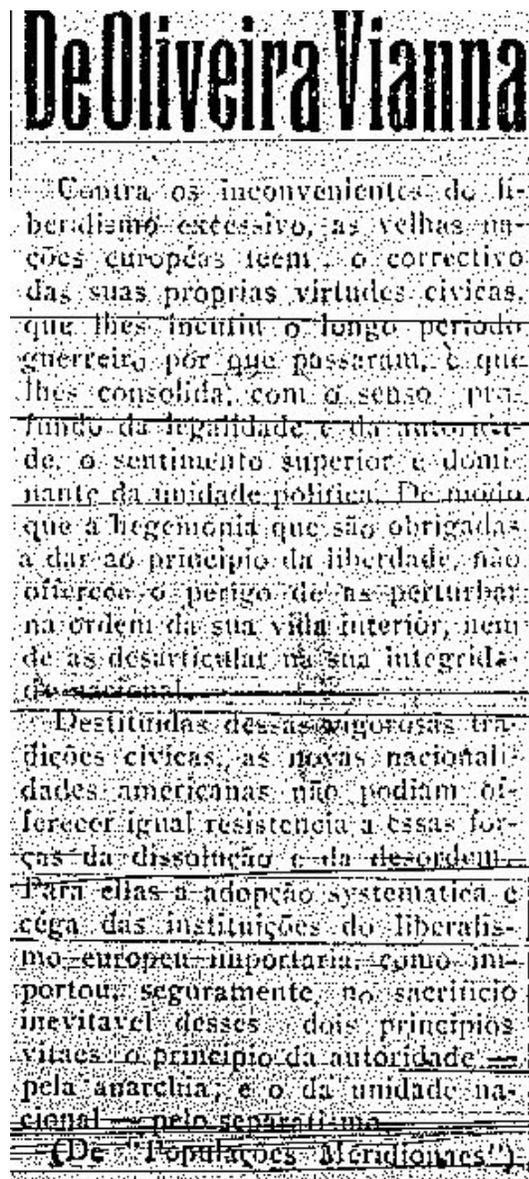


Imagem 4: Acção, 9 de novembro de 1936, n.º 28, p.3.

A falência do modelo liberal no Brasil, para Oliveira Vianna, exigia uma nova organização do poder e o modelo a ser seguido para o projeto de Estado nacional era o corporativismo. E nesse aspecto os integralistas retomam Vianna como o grande intérprete de uma proposta corporativista para o Estado nacional. Modelo que caracterizava o denominado “Estado Integral”.

As influências na concepção de corporativismo de Vianna é bem explicada em um livro obrigatório sobre o assunto. Viera (1976), explicita que Vianna está afinado com várias publicações na Europa sobre o tema corporativismo.

Autores como Manoilescu, Perroux, Pirou, Panunzio e Laski vão em maior e menor medida subsidiar a proposta de uma aplicação de um modelo corporativista para o Estado brasileiro defendido por Vianna. A obra sobre o assunto que fazemos referência situa a posição de Vianna como teórico do corporativismo que não cria nada original e, sim fragmenta as teorias que o influenciaram, mas o seu Estado corporativo não tem partido único e nem uma ideologia organizada. Características que o separam como um autor autoritário e não propriamente fascista segundo os critérios do debate acadêmico produzido no Brasil a partir de 1970 que falaremos adiante.

O ecetismo explicou assim a atitude fragmentadora, e o idealismo permitiu a resolução da questão teórica fundamental de Vianna: a fusão do país real com o país legal, cuja separação era sempre criticada ao referir-se ao liberalismo.

Estava concluído o quadro: as corporações representam o papel de mediação entre os dois países, sob a direção de um Estado forte, que submete a liberdade ao princípio da autoridade. Tal Estado Corporativo, sem qualquer tipo de partido, mesmo único, e sem ideologia organizada, é um Estado Autoritário propício ao Brasil.<sup>56</sup>

A respeito da relação de Torres e Vianna na formulação da doutrina integralista é pertinente pontuar algumas dissonâncias. Barbosa Lima Sobrinho<sup>57</sup> distinguiu entre ambos que, o primeiro criticava a ortodoxia democrática e o sistema de sufrágio, mas não pregava sua abolição, pois o corporativismo poderia ser combinado com um modelo de eleições.

<sup>56</sup>VIEIRA, Evaldo Amaro. **Oliveira Vianna & o Estado Corporativo**: um estudo sobre corporativismo e autoritarismo. São Paulo: Grijalbo, 1976. p. 89.

<sup>57</sup>LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A presença de Alberto Torres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

O segundo mais crítico à ineficácia do modelo liberal acreditava na organização da nação em categorias profissionais. Onde o processo produtivo e o gerenciamento do Estado seriam caracterizados por uma organização corporativa, defendida como solução às debilidades dos “estadualismos” que dividiam o Brasil, através das “facções políticas” que geravam a falta de unidade expressa no “caudilhismo”. Para Vianna o país estava fragmentado pelas divisões impostas pelo federalismo, o Estado e o Município.

O nacionalismo no início do século XX e o debate acerca de um projeto político autônomo na busca pela identidade nacional eram questões fundamentais do debate intelectual brasileiro nas primeiras décadas da experiência republicana. E, Plínio Salgado, buscou articular esses elementos na elaboração da doutrina da AIB, pois a exaltação da cultura brasileira, a influência da religiosidade católica, o nacionalismo e a suposta efetivação de uma política nacional autônoma eram pressupostos fundamentais do discurso integralista, que longe de uma postura anacrônica na construção de seus postulados apresentava temas do debate em voga na época.

Segundo Trindade (1974), na década de 20 com a crescente popularização da imprensa no Brasil, ocorre ao desenvolvimento da “literatura antiliberal”. O autor aponta que, a convergência ideológica antiliberal e anticomunista da direita, era evidenciada em periódicos cujos dirigentes e colaboradores eram simpatizantes ou engajados em movimentos de extrema-direita (TRINDADE, 1974, 108).

A revista *Hierarchia* era um periódico representativo dessa nova fase de politização crescente da imprensa<sup>58</sup>.

Tratava-se das revistas: *Hierarchia*, *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, do Rio, e *Política*, de São Paulo. Na revista *Hierarchia* colaboram alguns dos futuros dirigentes e intelectuais integralistas, tais como Plínio Salgado, Santiago Dantas, Helio Vianna, Olbiano de Mello, Madeira de Freitas, Antonio Galotti, assim como monarquistas do movimento Patrimonista, líderes católicos (Tristão de Atayde, Sobral Pinto, Leonel Franca) e alguns homens políticos e historiadores

---

<sup>58</sup> No exemplar de março/abril 1932, no qual é publicado um retrato de Mussolini com dedicatória especial para a revista, encontra-se um artigo de Salgado, anterior ao lançamento da AIB, intitulado “como eu vi a Itália”. Refere-se ao contato direto entre o futuro chefe integralista e o Duce, quando da viagem do primeiro ao Oriente e à Europa em 1930. a admiração de Salgado nesse artigo é declarada: “O que estamos presenciando hoje é o espírito de Roma se levantando, com o seu eterno senso de equilíbrio e simetria, a sua capacidade de totalização dos elementos individuais e sociais, de concepção de mundo sob um critério integral, onde não há atrofias nem amputações, onde não a choque nem tendências dissociativas. Roma, Fascista, tão caluniada pelos demagogos ébrios de cocaína libertária, constitui atualmente a suprema garantia da liberdade”. (*Hierarchia*, março/abril de 1932, p.203. apud, TRINDADE, 1974, p.108)

que não pertenciam a extrema-direita. [...]. O Título da revista provavelmente copiado do órgão oficial do fascismo italiano, bem como o conteúdo da maioria dos artigos, não deixam dúvida sobre sua atuação política. A Revista de Estudos Jurídicos e Sociais, dirigida por estudantes da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, exprime a inquietação ideológica de um grupo significativo da nova geração intelectual. A maioria dos colaboradores da revista pertencia, aliás, ao grupo de intelectuais do Rio com as quais Salgado estabeleceu contatos políticos após a Revolução de 1930, procurando organizar um movimento para defender os ideais do manifesto que ele elaborara para a Legião Revolucionária de São Paulo<sup>59</sup>

No debate intelectual nas primeiras décadas do século XX do Brasil através da imprensa propicia a propaganda e divulgação de uma tradição de pensamento político extremista de direita que aqui se cristalizava com os críticos revisionistas.

Nesse contexto da popularização de propostas políticas de cunho antiliberal e anticomunista, segundo Carone (1969), a pequena-burguesia também começou a atingir a opinião pública através da imprensa.

Nesse sentido, a seleção de títulos impressos pela Editora Schmidt é representativa no sentido de captar o debate entre os novos segmentos da intelectualidade da classe média urbana. E, como este debate iria propiciar uma aproximação entre grupos políticos que compactuavam ideais políticos aproximados.

A atividade editorial de Schmidt, entre 1930-1933, produziu um catálogo modelar para os anos de 1930, década decisiva na formação do Estado e, correlativamente, do cânone literário nacional. [...] Em 1931 o catálogo da Schmidt contrabalançou a literatura com títulos de política, como *Outubro de 1930*, do líder revolucionário de Minas Gerais Virgílio de Melo, prefaciado pelo seu homólogo gaúcho Oswaldo Aranha. A conjunção das posições de crítico, editor e livreiro elevou Schmidt ao cume cultural de seu penoso trajeto. Com um ano de aberta a livraria, o criador decidiu mudar-lhe o nome, abandonando o selo “Católica” e estampando “Schmidt” na frente do comércio e dos livros editados. A presença seletiva do círculo católico parece ter diminuído ao tempo que o novo catálogo equilibrou a “nova literatura brasileira” com a publicação de escritos políticos. Esta mudança esteve estreitamente a tomada de posição de Schmidt em apoio às propostas fascistas que Plínio Salgado começava a divulgar, uma alternativa entre outras abertas pelos ecos da abortada contra-revolução de 1932.<sup>60</sup>

<sup>59</sup> TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: DIFEL, 1974, p.108-109.

<sup>60</sup> SORÁ, Gustavo. Livraria Schmidt: Literatura e Política. Gênese de uma posição elementar na cultura brasileira. **Revista Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP. n. 61, p.140-141 Novembro, 2001.

Segundo Trindade (1974), “se a Revolução de 1930 não tivesse gerado conseqüências sobre a evolução política, econômica e social do Brasil, teria tido, ao menos, o mérito de ter criado um período de produção intelectual dos mais fecundos”. Segundo o autor: “Difícilmente se encontra no passado um número tão significativo de obras de análise político-sociológica sobre a sociedade brasileira”<sup>61</sup>.

E, de fato, a busca por um projeto político de Estado nacionalista e autônomo em relação aos modelos estrangeiros configurava-se como reflexo das fragilidades do liberalismo no cenário internacional e, de suas conseqüências desenvolvimento econômico brasileiro.

A própria tradição de pensamento burguesa conservadora lançou primeiramente temas, preocupações e propostas no debate político e intelectual internacional e brasileiro que foram selecionadas de forma pragmática na construção de ideologias de movimentos críticos aos fracassos do liberalismo e os perigos do comunismo. Ao qual a AIB é a maior representante por firmar-se enquanto partido de massas em uma época em que os mesmos tinham apenas uma atuação regional.

Outros intelectuais que junto a Schmidt se tornaram porta vozes das idéias de Salgado foram, por exemplo, Santiago Dantas e Raimundo Padilha. Em um primeiro congresso de grupos políticos que apoiavam o governo provisório de Vargas, Salgado foi expulso por sua atuação como deputado pelo PRP de São Paulo sob apadrinhamento de Júlio Prestes, assim como outros modernistas do grupo Verde-Amarelo, como Menotti del Picchia. Deslocado, fundou o jornal “A Razão”, financiado por seu sobrinho Souza Aranha. Ali se consolidou o núcleo de colaboradores da sua causa e se formou uma plataforma de apoio a um poder unipessoal de Vargas e de oposição a convocação de Assembléia Constituinte, como propunha as elites de São Paulo. Em paralelo, Salgado foi tecendo aliança com outros pequenos grupos fascistas, como a Liga Cearense do Trabalho, liderada pelo tenente Severino Sombra, e o partido Nacional Sindical, liderado por Olbiano de Melo. Em inícios de 1932, decepcionado com a indefinição política do regime de Vargas, Salgado orientou sua política para assuntos culturais canalizadas por núcleos de intelectuais dispostos a colaborar com a Sociedade de Estudos Políticos. Schmidt estava entre os 148 membros que integraram essa organização com sedes regionais nas

---

<sup>61</sup> Embora os Sertões, de Euclides da Cunha, seja um livro precursor que ultrapassa o âmbito puramente literário e a geração modernista se tenha inspirado bastante em temas nacionalistas, apenas na década de 30 é que houve um florescimento de obras específicas de análise sobre a realidade nacional. Refiro-me, igualmente, a série de ensaios, lançadas pelo editor Schmidt, no início da década de 30, sob o nome de “Coleção Azul”. TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: DIFEL, 1974. p.106. Sobre a “Coleção Azul” fazemos referencia a detalhado estudo feito por Edgar Carone. CARONE, E. Coleção Azul. Crítica pequeno-burguesa à crise brasileira depois de 1930. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Minas Gerais: UFMG, n. 25/26, p. 249-295, Jul./68/jan./69.

quais as diatribes anticosmopolitas e anticomunistas de Salgado foram normatizadas em uma doutrina que exaltavam o corporativismo e a instauração de um “Estado Integral”. O objetivo explícito da entidade era divulgar a literatura fascista produzida no exterior e as obras de escritores brasileiros identificados com propostas de direita<sup>62</sup>.

O caso brasileiro da Ação integralista Brasileira é representativo das experiências de extrema direita na América Latina como consequência da crise política e econômica que marcou as primeiras décadas do século XX. E, elementos comparáveis, no que tange a aspectos da ideologia, de projeto político, organização do Estado e características estéticas, com seus congêneres europeus são inegáveis. Porém dentro de seu sistema ideológico estão fundamentados elementos que já estavam no debate intelectual nacional.

Nesse contexto de rearticulação de uma nova hegemonia política no Brasil as concepções dos intelectuais revisionistas, críticos da Primeira República, ganham força entre políticos e intelectuais descrentes com o modelo liberal temerosos com a explosão da questão social.

As transformações na sociedade brasileira, potencializadas com as consequências dos desdobramentos no início do século XX, são evidenciadas na tentativa dos revolucionários de 30 de desarticular o bloco de poder então vigente, representado pelas antigas facções políticas.

Na América Latina a propaganda política através da imprensa e dos aparelhos ideológicos do Estado também serviu como ferramenta nas disputas pelo poder pelas classes e frações de classe em busca da hegemonia e pelos gestores do Estado varguista, como armas para manutenção da ordem.

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, [...] ela adquire uma força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula. O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e simbólica. Tenta suprimir, dos imaginários sociais toda representação do passado, presente e futuro coletivos, distintos do que atestam sua legitimidade e cauciona seu controle sobre o conjunto da vida coletiva. Os organizadores das propagandas varguista e peronista, atentos observadores da política de propaganda nazifascista,

---

<sup>62</sup> SORÁ, Gustavo. Livraria Schmidt: Literatura e Política. Gênese de uma posição elementar na cultura brasileira. **Revista Novos Estudos**. Nº. 61. São Paulo: CEBRAP. novembro/2001, p.140-141.

procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e de persuasão usados na Alemanha e Itália adotando as realidades brasileiras e argentina.

Nem todos os ideólogos ou adeptos do Estado Novo declaravam-se simpatizantes do nazi-fascismo, mas alguns explicitaram sua admiração por esses regimes como foi o caso de Felinto Muller, chefe da polícia política, encarregado da repressão aos opositores, e de Lourival Fontes, diretor do DIP, que exercia o controle sobre os meios de comunicação e cultura, sendo também responsável pela produção e pela divulgação da propaganda estadonovista.

A importância dos meios de comunicação para a propaganda política já fora salientada por Assis Chateaubriand em 1935, ocasião em que criticou Vargas pela incapacidade de utilizá-los de forma eficiente. Mencionando o exemplo da Alemanha nazista, Chateaubriand comentou que nesse país “a técnica de propaganda obtém resultados até a hipnose coletiva [...]. O número de heréticos se torna cada vez mais reduzido porque o esforço da sugestão coletiva é desempenhado pelas três armas poderosas de combate da técnica material de propaganda: o jornalismo, o rádio e o cinema [...]”<sup>63</sup>

As primeiras décadas do século XX marcam o momento de expansão da imprensa nacional e dos meios de comunicação que aqui se popularizavam progressivamente como conseqüência do processo de expansão capitalista mundial.

A imprensa no Brasil e, especificamente a imprensa integralista, apesar de apresentar características da imprensa moderna que se popularizava no período, não pode ser qualificada como um meio de comunicação de massa. Ao menos não nas primeiras décadas do século XX.

Nesse sentido é questionável até mesmo a afirmação do Brasil da década de 30 enquanto sociedade de massa. Pois na mesma, tende a perder peso sucessivamente, as características de uma sociedade mais estratificada, como a família, a comunidade local, prejudicados pelas organizações formais e pelas relações intermediadas pelos meios de comunicação de amplo alcance.

O Brasil na década de 30 era um país de população em sua maioria situada nas áreas rurais com uma população em 1935 de cerca de 41.500 mil habitantes<sup>64</sup>. Não estaríamos ainda com um crescimento populacional representativo, principalmente nas áreas urbanas, para sustentarmos o argumento que o país na década em discussão era uma sociedade de massas.

---

<sup>63</sup> Diário de São Paulo, 30/04/1935 apud Capelato op. cit., 1998, p.66.

<sup>64</sup> LEVINE. Robert, **O Governo Vargas** (os anos críticos 1934-1938). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.37. Os dados são citados pelo autor referentes a um relatório do Ministry of Foreign Affairs, editado no rio de Janeiro em 1938.

A sociedade de massa é aqui entendida como desdobramento da modernização capitalista. Onde a grande maioria da população se encontra influenciada por modelos de comportamento generalizados resultantes da produção em larga escala, da distribuição e do consumo de bens e serviços, tomando igualmente parte na vida política, mediante padrões generalizados de participação, e na vida cultural, através do uso de meios de comunicação de massa.

Neste aspecto o Brasil no período em discussão começava a desenvolver e popularizar canais de comunicação de amplo alcance, como a imprensa falada e escrita.

A sociedade de massa surge num estado avançado do processo de modernização da sociedade, em relação ao aspecto do desenvolvimento econômico, com a concentração da indústria na produção de bens de massa e com a efetivação de um setor terciário de crescente importância; quer quanto à urbanização, com a concentração da maior parte da população e das instituições e das atividades nas cidades; quer quanto à burocratização como forma de organização impessoal nos âmbitos administrativos do setor público e da iniciativa privada.

Segundo Brow (1971, p. 101):

Mas o que é comunicação de massa? Ela foi definida como uma comunicação dirigida para um público relativamente grande, heterogêneo e anônimo. Não abarca obrigatoriamente qualquer ocasião em que são utilizados os veículos de divulgação (...) Por um público “grande” temos em vista um público exposto apenas por pouco tempo, e de tal tamanho que o expositor não teria possibilidade de interagir com seus componentes numa relação face a face. O termo “heterogêneo” exclui comunicações a um público especializado ou de elite e significa os aglomerados de indivíduos ocupando grande variedade de posições dentro da sociedade relativamente a sexo, idade, classe, grupo ocupacional, religião, nacionalidade, nível de educação, localização geográfica e assim sucessivamente. Finalmente, o critério do anonimato implica que os indivíduos que compõe tal público permanecem pessoalmente desconhecidos para o agente da comunicação. [...] Mas, na medida em que o agente da comunicação esta em jogo, sua mensagem é franqueada a quem quer que queira ouvir ou ver. As comunicações de massa dirigem-se ao público em geral e tendem a ser rápidas e transitórias, rápidas no sentido de se destinarem a ser utilizadas em prazo relativamente curto e transitórias no sentido de, embora possam ser feitos filmes e gravações, são encaradas como de consumo imediato. Na maioria dos casos, ou assim tem sido considerado geralmente, a audiência de massa compõe-se de

indivíduos anônimos com muita pouca interação entre si e de organização bastante frouxa<sup>65</sup>.

Para Nelson Werneck Sodré a imprensa não é um meio de comunicação de massa devido ao curto alcance de sua difusão. O historiador em discussão afirma que o advento dos meios de comunicação de massa no Brasil é decorrente do processo de modernização capitalista e que somente o rádio e posteriormente a televisão podem receber a caracterização de meios de comunicação de massa. Sodré (1999) afirma que o jornalismo foi o responsável pela transformação do antigo modelo de imprensa em empresa capitalista.

A discussão levantada por Sodré foi importante ora pensarmos se a imprensa integralista era ou não um meio de comunicação de massa. Pois obviamente nosso intento foi desde o início articular conceitos adequados a nossa investigação sobre a imprensa da AIB através da análise do jornal *Acção*.

De alguns decênios a esta parte, tornou-se comum a referencia, por todos os motivos importante, a *meios de massa*, tratando-se de veículos de comunicação. É preciso desde logo, compreender e aceitar que a imprensa não é meio de massa, em nosso país. Como aqui por imprensa entende-se jornal e revista, é fácil constatar que estes meios não são de uso habitual em parcela numerosa, majoritária mesmo, do nosso povo. Poderíamos, pois, afirmar, a propósito de mudanças na imprensa brasileira, a partir do momento em que se encerrou a história neste livro, que a mais séria e profunda entre elas residiu na amplitude e alcance dos meios de massa no Brasil. Amplitude e alcance que a imprensa não acompanhou. A primeira mudança, assim, consiste na defasagem entre o desenvolvimento da imprensa e a dos chamados meios de massa. Em detrimento daquela.

A imprensa, como já ficou assinalada aqui, nasceu com o capitalismo e acompanhou o seu desenvolvimento. Ela espelha, atualmente, a ampla crise que caracteriza a atual etapa do avanço do capitalismo. Etapa bem definida, aliás, pelo extraordinário surto e influencia dos referidos meios de massa. O desenvolvimento da imprensa, na fase atual de crescimento das relações capitalistas em nosso país e pelo fato de esse avanço ter concorrido para o aparecimento, a função e a hegemonia dos meios de massa levou ao quadro, que logo se tornou evidente, de ser a empresa jornalística, na maioria esmagadora dos casos, a iniciadora e impulsionadora desses meios de massa, a começar pelo rádio, culminando com a televisão. Gerou-se aqui, portanto, o conglomerado empresarial agrupando jornal – revista em alguns casos – e emissora de rádio e de televisão<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> BROW, J. A. C. **Técnicas de Persuasão**. Da propaganda a lavagem cerebral. 2.ed. Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1971. p. 302.

<sup>66</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. - 4. ed. [atualizada]. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. IX – X.

A propaganda política da AIB especificamente, ou da ANL, comparativamente, é aqui entendida como canal de difusão ideológica de partido de massa.

Porém, no aspecto do grau de difusão e alcance a imprensa integralista na década de 30, compreendida como um aparelho privado inserido na sociedade civil, não existe elementos que possibilitem o argumento que a AIB possa ser caracterizada como portadora um meios de comunicação de massa.

Nas primeiras décadas do século XX, a imprensa e as novas técnicas de propaganda política, através do jornal de grande circulação, do rádio, do cinema, marcaram a conjuntura política nacional e internacional inaugurando novos instrumentos na disputa pela busca pela hegemonia. Sociedade Civil e Sociedade Política através da propaganda buscavam mobilizar e “educar” os destinatários de seus discursos.

O início da “Era dos Extremos” foi o contexto de significativas mudanças na dimensão política e econômica e por forte instabilidade social e por vivo debate. A crise no Brasil é potencializada com o início da ruptura institucional consagrada como “Revolução de 30”, terminando sob a égide de nova ruptura, a decretação do denominado Estado Novo.

A imagem do “novo” tem sido até nossos dias uma forte arma na luta política, e segundo o discurso dos novos grupos em hegemonia, após a Revolução Restauração de Vargas, as experiências políticas anteriores à referida Revolução faziam parte do “velho”, contraposto pelo discurso oficial do Estado varguista, com o discurso do “novo”. Uma reconstrução (BORGES, 2003).

O mais evidente exemplo disso na recente história republicana nacional era o discurso oficial, mostrando que foi iniciada uma “República Nova”, opondo-se a “República Velha”.

O que constituiria esse “novo” destaca-se através da imprensa no título das obras acerca da realidade nacional, e era desenvolvido nas mais diversas vozes de ensaístas e representantes de novas tendências políticas que eclodiam no Brasil rompendo com as experiências político-partidárias tradicionais.



## **2.1 Fundação e organização da AIB: de movimento político a partido político legal.**

As origens da AIB remontam ao jornal “A Razão”, onde Plínio Salgado era jornalista e iniciava a divulgação de suas idéias. Os seus artigos, já apontavam as preferências do futuro líder dos camisas-verdes por um modelo político defensor de um modelo de Estado intervencionista legitimado por um nacionalismo exacerbado.

No jornal “A Razão” o futuro líder da AIB já havia iniciado a divulgação dos conceitos nucleares de sua pretensa filosofia política integralista: Estado forte, unidade nacional, a crítica aos estrangeirismos que corrompiam a cultura nacional, autonomia política, valorização do potencial agrícola brasileiro, anti-liberalismo e anticomunismo, e as idéias espiritualistas do catolicismo social. Durante esta época de atuação como jornalista este conjunto de temas era articulado por Salgado já utilizando o adjetivo integral ou integralista e criticando em seus textos o Governo Provisório de Vargas<sup>1</sup>.

No início de 1932, Salgado não estava no Brasil quando explodiu a Revolução Constitucionalista de São Paulo, pois, fazia uma visita à Itália, como tutor numa viagem pela Europa de um sobrinho de Egídio de Souza Aranha, proprietário do jornal “A Razão”, momento onde inclusive encontrou-se com Mussolini. Esta viagem proporcionou o não envolvimento no conflito Constitucionalista de São Paulo.

Plínio não era bem visto entre os constitucionalistas, pois ele foi o autor do Manifesto da Legião Revolucionária<sup>2</sup>, publicado em 4 de março de 1931, o seu posicionamento crítico em relação a Vargas nos artigos do jornal “A Razão” começava a se alterar diante das possibilidades de retorno dos políticos tradicionais paulistas.

---

<sup>1</sup> Os artigos de Salgado no Jornal A Razão foram escritos julho de 1931 e maio de 1932. Segundo Salgado foram escritos cerca de trezentos artigos, muitos à sobre a conjuntura nacional e internacional do período onde o governo de Vargas era inicialmente criticado pelo seu excessivo liberalismo e a Itália fascista de Mussolini era defendida apologeticamente como o início de uma nova era. O referido jornal foi fechado no dia 23 de maio de 1932, no dia dos acontecimentos que levaram a morte na Capital dos quatro jovens, cujas iniciais deram origem ao MMDC, célula inicial do movimento constitucionalista em São Paulo (CHASIN, p. 375.).

<sup>2</sup> O movimento Legionário, como é notório não foi apenas paulista e refletia a força de tendências dentro do Tenentismo pós 1930 que buscavam influenciar o direcionamento do governo Provisório em detrimento das antigas facções políticas. A afirmação de Salgado como autor do referido documento é consenso entre pesquisadores brasileiros, fazemos apenas a dois estudiosos do período referência a Carone, (1965); Trindade (1974). Para uma análise mais detalhada do papel e das concepções políticas de Plínio Salgado no Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo fazemos referência à obra de Chasin (1978). O autor aponta que o projeto nacionalista de um Estado centralizado baseado numa proposta econômica que privilegiava o primeiro setor estava presente no Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo.

No início de 1932, durante o clima de agitação política em São Paulo, Plínio Salgado funda a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), com a proposta de ser um centro de reflexão política e sociológica, visando congregar intelectuais e lideranças políticas contrárias aos modelos de cunho liberal ou socialista.

Atentos ao contexto de uma sociedade em transição buscavam conciliar os avanços e as transformações culturais que a modernização e a urbanização impunham, sem deixar de garantir a manutenção de valores tradicionais, defendidos por setores conservadores, colocados como fundamentais pelo paradigma doutrinário do movimento, legitimado pela máxima: “Deus, Pátria e Família”. Lema idêntico ao do regime de Salazar em Portugal e, que seria também preservado como slogan da AIB. .



**Imagem 5:** A primeira reunião para a organização da SEP foi realizada em fevereiro de 1932, na sede do jornal *A Razão* momento em que foi discutida e aprovada a carta de princípios da organização, sob a forma de nove postulados, redigidos por Salgado. Na fotografia de inauguração da SEP, Salgado esta ao centro sentado em companhia dos demais fundadores da organização.

A SEP chegou a contar com 148 membros, entre eles antigos companheiros de militância de Salgado no Partido Republicano paulista (PRP), intelectuais com quem

estabelecera contato durante a sua carreira como escritor e jornalista, estudantes da faculdade de direito de São Paulo<sup>3</sup> e elementos da Ação Imperial Patrimonista.

Em 24 de maio de 1932 Salgado propôs, em assembléia na SEP, a criação de uma nova comissão técnica, denominada Ação Integralista Brasileira, “com a finalidade de transmitir ao povo, em uma linguagem simples”, os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da organização<sup>4</sup>.

Em junho, o Manifesto para a divulgação da AIB, redigido por Salgado, que o considerava a primeira manifestação política da doutrina Integralista, foi aprovado em assembléia geral da SEP, mas a sua publicação foi adiada em virtude do iminente confronto armado entre o Estado de São Paulo e o Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Com a derrota dos insurgentes pelas forças federais, em 7 de outubro de 1932, foi fundada oficialmente a Ação Integralista Brasileira através da leitura do documento que ficou conhecido como Manifesto de Outubro, em reunião no Teatro Municipal de São Paulo. Com seu lançamento foi fundado o primeiro núcleo da AIB, em São Paulo, onde se instalou a Sede Nacional e Provincial.

Primeiramente enquanto movimento político, a AIB obteve êxito em sua campanha ao defender em seu discurso temas do debate intelectual da época como o catolicismo, o nacionalismo, anticomunismo e o antiliberalismo com uma retórica de forte repúdio a concepção de democracia.

A propaganda política da AIB no debate político da década de 30 foi difundida com a implantação de núcleos do movimento que ofereciam cursos de formação de militantes, e a popularização de suas propostas foi potencializada com a utilização de meios de comunicação de amplo alcance como o rádio e a imprensa escrita e o cinema, buscando influenciar na opinião pública diante do contexto de instabilidade dos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas.

---

<sup>3</sup> A esta assembléia compareceu mais de uma centena de pessoas, inclusive [...] o da Faculdade de Direito, no qual se destacavam Alfredo Buzaid, Antonio de Toledo Piza, Rui Arruda, Pimenta de Castro, Alpinolo Lopes Casali, Angelo Simões de Arruda, Roland Corbisier, Francisco de Almeida Prado, Leães Sobrinho, Silva Bruno, Lauro Escorel, Almeida Salles, [...] os ginasianos Ignacio e Goffredo da Silva Telles, Azib Buzaid e outros. SALGADO, P. O Integralismo na Vida Brasileira. In: **Enciclopédia do Integralismo**. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, v.1, p.143, 1959.

<sup>4</sup> "Em 6 de maio de 1932, propus que se criasse uma sessão subordinada e paralela à Sociedade de Estudos Políticos, a qual teria por tarefa uma obra educativa de mais larga amplitude, destinada a formar a consciência popular no trato dos problemas brasileiros e sob a inspiração dos princípios filosóficos e o programa político da nossa agremiação. Esta sessão foi criada pelos votos da assembléia, com o nome de Ação Integralista Brasileira". SALGADO, P. O Integralismo na Vida Brasileira. In: **Enciclopédia do Integralismo**. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, v.1, p.145, 1959.

A Revolução de 30 era interpretada por Plínio Salgado como uma simples luta de caudilhos, como uma mera troca de governantes e uma ausência de qualquer proposta doutrinária. Dessa maneira, segundo Salgado (1955), os acontecimentos políticos que datam daquele período não poderiam ser classificados como uma revolução, e sim como um “Golpe de Estado” ocorrendo á substituição de um grupo dominante por outro.

Esse posicionamento crítico, mas nem sempre explícito, de Salgado acerca das transformações políticas de 1930 fundamenta-se no caráter liberal a elas atribuído. O fundador “Chefe Supremo” da AIB, como se autodenominou, era defensor de um Estado forte e centralizado. Por isso, era contrário a Legislação Eleitoral promulgada por Vargas em 1932 que garantia o continuísmo do sufrágio universal à existência de partidos políticos e de eleições que estavam marcadas para 1934.

Para Salgado, legitimando o advento da AIB, se tornava extremamente necessário à criação de um movimento ‘efetivamente revolucionário, baseado em uma alternativa singular aos modelos liberais e comunistas’<sup>5</sup>, que, segundo a ideologia integralista fundamentada em elementos do catolicismo social, eram responsáveis e; “resultado da concepção materialista de existência que comprometia os valores espiritualistas em crise nas sociedades modernas e destruía as raízes culturais e tradições num contexto de difusão das sociedades cosmopolitas liberais”. Esse movimento, para Salgado, era a Ação Integralista Brasileira, que na sua propaganda se colocava como uma doutrina, alicerçada na defesa dos princípios espiritualistas cristãos, firmada na figura do líder e defendendo uma “reforma moral e político-social em defesa da cultura e da família brasileira”.

No final de 1932, após três meses de divulgação das idéias integralistas, o núcleo de São Paulo contava apenas com cinqüenta membros. Em Minas Gerais, na Bahia, e no Ceará, a organização foi lançada oficialmente também em 32. No Distrito Federal o primeiro Núcleo foi fundado em abril de 33. Em Pernambuco a AIB exerceu influência

---

<sup>73</sup> No Brasil não era agudo o ‘perigo vermelho’ sob a forma de pressão imediata de um proletariado numeroso e aguerrido, que apavorou a burguesia européia depois da Primeira Grande Guerra e criou condições para o êxito do fascismo; mas não se esqueça que este “perigo” era temido desde o início do século, sendo objeto de reflexões de um pensador que influenciou Plínio Salgado, como Oliveira Vianna. ( Ver por exemplo o estudo “Nacionalismo e questão social”, nos Pequenos estudos de psicologia social, S. Paulo, Monteiro Lobato, 1922, pp. 87-98). Lembre-se, ainda, que houve aqui, no decênio de 1930 e sobretudo até o golpe de Estado de 1937, algo correspondente, sob a forma de histeria de classe. A Revolução de 30 abriu uma fase de grande inquietude, com radicalização para a esquerda em diversos setores e, de modo geral, um desafogo, uma curiosidade mental, um rasgar de horizontes, que pareciam o fim do mundo para os conservadores. CANDIDO, Antonio. Prefácio de Antonio Candido. In: CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 18.

sobre estudantes da Faculdade de Direito de Recife com a significativa adesão do Padre Hélder Câmara<sup>6</sup> proporcionando a simpatia dos católicos ao movimento.

A AIB encontrava tolerância junto a Igreja Católica, uma vez que se apresentava como solução possível para enfrentar a luta de classes e a expansão do comunismo. E, a pedido de Plínio Salgado e, com a autorização de seu superior, o arcebispo de Fortaleza Dom Manuel da Silva Pimentel, Hélder Câmara assumiu a chefia do setor de educação da AIB no Ceará. Nesse período participou no Rio de Janeiro do Congresso Católico de Educação, e durante sua estadia pronunciou conferências sobre os valores espiritualistas do integralismo no Colégio Santo Inácio, arregimentando alunos para o movimento.

A AIB desde 1932 também contava em suas fileiras com Miguel Reale, tornando-se um dos principais colaboradores de Salgado, iniciando um longo período de militância no movimento integralista<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup>Hélder Pessoa Câmara nasceu em Fortaleza no dia 7 de dezembro de 1909. Entrou para o Seminário Arquidiocesano de sua cidade natal em 1923 e mais tarde fez os exames preparatórios para teologia e filosofia, ordenando-se padre em agosto de 1931. Neste mesmo ano organizou a Juventude Operária Cristã, que se ligou a Legião Cearense do Trabalho (LCT) criada pelo tenente Severino Sombra. A LCT inspirada no Salazarismo português, pretendia ser uma organização de associações populares e profissionais destinadas a defesa do trabalhador, e defendendo um regime corporativo. No ano seguinte com a prisão e o exílio de Severino Sombra, que aderira a Revolução Constitucionalista da 1932, assumiu juntamente com Jeová Mota a chefia da organização. Ainda nesse ano a LCT, que chegou a ter grande número de adeptos em Fortaleza e no interior do Ceará, uniu-se a Ação Integralista Brasileira (AIB). Francisco Campos em 1936 assumiu a Secretária de Educação do Distrito Federal o convidou para o cargo de assistente técnico de educação, e com permissão de seu superior mudou-se para o Rio de Janeiro. Subordinado a partir de 1936 ao cardeal Dom Sebastião Leme, o padre Hélder foi solicitado a se afastar de qualquer atividade política e, conseqüentemente do integralismo. Acatou a solicitação de seu superior e foi designado diretor técnico do ensino de religião nas arquidioceses, com a missão de implantar o ensino religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. Em 1937 P. Salgado procurou o padre Hélder e pediu-lhe que, com a devida autorização do cardeal, fizesse parte do Conselho Supremo da AIB, divisão hierárquica do movimento composta de 12 membros. Uma vez consultado, o cardeal autorizou a aceitar o cargo com a condição de que fosse uma espécie de assistente eclesiástico. Salgado aceitou a condição, mas, a cada discurso do padre Câmara, os jornais integralistas enfatizavam a sua atuação como membro do Conselho Supremo integralista. Como conseqüência, afastou-se do partido que, a exemplo das demais agremiações políticas, em 3 de dezembro do mesmo ano, foi fechada por ordem de Vargas. Anos mais tarde consideraria sua participação na AIB “um erro de juventude”. COUTINHO. A.; FLAKSMAN. D., Hélder Câmara. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

<sup>7</sup> Miguel Reale nasceu em São Bento do Sapucaí (S. P) no dia 6 de novembro de 1910, conterrâneo de P. Salgado, em 1933 se formou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Da qual participou de forma intensa na política estudantil. No plebiscito interno para a escolha do candidato integralista às eleições para a presidência da República. Segundo os dados divulgados pelo movimento Reale recebeu 164 votos, Barroso 1.397 votos e 846.554 para Salgado. Sendo ele um dos integrantes do grupo de 35 integralistas que visitaram Vargas para oficializar a candidatura de Plínio. Miguel reale teve um papel central como teórico e como difusor da propaganda política da AIB, sendo o diretor do jornal *Acção*. Quando a AIB foi dissolvida no dia 3 de dezembro, e registrada posteriormente como Associação Brasileira de Cultura, Reale tornou-se diretor de pesquisa da nova organização. COUTINHO. A.; BENJAMIM. C.; REALE, Miguel. In: BELOCH, Israel ; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

O primeiro desfile integralista foi em abril de 33, com a participação de cerca de quarenta membros que percorriam as ruas de São Paulo com uniforme de camisas verdes e a braçadeira com a letra grega maiúscula "Sigma": Com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicavam a palavra Deus. Com ela pretendiam passar a idéia de “somatória” lembrando que o movimento, integrava todas as forças sociais do país na suprema expressão de nacionalidade.<sup>8</sup>



**Imagem 6:** A bandeira do Sigma nas mãos de militantes integralistas na década de 30.

A partir de 1933, Gustavo Barroso<sup>9</sup> aderiu a Ação Integralista Brasileira, tornando-se uma das lideranças de maior influência dentro do movimento. Em 1933 ao

<sup>8</sup> **CADERNOS Nossa História.** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995. p.23.

<sup>9</sup> Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza no dia 29 de dezembro de 1888, filho de uma tradicional família nordestina por parte de pai, e descendente de alemães por parte de mãe. Bacharelou-se na Faculdade Direito do Rio de Janeiro em 1912. Neste mesmo ano filiou-se ao Partido Republicano Federal, onde em 1915 foi eleito deputado Federal pelo Ceará. Em 1919, já com sete livros publicados, atuou como secretário da delegação brasileira na Conferência de Paz em Versalhes e alguns anos mais tarde fundou e dirigiu o Museu Histórico Nacional. Participou da Academia Brasileira de Letras ingressando em 1923, na qual exerceu funções de secretário e de presidente. [...] No dia 14 de junho de 1937, Barroso estava entre os 35 membros da AIB que foram a Vargas levar oficialmente o nome de Salgado como candidato a sucessão presidencial. Seu papel como teórico do anti-semitismo conferiu a ele uma posição singular dentro da AIB. Barroso retirou-se da vida política após o golpe de Estado efetivado por Vargas em 37 onde todos os partidos políticos foram colocados na ilegalidade, impedindo a campanha presidencial da AIB. Após os anos de militância no integralismo, reassumiu a direção do Museu Histórico Nacional e atuou de forma mais intensa na Academia Brasileira de Letras. COUTINHO, A.; FLAKSMAN, D. Gustavo Barroso. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Forense, 1984.

lado de P. Salgado Olbiano de Melo, participou da fundação do Núcleo integralista na cidade de Vitória.

Plínio Salgado e os líderes da AIB, objetivando a divulgação das idéias do movimento formaram as "bandeiras integralistas" percorrendo várias regiões do país em sua campanha de propaganda política do integralismo.

Na sua militância como divulgador da ideologia do Sigma, Gustavo Barroso também participou das “Bandeiras Integralistas”, onde, em dezembro do mesmo ano seguiu para Belo Horizonte, juntamente com Salgado, O. de Melo e M. Reale, realizando inúmeras conferências. De Belo Horizonte prosseguiram em outra “Bandeira”, desta vez em direção ao Norte e Nordeste do país, percorrendo várias capitais para divulgar a doutrina.

[...] em outubro de 1933 a imprensa maranhense noticiou que Gustavo Barroso, escritor cearense e liderança nacional da AIB chegaria ao Maranhão em campanha de propaganda do integralismo.

Visando incrementar o processo de expansão do movimento pelo Brasil, a direção central da AIB organiza, no segundo semestre de 1933, expedição incumbida de percorrer as capitais da região Norte e Nordeste do país, pois em alguns Estados, como o Maranhão, havia necessidade de orientar os militantes regionais e, por meio das lideranças nacionais, legitimar os Núcleos Provinciais instalados naqueles Estados. Devido a sua semelhança com uma peregrinação, a expedição foi denominada, na época, de bandeira ou caravana integralista.[...] Integraram a caravana: Miguel Reale, Loureiro Junior, Herbert Dutra e Gustavo Barroso, que, principalmente a sua origem nordestina, aliada a sua condição de intelectual nacionalmente respeitado, é escolhido para liderar a caravana.<sup>10</sup>



Gustavo Barroso



Miguel Reale

---

<sup>10</sup> CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão**. São Paulo: Annablume, 1999. p. 31-32.

**Imagem 7e 8:** Gustavo Barroso e Miguel Reale, os dois homens mais fortes da AIB depois de Plínio Salgado.

Em direção ao sul do país a "bandeira" foi chefiada por Miguel Reale, descendente de italianos encontrava receptividade entre a comunidade de imigrantes e, inaugurou núcleos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na campanha política da AIB Reale participou também nas "bandeiras integralistas" da região Nordeste do país em dezembro de 1933, acompanhando Plínio Salgado e Gustavo Barroso, onde realizaram conferências e fundaram Núcleos da AIB, destacando-se na difusão das idéias do movimento.

No final de fevereiro de 1934, a AIB realizou o primeiro Congresso em Vitória no Espírito Santo, sendo aprovado seus estatutos. Nessa oportunidade Plínio Salgado foi eleito chefe nacional da AIB e formada sua estrutura organizacional de caráter burocrático e hierárquico.

Os Estatutos aprovados em 1934 no Congresso de Vitória afirmavam explicitamente que o chefe nacional dirigirá e comandará todo o movimento em todas as províncias através dos departamentos nacionais e que em cada departamento o chefe nomeará para auxiliá-lo um secretário nacional sob sua imediata fiscalização. Salgado possuía também o direito exclusivo de nomear o membros do Conselho Nacional, um órgão de funções meramente consultivas, e os dirigentes da AIB em cada Estado, denominados chefes provinciais.<sup>11</sup>

No I Congresso, foram nomeados os Chefes Provinciais e os Secretários Nacionais da organização. Na ocasião Gustavo Barroso foi nomeado Comandante Geral do Departamento Nacional de Milícias. Participou também do II Congresso da AIB realizado em 1935 em Petrópolis, onde foi escolhido para ocupar a Secretária Nacional de Educação Moral e Cívica, órgão que substituiu a Milícia Integralista.

As milícias dos camisas-verdes, dissolvida por Salgado para evitar acusações da opinião pública, relacionadas às proximidades do integralismo com o extremismo de direita europeu, devido a sua organização e treinamento militar, de fato não foram desorganizadas após sua dissolução "oficial".

Barroso representava dentro da AIB uma vertente política caracterizada pelo anti-semitismo. E, segundo Coutinho & Flaksman:

---

<sup>11</sup> BRANDI; Soares. Plínio Salgado. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. (Orgs.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p.30-54.

Enquanto a maioria dos teóricos do integralismo se inspirava no fascismo italiano e português, Gustavo Barroso tinha posições bem mais próximas da doutrina alemã. Claramente anti-semita - em seu livro de memórias intitulado *O Liceu do Ceará* chegou a criticar os judeus ao nível da vida cotidiana - Barroso, expôs suas posições principalmente em “Brasil, colônia de banqueiros, obra lançada em 1934, e bem recebida no semanário anti-semita alemão *Der Sturmer*, [...] .Discordando publicamente das teses anti-semitas de Barroso em artigo publicado na revista *Fon-Fon* de 24 de Abril de 1934, Plínio Salgado apoiou o boicote que durante seis meses o principal jornal integralista, *A Ofensiva*, fizera ao seu correligionário.

Miguel Reale ao lado de Barroso foram os principais líderes da AIB sob a “chefia” de Plínio Salgado. Reale foi nomeado no I Congresso Chefe do Departamento Nacional de Doutrina da organização, que se tornou após 1936, Secretária Nacional de Doutrina e Estudos também sob sua liderança. Foi também um dos encarregados da supervisão e da censura na análise das publicações dos teóricos da AIB, avaliando os artigos, livros, críticas, discursos e textos integralistas, para que em nenhum momento os princípios do movimento e as orientações de Plínio fossem feridos.

Reale destacou-se como um dos principais teóricos integralistas ao lado de Salgado e Gustavo Barroso, dedicando seus estudos a questão do Estado, ao qual concebia como tutor da vida social, opondo-se ao liberalismo e identificando-se com uma perspectiva de organização social, de cunho corporativista.

Segundo Coutinho & Benjamim:

[...] ele liderava uma facção mais ligada a experiência política que então se processava na Itália e Portugal, enquanto G. Barroso encabeçava a corrente mais próxima do nazismo alemão [...]. Na sua concepção do integralismo pretendia; identificar Estado e povo, Estado e Nação, fundamentando a representação não em partidos, mas, a) em indivíduos unidos por laços biológicos e afetivos (famílias); b) em indivíduos unidos pela comunhão das atividades habituais (sindicatos profissionais e corporações), de um lado; sociedades científicas artísticas e religiosas, de outro. Segundo ele a democracia liberal era incapaz de resolver o problema da representação entregando-a a partidos que “confundem os mais disparatos interesses a sombra de uma promessa de programa” [...]. Criticava também o federalismo liberal, porque enfraquecia o poder central e conduzia a uma “refeudalização do Brasil”, e afirmava que o fascismo era uma “reação do Estado contra as organizações que o queriam absorver.”<sup>12</sup>

Reale organizou também cursos de doutrinação e publicou vários artigos nos jornais da organização. Em 1936, assumiu a revista *Panorama*, e em outubro do ano

<sup>12</sup> COUTINHO, A.; FLAKSMAN, D. Gustavo Barroso. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

seguinte fundou em São Paulo o jornal Ação. A imprensa integralista era ferramenta tática para a divulgação dos postulados da AIB, sendo largamente utilizada pelo movimento no período que antecedeu as eleições para a sucessão de Vargas que seriam realizadas em 1938.

Plínio Salgado, ao lado de Reale e Barroso, estiveram à frente do processo de expansão da AIB, desde seus anos iniciais e três anos após a fundação da AIB o movimento se lança como partido. Os estatutos da AIB posteriormente foram modificados no II Congresso Integralista realizado em março de 35 em Petrópolis, quando o movimento transformou-se em partido político.

A Ação Integralista entre 1932 a 1937 se expande por todo o território nacional e torna-se o primeiro partido de massas em cinco anos de campanha política legal. Seu crescimento e destaque no cenário político, em termos de número de núcleos e militantes contrastam, porém, ao analisarmos seu desempenho eleitoral das eleições de 1934.

Por sua vez, a primeira participação dos integralistas em eleições é em 1933, depois do registro do Tribunal Superior de justiça Eleitoral (28 de Abril de 1933). Nas eleições federais desse ano são apresentados quatro candidatos – João C. Fairbanks, Miguel Reale, Pimentel Junior e J. Sardinha – que, conseguem só 2000 votos. Nas eleições estaduais em 1934 os integralistas se apresentam com mais força, apesar de na maioria dos Estados não existirem candidatos seus: no estado do Rio, por exemplo, em quase 120.000 votos alcançam 1786, não elegendo ninguém; só em São Paulo é que elegem um deputado, João Carlos Fairbanks, que obtém 8935 votos, isto é, 2,1% da porcentagem total<sup>13</sup>.

Segundo Brandi; Soares (1984), a AIB em 1935, num balanço feito por Salgado, contava com 1 deputado federal, 4 deputados estaduais e 1123 grupos organizados em 548 municípios e 400 000 adeptos. O movimento exercia grande influência no sul do país, em São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas e Ceará.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> CARONE, E. **A República Nova**. São Paulo: Dif. Européia do Livro, 1976.

<sup>14</sup> BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: BELOCH, I.; ABREU, A. A. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p.30-55.



**Imagem 9:** Foto da 1ª página da edição do Ação de 08 de janeiro de 1937 onde é divulgada a abertura de mais um núcleo da AIB na Lapa na cidade de SP. Ação 08 de janeiro de 1937, nº.78, p. 1. A imprensa do movimento era o canal de propaganda integralista sobre a abertura de novos.

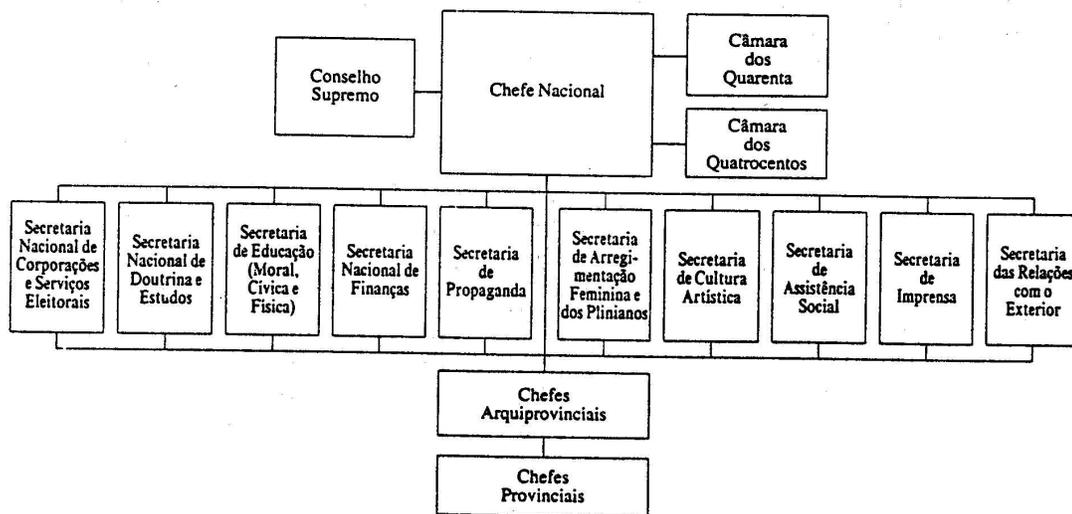
Em 1936, Salgado reuniu no Rio de Janeiro as lideranças nacionais do movimento, visando alterações no sistema burocrático, organização estabelecida no primeiro Congresso. O Conselho Nacional, órgão de funções consultivas e cujos membros eram designados exclusivamente pelo chefe nacional, foi substituído pelo Conselho Supremo, mantendo o novo órgão a mesma finalidade e atribuições.

Plínio Salgado tinha como propósito reorganizar a administração burocrática de seu modelo de sua estrutura burocrático-partidária como protótipo do modelo Estado Integral. As remodelações nas Secretarias Nacionais representavam interesse de extrema importância para os seus objetivos, inclusive a Secretária Nacional de Imprensa (SNI) encarregada da propaganda política da AIB e que posteriormente iria concentrar esforços na campanha eleitoral do candidato da AIB à Presidência da República.

Os seis Departamentos que já existiam receberam a designação de Secretarias Nacionais, sendo também criadas novas secretarias: a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP), a Secretaria Nacional de Imprensa, de Relações com o Exterior, e de Assistência Social. O Departamento de Organização Política foi transformado em Secretaria Nacional das Corporações e dos Serviços

Eleitorais, tendo como finalidade um maior dinamismo para atuar no alistamento eleitoral dos militantes da AIB, visando à sucessão presidencial de 1938.

### Organização da A.I.B. (Junho - 1936)



Foram também criados dois novos órgãos: a Câmara dos 40, composta por militantes que destacava-se por seus méritos "morais e intelectuais" e a Câmara dos 400 formada por integrantes da cúpula da organização. Exemplificamos aqui um modelo da organização da estrutura burocrática da AIB em 1936<sup>15</sup>.

A Câmara dos Quarenta, que vemos no organograma, era uma espécie de Conselho dos Notáveis Intelectuais, seria o núcleo do futuro Senado Integralista. A Câmara dos 400, composta por militantes das Províncias, seria o embrião de um sistema corporativo.

A estrutura organizacional da AIB, segundo Trindade (1974), era reflexo de sua ideologia e anunciava "o futuro" Estado Integral. Podemos caracterizá-la como uma estrutural burocratizada e rigidamente hierarquizada (multiplicidade de órgãos, funções e papéis) e verticalizada (demarcando os níveis nacional, regional e municipal) e centralizada na figura do chefe.

Para que militantes pudessem receber a formação doutrinária a AIB tinha nos seus núcleos escolas, cursos de formação de militantes e de preparação dos futuros

<sup>15</sup> **Cadernos Nossa História**. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995. p.32.

líderes. A ênfase na mobilização de seus adeptos era proporcionada por uma estrutura administrativa incomparável com a dos partidos políticos existentes no período.

As idéias divulgadas pelos intelectuais da AIB eram também veiculadas através de uma rede de escolas, criadas e financiadas pelo movimento, localizadas nos núcleos integralistas de âmbito municipal ou distrital, e eram supervisionados pela Divisão de Educação da Secretária Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (S.N.AF.P).

Os jornais da AIB publicavam informações referentes à implantação e o funcionamento das escolas. Segundo a imprensa integralista em 1937: “Todas as Províncias mantém nos seus Núcleos Municipais e Distritais e, fora deles, escolas de alfabetização e ensino profissional (...) cujo numero já atinge a 3000.”<sup>16</sup>

As escolas integralistas forneciam cursos de alfabetização para todas as idades, além de cursos profissionais, funcionando em alguns núcleos cursos de corte e costura, enfermagem, datilografia, taquigrafia, entre outros, instrumentalizando a obra cultural do movimento em favor da propaganda das idéias integralistas:

Em lugar das crianças freqüentarem escolas atéias, sem técnica profissional e com moldes comunistas, onde o nome de Deus se oculta aos pequeninos, e esquecidos eram os princípios cívicos do amor da Pátria, procurasse o ensino gratuito da escola integralista, lá encontrariam os ensinamentos da idéia sacrossanta de Deus, Pátria, Família.<sup>17</sup>

Os cursos de formação da AIB continham disciplinas que até então estavam circunscritas a instituições universitárias como sociologia, literatura e economia, que sob o viés da ideologia integralista tinha, segundo sua propaganda, o objetivo de “elevação do nível cultural das massas” sendo esta uma “prioridade vital para as lideranças do movimento”.

Um dos motivos determinantes da ausência de idéias e de programas políticos entre nós é, incontestavelmente a falta de cultura [...]. Um dos grandes planos, pois que temos que executar no Brasil, não é simplesmente o da alfabetização: é o de elevação do nível cultural das massas.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> As realizações as AIB. Monitor integralista, n.22, v.1, p.8, 7 de outubro de 1937. In: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999. p. 72.

<sup>17</sup> Monitor Integralista, n°. 22, v.1, p.8, 7 de outubro de 1937. In: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999. p. 73.

<sup>18</sup> SALGADO, P. Despertemos a nação in: **Obras Completas**. São Paulo: Américas, 1955. p. 149.

A formação das elites dirigentes, para Salgado, era propósito da primeira fase da campanha integralista. "Ela deve firmar certos princípios que servirão de base a nossa consideração do mundo e dos fenômenos sociais". Para a formação da "nova consciência das massas populares" a mobilização e preparo daqueles que formariam a cúpula do movimento era de fundamental importância para o êxito da campanha.

A AIB, no que tange a arregimentação de seus quadros de militantes então se processa num duplo sentido, procurando agremiar e disciplinar seus militantes e formando também as elites dirigentes. Para a arregimentação e disciplina promovia-se a doutrinação, voltada para o esclarecimento dos problemas sociais e políticos do país sob a ótica integralista. A formação das elites era feita através dos estudos integralistas, realizado pelo Departamento de Estudo e supervisionado pelo Departamento Nacional de Doutrina, do qual Miguel Reale era chefe:

Os técnicos para os Departamentos de Estudos e os doutrinadores para a propaganda nacional da AIB eram formados através dos Estudos Integralistas, enquanto as elites eram formadas através dos Altos Estudos. Estes últimos visavam apenas a cultura superior das elites integralistas ou habilitação para funções que o Chefe Nacional lhes reservava.<sup>19</sup>

Os cursos de Estudos Integralistas, com duração regular de oito meses, eram compostos por seis disciplinas: História Social Brasileira, Introdução à Sociologia Geral, Noções de Direito Corporativo, História das Doutrinas Econômicas, Noções Gerais de Organizações Políticas e História Militar Brasileira.

Nos cursos de Altos Estudos, com duração de dez meses, compostos por cinco disciplinas, estudava-se Teoria do Estado, Organização Nacional Corporativa, História do Estado, Filosofia Social e Filosofia da Pedagogia<sup>20</sup>.

A arregimentação, a disciplina de novos militantes e a formação daqueles que iriam exercer funções de liderança do movimento era o objetivo da doutrina integralista, que visava a consolidação e a expansão da AIB através da educação integral para o homem integral.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Op. cit., 1999. p.48.

<sup>20</sup> Op. cit., 1999. p.48-49.

<sup>21</sup> Assim, de acordo com o integralismo, a educação integral para o homem integral precisava: evitar a unilateralidade dos sistemas educacionais predominantemente esportivos, científicos, etc. Ela não pode se despreocupar de nenhuma de suas facetas; deve ser física, científica, artística econômica, social, política e religiosa. PAUPÉRRIO, M. ; MOREIRA, J.R. As bases da Educação Integral. Introdução ao Integralismo. In: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937).Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999. p. 47.

A campanha política e doutrinária da AIB foi desenvolvida em todo território nacional e para explicitarmos melhor a relativa liberdade concedida por Getúlio Vargas a AIB é necessário pontuar a utilidade dos integralistas para o governo.

Pois após a promulgação da Constituição de 1934, em 12 de março de 1935 foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização inspirada na proposta das frentes populares surgidas em diversos países da Europa com o objetivo de combater o avanço do nazi-fascismo. Pregando a formação de um governo popular, nacional e revolucionário, transformou-se, assim como a AIB, num grande movimento de massas. AIB e ANL representavam pólos opostos que contribuíam para tornar tenso o quadro político nacional. O governo aproveitava para pressionar o Congresso a adotar medidas autoritárias.

A aproximação mais efetiva entre os integralistas e o governo Vargas tornou-se mais intensa após os acontecimentos de 1935 onde a suposta ameaça comunista conciliava interesses políticos em torno de um inimigo em comum.

O fato dos integralistas possuírem uma milícia organizada com treinamento militar proporcionava a Vargas mais uma força no combate ao comunismo. E com o objetivo de demonstrar sua força política, os integralistas costumavam realizar grandes desfiles. Nas manifestações de rua, os conflitos entre militantes da AIB e da Aliança Nacional Libertadora eram constantes.

Ainda em abril de 1935, sob o impacto das greves de trabalhadores, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional. A ANL foi colocada na ilegalidade em 11 de julho, quatro meses após sua fundação, porém a AIB não perdeu o seu registro enquanto partido político e continuou prestando serviços ao governo na repressão ao comunismo.

A AIB chegou aproximadamente a um milhão de membros, segundo estimativas oficiais dos integralistas, adquiriu o registro de partido político pelo Supremo Tribunal eleitoral, visando à eleição presidencial que deveria em 1938, com a candidatura de Plínio Salgado.



O projeto político integralista defensor de uma proposta centralizadora de organização estatal dificultou a aproximação da AIB com os governos estaduais (STANLEY, 1977), mesmo os integralistas possuindo representantes eleitos em outras legendas partidárias e posteriormente com a sigla da AIB, no poder legislativo federal, no legislativo de alguns estados e, muitos prefeitos e vereadores (CALDEIRA, 1999). Porém, a cúpula integralista chefiada por Plínio Salgado estava próxima a pessoas influentes dentro governo de Vargas e encontrava simpatizantes, aliados e militantes dentro Forças Armadas (STANLEY, 1977, SODRÉ, 1968) e em setores da Igreja Católica.

Para a escolha do candidato integralista à sucessão de Vargas à Presidência da República foi lançado oficialmente um plebiscito em maio de 1937 onde os principais dirigentes da AIB disputaram o cargo. O resultado foi à vitória de Salgado por 846.554 votos contra 1.397 de Gustavo Barroso e 164 de Miguel Reale. Em 14 de junho de 1937, Gustavo Barroso, Miguel Reale, Everaldo Leite e outros integralistas reuniram-se com o presidente Vargas e seu Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, para comunicar o lançamento da candidatura de Salgado. A campanha eleitoral da AIB estendeu-se por todo o país, sendo constituídos mais de 4.000 comitês pró-Plínio Salgado em menos de dois meses, segundo Brandi; Soares (1984).

A Constituição de 1934 determinava a realização de eleições para presidente da República em janeiro de 1938. Com isso, desde 1936 a sucessão presidencial tomou conta da cena política, embora Vargas procurasse adiar e esvaziar o debate.

A campanha sucessória desenrolou-se em meio a um quadro repressivo, de censura e restrição da participação política, resultado do estado de guerra decretado no país em março de 1936 com a justificativa de combater o comunismo. Os instrumentos de força criados para reprimir a ação comunista foram utilizados também contra antigos aliados de Vargas contrários ao continuísmo, enfraquecendo-os ou neutralizando-os.

Desse modo, as resistências políticas ao golpe foram sendo progressivamente minadas. O combate ao comunismo serviu igualmente para alijar setores militares contrários ao projeto de Góes Monteiro de construção de um Exército forte, unificado e isento de influências políticas.

Ao longo de 1937, o processo eleitoral foi sofrendo um progressivo esvaziamento. A própria candidatura situacionista perdeu gradativamente consistência e José Américo de Almeida não obteve o apoio de Vargas que, ao contrário, fez o possível

para neutralizá-lo. Procurando marcar sua diferença em relação a Armando Sales, que se apresentava como oposição, José Américo passou a sustentar um discurso mais radical que seu concorrente e com um forte apelo popular. Até mesmo o governador mineiro Benedito Valadares, que havia garantido seu lançamento como candidato, a partir de fins de setembro tornou-se defensor da idéia de retirada das candidaturas e de uma reforma constitucional visando à prorrogação dos mandatos.

Entrava na sua reta final o projeto golpista. No mês de setembro de 1937 o governo realizou antecipadamente as cerimônias de rememoração das vítimas da revolta comunista de novembro de 1935. Alguns dias depois, o Ministério da Guerra divulgou o que o Plano Cohen, o documento forjado que relatava a preparação de uma nova ofensiva comunista. Essa foi a base para que o governo pedisse ao Congresso o retorno ao estado de guerra, que havia sido momentaneamente suspenso.

Para que o golpe possível foi preciso eliminar as resistências existentes nos meios civis e militares e formar um núcleo coeso em torno da idéia da continuidade de Vargas no poder. Esse processo se desenvolveu, principalmente, ao longo dos anos de 1936 e 1937 impulsionados pelo combate ao comunismo e por uma campanha para a neutralização do então governador gaúcho Flores da Cunha, considerado, por seu poder político e militar, um obstáculo ao continuísmo de Vargas e à consolidação de um Exército forte, unificado e impermeável à política.

O período autoritário que ficou conhecido como Estado Novo teve início no dia 10 de novembro de 1937, com um golpe liderado pelo próprio presidente Getúlio Vargas e apoiado, por setores da direita conservadora e radical e pela alta cúpula das forças armadas sob a direção do general Góes Monteiro.

Sua principal característica era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Do ponto de vista político-administrativo, seu conteúdo era fortemente centralizador, ficando a cargo do presidente da República a nomeação das autoridades estaduais, os interventores. Aos interventores, por seu turno, cabia nomear as autoridades municipais.

A intervenção estatal na economia, tendência que na verdade vinha desde 1930, ganhava força com a criação de órgãos técnicos voltados para esse fim. Ganhava destaque também o estímulo à organização sindical em moldes corporativos.

Nesse mesmo sentido, o Parlamento e os partidos políticos, considerados produtos da democracia liberal, eram descartados. A Constituição previa a convocação de uma

câmara corporativa com poderes legislativos, o que, no entanto jamais aconteceu. A própria vigência da Constituição, segundo o seu artigo 187, dependeria da realização de um plebiscito que a referendasse, o que também jamais foi feito.

Nesse contexto a candidatura de Plínio Salgado a Presidência da República não teve êxito devido ao advento do Estado Novo colocando todos os partidos políticos na ilegalidade, inclusive a AIB que havia prestado grandes serviços para o êxito na deflagração do golpe. (CHASIN, 1978; ARAÚJO, 1988; HILTON, 1983; SILVA, 1971).

## **2.2 O plano Cohen.**

A divulgação para imprensa nacional da descoberta pelas Forças Armadas do plano de um ataque comunista no Brasil alcançou rapidamente repercussão legitimando a decretação do Estado Novo e foi divulgado pelo governo de Vargas em setembro de 1937.

Naquele mesmo mês realizou-se uma reunião da alta cúpula militar do país, na qual foi apresentado o Plano Cohen, supostamente apreendido pelas Forças Armadas. Participaram dessa reunião, entre outros, o General Eurico Dutra, Ministro da Guerra; o General Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército (EME); e Filinto Muller, Chefe de Polícia do Distrito Federal.

Vargas aproveitou-se em seguida para fazer com que o Congresso decretasse mais uma vez o estado de guerra e, usando dos poderes que esse instrumento lhe atribuía, afastou o governador gaúcho Flores da Cunha, último grande obstáculo ao seu projeto golpista. No dia 10 de novembro, a ditadura do Estado Novo foi implantada.

A falácia do Plano Cohen foi justificada para a opinião pública como um documento, atribuído à Internacional Comunista, contendo informações de um suposto ataque para a tomada do poder pelos comunistas.

A autenticidade do documento não foi questionada e dias depois o Plano Cohen foi divulgado publicamente, alcançando enorme repercussão na imprensa e na sociedade ao mesmo tempo em que era desencadeada uma forte campanha anticomunista. O plano previa a mobilização dos trabalhadores para a realização de uma greve geral, incêndios em prédios públicos, promoção de manifestações populares que terminariam em saques e depredações e a eliminação física das autoridades civis e militares que se opusessem à insurreição.

Fator legitimador do golpe de Estado realizado por Vargas, o Plano Cohen teve sua autenticidade negada oito anos após o golpe, por um dos principais envolvidos no caso, o General Góes Monteiro, que anos mais tarde declarou que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo (CARONE, 1974; SILVA, 1971). Em março de 1945, com o Estado Novo já em crise, o general Góes Monteiro denunciou a fraude produzida oito anos antes, isentando-se de qualquer culpa no caso.

A autoria do plano foi atribuída a um oficial do Exército, militante da Ação Integralista Brasileira (AIB), que alegou apropriação indevida por parte das Forças Armadas de um documento interno de seu partido.

A questão é que a relação entre Vargas e os integralistas estavam estreitas há algum tempo. Ocorrendo inclusive um desfile organizado pela AIB no dia 1º de novembro de 1937 de 50.000 camisas verdes em frente ao Palácio do Catete nove dias antes da implantação do Estado Novo (TRINDADE, 1974).

E, os indícios da articulação entre Vargas e a AIB são encontrados também nos noticiários da imprensa integralista que lançava em seus jornais com maior ênfase, conforme se aproximava o mês de novembro de 1937, notícias da apreensão de documentos pelas autoridades que revelavam a trama de um eminente ataque comunista no Brasil.

Nos jornais da AIB como o Ação a campanha presidencial de Plínio Salgado foi sendo esvaziada progressivamente a partir da segunda metade de 1937, momento onde artigos de apoio ao governo federal foram publicados com maior ênfase.

Góes Monteiro, em sua declaração de 1945 afirmou que o Plano Cohen fora entregue ao Estado-Maior do Exército pelo capitão Olímpio Mourão Filho, então chefe do Serviço Secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). Mourão Filho, por sua vez, admitiu que elaborou o documento, afirmando porém, tratar-se de uma simulação de insurreição comunista para ser utilizada estritamente no âmbito interno da AIB.

# PLINIO SALGADO TEM RAZÃO

Confirmada sua denúncia, feita no notável discurso que pronunciou na Radio-Mayrink Veiga, - de um vasto plano comunista! Seu brado de alerta ás forças vivas da Pátria foi ouvido: as altas autoridades federaes tomam energicas providencias de combate á hydra vermelha!

O Ministro da Justiça resolve agir

RIO DE JANEIRO, 20 (Pelo telephone) — Urgente — Uma importante reunião foi hontem realizada, no Ministério da Justiça, presidida pelo Ministro Macedo Soares. Nella tomaram parte o Cap. Felinto Muller, Chefe da Polícia; Gal. Leiza de Carvalho, do E. M. do Exército; Almirante Álvaro de Vasconcelos, do pessoal da Armada; Dr. J. Duarte, Juiz Federal, Cap. Dedsworth Martins, Comde, do encouraçado "São Paulo", e altos funcionários do Ministério da Justiça. Nessa importante reunião ficou assentado um plano de medidas para impedir a infiltração comunista no território nacional.

A opinião publica acompanha com vivo interesse a actividade das autoridades e dos responsáveis pela ordem social, comentando-se favoravelmente um decisivo empreendimento de combate ao comunismo, e que vem confirmando, linha por linha, a gravidade da situação e a denuncia feita pelo Sr. Plinio Salgado, Chefe

## ACÇÃO

DIRECCAO DE MIGUEL REAL

Redacção, Adm. e Officinas: Rua Primeiro de Maio, 19-A. Anno Primeiro — Numero 192. Sexta-feira, 20 de Agosto de 1937. Telph: Dir. e Redacção, 29143. Telph: Adm. e Officinas, 2-6699.

### Confirma-se o plano bolchevista contra o Brasil

Nacional da A. I. B., no seu recente discurso pronunciado na Estação de Radio Mayrink-Veiga, de um vasto plano de terrorismo vermelho. As suas agentes de Moscou estavam articulando contra a Pátria e a familia brasileira.

Possivel mobilização de tropas — Trens á disposição. RIO, 20 (BAND) — Em face dos boatos sobre possíveis perturbações da ordem, assim como dos distúr-

bios que estão occorrendo em alguns Estados durante os comícios, o ministro da Guerra, como providencia cautelar da ordem publica, mandou expedir um ordm a todos os comandantes de Região, ordenando-lhes que se mantenham preparados para qualquer eventualidade, permanecendo uma sub-unidade de cada corpo em promptidão, o mesmo acontecendo ao Quartel General do Ministério da Guerra e aos estabelecimentos militares. — O

utilitar da pasta entendeu-se com a administração da Central do Brasil, para que a referida estrada esteja sempre preparada para um possível transporte de tropas.

REUNIO NO MINISTERIO DA GUERRA. RIO, 20 (BAND) — De-se grande importancia á conferencia realizada entre o ministro da Guerra e o general Almerio de Moura, comandante da 1.ª Região Militar e que se refere ás últimas me-

diadas assustadas para preservar qualquer perturbação eventual da ordem no paiz.

GENERAES SE REUNEM EM SIGILLO. RIO, 20 (BAND) — Realizou-se a annunciada conferencia entre o ministro da Guerra e os generaes Góes Monteiro e Almerio de Moura, que transcorreu em completo sigillo. Entretanto, falava-se hontem nas rodas politicas que o assumpto tratado entre os referidos militares visa preservar a ordem publica, cogitando-se mesmo da requisicão de trens especiaes, em caso de necessidade.

FOL PRESO UM CAPITAO. RIO, 20 (H) — Foi conduzido e entregue, preso ao quartel do regimento de cavalleria da policia militar, o capitão Carlos Amorety Cardoso.

O "Diario do Nordeste" será o grande jornal de Pernambuco e do norte do Brasil. O seu apparecimento ainda este mez.

Comunicamos que o Sr. Plinio Salgado, chefe do "Diario do Nordeste", que será uma folha dedicada ao problema social, e á causa do trabalhador brasileiro.

A sua publicação ao acto instalado no salão pernambucano, á Av. Marquês de Olinda, 273.

A Argentina esclarece a sua attitude no caso dos "destroyers". RIO, 20 (BAND) — O embaixador Plinio Cernom recebeu, no presidente da Republica Argentina na praia de Botafogo, uma de suas "dois documentos" da nota de applicação á policia publica do Brasil sobre a attitude que a Argentina mantém perante o arrendamento dos "destroyers" aos estadunidenses no novo governo.

Peranteo ministro pernambucano argentino e o ministro pedago. O novo um, dos qualifica da imbalhada proposta á policia do documento, foi discutido em portuguez, que, como se sabe, foi approved pelo presidente Aguirre e pelo primeiro ministro Sáenz-Peña, e pelo primeiro ministro Sáenz-Peña, e pelo primeiro ministro Sáenz-Peña.



O GENERAL EURICO DANTAS DUTRA, MINISTRO DA GUERRA, QUE ESTÁ TOMANDO ENERGIICAS MEDIDAS DE DEFESAS AO CONUNHEIRO.

### A chacina vermelha de Campos

PROBLEMA DE INSTRUCCAO — OUVI-SE em Campos, no Estado de Rio de Janeiro, a noticia de que um grupo de indivíduos, durante a noite, se reuniram em um local conhecido como "chacina vermelha", para discutir a possibilidade de uma revolução comunista no Estado.

### O SR. CHERMONT ESTÁ VENDO PHANTASMAS I... e narra uma historia complicada

RIO, 20 (BAND) — O senador Alde Chermont declarou, em sessão aberta da Casa, estar atormentado por uma agressão, tendo sido procurado varias vezes em sua residência por grupos de indivíduos, durante a noite.

### A Argentina esclarece a sua attitude no caso dos "destroyers"

RIO, 20 (BAND) — O embaixador Plinio Cernom recebeu, no presidente da Republica Argentina na praia de Botafogo, uma de suas "dois documentos" da nota de applicação á policia publica do Brasil sobre a attitude que a Argentina mantém perante o arrendamento dos "destroyers" aos estadunidenses no novo governo.

### Petroleo na Bahia!

Mas, vai ser apurado se existe. RIO, 20 (BAND) — O diretor do Provedor Manoel Adriano que levou em consideração politica de permitir ao Estado baiano, de Lethem, ter o direito de explorar uma jazida de petróleo de Serviço Organizado do Ministerio da Agricultura, que vai apurar o tipo de rendimento da jazida.

### VOTAR NESTE HOMEM



### E' A SALVAÇÃO DO BRASIL

S.P. Press, 77 Modulo n. 18

Imagem 11: Acção 20 de Agosto de 1937, p.1.

Segundo Mourão Filho, Góes Monteiro, que havia tido acesso ao documento através do general Álvaro Mariante, havia-se dele apropriado indevidamente (SILVA, 1971). Mourão justificou seu silêncio diante da fraude em virtude da disciplina militar a que estava obrigado. Já o líder maior da AIB, Plínio Salgado, que participara ativamente dos preparativos do golpe de 1937 e que, inclusive, retirara sua candidatura presidencial para apoiar a decretação do Estado Novo, afirmaria mais tarde que não denunciou a fraude pelo receio de desmoralizar as Forças Armadas, única instituição, segundo ele, capaz de fazer frente à ameaça comunista (SALGADO, 1955).

A relação entre Vargas e os integralistas foi marcada por momentos difusos de críticas mútuas a colaboração recíproca, sendo o Plano Cohen o ápice da relação de aproximação entre o governo de Getúlio Vargas e a Ação Integralista Brasileira (AIB).

Plínio Salgado mantinha-se a par das intenções de Vargas e dava-lhes, inclusive, apoio (SILVA, 1971). Por isso mesmo, logo no início do mês de novembro retirou sua candidatura e manifestou solidariedade à luta que Vargas dizia travar contra a ameaça do comunismo e os efeitos desagregadores da democracia liberal.

A expectativa que Plínio Salgado então cultivava, alimentada pelos contatos que mantinha com o Presidente, era de que o integralismo se tornasse a base política do regime a ser implantado com o golpe e que o Ministério da Educação do novo governo fosse entregue a um dirigente da AIB.

Ao ser decretado o Estado Novo em 10 de novembro, porém, Vargas não fez qualquer referência ao integralismo em sua mensagem à nação. Mesmo assim, Plínio Salgado declarou apoio à nova ordem e afirmou que a AIB deixava de ter um caráter político e passava a limitar sua atuação ao âmbito cívico e cultural. Apesar disso, a AIB acabou sendo incluída no decreto em que Vargas determinava o fechamento de todos os partidos políticos.

Plínio Salgado trabalhava em duas frentes: ao mesmo tempo em que dava seu consentimento aos preparativos insurrecionais (SILVA, 1971), buscava uma reaproximação com Vargas. Aceitou, inclusive, rebatizar a AIB, que oficialmente passou a denominação Associação Brasileira de Cultura. A disposição repressiva demonstrada pelo governo contra os integralistas deixava claro, porém, que a reaproximação era inviável.

Percebendo que suas expectativas de participação no poder não se concretizariam, lideranças integralistas como Olbiano de Melo, Belmiro Valverde e

Gustavo Barroso, ao lado de oficiais da Marinha, começaram a articular, no início de 1938 um golpe contra o governo. As duas tentativas de golpe denominadas Intentonas integralistas ao Palácio da Guanabara ocorreram em março e em maio de 1938 tendo como conseqüência a prisão de muitos camisas-verdes e a intensificação da repressão à extinta AIB, com a apreensão de arquivos dos integralistas pela polícia do Rio de Janeiro (TRINDADE, 1978, p.312.).

A polêmica acerca do envolvimento de lideranças integralistas na elaboração do Plano Cohen e qual a participação oferecida aos integralistas pelo apoio ao golpe, é marcada por controvérsias e contradições como constam em documentos oficiais da AIB, depoimentos em inquéritos militares, memórias e diários de alguns envolvidos, publicados posteriormente.

O fato é que as inesperadas medidas tomadas por Vargas contra os integralistas após a implantação do Estado Novo repercutiram no pedido de exoneração do General Newton Cavalcanti, como mostra a carta por ele enviada ao Ministro do Estado dos Negócios da Guerra Eurico Gaspar Dutra:

O golpe de 10 de novembro, como não ignorava V. Exa., foi, não há dúvida, o resultado concreto da cooperação corajosamente cívica das três forças genuinamente nacionais e organizadas no Brasil – O Integralismo, a Marinha e o Exército. Foi por intermédio da minha pessoa que o Exmo. Sr. Presidente da República efetivou a aproximação considerada necessária e indispensável, antes do golpe de 10 de novembro com o Dr. Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira. Não sou e nunca fui integralista. Por não compreender, e mesmo por não concordar com as altas razões de Estado que porventura determinaram ao Exmo. Sr. Chefe da Nação a propalada decisão de extinguir a única corrente de opinião sinceramente condensadora de uma consciência nacional no Brasil, solicito de V. Exa., por intermédio deste documento, a minha exoneração do alto cargo de confiança que exerço<sup>22</sup>.

A suposta oferta do General Góes Monteiro, onde os integralistas ocupariam posição de destaque na administração do Estado Novo é confirmada na ata da última reunião da Câmara dos Quarenta, órgão composto pelos quarenta principais líderes da cúpula integralista realizada no final de novembro, vinte dias após a decretação do Estado Novo.

A posição de Plínio Salgado explicitada no referido documento era a seguinte: “a Ação Integralista estava sempre pronta e disposta a prestar seus serviços a Nação, e que

---

<sup>22</sup> SILVA, 1971, p.141-143.

ela cooperaria com as autoridades lealmente, dentro, porém, de sua inquebrável linha de dignidade política” (Arquivo AIB/PRP)<sup>23</sup>.

Porém, após a implantação do golpe, Francisco Campos em um encontro com Salgado a pedido de Vargas ofereceu apenas o pagamento de todos os débitos contraídos pela AIB e a pasta do Ministério da Educação, como consta na carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas de 28 /01/1938. (SALGADO, 1955, SILVA, 1971).

O Plano Cohen foi um momento marcante na relação entre Vargas e a AIB, pois o governo federal articulou tendências políticas conservadoras e de extrema-direita que sob sua direção efetivaram os preparativos para a implantação do golpe do Estado Novo. E a parcela de participação da AIB em sua concretização foi marcante desde os preparativos do golpe.

---

<sup>23</sup> Arquivo AIB/PRP: documento transcrito da ata da última reunião da Câmara dos 40. O arquivo é localizado em Porto Alegre e é também um dos locais de referência para os pesquisadores do tema, porém concentra na maior parte do seu acervo documentos do PRP- Partido de Representação Popular. Este foi fundado por Plínio Salgado e antigos companheiros da década de 30, após a volta ao Brasil de seu exílio em Portugal, ocasionado por Vargas, após o fracasso das duas tentativas integralistas.

Esforçamos, porém, importante reunião no Palácio dos Campos Elzeos. A's 22:30 horas a reportagem de "Acção" procurou saber os assumptos ventilados, não o tendo conseguido, em virtude da absoluta reserva em que a mesma se realizou.

Em outras fontes fomos informados de que, nessa reunião, se tratou de assumir o partido ao pedido colectivo da escuridão, do secretariado do governador de S. Paulo.

# ACÇÃO

NUMERO DO DIA  
200 REIS  
NUMERO ATRAZADO  
400 REIS

ANNO 1º | Gerente: Eduardo Graziano | Red., Adm. e Off., Rua Irmão Simpliciano, 17 e 17-A — São Paulo | Secretario: Paulo Paulista | N.º 332

## A Nova Constituição

### Adoptados varios principios corporativos

### Dissolução dos partidos provincianos

O Presidente Getulio Vargas instaura uma ordem nova para a salvação do Brasil



O SR. PLINIO SALGADO, CHEFE NACIONAL DA A. I. B.

JÁ E DO CONHECIMENTO PUBLICO A DISSOLUÇÃO DO CONGRESSO-FEDERAL, CAMARA DOS DEPUTADOS E SENADO, HOJE EFFECTUADA, NO RIO DE JANEIRO, AS 10 HORAS DA MANHÃ.

ESSA DÍSSOLUÇÃO OBRANÇE TAMBEM AS ASSEMBLEAS E LEGISLATIVAS ESTADUAES E CAMARAS MUNICIPAES.

A L. ACONECIMENTO ERA MAIS DO MENOS AGUARDADO PELA OPINIÃO PUBLICA, DEANTE DO DESENROLAR DOS FACTOS POLITICOS QUE SE PRECIPITARAM, NESTES ULTIMOS DIAS.

TRIUFPHOU, DE TUDO ISSO, O ESPIRITO NOVO DA NAÇÃO, QUE QUER LIBERTAR-SE DAS FORMULAS PRENHES DE LIBERALISMO DA CONSTITUÇÃO DE 34, REPETINDO: VELHOS PRINCIPIOS JURIDICOS DE 91 ESTAMOS, AGORA, NO SECULO NOVO, EM QUE RU-

RAM A PATRIA, OS QUE SE VENDERAM AO OURO DE MOSCOW, MINANDO, DEMOLINDO, SUBVERTENDO AOS POUCOS O ORGANISMO POLITICO-SOCIAL DE NOSSA TERRA. O GRANDE E-IMPONENTE EDIFICIO, VISTOSO COMO LHES PINTAM OS POLITICOS LIBE-

RAES, FOI RUINDO, DE VARGAR, E, SE PROVIDENCIAS EM TEMPO NAO FOSSEM TOMADAS, TERIAM OS, HOJE, SOB O AMPARO DE POLITICOS SEM CONSCIENCIA, A BANDEIRA VERMELHA DO ALFANGE E MAR-

### Concentração Nacional

O gesto energico e revolucionario do sr. Getulio Vargas, determinando a dissolução do Senado Federal da Camara, assim como dos legislativos estaduais e municipais, e a prova eloquente de que o supremo magistrado da Nação, nesta hora, e incerto que atravessamos, comprehendeu perfeitamente que só o emprego de medidas excepcionaes poderiam resolver satisfactormente uma situação excepcional.

Prestigiado pelo Exercito, pela Marinha e pela Acção Integralista Brasileira, e as organizações brasileiras, que nesta hora se congregam num mesmo espirito de nacionalismo, disciplina, culto das tradições nacionaes e sustentação do Poder Central, neste momento o sr. Getulio Vargas outelha em suas mãos todas as poderes que lhe foram outorgados por aquelles que conquistaram o direito de falar em nome do Brasil e, libertando-as do respeito supervalioso e inaproveitado pelas leis reaccionarias divorciadas da vida e das necessidades nacionaes, volve a guisa de misericordioso em um regimen que, sob pretexto de garantir e tutelar as liberdades populares outra coisa não fazia, senão permitir, que se tramassas na sombra a bolchevização do Brasil.

Tolerar o prosseguimento da campanha presidencial como elle se volve processando, era fechar os olhos diante do avango comunista, cujas vanguardas, obedecendo as instruções do Komintern para a agitação revolucionaria na America Latina, já se haviam habilmente infiltrado nas correntes que apoliam o sr. Armando Salles e José Amario, e assistir, numa indifferença criminosa e destruição dos nossos valores mais caros a das tradições christas sobre as quaes se construiu a nossa grandeza moral e material.

Advertidos pela voz propheta de Plinio Salgado, as verdadeiras forças nacionaes, num impressionante movimento de união, mobilizaram-se immediatamente realizando a concentração nacional, ponto de partida para uma luta implacavel e sem tréguas contra o comunismo e para o lançamento das bases de uma ordem nova.

De generosa e os almirantes das nossas gloriosas forças armadas comprehendem em tempo que para destruir definitivamente o bolchevismo era inutil recorrer ao remedio do estado de guerra, medida indispensavel ao momento mas que, por sua propria natureza provisoria e temporaria jamais poderia constituir uma solução definitiva do problema, solução essa que consiste numa reforma profunda, estrutural, que não se limitará a combater os efeitos mas extirpar de vez as causas do bolchevismo.

Os politicos profissionais dos partidos politicos que desagregaram o pensamento nacional e fomentaram as guerras intestinaes, podem ao recolher as suas caças. A sua missão está terminada.

De hoje em diante o Brasil pertence aquelles brasileiros que estão prontos a morrer para salvar a honra e a dignidade de sua Patria.



O SR. GETULIO VARGAS, PRESIDENTE DA REPUBLICA

### A Nova Constituição

RIO, 10 (11). — O "Diario Oficial" publica hoje a nova Constituição da República.

A carta que nos reger a vida politica e administrativa do país comeca:

"O presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Atendendo as legitimas aspirações do povo brasileiro a paz politica e social, profundamente perturbada por combalidos factores de desordem, resultantes da erosão agravada dos classidos partidarios, que uma rotatoria propaganda demagogica procura desnaturalizar em linha de classe, e da extrema acida de conflitos ideologicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a revolver-se em turbulência sob a funesta lumenencia da guerra civil;

Atendendo ao estado de aprehensão creado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remedios de caracter radical e permanente;

Atendendo a que, sob as influências subversivas, não dignas do estado de nossa norma de preservação e de defesa à paz, da segurança e do bem estar do povo;

Com o apoio das forças armadas e credendo as inspirações de opinião nacional, unica e outra satisfactormente approvadas, creio que os perigos que ameaçam a nossa unidade e da república com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e politicas:

Resolve assegurar a nacão a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independencia, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz politica e social, as condições necessarias à sua segurança, ao seu bem estar e a sua prosperidade; decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o país:

O capitulo primeiro, da nova Constituição, que trata da organização nacional, estabelece:

Art. 1º — O Brasil é uma república. O poder politico emana do povo e é exercido em nome dele pelo interesse do seu bem-estar, da sua honra, da sua independencia e da sua prosperidade.

Art. 2º — A bandeira, o hymno, o estabulo e as armas nacionaes são de uso obrigatorio em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hymnos, estabulos e armas. A segurança e do bem estar do povo;

Imagem 12: Primeira página do jornal Acção um dia após o golpe do Estado Novo. Acção Quinta-feira, 11 de novembro de 1937. p.01.

### **2.3 Elementos para uma investigação a respeito do caráter ideológico do integralismo.**

A investigação da ideologia integralista, segundo Carone, (1976, p. 223) pode ser realizada através da análise de duas fontes documentais históricas importantes, pelos documentos básicos e pelos estudos de seus teóricos.

A ideologia integralista pode ser analisada, conforme o caso, através de seus documentos básicos ou pelo estudo de seus teóricos. Existe relação entre as duas formas de manifestação, mas a primeira trata principalmente de seu “dogmas”, enquanto nas obras esparsas dos dirigentes integralistas abordam preferentemente o dia a dia dos problemas práticos e teóricos. Não há dúvida que o Manifesto de Outubro e outras manifestações de diretivas ideológicas são escritos por Plínio Salgado e Miguel Reale, porém o pensamento particular de cada um deles apresenta nuances e posições um pouco diferentes, com particularidades específicas e próprias.”<sup>24</sup>

Na análise dos documentos da AIB e nos estudos dos teóricos integralistas destacamos especificamente as formulações sobre o projeto do Estado Integral e o avanço da extrema direita na Europa, buscando rastrear as posições do denominado “chefe supremo” e dos teóricos mais influentes na imprensa integralista. No capítulo posterior o enfoque será realizado numa fonte documental mais específica, o jornal integralista *Acção*.

As três expressões teóricas principais da AIB são representadas por Plínio Salgado, com seu nacionalismo com raízes no catolicismo social; Miguel Reale com a corrente sindical e corporativa; Gustavo Barroso com o anti-semitismo.

A formulação da concepção de “Estado Integral” de Plínio Salgado aparece pela primeira vez já no Manifesto de outubro de 1932. Durante os sete anos de existência legal da AIB as perspectivas integralistas do poder, do seu exercício e da natureza própria do Estado propalado pela imprensa verde foram sendo enriquecidas.

O Estado Integral não seria caracterizado pelo princípio da soberania popular e pelo sufrágio universal, segundo os moldes da liberal-democracia. A proposta de organização social integralista tinha como pressuposto a nação organizada segundo as categorias profissionais em um modelo corporativo, e o Estado teria a função de manter e distribuir justiça e equilíbrio social.

---

<sup>24</sup> Op. cit., 1976, p. 223.

Em contraposição à luta de classes, resultantes do modelo liberal, o Estado Integral seria uma Democracia Orgânica<sup>25</sup>, com o objetivo de proporcionar a cooperação entre os seguimentos da sociedade; o Estado Integral estava alicerçado segundo a ideologia da AIB nos princípios de hierarquia, ordem, disciplina e unidade.

No Manifesto de Outubro de 1932 estão sintetizados os principais elementos de sua ideologia e destacamos na íntegra o conteúdo referente à sua concepção de Estado onde as concepções corporativistas e nacionalistas são enfatizadas numa proposta de organização da sociedade que estava sintonizada com as tendências de extremismo político então em voga no ocidente.

Pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer principio de divisão: partidos políticos; estadualismos em luta pela hegemonia; luta de classes; facções locais; caudilismos; economia desorganizada; antagonismos de militares e civis; antagonismos entre milicias estaduais e o Exército; entre o governo e o povo; entre o governo e os intelectuais; entre estes e a massa popular. Pretendemos fazer funcionar os poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), segundo os impositivos da Nação organizada, com base nas suas Classes Produtoras, no Município e na Família. Pretendemos criar a suprema autoridade da Nação. Pretendemos mobilizar todas as capacidades técnicas, todos os cientistas, todos os profissionais, cada qual agindo na sua esfera, para realizar a grandeza da Nação Brasileira. Pretendemos tomar como base da Grande Nação, o próprio homem da nossa terra, na sua realidade histórica, geográfica, econômica, na sua índole, no seu caráter, nas suas aspirações, estudando-o profundamente, conforme a ciência moral. Desse elemento biológico e psicológico, deduziremos as relações sociais, com normas seguras de direito, de pedagogia, de política econômica, de fundamentos jurídicos. Como cúpula deste edifício, realizaremos a idéia suprema, a síntese de nossa civilização: na filosofia, na literatura, nas artes que exprimirão o sentido do nosso espírito nacional e humano. Pretendemos criar com todos os elementos raciais, segundo os imperativos mesológicos e econômicos, a Nação Brasileira, salvando-a de erros da civilização capitalista e dos erros da barbárie comunista. Criar numa única expressão o Estado Econômico, o Estado Financeiro, o estado Representativo e o Estado Cultural. Pretendemos levantar as populações brasileiras, numa união sem precedentes, numa força jamais atingida, numa esperança jamais imaginada. Pretendemos lançar as bases de um sistema educacional para garantia da subsistência da Nação no futuro. Pretendemos insuflar energia aos moços, arrancá-los da descrença, da apatia, do ceticismo, da tristeza em que vivem; ensinar-lhes a lição da coragem, incutindo-lhes a certeza do valor que cada um tem dentro de si, como filho do Brasil e da América. Movimentar as massas populares numa grande afirmação

---

<sup>25</sup> “É o ritmo do século. Não podemos fugir dele. Mas - e isto é o mais importante para nós - enquanto os demais povos se movimentam no sentido do Estado Forte nós, vamos mais longe, porque desejamos o Estado Integral, que contém tôdas as forças e representa o equilíbrio perfeito”. O Estado Forte significa ditadura, sinônimo de Estado totalitário. O Estado Integral é uma Democracia Orgânica. A ordem garantindo a liberdade.” SALGADO, P. A quarta humanidade. In: **Obras completas**. São Paulo: Américas, 1955. p.119.

de rejuvenescimento. Sacudir as fibras da Pátria. Erguê-la da sua depressão, do seu desalento, da sua amargura, para que ela caminhe, dando começo à Nova Civilização, que, pela nossa força, pela nossa audácia, pela nossa fé faremos partir do Brasil, incendiar o nosso continente, e influir mesmo no Mundo. Para isso, combateremos os irônicos, os “blasés”, os desiludidos, os descrentes, porque nesta hora juramos não descansar um instante, enquanto não morrermos ou vencermos, porque conosco morrerá ou vencerá uma Pátria. Esses são os rumos da nossa marcha.<sup>26</sup>

O discurso da campanha integralista, no que tange ao nacionalismo explicitado no Manifesto possuía um sentido cultural e político que se opunha às influências cosmopolitas deturpadoras da autonomia da nação:

O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso nacionalismo [...]. Referimo-nos aos costumes que estão enraizados principalmente em nossa burguesia, embevecida por essa civilização que está periclitando na Europa e nos Estados Unidos [...]. Levantemo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo que é útil e belo no caráter e nos costumes brasileiros, para unir todos os brasileiros num só espírito.<sup>27</sup>

No discurso e no conjunto das obras doutrinárias de Salgado, assim como no Manifesto de Outubro eram explícitas as críticas ao capitalismo e ao comunismo. As publicações da AIB apresentavam o movimento como detentor de um projeto político original e genuinamente brasileiro. Nesse sentido, a característica principal do discurso integralista, segundo a definição de Vasconcelos (1979) é a sua “utopia autonomística”.

Sob esse aspecto é que o integralismo brasileiro está num plano muito superior a todas as correntes políticas européias. Somos mais avançados do que o fascismo, no qual, diga-se de passagem, temos muito que observar e aproveitar; deixamos atrás com uma distância de cinquenta anos o socialismo marxista, o sindicalismo revolucionário, como perdemos de vista, na curva de cem anos, a liberal-democracia, filha da filosofia materialista e mãe do comunismo.<sup>28</sup>

A humanidade, segundo a ideologia integralista, havia se corrompido sob a influência da ótica materialista, atrofiando as potencialidades dos indivíduos, devido à competição, como valor dos regimes liberais democratas e da excessiva homogeneização das sociedades comunistas. O materialismo, segundo os teóricos da

<sup>26</sup> SALGADO, Plínio. O Estado Integralista. In: **Manifesto da Ação Integralista Brasileira**, 7 de outubro de 1932. p. 11-12.

<sup>27</sup> SALGADO, P. **Manifesto da Ação Integralista Brasileira**, 7 de outubro de 1932. p. 3-4.

<sup>28</sup> SALGADO, P. A quarta humanidade. In: **Obras completas**. São Paulo: Américas, 1955. p.102.

AIB, não alienava apenas os atributos intelectuais dos indivíduos, mas também, os espirituais, levando o homem a uma postura cética diante da vida:

Tudo, para as civilizações materialistas é o êxito e a fortuna, porque a vida se cinge ao máximo do conforto e prazer. Ao contrário, nas civilizações inspiradas pelas superiores finalidades do homem, os mais admirados e respeitados são os que trazem para a sociedade o máximo de contribuição moral ou intelectual. Quando predomina o materialismo, também predomina o orgulho, a vaidade, a rebeldia, a discórdia, a indisciplina, razão pela qual as civilizações desabam, as Pátrias sucumbem, a sociedade apodrece na confusão desmoralizadora dos costumes; e a vida se torna insuportável.<sup>29</sup>

Mesmo o integralismo tornando-se um partido político depois de 1935, a sua propaganda política enfatizava que a AIB era um movimento de cultura.<sup>30</sup> O discurso integralista era, segundo seus intelectuais, distinto dos partidos políticos de sua época pelo fato de ser movimento de idéias.

Os teóricos da AIB apresentavam em suas publicações a doutrina integralista como um pensamento “emancipador”, capaz de propiciar uma nova mentalidade e um novo homem: o “homem integral”. Salgado, no livro "A quarta humanidade", adverte que o Estado Integralista vem responder às angústias dos homens, geradas pelo Estado Liberal Democrático e pelas formas jurídicas, onde os governos não têm autoridade para proporcionar o equilíbrio da sociedade.

Plínio Salgado, no livro "A quarta humanidade", publicada originalmente em 1936, faz referência à organização da sociedade segundo princípios integralistas quando argumenta a respeito do Estado Integral. O Estado, segundo a doutrina integralista, seria o agente modificador da sociedade, representando forte repúdio a concepção marxista, segundo a qual tarefa revolucionária caberia à ação dos indivíduos.

Na ocasião em que foi proclamado candidato à eleição presidencial pela AIB na sessão das Cortes do Sigma, em 12 de junho de 1937, Plínio Salgado pronunciou um discurso intitulado "O Cristo e o Estado Integral", enfatizando os valores de cooperação e solidariedade cristã, que legitimava o seu ideal de Estado:

---

<sup>29</sup> SALGADO, P. O que é o Integralismo. In: **Obras Completas**. São Paulo: Américas, 1955. p.21-22.

<sup>30</sup> O movimento integralista é um movimento de cultura que abrange: 1.) - Uma revisão geral das filosofias dominantes até o começo deste século e, conseqüentemente, das ciências sociais, econômicas e políticas. SALGADO, P. A quarta humanidade. In: **Obras completas**. São Paulo: Américas, 1955. p.83

Porque o Estado Integral, essencialmente, é para mim o Estado que vem de Cristo, inspira-se em Cristo, age por Cristo e vai por Cristo.

O Estado Integral é o Brasil, realizando sua felicidade material e sua grandeza nacional dentro do profundo sentimento de solidariedade humana e de fraternidade de todos os brasileiros.<sup>31</sup>

A influência do catolicismo social na concepção integralista de Plínio Salgado é um elemento importante na análise de sua ideologia. Trindade (1974) e Araújo (1987) em suas investigações sobre a AIB destacam o clima intelectual dos anos 20 e 30, com uma maior politização de setores do catolicismo nacional, em torno do Centro Dom Vital e da Revista “Ordem”. O próprio lema da AIB, “Deus-Pátria-Família”, expressa a valorização de elementos religiosos no discurso do movimento. E o conteúdo maniqueísta na propaganda da AIB era apresentado no sentido de uma disputa entre o espiritualismo cristão defendido pelo movimento e, o materialismo (entendido no sentido do ceticismo), que marcava as sociedades liberais e comunistas.

O pensamento político de Plínio Salgado expressa a confluência de dois grandes temas referentes à contextualização do debate político e intelectual dos anos de 1920 e 1930: o nacionalismo e o tradicionalismo católico. O primeiro foi alimentado em suas origens por Alberto Torres de crítica política ao constitucionalismo liberal republicano, pela crítica social de Euclides da Cunha e ampliada pela crítica cultural da Semana da Arte Moderna. O segundo foi revigorado pela atuação de Jackson de Figueiredo e do Centro Dom Vital, propondo um catolicismo militante e social capaz de restaurar o primado da espiritualidade na vida brasileira. Dessa dimensão irão sobressair, em especial, os valores da Ordem, da Autoridade e da Disciplina, articulados com a idéia de engajamento social. Do nacionalismo resultarão os apelos plinianos à necessidade de uma reflexão sobre os problemas brasileiros e a busca de uma solução política própria, nascida de uma perspectiva doutrinária de recusa a importação de modelos ideológicos, levando-se em conta nossas próprias raízes históricas, nossos costumes, as peculiaridades do nosso povo, os condicionantes éticos, geográficos, históricos, econômicos e culturais que nos modelam enquanto tal. Dessa mesma vertente nacionalista, Plínio elaborou e desenvolveu, concomitantemente, a sua reflexão sobre a componente revolucionária que deve estar contida no Estado Integral para realizar tanto a modernização da Nação quanto a justiça na sociedade. O modo próprio como Plínio absorveu e elaborou essas duas grandes vertentes temáticas permitiu-lhe produzir um pensamento político, em que estão presentes tanto o tradicional quanto o moderno, a idéia conservadora e a idéia revolucionária. O sentido de síntese que sua elaboração intelectual propiciou responde, em parte, pela enorme receptividade encontrada pelo movimento que

---

<sup>31</sup> SALGADO, P. Integralismo perante a nação. In: **Obras Completas**. São Paulo: Américas, 1955. p.201.

concebeu e liderou, assim como pela primazia da sua concepção integralista dentro do próprio movimento do Sigma<sup>32</sup>.

Para Roque (2000, p.304.), a grande diferença entre a teoria do Estado Integral de Salgado e de Reale consta; na diferença da formulação pliniana que este ancorada em reflexões de princípios sobre a interação entre indivíduo e sociedade no Estado Integral, “valorizando mais a reforma do homem do que a reforma do Estado”. Para Salgado, o denominado “homem-integral”, é o sujeito-histórico que vivencia também uma revolução interior ou uma revolução moral. Pois, segunda a fábula integralista, o “homem-integral” deve potencializar seu atributos físicos-intelectuais e morais.

O Estado integral de Salgado tem como fundamento de sua edificação e funcionamento a militância e socialização ideológica do camisa-verde. O Estado assume a tarefa de integrar, harmonizar, desenvolver e modernizar a sociedade, estando imbuído de um sentido finalista do seu empreendimento e da sua função, que consiste em elevar os indivíduos, a sociedade e a Nação à realização máxima de suas potencialidades. Nas Diretrizes Integralistas, Plínio afirma que tal projeto não pode ser realizado pelo Estado Liberal nem pelo Estado Comunista: o primeiro, por alhear-se as questões mais pertinentes à dignidade da pessoa, atém-se apenas a uma liberdade sem a devida responsabilidade do poder; o segundo, pela prepotência e usurpação dos direitos essenciais da pessoa, atinge de início o princípio fundamental que é de ordem espiritual. Promover a educação, proteger e amparar a família, apoiar a iniciativa religiosa, prestigiar e engrandecer as forças armadas são atitudes do Estado Integral a fortalecer as suas próprias bases, que são de ordem moral<sup>33</sup>.

O Estado Integral de Miguel Reale é teorizado numa linguagem técnico-jurídica onde a questão do Estado tem um papel central em sua produção. Porém, o fator legitimador, também esta assentado no discurso da moral e da ética, mas sujeito-histórico projetado não é o homem cristão da “revolução interior” e sim o trabalhador inserido nas forças produtivas da Nação. Segundo Roque, (2000, p. 305):

Enquanto para Plínio Salgado o Estado deveria resultar da organização dos grupos naturais, com ênfase na família, para Miguel Reale a base da construção do Estado residia na organização sindical. Essa primazia da estrutura de um sindicalismo ordenado – que culminaria na organização corporativa de todos os produtores e da qual deveria deverivar, por último, o Estado as suas instituições e as formas de representação – aproxima Reale de uma acirrada crítica à doutrina liberal e de uma adesão do Estado como aquele do fascismo da Itália.

---

<sup>32</sup> ROQUE, José Brito. Plínio Salgado e a Teoria do Estado Integral. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p. 249-250.

<sup>33</sup> Op. cit., 2000, p.249-250.

Assim, para Reale, o primado da ação organizativa da vida econômica moderna e de toda a atividade social deve caber a um Estado situado “acima das classes”, sendo superior a todas elas “pelas forças que deve dispor e pelos fins que deve realizar” (ABC do Integralismo). Ao referir-se ao sistema de representação, proclama que o estado não é a soma dos indivíduos isolados - como pretendia o “naturalismo liberal” -, mas a unidade das forças produtivas organizadas: “Só quem produz tem o direito de votar e ser votado”. Portanto, não são nem os partidos políticos vinculados a liberal-democracia e nem tampouco um sindicalismo socialista (resultado da simples indiferença do Estado liberal com a questão social) que devem compor as forças políticas organizadas da Nação, mas os “trabalhadores intelectuais e manuais. Só a representação dos trabalhadores é a representação popular”. Nessa concepção de um Estado Sindical integralista, Reale confere ao sindicato “as mesmas características da Nação: é um órgão de finalidades éticas, políticas, econômicas e culturais [...]. É um órgão de direito público, sob a imediata fiscalização e proteção do Estado”.<sup>34</sup>

Como, importante liderança do partido, ocupando o cargo estratégico de Secretário Nacional de Doutrina, escrevendo livros e artigos para os jornais da “Sigma Jornaes Reunidos” e tendo em suas mãos a direção do Jornal Acção, Miguel Reale participou com grande destaque na imprensa da AIB e, como apontamos, ocupou uma posição proeminente como teórico do Estado Integral<sup>35</sup>.

Para Miguel Reale existem quatro correntes político-sociais, que se corporificam em agremiações partidárias: 1º) o liberalismo que ajuda a enfraquecer o Estado e “lançou os desprovidos da fortuna nas garras do capitalismo internacional”; 2º) o socialismo que não realiza a justiça social e vai “de encontro à natureza humana, ofendendo o indivíduo e suas projeções morais”; 3º) o sindicalismo, união dos operários contra os patrões que, “cresceu fora do Estado, anunciando o predomínio de uma classe e levando a bandeira do ódio”; 4º) o solidarismo, que procura “inutilmente resolver os problemas humanos mediante a simples assistência social” [...]. No Estado liberal existe um problema para os problemas sociais e econômicos e desequilíbrios entre as necessidades e as soluções, porém existe uma dualidade em que o “Direito é monopólio do estado enquanto e a economia é monopólio do indivíduo”. A reação gera o fascismo e o Bolchevismo: “o primeiro marca a reação do Estado contra as organizações que o queriam absorver; o segundo é o resultado da absorção da máquina do Estado por uma das organizações, a do proletariado”. [...] A superação dos males do socialismo, do liberalismo sindicalismo e solidarismo é a finalidade do integralismo, que pretende “identificar Estado e povo, Estado e Nação”, e que fundamenta a sua representação, não em indivíduos ou partidos, mas: “a) em indivíduos unidos por laços biológicos e efetivos (famílias); b) em indivíduos unidos pela

<sup>34</sup> Op. cit. 2000, p. 305.

<sup>35</sup> Miguel Reale empreende sua reflexão teórica a partir de um conjunto de obras que versam sobre a história das idéias políticas, tais como: Formação da Política Burguesa (1934); O Estado Moderno (1935); Atualidades do Mundo Antigo (1936); O capitalismo internacional – introdução à economia nova (1935) e Atualidades Brasileiras (1937). As suas obras doutrinárias integralistas foram: A Posição do Integralismo (1933); Perspectivas Integralistas (1935) e ABC do Integralismo (1935).

comunhão das atividades habituais (sindicatos profissionais de um lado; sociedades científicas, artísticas e religiosas do outro; corporações)”; estes agrupamentos devem ser encarados geográfica e historicamente, através dos municípios, províncias e Nação<sup>36</sup>.

No livro “O Estado Moderno” de 1935, Reale desenvolve sua posição sobre os temas; fascismo e o bolchevismo e o Estado Integral. Segundo o teórico da AIB, o final da Primeira Guerra é situado como ponto final da estrutura tradicional de poder, tendo como conseqüência o surgimento do “Estado Moderno”, assumindo assim o Estado duas formas distintas duas formas distintas; a do Estado fascista e a do Estado bolchevista. Resultados de uma reação contra debilidades do liberalismo. O integralismo é colocado como um modelo político com o papel de superar os males, das quatro correntes político-sociais existentes.

Sendo o bolchevismo, segundo Reale, a conseqüência final e indireta do liberalismo, ele vai optar pelo Estado fascista. O fascismo, contudo, substitui a concepção do Estado jurídico e do cidadão pela concepção do Estado econômico e do produtor. Ao mesmo tempo, o fascismo, sendo uma das tendências naturais do Estado Moderno, acaba por restituir ao Estado sua plena soberania ao identificá-lo com a Nação. Reale destaca ainda duas tendências fascistas: uma “radical”, defensora de um Estado “Totalitário”, e uma “moderada”, que corresponde ao Estado Integral. Ele se filiou a esta última visto que, ao contrário da forma “totalitária”, a tendência fascista “integral” confere uma maior autonomia ao indivíduo. Embora não estejam em oposição essas duas tendências, apresentam diferenças de resultados, pois, as singularidades do Estado Integral residem, ao fim de tudo, a sua vontade ética. A sua natureza específica não reside, portanto, nem na estrutura sindicalista e nem no corporativismo, mas em tomar em primeiro lugar o homem e suas projeções morais. Se no Estado fascista “totalitário” a moral esta subordinada ao Estado, no Estado fascista “Integral” é o Estado que se subordina ao imperativo moral.<sup>37</sup>

No aspecto da posição de Salgado sobre a ascensão do fascismo na Europa, a retórica também é de negação da identidade do integralismo com seus congêneres europeus, na mesma linha argumentativa de Miguel Reale.

No livro “A Quarta humanidade”, o objetivo de Salgado era também elucidar dúvidas sobre a natureza do Estado Integralista e as suspeitas de conotação totalitária que lhe eram atribuídas pelos adversários da Ação Integralista para distingui-lo do Estado Fascista.

<sup>36</sup> REALE, Miguel apud Carone (1976, p. 228-229).

<sup>37</sup> Op. cit., 2000, p.306.

O fascismo, por sua vez, “transporta o passado para o primeiro plano, o presente, fundindo duas épocas históricas e atualizando-as”. Daí ser democrático, estabelecendo a representação e o voto; revolucionário porque quer atingir o Estado Integral; e nacionalista, devido a exaltação do passado, da unidade da pátria. Porém o integralismo se distingue de seus congêneres francês, italiano, alemão etc. O fascismo italiano, por exemplo, “socorre-se do artifício da emancipação do poder do alto para baixo, realizando, é certo, uma identificação política das forças econômicas e morais, porém não tendo chegado a efetivar uma identificação estrutural profunda”. O integralismo, no entanto, é pela “constituição dos poderes de baixo para cima, isto é, partindo do âmbito municipal para o provincial e deste para o nacional” Porém, na Itália, não há ditadura: “há um regime”<sup>38</sup>.

Segundo a análise de Chasin (1978), o fascismo é apresentado no discurso integralista de Salgado como uma forma de defesa, uma reação das nacionalidades, “que não tem energias para criar nada novo como o integralismo”. O avanço da extrema direita na Europa é difundido na imprensa da AIB como o “ritmo do século”

[...] O mundo moderno está enfermo por falta de autoridade. Por isso os movimentos das juventudes da Inglaterra, de Portugal, da França, do Japão, da Alemanha, da Itália [...] do Chile, da Argentina em favor do Estado Forte [...] É o ritmo do século. Não podemos fugir dele. É, a tendência geral, mas que não se apresenta indiferenciadamente, nem deixa de cristalizar distintas soluções, de conteúdo e condições hierárquicas diversas; o rumo a direita é, pois, “o ritmo do século”. “Mas – e isto é o mais importante para nós – enquanto os demais povos se orientam no sentido do Estado Forte, nós vamos mais longe, porque desejamos o Estado Integral, que contém todas as forças e apresenta o equilíbrio perfeito. O Estado Forte é a transição para o Estado Integral. Um dia a Europa virá aprender com o Brasil. Do Continente Sul-Americano sairá a palavra de ordem”<sup>39</sup>.

Plínio Salgado tenta distinguir o integralismo do fascismo, afirmando que o Estado Integral é legitimado pela moral e pela família e, na Itália o Estado baseia-se na “força do Estado”. De forma tautológica as distinções dos congêneres europeus estão baseadas numa retórica que insiste no elemento moral como legitimador de sua proposta. Nesse sentido Plínio Salgado e Miguel Reale se aproximam em suas formulações sobre o conteúdo moralizador que pretensamente legitima e singulariza o projeto de Estado dos dois líderes da AIB em relação ao fascismo na Europa.

“A Revolução Francesa proclamou os direitos do Homem. A Revolução Russa, originária da Revolução Francesa, porém antítese

<sup>38</sup> SALGADO, Plínio apud Carone (1976, p. 227).

<sup>39</sup> SALGADO, Plínio apud Chasin (1976, p. 567-568).

do individualismo, proclamou os direitos de Classe. Os movimentos do moderno nacionalismo, na Itália e na Alemanha, proclamam os direitos do Estado. Nós, integralistas, proclamamos o direito da família”. [...] Essa obra de educação que nós chamamos a “revolução espiritual” é em razão dela que nos distinguimos tanto do Fascismo como do Hitlerismo, imprimindo um sentido profundo ao nosso movimento”. Mesmo porque o integralismo, declara o ideólogo do sigma, é, “como fenômeno espiritual, o mais expressivo dos tempos modernos, assim como é o mais tipicamente cultural de todos os movimentos sociais e nacionalistas contemporâneos”. Mais tipicamente cultural e profundo, o integralismo é, pois, entendido pelo seu proponente, como um estágio mais avançado da grande e perene revolução do espírito humano, em face da qual o fascismo é um momento simplesmente transitório, “O fascismo marcha para o integralismo”<sup>40</sup>

Plínio Salgado e Miguel Reale nos sete anos de existência legal da AIB ocuparam uma posição incomparável enquanto líderes e teóricos do integralismo. A aproximação entre os seus discursos na imprensa integralista é evidenciada no conteúdo moralizador de seus escritos, pelo “devotamento” católico-cristão, presente na concepção da “revolução interior”, assim como, pelas simpatias pelos regimes políticos da península itálica e ibérica do período. Nesses aspectos a formulação da ideologia integralista de Gustavo Barroso também apresenta elementos em comum, constatados em nossa investigação.

Gustavo Barroso, representando o terceiro componente da tríade que liderava os camisas-verdes, com sua entrada na AIB em 1933 possibilitou ao movimento agremiar extratos sociais da pequena burguesia simpáticos ao anti-semitismo.

O anti-semitismo é o tema de maior destaque na teoria integralista de Gustavo Barroso. Na interpretação da história e da sociedade prevalece à denúncia contra uma suposta ameaça de conspiração judaica a nível mundial. Sua leitura da história brasileira é fundamentada nessa perspectiva, para ele o Brasil seria nesse cenário uma “colônia de banqueiros” sob o domínio dos investidores judaicos internacionais<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> SALGADO, Plínio apud Chasin (1978, p.564-565).

<sup>41</sup> Mais do que comparecer com mais um tema, como o anticomunismo ou o anticapitalismo, a idéia da conspiração é que dá nexos, inteligibilidade às idéias de Barroso [...]. É ela que sustenta e articula a pregação integralista dele. Não é possível estudar o pensamento integralista de Barroso sem perceber e entender a especificidade e a lógica desse permanente ataque contra essa suposta conspiração. Em todos os seus livros integralistas [...] há referências a suposta conspiração judaica e violentos ataques contra os judeus, sendo que pelo menos sete deles foram escritos exclusivamente sobre este tema: Em 1934, Barroso publicou *Brasil, colônia de banqueiros*, que se tornou o mais conhecido livro integralista dele. Em 1935, *O Quarto Império*. Depois traduziu e prefaciou “Os protocolos dos Sábios de Sião”. Em 1937 publicou; *A Sinagoga Paulista e Judaísmo, maçonaria e comunismo*. Em 1938, *História Secreta do Brasil* (três volumes). *Integralismo e Catolicismo e o Espírito do Século XX* têm vários capítulos exclusivamente

Os textos de Barroso, segundo Cytrynowicz (1992), são marcados por uma debilidade teórica, inferiores aos textos de Salgado e Reale. Para o autor não se encontram nos livros de Barroso uma teoria do Estado como em Reale, ou uma reflexão sobre a questão da natureza do homem em meio e a sociedade, como em Salgado.

Nesse sentido, além do anti-semitismo, as débeis formulações de Barroso sobre o Estado Integral se aproximam em certa medida, do mesmo componente argumentativo de Plínio Salgado, ou seja, o sentido do conteúdo moralizador que legitima sua fundamentação de Estado.

Para Gustavo Barroso, o integralismo é a teoria totalitária do universo e do homem e pretende “transformar primeiro a alma das elites e em seguida a das massas”. Daí caber à elite integralista, realizar sua “revolução interior”, “a fim de projetarmos a revolução exterior” e depois assumir o “espinhoso e glorioso papel de consciência viva e ativa das aspirações duma raça”. A política, por sua vez, pode ser boa ou má, pois ela é “uma ciência de alto valor moral que ensina a dirigir sábia e honestamente os homens”. A revolução não se traduz em tiros, barulhos, etc., mas, em “uma mudança de atitude do espírito face aos problemas que se lhe apresentam, em qualquer ordem moral ou material”; em outras palavras, só existe “uma revolução interior”, uma “revolução do espírito, uma revolução das almas”<sup>42</sup>.

Em relação às proximidades entre os teóricos e líderes da AIB a análise sobre o avanço da extrema direita na Europa apresenta também elementos comuns. A análise de Barroso centra-se na tentativa de negar as aproximações entre o integralismo e os Estados centralizadores da Europa afirmando a singularidade da “revolução interior” dos integralistas. Nesse sentido os três líderes da AIB apresentavam um relativo consenso ao forjarem um discurso que buscava afirmar a singularidade do conteúdo moralizador da proposta política integralista entre o que eles denominavam de “Estados Totalitários bons (Itália e Alemanha) e maus (Rússia)”.

O Estado ideal que realizará está transformação é o Estado Integral, que não pode ser confundido com o Estado totalitário. Para o integralismo o “município é a célula-mater da Nação, porque é o primeiro núcleo grupalista no sentido político, reunindo os grupos profissionais que reúnem os grupos familiares”; daí o estado integral ser “formado pelos homens”. O Estado totalitário “forma os homens”, isto é, impõe categoricamente suas diretivas e filosofia, moldando o homem à sua imagem, “totalmente”. Apesar de existirem Estados

---

anti-semitas. Por esses livros, por ter introduzido no Brasil “Os Protocolos dos Sábios de Sião” (a mais difundida versão do mito da conspiração judaica), por centenas de artigos de jornal, Gustavo Barroso pode ser considerado a mais violenta expressão conhecida do anti-semitismo na história política brasileira. Isso paralelamente a uma carreira de sucesso em outras áreas. O jornal nazista, de Buenos Aires, Deutsche la Plata Zeitung considerou Barroso o “Führer” do integralismo. (CYTRYNOWICZ, 1992, p.8)

<sup>42</sup> BARROSO, Gustavo apud Carone (1976, p. 229-230).

totalitários bons (Itália e Alemanha) e maus (Rússia), as duas tendências se assemelham entre si e ambos se distinguem do que é o integralismo<sup>43</sup>.

A ideologia integralista formulada nos livros da AIB por Plínio Salgado, Reale e Barroso, contém os temas fundamentais do debate nacional e internacional em voga na década de 30 no aspecto da discussão de um projeto de Estado genuinamente nacional.

As formulações da “Teoria do Estado Integral” são resultados das formulações de Salgado e Reale que utilizaram elementos como à defesa de um Estado intervencionista, centralizado e corporativista na legitimação de seu projeto político. Nesse sentido o modelo de Estado Integral proposto pelos principais teóricos da AIB, aproximava-se da proposta dos regimes extremistas em voga na Europa.

Os integralistas, ao apresentarem a sua distinção como portadores de uma ideologia singular e diferenciada dos regimes nacionalistas da Europa pelo seu pretenso conteúdo “moralizador”, buscavam se apresentar como teóricos de uma proposta política e ideológica autônoma. Porém, as afinidades ideológicas da AIB e o posicionamento apologético em relação a extrema direita européia, são explicitados ao analisarmos documentos mais específicos, como a imprensa diária dos camisas-verdes.

O jornal Acção enquanto publicação diária dos integralistas de São Paulo reflete o posicionamento dos líderes da AIB, no contexto imediato da efetivação dos grandes acontecimentos que marcaram a conjuntura política nacional e internacional.

O jornal Acção, enquanto publicação diária, através da cobertura que fazia da conjuntura política nacional e internacional, apresentava o “ponto de vista integralista” dos fatos e acontecimentos importantes do período. E, nos artigos escritos entre 1936-1938, período de circulação do Acção, a presente investigação buscou analisar as posições defendidas pelos teóricos da AIB a respeito de temas em evidencia no debate nacional da década de 30.

Nesse sentido, nas próximas são colocados em evidencia questões relativas ao projeto de Estado proposto no modelo de Estado Integral propalado pelos teóricos da AIB, assim como, o avanço da extrema direita na Europa.

---

<sup>43</sup> BARROSO, Gustavo apud Carone (1976, p. 230).

# ACÇÃO

Directo de Miguel Real  
Sina - Jornais - Resendes  
Ano III - 150 PAULOS, 7 DE OUTUBRO DE 1934 - N. 1

**Em 7 de Outubro de 1934,  
no Largo da Sé, tombaram  
Jayme Guimarães e Cae-  
tano Spinelli, heroicos  
operarios integralistas vi-  
ctimados pelas balas as-  
sassinadas de com-  
munistas co-  
vardeamente  
intocaiados**



## O Povo das massas

MIGUEL REAL  
Vinte e sete milhões de seres humanos, em todo o mundo, vivem em condições de extrema pobreza e de extrema miséria. A situação é a mesma em todos os países, sem excepção. A situação é a mesma em todos os países, sem excepção. A situação é a mesma em todos os países, sem excepção.

## O fechamento da A. I. B., na Bahia "O enfraquecimento do Integralismo representa uma vantagem para os comunistas"

**AFIRMA O PRÓPRIO LEADER DO SITUACIONISMO BAHIANO NA CAMARA FEDERAL**

O fechamento da Associação Integralista da Bahia, que representa a organização dos integralistas na capital baiana, representa uma vitória para os comunistas. Este facto demonstra o enfraquecimento do Integralismo, o que representa uma vantagem para os comunistas.



Este facto demonstra o enfraquecimento do Integralismo, o que representa uma vantagem para os comunistas. Este facto demonstra o enfraquecimento do Integralismo, o que representa uma vantagem para os comunistas.

Este facto demonstra o enfraquecimento do Integralismo, o que representa uma vantagem para os comunistas. Este facto demonstra o enfraquecimento do Integralismo, o que representa uma vantagem para os comunistas.

## Os comunistas estão agindo

**PRÉSIDIO DO RIO DE JANEIRO, DE VÁRIOS ADEPTOS DO "SOCORRO VERMELHO" - OS SEUS**  
**"OS SEUS SOCORROS VERMELHOS"**  
(Do nosso correspondente)

Os comunistas estão agindo em todo o Brasil, através do "Socorro Vermelho". Este movimento representa uma ameaça para o Integralismo e para o Estado Novo.

## Renace a esperança da cooperação internacional

Uma nota da Chiefta Provincial da A. I. B. em Pernambuco, em nome da A. I. B. de Pernambuco, afirma que a cooperação internacional é essencial para a vitória do Integralismo.

## Continuam as perseguições...

As perseguições contra os integralistas continuam em todo o Brasil. Os comunistas estão a tentar aproveitar esta situação para avançar os seus planos.

## A socialização do governo espanhol

A socialização do governo espanhol é um passo importante para a construção de um Estado Novo em Espanha.

## A aproximação económica italo-alemã

A aproximação económica entre a Itália e a Alemanha é um sinal de uma nova era de cooperação internacional.

## 3.000

3.000 integralistas foram presos em todo o Brasil durante as operações de limpeza social.

## 30 milhares rebeldes bombardearam Madrid

30 milhares de rebeldes bombardearam Madrid durante a guerra civil espanhola.

## 500

500 comunistas foram presos em todo o Brasil durante as operações de limpeza social.

## EM PERNAMBUCO A SECRETARIA DE SEGURANÇA CONSIDERA PROIBIDO "EM TODO PAIS" O USO DA CAMISA VERDE

A Secretaria de Segurança em Pernambuco considera proibido o uso da camisa verde em todo o Brasil, devido ao seu significado político.

## 3.000

3.000 integralistas foram presos em todo o Brasil durante as operações de limpeza social.

## 30 milhares rebeldes bombardearam Madrid

30 milhares de rebeldes bombardearam Madrid durante a guerra civil espanhola.

## 500

500 comunistas foram presos em todo o Brasil durante as operações de limpeza social.

**FASANELLO**  
SABADO - VENDA  
**500** CONTOS  
FEDERAL

# CAPÍTULO III O JORNAL ACÇÃO

### 3.1 A imprensa Integralista.

A modernização capitalista possibilitou o avanço dos setores de comunicação que foram habilmente instrumentalizados para a propaganda política de Vargas e dos partidos e movimentos políticos em disputa no período. O jornalismo político no período em discussão expressava as diversas tendências ideológicas em disputa e, nesse sentido, a imprensa verde foi uma fonte importante para levantarmos elementos para o debate sobre o caráter ideológico da AIB:

O jornal - assim como a literatura, a fotografia, a música, o teatro, a caricatura, o rádio - sempre se apresentou como alternativa eficaz de propaganda política. Adotado por todos os segmentos sociais desde a primeira década do século XIX, o jornal se apresenta como um dos mais importantes registros da memória política do país. Alguns deles inscreveram-se numa tradição da imprensa liberal e revolucionária; outros emergiram como tipicamente antilusitanos, nacionalistas ao extremo e, até mesmo, anticlericais. A partir das últimas décadas do século XX surgiram jornais expressivos dos movimentos negro, anarquista, operário, sindicalista, comunista e antifascista. Estes -por suas características contestatórias- sempre encontraram barreiras para circular; o que não era tão comum em relação aos periódicos expressivos do pensamento de extrema direita que raramente tiveram uma edição proibida. Quando isto aconteceu, a repressão não se fez tão radical <sup>1</sup>.

A AIB e ANL eram os únicos partidos de massa (CAVALARI, 1999), ambos tinham atuação a nível nacional num momento onde as maiorias dos partidos tinham representação regional, mas a propaganda integralista, devido à parcimônia de Vargas, se desenvolveu e pode obter maior alcance como nenhum partido ou movimento do período, como nenhuma outra organização política havia conseguido.

Apesar da censura varguista as publicações de certas tendências políticas que apoiavam ou não se opunham ao governo foram contempladas com o beneplácito do DIP.

O fato de alguns jornais circularem livremente- como foi o caso dos periódicos nazistas, fascistas ou integralistas- demonstra que imperava certas formas de negociação entre a elite governante e as correntes representativas do pensamento de extrema direita. Entre 1935 e 1938 temos casos esporádicos de apreensão de jornais integralistas como aconteceu, por exemplo, com *A Offensiva*, criado em 1934, e *O*

---

<sup>1</sup> CARNEIRO, Maria Tucci. Imprensa irreverente, tipos subversivos. In CARNEIRO, Maria Tucci; KOSSOY, Boris. (orgs) **A Imprensa Confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo do Estado, 2003. p. 20.

*Integralista*, Órgão da Ação Integralista Universitária de São Paulo, fundado em 1932. Estes periódicos, inclusive o *Acção* que circulou de 1936-1938, integrava a rede Sigma Jornais Reunidos <sup>2</sup>.

O consórcio jornalístico Sigma - Jornais Reunidos formava um conjunto de 88 jornais em circulação por todo o território nacional que tinha como proposta ser o canal de interpretação do Brasil e do exterior sob a perspectiva ideológica do integralismo, sendo subordinado a Secretária Nacional de Propaganda, sob a censura “Chefia Nacional”:

Homogeneamente já unidos pelo Sigma, os jornais integralistas do Brasil, cujo numero cresce dia a dia, e já sob hoje a 88, ficaram agora, conjugados para fins de publicidade, sob a direção da Secretária Nacional de Propaganda, Devidamente autorizado pela Chefia Nacional, constituindo, assim, o maior monobloco jornalístico até hoje criado na América do Sul. Mais um passo para a unificação nacional, pelo pensamento, pela cultura e pela orientação doutrinária.  
3

A rede de propaganda integralista utilizava-se de jornais, livros, do cinema e do rádio para divulgar a sua ideologia e propaganda política. Os jornais em geral tinham como propósito popularizar a doutrina produzida pelas lideranças do movimento.

O ano de 1936 foi um momento importante da política de imprensa formulada pelas lideranças integralistas com a reformulação da estrutura burocrática do partido, como apontamos no capítulo anterior.

No mesmo ano da reestruturação administrativa das Secretárias da AIB foi realizado o Congresso Nacional de Imprensa, de 18 a 21 de dezembro em Belo Horizonte. No evento foi lançado o Código de Ética Jornalística documento que tinha como propósito dar uniformidade aos procedimentos de censura do Partido.

Muitas Secretárias Nacionais foram criadas em 1936 para dinamizar a atuação da AIB e para uma maior eficiência da propaganda política dos camisas-verdes foi criada a Secretária de Imprensa visando à disputa eleitoral de 1938.

A Secretária Nacional de Imprensa (S.N.I.) funcionava também como estratégia de controle, adotada pela AIB para garantir a padronização dos jornais integralistas.

---

<sup>2</sup>CARNEIRO, Maria Tucci. Imprensa irreverente, tipos subversivos. In: CARNEIRO, Maria Tucci; KOSSOY, Boris. (orgs). **A Imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo do Estado, 2003. p. 19.

<sup>3</sup> O Aço Verde apud Cavalari (1999, p.83). Ver: **O Aço Verde**, n.16, out. 1935. Arquivo Histórico Público Municipal de Rio Claro.

Todo jornal integralista era obrigatoriamente orientado a enviar à S.N.I. um exemplar de cada edição e outro ao Chefe Nacional, Plínio Salgado (CAVALARI, 1999).

A função da S.N.I era orientadora e punitiva, como salienta a documentação interna do partido: “Esses jornais [...] estarão sujeitos, sempre que necessário, à observação direta da S.N.I. que poderá cassar-lhes a qualidade de órgãos integralistas”<sup>4</sup>.

Para dar as massas esta orientação Plínio Salgado desenvolveu o “Código de Ética Jornalística” refletindo a concepção que este tinha do modelo de Imprensa por ele proposto: “Faze do jornal um órgão de educação e criação, e jamais um órgão passivo, escravizado às massas [...] é o século do jornal doutrinário, porque o povo quer se orientar”<sup>5</sup>.

A propaganda das publicações da imprensa da AIB era divulgada através de seus jornais, no intento de mostrar as realizações da S.N.I., como em edição do jornal “Monitor Integralista”, de 7 de outubro de 1937.

A imprensa integralista é representada pelos seguintes órgãos de publicidade:

- a) 8 grandes diários: ‘A Offensiva’, do Rio de Janeiro, ‘A Acção’, de São Paulo, ‘O Imparcial’, da Bahia, ‘Diário do Nordeste’, do Recife, ‘A Província’, de Maceió, ‘A Razão’, de Fortaleza, ‘Acção’, de São Luís do Maranhão e ‘Correio da Noite’, de Porto Alegre. Estarão brevemente em circulação, mais dois grandes diários integralistas, um em Belo Horizonte e outro em Curitiba;
- b) 105 hebdomadários e quinzenários espalhados por todas as Províncias;
- c) 3 revistas ilustradas; ‘Anauê’ e ‘Brasil Feminino’, no Rio de Janeiro e ‘Sigma’, em Niterói;
- d) Uma Revista de alta cultura: ‘Panorama’, de São Paulo;
- e) O ‘Monitor Integralista’, jornal oficial da AIB;
- f) Cerca de 3.000 boletins, semanais e quinzenais, impressos e mimeografados, referentes ao serviço de cada Núcleo<sup>6</sup>.

A imprensa integralista buscava se apresentar como moderna e para ser competitiva e acompanhar as tendências do mercado editorial brasileiro procurava inovar em suas publicações.

As revistas mensais no estilo Magazine eram exemplos das modernas formas por qual a imprensa se expandia e a AIB também investiu em sua imprensa com publicações no estilo Magazine como a “Revista Anauê” representando esse gênero editorial<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> Protocolos e rituais da AIB, Capítulo XVII (Da imprensa Integralista), Artigos 222 e 223. In: **Enciclopédia do Integralismo**, vol. XI, p. 136, Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1959.

<sup>5</sup> **CÓDIGO DE ÉTICA JORNALÍSTICA**. Fundo Plínio Salgado. Arquivo Público Municipal de Rio Claro, (s.d).

<sup>6</sup> Monitor Integralista apud Cavalari (1999, p. 87). Ver: **MONITOR INTEGRALISTA**, n. 22, out. 1937. Arquivo Público Municipal de Rio Claro.

O jornal dentro da imprensa integralista era organizado tinha a finalidade de difundir a ideologia do sigma e transmiti-la de modo uniforme. As publicações que circulavam nas regiões interioranas seguiam o mesmo padrão gráfico e eram organizados de modo a reproduzir aos jornais maiores, editados nas capitais onde se encontrava a elite dirigente do partido, em São Paulo e Rio de Janeiro.

Os jornais do interior tinham como característica a não divulgação de informações sobre suas respectivas localidades e sobre a política local, seguindo uma padronização da notícia, de modo a informar os militantes das regiões sul a nordeste de forma homogênea.

Essa uniformidade das publicações integralistas pode ser observada através de um artigo do jornal “O Integralista” apud Cavalari (1999, p.83): “O INTEGRALISTA não obedece a um programa seu. Não se afastará nunca dos postulados da Ação Integralista Brasileira, que, de fato, dá um sentido único a todas as suas publicações”<sup>8</sup>.

O “sentido único” das publicações integralistas, segundo Cavalari (1999), poder ser entendido como sendo composto de uma dupla essência; único no sentido de veicular as mesmas idéias, mas único também no sentido de obedecer à mesma forma de diagramação. Havia, portanto, uma padronização da imprensa integralista tanto com relação ao conteúdo que veiculava quanto com relação à forma como a informação era estruturada aos leitores.

Como já foi apontado, o livro e jornal estavam articulados para doutrinar o integralista, o livro veiculava as idéias que seriam popularizadas através dos jornais e, estes por sua vez, reforçavam junto ao leitor, a necessidade da leitura, e da importância dos livros recomendados pela AIB.

A relação de livros doutrinários recomendados pelas lideranças aos militantes que eram de autoria dos teóricos integralistas tinham seus títulos divulgados e

---

<sup>7</sup> O sucesso da fórmula extremamente original da revista mensal de leituras Reader’s Digest, lançada por Dewitt Wallace em 1923, devia a sua arte de “condensar” os livros. Os news magazines representaram uma inovação cujo sucesso devia, após a guerra, estender-se a todo o mundo ocidental. O primeiro foi o Time, semanário de 70 páginas a 20 cents o exemplar, lançado em 1923 por Henri Luce e Briston Hadden; Newsweek e U. S. News adotaram a sua fórmula. Luce na esteira de Time, criou em 1930 a Fortune, revista mensal de atualidades econômicas e depois, em 1936, a Life, magazine informativo ilustrado que inspirou-se na fórmula da revista ilustrada francesa Vu. Na véspera da guerra, assistia-se a uma extraordinária concorrência no mundo dos magazines [...]. TERROUF, Albert P. **História da Imprensa**. São Paulo: Martins Fontes. p. 87.

<sup>8</sup> Os jornais citados encontram-se no Arquivo Histórico Público Municipal de Rio Claro, ver: **O Integralista** – Órgão da Ação Integralista Brasileira (Província do Paraná). Curitiba, PR, n.1, ano I, ago. 1934.

apareciam nos jornais através de colunas onde eram recomendados sob a denominação; “Bibliografia Integralista”.

E, os “Livros recomendados aos Integralistas”; recebendo a classificação de “Principais subsídios no Brasil”: indicavam leituras de obras sobre sociologia, política brasileira e livros de autores não integralistas como Alberto Torres, O. Vianna, Farias Brito, J. de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Azevedo Amaral, Otavio de farias, entre outros nomes que fundamentavam concepções difundidas no governo Vargas e também pela AIB.

Os livros recomendados como “Principais Subsídios no Brasil” apresentavam com destaque as obras dos autores representantes do pensamento autoritário brasileiro. Intelectuais que são apresentados por TRINDADE (1974), como principais as influências na formulação da ideologia integralista de Plínio Salgado. A relação de autores recomendados pela AIB que fazemos referencia consta no jornal Monitor Integralista<sup>9</sup>.

Segundo Cavalari (1999), no exame das publicações, podem-se perceber de forma nítida dois tipos de jornais: os jornais maiores, diários, que embora claramente doutrinários, não se limitavam apenas à transmissão da doutrina, mas traziam notícias com fotos, “charges”, sobre política nacional, internacional e economia. Este era o caso dos jornais A Offensiva e o Acção. Os jornais menores, semanais ou quinzenais, se dedicavam quase que exclusivamente a transmitir a doutrina e notícias sobre o movimento.

Duas características são marcantes na imprensa integralista; a obediência ao mesmo padrão gráfico e o constante recurso a estratégias de persuasão; através da repetição, da transcrição de trechos de obras de intelectuais do movimento e o uso de lembretes.

---

<sup>9</sup>MONITOR INTEGRALISTA, n.5, fev. 1934. Arquivo Histórico Público Municipal de Rio Claro.

# O Integralismo precisa de um milhão de eleitores!

O Chefe Nacional da Acção Integralista Brasileira vem de baixar uma directiva re-commendando o alistamento intenso de todos os "camisas-verdes" maiores de 18 annos. Todo o integralista tem pois um dever a cumprir: alistar-se ou incentivar o alistamento, se é eleitor.

Para maior facilidade dos alistandos da Capital, além do serviço que é feito directamente nos nucleos districtaes da A. I. B., funciona no centro da cidade, á rua Onze de Agosto, 64, 5.º andar, sala 26, um posto eleitoral, das 12 ás 17,30 horas, onde todo o serviço é feito gratuitamente, e com a maxima presteza, quer para os "camisas-verdes", quer para o povo em geral.

Se o leitor ainda não se alistou, não perca tempo: dirija-se ao posto eleitoral da Rua Onze de Agosto, 64, 5.º andar, sala 26, onde será attendido com solicitude, encarregando-se o posto de todo o processo de inscrição e qualificação, inclusive do fornecimento gratuito das photographias.

**Imagem 13:** O Integralismo precisa de um milhão de eleitores. Anúncio do jornal Acção. Nº. 108, Quinta-feira dia 29 de Abril de 1937, p.4.

Essa estratégia de persuasão através de lembretes, embora presente em todo período de existência da AIB, foi intensamente utilizada durante o início da campanha de Plínio Salgado a Presidência até a segunda metade de 1937.

Ao lado das revistas de circulação nacional da AIB como a Anauê, os periódicos Acção, de São Paulo, juntamente com Offensiva do Rio de Janeiro, eram os principais canais de propaganda integralista por se situarem em Estados estratégicos para a disputa eleitoral no qual Plínio Salgado era candidato a Presidência da República.

### 3.2 O jornal Acção.

O jornal Acção, diário paulista da AIB, foi fundado em 1936 por Miguel Reale e, foi publicado de 7 de outubro daquele ano até 27 de abril de 1938, ano que Getúlio Vargas coloca todos os partidos na ilegalidade. Reale permaneceu como diretor do Acção até o fim de suas atividades, imposta pela censura varguista do DIP, cinco meses após o golpe do Estado Novo <sup>10</sup>.

A proposta da criação do Acção partiu de Reale, que enquanto segunda liderança mais representativa dentro da hierarquia do partido imprimiu sua visão do projeto do Estado Integral. Marcada por um modelo de Estado corporativo-sindical e legitimado por sua retórica bacharelesca, Reale difundiu sua perspectiva teórica do projeto político econômico da AIB através de seus artigos nas páginas do Acção.

O jornal Acção tinha no início sua redação na Rua do Carmo, numero 17 e dividia a sede de sua redação com o Jornal *O Dia*. Onze meses após seu surgimento a sua redação, administração e oficina foram transferidas para outro endereço em prédio independente na Rua Irmã Simplícia, 17.

No final de 1937 possuía tiragens de quatrocentos mil exemplares, segundo números fornecidos pela própria redação do jornal, iniciando seus primeiros meses no final do ano de 1936 com 8 páginas, chegando ao seu auge no segundo semestre de 1937 a vinte paginas por edição.

---

<sup>10</sup> Ainda que vigiado diariamente e de ter proibida a publicação de algumas de suas matérias, o jornal Acção não chegou a ser confiscado pelo DEOPS de São Paulo. Com base na documentação arquivada junto ao prontuário do Jornal no Arquivo do Estado de São Paulo, podemos afirmar que este ficou “sob observação”. Os atos censores foram muito mais de caráter preventivo do que punitivo, diferenciando-se da repressão apreendida contra os periódicos comunistas, por exemplo. Em dois de novembro de 1937, um despacho policial ordenava suspender a publicação do jornal e deter o responsável. A publicação não foi suspensa e o responsável Sr. Ulhoa Cintra, secretário do referido periódico, foi chamado apenas para prestar declarações.

Em outro ofício, datado de 2 de novembro de 1938, o Coronel Chefe do serviço de Censura indica o Acção, órgão oficial da AIB nesse Estado como reincidente: “vem burlando as ordens emanadas desse serviço. Assim é que tem publicado matéria proibida pela Censura, como ainda ontem aconteceu, com o referente desfile realizado na Capital da República, cuja publicação se verificou no número de hoje, sem dar a mínima explicação a este serviço”. Aqui, os tempos eram outros, contexto que explica a penalidade aplicada: “que seja suspenso por dez dias o jornal transgressor”. Dentre os artigos vetados pelo censor Mucio Ferreira, Destacamos aquele que – avaliado como “tendencioso” e com data de 21 de março de 1938 - afirmava: “O milagre virá das estrelas verdes que Iracema está vendo no céu”. Em 26 de abril de 1938, um comunicado do Gabinete de investigações do DEOPS anuncia o final da imprensa integralista ao informar que o jornal Acção deixava de circular: seu maquinário e demais pertences haviam sido vendidos a uma sociedade anônima, que passaria a editar o vespertino “Última Hora”, sob a direção do jornalista Luís do Amaral. CARNEIRO, Maria Tucci; KOSSOY, Boris. (orgs). **A Imprensa Confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo do Estado, 2003. p. 64. (Série Labirintos da Memória).



O jornal durante todo seu período de circulação foi um canal de divulgação da ideologia e do projeto político da AIB e de sua interpretação “sob a visão de mundo integral”, sobre os acontecimentos marcantes do cenário nacional e internacional que ocorreram entre 1936 e 1938.

O Acção deu ampla cobertura, em relação a conjuntura política internacional com notícias explicitamente apologéticas referentes aos países onde movimentos, partidos e regimes de extrema direita estavam em ascensão e os conteúdos de seu noticiário revelam suas filiações ideológicas. Segundo Carneiro (2003):

O Acção tinha como adversários o judaísmo, o liberalismo, o capitalismo internacional, o socialismo e a maçonaria. Exemplo dessa postura é o artigo publicado em 22 de março de 1938 com o título “O judaísmo ao lado da Espanha Comunista”. Podemos considerar que durante toda a sua trajetória, o jornal assumiu uma postura francamente anti-semita. Os textos mesclados por expressões típicas do moderno anti-semitismo, apelavam para todos os tipos possíveis de argumentos vazados através das notícias nacionais e internacionais. O sujeito “judeu” aparece sempre relacionado com o capitalismo ou com o comunismo, reafirmando o mito do complô judaico internacional. Sob este viés, a imigração dos judeus refugiados persiste nos noticiários diários carregados de “clichês” racistas<sup>11</sup>.

O jornal se materializa enquanto canal de socialização ideológica e as possibilidades de abrangência de um público leitor cada vez maior foram potencializados com as novas técnicas jornalísticas.

O Acção, porém buscava se apresentar como um jornal moderno com características dos jornais comerciais da grande imprensa do período e para se popularizar não publicava apenas conteúdos de propaganda ideológica do integralismo, mas também variadas notícias buscando alcançar o público diversificado.

A concorrência levou os jornais em geral a criarem novos gostos em seu público, nesse aspecto, o Acção tinha como intento se apresentar como um jornal moderno

---

<sup>11</sup> CARNEIRO, Maria Tucci; KOSSOY, Boris. (orgs) **A Imprensa Confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo do Estado, 2003. p. 62. (Série Labirintos da Memória).

utilizando as novas técnicas de ilustração e o foto-jornalismo, inauguradas na década de 30<sup>12</sup>.

O aumento no número de páginas na imprensa em geral permitiu nos diários a criação de páginas especializadas, dos quais uma das principais preocupações era manter o interesse de um público diversificado.

Muitas páginas do jornal tinham temáticas específicas como economia, literatura e reportagens policiais, muitos suplementos eram destinados a um público específico como o feminino com notícias sobre moda e comportamento e, variados artigos abordavam a vida cultural de São Paulo com notícias sobre música e teatro.

A imprensa integralista também dava ampla cobertura ao noticiário esportivo através da sessão “O Mundo dos Esportes” e patrocinava competições esportivas de modalidades que até então eram novidades no Brasil, como o automobilismo. E, organizando na cidade de São Paulo um campeonato de times de Várzea que se estendeu pelo ano de 37, juntamente com uma maratona em comemoração no dia do trabalho do mesmo ano.

Havia mais dois jornais integralistas chamados Acção. Em São Luís do Maranhão e outro em Recife, este último chamava-se A Acção. Não obtivemos informações se estes três jornais de mesmo título diferenciavam-se em conteúdo ou matérias. Porém constatamos no Acção de São Paulo aquilo que Cavalari (1999), apontou em seu estudo sobre a imprensa integralista, a reprodução de conteúdos em edições e diferentes e as semelhanças nas edições obedecendo a um mesmo padrão gráfico.

No número de inauguração do diário paulista da AIB em São Paulo, Miguel Reale fala no artigo; “O destino das Machinas<sup>13</sup>.”, que o “prelo” daquele jornal já havia sido usado para editar publicações liberais e depois comunistas.

O Diretor do jornal Acção afirma demagogicamente na primeira edição do Acção: “O integralismo cresceu em São Paulo sem imprensa. O movimento foi feito pelo livro e pela oratória”. De fato, não havia não havia um jornal diário da AIB na

---

<sup>12</sup> As imagens publicadas pela grande imprensa na Era Vargas estimularam trabalhos monográficos e teses a partir da década de 90, em sua maioria na área de História Social: DIAS, Odete de Conceição. **A imagem fotográfica do trabalhador no jornal A Gazeta (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1933; GUGLIELMO, Antonio Roberto. **O Holocausto enquanto Notícia: o jornal Estado de São Paulo e a questão judaica (1933-1945)**. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas). Departamento de Letras Orientais, Universidade de São Paulo, 1999.

<sup>13</sup> REALE, Miguel. O destino das Machinas. **Acção**, São Paulo, n.1, 07 de outubro de 1937, p.1.

capital paulista. Mas existiam outras publicações que circulavam dentro do Estado de São Paulo.

O anticomunismo foi uma temática constante no jornal, refletindo um dos componentes ideológicos principais do integralismo enquanto proposta política no Brasil da década de 30. A crítica da imprensa feita pela AIB aos jornais liberais e comunistas foi uma característica constante nas edições do *Acção*.

No artigo: “Os comunistas estão agindo. Prisão no Rio de Janeiro de vários adeptos do credo vermelho”, o jornal faz referência a publicações comunistas de Portugal nas mãos dos comunistas brasileiros:

Também foram encontrados no poder dos extremistas numerosos boletins e exemplares do jornal “A República [...]” Alias, o jornal “A Republica move a mais terrível campanha contra o governo portuguez, não fugindo assim as regras dos jornais comunistas que forjam puritanos democráticos para atacar o regime fascista<sup>14</sup>.

No final de outubro de 1936, primeiro mês de publicação, o diário paulista firmava que a AIB investia na imprensa para mostrar ao público leitor que sua proposta, segundo o *Acção* “não é totalitária e sim salvadora da Democracia”.

As lideranças integralistas através das atividades da Secretária de Imprensa davam grande ênfase às publicações do movimento. Num artigo, que ilustra a imagem que a AIB buscava apresentar sobre sua imprensa, é comparado à situação de países onde a difusão do livro era maior, segundo o *Acção*; “Neles, a imprensa está livre para a atividade periódica. No Brasil é diferente, o livro, as bibliotecas são pouco difundidas e aqui o jornal tem um papel tão importante como o do livro, um papel educacional”. O artigo termina afirmando que a AIB através da Secretária da Imprensa estava planejando criar uma “escola de Jornalismo para que ela possa desempenhar esta missão imposta pela realidade brasileira”.

A AIB afirmava em suas publicações a defesa do que chamava de “elevação do nível intelectual das massas”, pois nas suas publicações era colocado à crítica a imprensa brasileira como responsável pela ausência de cultura.

Na mesma página do artigo que fazemos referência acima o artigo: “O problema da Cultura Popular”, aborda que com a disseminação do rádio, revistas e panfletos de

---

<sup>14</sup> *ACÇÃO*. Os comunistas estão agindo. Prisão no Rio de Janeiro de vários adeptos do credo vermelho. *Acção*, n.19, 28 de outubro de 1936, p.3.

propaganda as pessoas saíram da “letargia”, porém, a ausência de uma “finalidade superior” levava a burguesia e o proletariado a “uma literatura sem conteúdo”<sup>15</sup>.

O jornal defendia que cabia ao Estado orientar as massas intelectualmente e, a questão da “Liberdade de Imprensa”<sup>16</sup> é discutida por Miguel Reale:

“[...] imaginemos se o país estivesse na mais perfeita tranquilidade, sem necessidade de serem controladas as publicações dos jornais [...]. Haveria, então, liberdade, mas liberdade de fato, ou seja, autonomia, independência?”. Reale, afirma que tal liberdade não existiria e argumenta que as publicações “seguem as preferências das massas”. Também as mesmas, segundo sua análise, não tem liberdade nos temas que abordam, pois não podem criticar “o poder dos Trustes”, pois são eles que financiam esses jornais com seus anúncios.

A imprensa da AIB, especificamente o *Acção*, como já apontamos, foi um canal de propaganda política para campanha presidencial das eleições que se realizariam em 38. É interessante um pronunciamento sobre a frustrada eleição presidencial onde Plínio Salgado fala num clima de suspense aos participantes do Congresso Nacional da Imprensa Integralista, realizado no dia 21 de dezembro em Belo Horizonte:

Jornalistas: essa é a minha palavra de ordem sobre o problema da sucessão presidencial: Silêncio; vamos ver primeiro o que eles querem fazer conosco; direi depois o que vamos fazer com eles. Palavras de Plínio Salgado no Congresso de Imprensa em Belo Horizonte.

A sessão inaugural do Congresso de Imprensa foi realizada pelo Secretário Nacional de Imprensa, Santiago Dantas. A reportagem sobre o evento fala que estiveram presentes representantes cúpula administrativa da AIB, como a Câmara dos 40, os Chefes Provinciais de vários Estados, assim como os Secretários nacionais da AIB. Além das lideranças do Conselho supremo Integralista, Gustavo Barroso e Jehovah Motta.

Santiago Dantas, segundo o jornal e, “em nome do Chefe Nacional do Integralismo Plínio Salgado” iniciava os trabalhos do Congresso Integralista de Imprensa da AIB.

“O integralismo – diz o orador, vai enfrentar em 1937 grandes lutas da opinião publica em que a responsabilidade da nossa imprensa é imprevisível, uma vez que ele é o partido nacional que abrange maior extensão territorial.”

<sup>15</sup> ACCÃO. O problema da cultura popular. *Acção*, N.31, 13 de novembro de 1936, p.3.

<sup>16</sup> REALE, Miguel. Liberdade de imprensa. *Acção*, n.34, 16 de novembro de 1936, p. 1.

O jornal, assim define o Congresso de Imprensa:

é um congresso de auto-crítica, no qual os jornalistas do sigma, vão examinar os defeitos e insuficiências dos seus órgãos de publicidade para lhes traçar um programa de superamento [...] O orador diz então que a imprensa integralista trouxe já a história do jornalismo uma contribuição valiosa – a do bom caráter. Fizemos não um jornal, mas uma imprensa de bom caráter. Porém resta em nossa aparelhagem de opinião uma insuficiência com que não marcharíamos mais nos anos vindouros, pois o Congresso marca o ponto de partida da sua eliminação: - é a insuficiência econômica.<sup>17</sup>

Santiago Dantas enfatiza o que ele denomina de desafios no sentido da manutenção econômica para produção dos jornais da AIB. Porém, afirma que o objetivo dos jornais integralistas não era serem lucrativos e sim, no seu dizer “estáveis”, capazes de terem condições de resolver as dificuldades da Secretaria de Imprensa. Apontada no artigo como “a baixa qualidade técnica”, que segundo Dantas “não satisfaz”.

Jornais economicamente estáveis e tecnicamente bons [...] Nosso problema é hoje o problema de segurança e de qualidade. Queremos órgãos de vida segura, que as vicissitudes não abalem, e queremos que os nossos jornais, hoje os mais limpos e bem orientados do país, sejam amanhã, como os jornais, os melhores<sup>18</sup>.

No artigo “Jornalismo creador”, escrito por Miguel Reale, o diretor do Acção faz um balanço sobre as atividades da imprensa do AIB em 1936, após o encerramento do Congresso Integralista de Imprensa. Nele consta que a AIB possuía “perto de 70 semanários”. O artigo faz referência aos dirigentes das publicações da AIB presentes no Congresso:

[...] vieram também representantes das 3 revistas integralistas. “Panorama”, que a intelectualidade brasileira já consagrou com uma das mais fortes expressões da cultura moderna, teve em Ruy Arruda o seu delegado natural, que se encontrou com enviados da “Anauê” e “Invicta”, a primeira de Guanabara, a segunda do Paraná<sup>19</sup>.

O jornal informa que também compareceram representantes dos cinco jornais diários do Sigma “que constitui a rede nacionalista creada pelo esforço dos camisas verdes”. Eram eles, “O Imparcial”, da Bahia; “A Offensiva”, no Rio de Janeiro; “A Razão”, de Fortaleza; “A Cidade”, de Recife e o “Acção” de São Paulo. No artigo

<sup>17</sup> ACÇÃO. n. 66, 23 de dezembro de 1936. p.1.

<sup>18</sup> DANTAS, Santiago. Nesta hora de turbulências e de inquietações, o código de ética jornalística de Plínio Salgado é mais uma prova da elevação moral e do nível de cultura integralista. Acção, n.66, 23 de dezembro de 1936, p. 1.

<sup>19</sup> REALE, Miguel. O jornalismo creador. Acção, n.66, 23 de dezembro de 1936, p. 1.

Reale promete para o ano 1937 um total de dez jornais diários. Pois segundo ele “Um partido nacional como é o Integralismo não podia deixar de ter uma rede jornalística eminentemente nacional”.

No mesmo número do dia 23 de dezembro o *Acção* traz mais uma manchete a respeito do Congresso de Imprensa informando sobre a criação do “Código de Ética Jornalística” elaborado por Plínio Salgado:

“Nesta hora de turbulência e de inquietações, o Código de Ética Jornalística de Plínio Salgado é mais uma prova da elevação moral e do nível de cultura do movimento integralista.” O artigo tem em destaque na primeira página daquela edição esta manchete, onde analisa o encerramento do Congresso e reproduz trechos dos discursos de alguns líderes da AIB no final do evento.

O primeiro orador Olbiano de Mello membro da Câmara dos 40, que evocou o papel histórico da imprensa na formação do integralismo. Em seguida, recebido sob aplausos Gustavo Barroso focalizou o sentido moral da profissão de jornalista no integralismo<sup>20</sup>.

Na ocasião do Congresso de Imprensa o jornal *Acção* divulgou o projeto de criação de uma escola de jornalismo da AIB onde foram lidos os “Estatutos da Escola Brasileira de Jornalismo”. No pequeno artigo: “Escola de Jornalismo”<sup>21</sup> é afirmado “que será uma das realizações mais positivamente fecundas do movimento político do Sigma”.

---

<sup>20</sup> DANTAS, Santiago. Nesta hora de turbulências e de inquietações, o código de ethica jornalística de Plínio Salgado é mais uma prova da elevação moral e do nível de cultura integralista. *Acção*, n.66, 23 de dezembro de 1936, p. 1.

<sup>21</sup> O artigo atribui à elaboração do referido “Estatuto” ao integralista Américo Lacombe, onde foram anunciadas as matérias a serem ministradas no curso de jornalismo que a AIB planejava. *Escola de jornalismo*. *Acção* n.70, 29 de dezembro de 1936, p. 4.



O Acção no artigo: “Os jornaes e o integralismo” faz um balanço dos jornais integralistas e fala a respeito do Congresso de Imprensa da AIB. O texto é iniciado afirmando que no Brasil surgem os jornais depois os partidos, apontados como “resultado do arranjo de algumas idéias” e afirma que o integralismo foi diferente:

O movimento do sigma cresceu sem a imprensa, sem o martelar do rádio, sem a cadeia das agencias telegráficas [...]. Agora que estamos fortes, que crescemos em virtude da nossa resistência e de nossa força interna é que estão surgindo os jornais diários do Sigma. Há dois meses só havia um ‘AOffensiva’. Depois vieram ‘A Razão’ de fortaleza, “A Cidade”, de Recife, e o “Acção”, de São Paulo. É anunciado então a realização do Congresso de Imprensa no dia 18 de dezembro e divulgado que no mesmo dia em Belo Horizonte seria lançado o diário ‘A montanha’ e, no início de 37, ‘A Revolução’, em Porto Alegre. O artigo é finalizado com a promessa de que em seis meses o Sigma apresentaria uma rede jornalística “desde o norte até os pampas”<sup>22</sup>.

Como apontamos, os jornais de periodicidade menor tinham a função de doutrinação em geral e, os jornais de periodicidade maior, como o Acção, sendo diário, além de textos doutrinários tinha uma maior diversificação de assuntos para atingir um maior público como a cobertura política nacional e internacional nacional.

Assim como, informações específicas para os militantes como o noticiário da inauguração de núcleos integralistas espalhados pelo país e informações sobre os postos eleitorais da AIB para que os camisas-verdes pudessem regularizar sua situação com eleitores.

Os jornais diários do Sigma, com a singularidade de noticiar os principais acontecimentos políticos do contexto nacional e internacional, refletiam a perspectiva ideológica dos integralistas, de forma mais explícita, no momento da concretização dos acontecimentos, proporcionando através da sua imprensa periódica a imagem de sua visão de mundo, revelando aspectos ideológicos mais enfáticos que o posicionamento dos teóricos contidos nos livros.

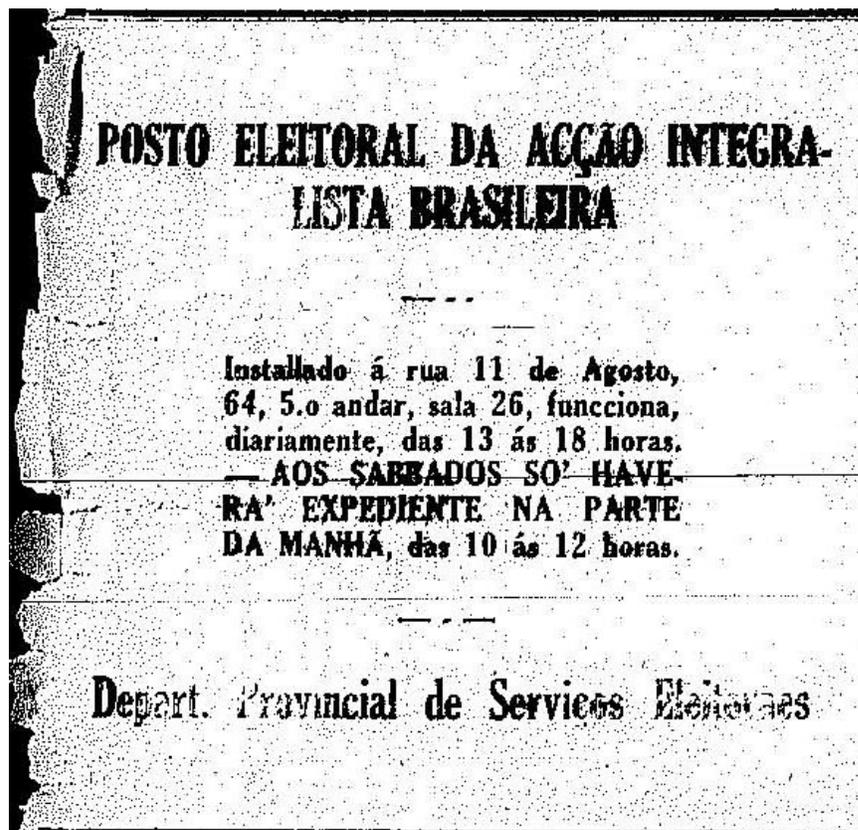
Nesse sentido, buscamos destacar nas próximas páginas três assuntos abordados pelo jornal Acção: a cobertura da conjuntura política nacional, principalmente artigos referentes à frustrada eleição de 1938; artigos que abordavam o projeto político e econômico do Estado Integral; e, por fim, a cobertura da conjuntura política internacional, em especial o posicionamento do Acção frente aos acontecimentos da

---

<sup>22</sup> Os jornaes e o integralismo. **Acção**, n.35, 17 de novembro de 1936, p. 1.

Itália e Alemanha, assim como as notícias referentes a movimentos e partidos de extrema direita.

O posicionamento do jornal em relação à eleição presidencial, principalmente no ano de 1937, momento das articulações do golpe do Estado Novo proporciona indícios do comprometimento das lideranças integralistas com o golpe de Estado. E, os artigos sobre o projeto político e econômico da AIB, assim como, seu posicionamento apologético em relação aos fenômenos políticos de extrema direita revelam aspectos importantes das afinidades ideológicas da AIB no contexto de ascensão internacional do extremismo de direita.



**Imagem 16:** Anúncio de um posto eleitoral da AIB. Acção. nº. 88 de 18 de janeiro de 1937.

### 3.3 O *Acção* e o governo Vargas. Da campanha às eleições presidenciais ao golpe do Estado Novo.

#### 3.3.1 Oscilações no posicionamento sobre o governo Vargas e sobre as eleições.

Na análise da imprensa verde paulista buscamos destacar sua cobertura referente à conjuntura política nacional. Pois as pretensões eleitorais da AIB alteradas com a nova articulação de forças que sustentou o golpe do Estado Novo foram evidenciadas nas entrelinhas dos artigos do *Acção* que tratavam da questão das eleições que deveriam ter ocorrido em 1938

As críticas do jornal *Acção* diretas e explícitas ao governo de Getúlio Vargas estiveram presentes em poucas edições no diário paulista da AIB. O fato é que como o jornal começa a ser publicado em 1936, as relações de solidariedade o governo e os camisas-verdes estavam mais fortes, principalmente após a intentona de 1935. E, esta relação se estreitou ainda mais até o Plano Cohen.

Em “A Revolução de 30” entretanto é realizada uma crítica direta explícita ao governo Vargas. O autor Miguel Reale critica a articulação de políticos de varias tendências, e aos mesmos atribui e falta de resultados práticos desde 1930 no cenário político brasileiro.

Não affirmam, não traçam directrizes, não aconselham rumos, não estabelecem soluções. Nem se preocupa o que deverá vir depois da destruição. [...]. Quem não possui um plano sólido de reedificação, quem não tem capacidade suficiente para orientar a massa popular e dirigi-la no sentido de um ideal ethico, não tem o direito de accender no coração do povo o facho da Revolução<sup>23</sup>.

A crítica do referido artigo, porém, tinha elementos conciliadores onde eram apontados também os aspectos positivos do governo Vargas. Onde, o advento da AIB era apontado como um desdobramento de 1930 e, a mensagem de que os integralistas levariam a frente às mudanças iniciadas no país era afirmada.

No entanto, essa Revolução de 30 tem uma importância fundamental na história do Brasil. Não pelo que fizeram os seus chefes. Não pelo que realizaram seus entusiastas e vazios propugnadores. Mas sim pelo facto della ter – Até contra a vontade dos dirigentes mais destacados – ter provocado no povo uma atitude política que antes lhe faltava.” (...) “1930 foi uma expressão de desgosto e não um movimento ideologicamente consciente. A esperança durou enquanto houve o entusiasmo fácil das luas de mel dos vencedores. [...]. A

<sup>23</sup> REALE, Miguel. A revolução de 30. *Acção*, n.149, 6 de Abril de 1937, p.4.

Revolução de 30 não foi propriamente uma Revolução. Com o passar dos anos se verá que ela foi apenas a “**preparação de uma revolução**”. Ella revelou o personagem principal que estava na plátea, certo de ser espectador. Ella arrastou o povo para o palco da política brasileira. Ella abriu as portas do Estado para as massas. Ella desencadeou a revolução social. Ella permitiu que no Brasil houvesse clima para o Comunismo e para o Integralismo. Ella iniciou o movimento sindicalista. Fez tudo a sua maneira inconscientemente. Mas tem o mérito de ter feito<sup>24</sup>.

O *Acção* reproduz no início de janeiro de 1937 uma reportagem do jornal “O Globo”, intitulado: “O chefe nacional do integralismo Plínio Salgado declara que nada resolveu a respeito da sucessão presidencial”<sup>25</sup>. O líder integralista começa no início de 37 a se mostrar evasivo a respeito de sua campanha como candidato a presidencial.

O jornal paulista da AIB, aproveitando a visibilidade que “O Globo” proporcionou a candidatura presidencial integralista com a entrevista trouxe uma grande manchete na primeira página de sua edição de número 77: “Não nos interessam victórias meramente políticas – declara Plínio Salgado a um vespertino carioca.”<sup>26</sup>.

Devo reafirmar que o movimento integralista doutrinário que é procura crear a consciência nacional. Não nos interessam victórias meramente políticas. Por isso quando chegar o momento indicado proclamarei o nosso candidato, que será suffragado por todos os camisas-verdes. Estes sabem que estarão votando em quem seja capaz de por em excussão a nossa doutrina! No integralismo a uma só doutrina e uma voz de comando. O problema da sucessão em nossas fileiras será resolvido com uma palavra que direi no momento necessário [...] mas ainda é cedo.

A entrevista de Salgado no “O Globo” reproduzida na imprensa integralista é importante para entendermos as oscilações na posição tomada pela AIB no contexto da candidatura integralista para a campanha presidencial. Em edições anteriores o jornal havia publicado na primeira página uma pesquisa de intenções de voto e, obviamente, no jornal da AIB, Plínio Salgado aparece em primeiro lugar. Porém, mesmo sendo evasivo, ele na entrevista a “O Globo” faz comentários na intenção de convencer a opinião pública da perspectiva eleitoral positiva do partido integralista. “O Chefe Nacional teceu ainda outras considerações afirmando que a força eleitoral do integralismo poderá eleger de 80 a 100 deputados.”

<sup>24</sup> REALE, Miguel. A revolução de 30. *Acção*, n.149, 6 de Abril de 1937, p.4.

<sup>25</sup> *ACÇÃO*. O chefe nacional do integralismo Plínio Salgado declara que nada resolveu a respeito da sucessão presidencial. *Acção*, n.77, 7 de janeiro de 1937, p.1.

<sup>26</sup> *ACÇÃO*. Não nos interessam victórias meramente políticas – declara Plínio Salgado a um vespertino carioca.. *Acção*, n.77, 7 de janeiro de 1937, p.1.

No primeiro semestre de 1937 o *Acção* começou a reproduzir reportagens de agências de notícias nacionais que traziam a opinião pública os acontecimentos referentes ao contexto sucessão presidencial.

Como o artigo de primeira página reproduzido no *Acção*, onde Agamêmnon Magalhães se pronuncia favorável à continuidade de Vargas. Em manchete:

O Sr. Agamêmnon Magalhães favorável à prorrogação do mandato do Sr. Getúlio Vargas”, é divulgado que a agência de notícias “Band” noticiou que o Ministro A. Magalhães teria declarado ao governador Lima Cavalcanti, ao embaixador Oswald Aranha e a Carneiro de Mendonça “que a verdadeira solução para o momento político seria unicamente a prorrogação do mandato do presidente Getúlio Vargas, a fim de evitar uma luta de conseqüências imprevisíveis.”<sup>27</sup>

O Artigo termina afirmando que os três representantes do governo Vargas “teriam repellido energicamente a sugestão aviltada”.

Ao analisarmos o jornal *Acção* buscamos dar destaque as reportagens que tratavam da sucessão presidencial, para tentar compreender se o mesmo deixava evidencias de um posicionamento crítico ou de legitimidade espontânea ou coagida à continuidade de Vargas no poder. Observamos que as edições de 1936 davam maior ênfase às eleições fazendo propaganda da candidatura presidencial de Plínio Salgado.

Porém, já no início do ano seguinte o jornal começou a questionar a efetividade das eleições que deveria ocorrer em março de 1938. Nesse sentido é ilustrativo o artigo intitulado: “O Sr. Getúlio Vargas estaria preparando um golpe uma golpe para resolver o problema da sucessão.”<sup>28</sup>

O *Acção* reproduziu a reportagem da Agência de notícias Bandeirante (Band), onde em entrevista o Senador João Neves deixava implícito se ocorreria realmente o pleito eleitoral.

---

<sup>27</sup> ACÇÃO. O Sr. Agamêmnon Magalhães favorável à prorrogação do mandato do Sr. Getúlio Vargas. *Acção*, n.121, 2 de março de 1937, p. 1.

<sup>28</sup> ACÇÃO. O Sr. Getúlio Vargas estaria preparando um golpe uma golpe para resolver o problema da sucessão *Acção*, n.121, 29 de março de 1937,p. 1.

# O sr. Getulio Vargas estaria preparando um golpe para resolver o problema da sucessão

## O que o Sr. João Neves disse à Agencia Bandeirante

RIO, 28 (BAND.) — O sr. João Neves regressou de Minas cheio de mysterios e dando a entender que o seu repouso foi bastante "politico".

Ouvido pela reportagem, foi logo declarando, muito satisfeito, que o problema da sucessão presidencial será resolvido de modo imprevisível e causando surpresa geral.

Isto vem demonstrar que, atraz do silencio reinante e da protelação da momentosa questão, prepara-se um golpe de grande effeito, sob a orientação do sr. Getulio Vargas.

### O QUE DISSE O DEPUTADO GAÚCHO À AGENCIA HAVAS

RIO, 28 (H.) — Chegou a esta capital, vindo de Araxá, onde se encontrava ha varios dias, o deputado João Neves da Fontoura. Logo após o seu desembarque, procuramos ouvir-o a proposito dos ultimos acontecimentos no scenario politico. O sr. João Neves, depois de dizer



O Presidente Getulio Vargas

que está um pouco afastado dos assumptos desta natureza em virtude da sua permanencia na cidade mineira, declarou: "Estou chegando agora, ainda vou-me informar com os amigos."

Interrogado sobre a sua proxima viagem ao Rio Grande do Sul, e quando seguiria, o sr. João Neves declarou:

"Não pretendo ir ao sul. Não tenho nenhuma viagem marcada. Carece de fundamento a noticia que corre de que estou de viagem para o Rio Grande."

Perguntamos ainda ao deputado gaúcho se tinha alguma coisa interessante para dizer, ao que nos respondeu: "Ja disse que estou ahi, e a tudo o que se tem passado nestes ultimos dias sobre politica. Por enquanto não ha novidade politica."

Imagem 17: Primeira página do Acção de 29 de março de 1937.

Outro artigo questionando a realização das eleições publicado no Acção recebeu o título: "O que estará pensando o Sr. Getúlio Vargas. Setenta e sete meses de governo, sessenta e dois de Estado de sítio - O sítio continuará - A "batalha" fica para depois."<sup>29</sup>. Neste artigo é colocada a possibilidade das intenções golpistas de Vargas.

Com artigos que questionavam a realização da eleição presidencial, no final de abril de 1937, porém o Acção lança um artigo anunciando o lançamento oficial da campanha eleitoral da AIB. Em grande manchete de primeira pagina é noticiado: "O Integralismo está chamando o povo a crear sua própria liberdade e a defender seus

<sup>29</sup>ACÇÃO. O que estará pensando o Sr. Getúlio Vargas. Setenta e sete meses de governo, sessenta e dois de Estado de sítio - O sítio continuará - A "batalha" fica para depois. *Acção*, n. 157, 15 de abril de 1937, p 1.

próprios direitos – afirmou ontem, em sua vibrante oração o Secretário de Doutrina da AIB. - Lançada a campanha eleitoral da AIB”<sup>30</sup>.

O artigo aborda enfaticamente a reunião ocorrida no dia 23 de abril no Salão das Classes Laboriosas promovido pela Chefia Provencional da AIB em São Paulo onde ocorreu o lançamento oficial da campanha eleitoral para as eleições.

A campanha eleitoral objetiva em si, arregimentação de eleitores e a intensificação do alistamento dos camisas-verdes, dos sympathizantes, dos indiferentes, e também objetiva um grande esforço de educação popular das massas brasileiras. Será conduzir a Câmara Federal, uma numerosa bancada integralista, ao lado de um intenso e systemático trabalho de elucidação das massas com eficiente educação política.

Porém, alguns dias depois o Acção volta a criticar a instabilidade política para a realização das eleições no artigo da seção “A margem da vida brasileira” cujo titulo é “A sucessão presidencial”.<sup>31</sup>

A política brasileira só começa a interessar ao povo da terra nos momentos de agitação, isto é, quando o paiz começa a se dividir em duas correntes antagônicas, ou precisando melhor, quando a opinião pública brasileira toma posição em face deste ou daquele indivíduo, desta ou daquela política” [...].Até 1930 tudo marchava muito bem, só apareciam dois candidatos quando muito. Era só oposição e governo. [...]. Mas felizmente os tempos mudaram. A final de contas, progredimos um pouquinho. A revolução de 1930 conseguiu criar um clima novo no Brasil. Permitiu que surgissem os partidos extremistas, permitiu a eclosão de forças sociais, que passaram atuar com grande decisão no cenário político do Brasil. Conseguiu derrubar muitas olygarchias e crear novas, permitindo uma renovação dos quadros políticos. Estamos chegando ao momento culminante da primeira sucessão presidencial post-revolucionário. A situação do paiz é muito confusa, ninguém se entende direito no meio do nevoeiro político nacional. Mas, todo mundo percebe que a nossa situação é mais agitada, mais complexa, mais difícil de ser resolvida. [...]. As leis de segurança e os prorrogamentos dos mandatos presidenciais, votados pelas Assembleas Legislativas, geralmente compostas de lacaios dos imperialismos estrangeiros e dos capitalismoes nacionaes, são as manobras políticas com que se começa a transformação do Estado Democrático em estado dictatorial. Então desaparecem todas as garantias legais e as nações cahen sob o discricionismo opressor das dictaduras burguezas. A imminencia da revolução social, que esta se organizando nas massas trabalhadoras de todos os paizes da América do Sul, leva as burguezias desses paizes a prepararem movimentos de defesa de suas posições de mando, de onde opprimem os povos e sugam a riqueza que elles produzem [...]. Assim

<sup>30</sup>ACÇÃO. O Integralismo está chamando o povo a crear sua própria liberdade e a defender seus próprios direitos – afirmou ontem, em sua vibrante oração o Secretário de Doutrina da AIB. - Lançada a campanha eleitoral da AIB. **Acção**, n.164, 24 de abril de 1937, p. 1.

<sup>31</sup>ACÇÃO. A sucessão presidencial. **Acção**, n.168, 29 de abril de 1937. A margem da vida brasileira, p. 4.

transformado, o Estado tenta reprimir todos os movimentos populares e revolucionários, que tenham em suas bandeiras o lema de Justiça Social e Independência Nacional [...].

Jehovah Motta, então uma das lideranças da AIB, no início de 1937, tratando a respeito do clima de censura que pairava sobre as campanhas eleitorais escreveu no *Acção* o artigo “Eleições”<sup>32</sup>.

O artigo é importante, pois o *Acção*, nos seus primeiros meses de publicação em 1936, demonstrava uma postura de precaução a respeito de um posicionamento explicitamente crítico ao governo de Vargas. Porém, no artigo escrito por Jehovah Motta, a crítica a censura varguista é clara.

E, é aparente, ou dissimulada, a preocupação com a possibilidade das eleições não ocorrerem. Mesmo com o discurso de Vargas realizado no dia primeiro de janeiro daquele ano afirmando que iria pessoalmente presidir as eleições que escolheriam o seu sucessor, Motta crítica a ausência de liberdade para a realização do debate da campanha eleitoral

[...] dúvidas e receios que a respeito andavam no ar foram a mercê de Deus desfeitas [...] Quando portanto o Sr. Getúlio Vargas nos prometeu eleições e eleições livres, ficamos certos de que implicitamente, S. Excia. Prometia-nos imprensa livre. Essa certeza accentuou-se quando o Sr. Agamêmnon Magalhães; ao assumir o Ministério da Justiça, e falando aos jornalistas, asseverou solenemente que modificaria o exercício da censura tornando-a mais branda e fazendo-a mesmo apenas mesmo dirigida ao combate ao comunismo [...]. Entre o dizer e o fazer há sempre uma ponte e sobre a ponte tropeços e mutações [...]. A diretiva expedida pelo novo bureau da imprensa aos directores dos jornaes é de tal forma rigorosa e proíbe falar sobre tanta cousa que ao terminar de lê-la a gente fica perguntando: e o que, depois disso vamos escrever, sobre o que podemos falar? Então a dúvida volta a sombrear os nossos pensamentos. Será que vai haver eleição? Será que podemos esclarecer e orientar a opinião do país? Será que não seria preferível a uma eleição de comédia o fechamento das urnas? Parece-me que seria mais limpo e sobretudo mais commodo.

No contexto de censura e restrições à propaganda eleitoral dos partidos outro artigo do *Acção* escrito por Plínio Salgado retratou uma situação não muito favorável a AIB no período da Campanha Eleitoral. Seu título era “Estado de Guerra e Liberdade Eleitoral”<sup>33</sup>.

<sup>32</sup>MOTTA, J. Eleições. *Acção*, n. 88, 18 de janeiro de 1937, p.4.

<sup>33</sup>SALGADO, Plínio. Estado de guerra e liberdade eleitoral. *Acção*, n.169, 30 de abril de 1937, p.3.

[...] pode haver eleições sem os actos preparatórios da propaganda eleitoral? A primeira pergunta respondemos pela negativa. As correntes políticas. As correntes políticas em esboço para o pleito eleitoral obedecem ao critério da “aliança” dos governadores de Estado. [...] Só existe um partido nacional que é o integralismo e, este não é visto com bons olhos pelos dois grupos de governadores [...]. Por conseguinte, serão nullas as eleições no Estado onde a propaganda não for livre, em todas as suas manifestações exteriores [...]. A resposta clara e já famosa está na attitude do Sr. Governador da Bahia, em relação ao integralismo, attitude em menores proporções, seguida pelos governadores do Paraná e do Espírito Santo. Naquelles Estados encontram-se um partido nacional impedido de exercer livremente a propaganda sob o pretexto de sua inconveniência durante o “Estado de Guerra [...] sob qualquer pretexto podem fechar as sedes dos partidos legitimamente registrados, accusando qualquer cidadão; dete-lo, prolongando o desenrolar do inquérito, ao talante dos interesses do partido situacionista estadual ? Como será possível o próprio alistamento eleitoral se sob qualquer allegação podem os archivos e fichários dos partidos em desgardo ser arrecadados em devassas policiaes ?

Observamos ao longo de nossa investigação que, com o passar dos primeiros meses de 1937, os escassos artigos do Acção que tinham um posicionamento crítico a respeito do governo de Getúlio Vargas foram desaparecendo das páginas do Acção. E, foi de consolidando gradualmente uma postura favorável da AIB em relação ao governo.

Na edição de número 178<sup>34</sup>, constam, por exemplo, na mesma página três artigos que discutem a Revolução de 30, ambos no sentido de levantar pontos positivos efetuados pelo governo Vargas. Seus títulos são: “Plínio Salgado e a Revolução de 30”, “Como pensava o Chefe em 1930”.

Colocamos, porém, em destaque o artigo que é de própria autoria denominado “Chefe Supremo” da AIB intitulado: “Certeza de direção” que é ilustrativo nesse sentido:

O facto do integralismo se sentir apoiado, através de alguns dos seus postulados, por este ou aquelles brasileiros portadores de altas patentes militares ou altas credenciais do governo do paiz, não significa a hadesão dos camisas-verdes a quem quer que seja e por mais patriota e digno que seja. [...] Nestas condições o integralismo não será subsidiário incondicional de qualquer governo, embora esteja sempre disposto a prestigiar, feitas as necessárias reservas doutrinárias, o governo que se manifeste interessado em defender certos princípios coincidentes com as linhas puras do pensamento do Sigma. A prova disso tem sido a colaboração que temos dado

---

<sup>34</sup>SALGADO, Plínio. Certeza de direção. **Acção**, n.178,12 de maio de 1937, p.4.

desinteressadamente ao Governo Federal no combate do communismo e na sustentação do princípio da Ordem baseado na autoridade – que desejaríamos sem contraste – do Poder Central [...]. A perfeita compreensão, dessa attitude do integralismo por parte do Sr. Presidente da República tem sido evidente. Sabendo que conta conosco nas emergências que estiver perigando a Nação, sua Excia. jamais nos insinuou, ainda que de leve a possibilidade de uma colaboração de nossa parte, nessas combinações políticas, em que falam os mais variados interesses, menos os interesses da Pátria. O problema da sucessão presidencial que se resolva fora do integralismo, entre governadores, a revelia do povo [...]. O Governo Federal sabe e altas patentes militares o atestam, de público dos serviços que temos prestado a ordem. O telegramma que passei ao Sr. Presidente da República, em novembro de 1935, offerecendo-lhe cem mil camisas-verdes, para a luta do Brasil contra a Rússia, não deixa dúvidas a esse respeito.

### 3.3.2 A divulgação do golpe comunista.

As edições do jornal *Acção* publicadas no início do segundo semestre de 1937 analisadas em nossa investigação foram interessantíssimas. Os artigos publicados a partir deste período seguem uma lógica argumentativa explicita; a suposta preparação de um golpe comunista no Brasil.

A partir do mês de agosto de 1937 se iniciam uma serie de artigos que afirmavam a articulação de um plano comunista que seria efetivado no Brasil. O número 249 do *Acção* lança na primeira pagina uma extensa manchete<sup>35</sup>:

O communismo desmascarado! Revelações sensacionais. – Documentos vindos de Paris. – Ordens do Kominter para os deputados, os jornalistas e outras forças de vanguarda. – A infiltração nos partidos liberais e a mascara do anti-fascismo. – As grandes actividades contra o Brasil na Rua L' Echaudé, nº 14, em Paris. O notável discurso pronunciado pelo Sr. Plínio Salgado, ontem na Rádio Mayrink Veiga no Rio.

Ontem, as 21:30 horas, o Chefe Nacional do Integralismo, através da Sociedade Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, pronunciou mais um notável discurso político-social. Sua palavra de ontem teve um cunho profundamente impressionante por que fez sensacionais revelações a todos os brasileiros, communicando as últimas ordens do Kominter Soviético para os vermelhos no Brasil.

O artigo afirma que no discurso pronunciado pelo Rádio:

O Chefe Nacional fez uma síntese das directivas vindas do estrangeiro para as actividades bolchevistas no Brasil. [...] Mostra o aperfeiçoamento da preparação de um próximo golpe comunista, com a propaganda vermelha pela imprensa, rádio, imprensa [...] Segundo Salgado: “um tremendo golpe vermelho que fará do Brasil uma segunda Hespanha”. Chama a atenção de todos os brasileiros, para o notável artigo “Communismo e Democracia” do jornalista

<sup>35</sup> ACÇÃO. O communismo desmascarado! *Acção*, N.249,4 de agosto, p. 01.

Oliveira de Carvalho e Souza, publicado no insuspeito “Correio da Manhã” – artigo esse que transcrevemos na edição de hoje, na quarta página, e bem assim o Chefe Nacional passa a ler e a comentar a última directiva do Kominter, vinda de Paris, e que o vespertino “O Povo” do Rio estampou. Também transcrevemos esse notável documento<sup>36</sup>.

Segundo o Acção o artigo publicado no jornal “Correio da manhã” no dia três de agosto daquele ano intitulado “Communismo e Democracia” de autoria de Oliveira de Carvalho Franco revelava a articulação de um plano internacional para um golpe comunista no Brasil. O referido artigo afirma que a posição e a tática dos comunistas seguiam as orientações do de um Relatório de Dimitrov apresentado no VII Congresso da Internacional Comunista.

O plano, supostamente descoberto no Brasil pela acusação de que um órgão da imprensa da Internacional Comunista na França, onde teriam sido publicadas tais diretrizes arquitetadas pelo Kominter, segundo o artigo de Carvalho Franco, foi divulgado na Publicação “Internacional Comunista, número especial de 17 de setembro de 1935 na página 1300”.

Plínio Salgado, em seu discurso na Rádio Mayrink se baseava em tais afirmações. Segundo o jornal Acção:

Pelo exemplar “La Correpondance Internationale”, órgão interno da Internacional Comunista que se publica em Paris, se fica sabendo das últimas ligações dos deputados brasileiros com o Kominter, com referencia ao Brasil, confiado ao conhecido bolchevista Octávio Brandão. Como se sabe o secretário geral do Kominter é Dimitrov. Em outubro de 1935 no VII Congresso Comunista de Moscou, esse chefe soviético traçou as diretrizes para a luta em todos os países, referindo-se particularmente a nossa pátria que deveria dentro de poucos dias engatar-se como uma pérola no collar das republicas escravizadas ao Soviet<sup>37</sup>.

Na mesma edição do Acção<sup>38</sup> é reproduzido o referido artigo publicado no jornal “Correio da Manhã”. Fazemos referencia a trechos do mesmo pois está nele explicito o clamor pela intervenção de Vargas num contexto, ao nosso ver, de articulação para a efetivação do golpe do Estado Novo:

A luta pela democracia contra o fascismo e o imperialismo é a nova palavra de ordem lançada por Moscou desde o anno passado para uma nova articulação de elementos comunistas que operam no nosso continente [...]. Desmascaremos a força communista, unamos todos os

<sup>36</sup> ACÇÃO. O communismo desmascarado! **Acção**, n.249, 4 de agosto, p. 01.

<sup>37</sup> ACÇÃO. O notável discurso pronunciado pelo Sr. Plínio Salgado, ontem na Rádio Mayrink Veiga no Rio. **Acção**, n. 249, 4 de agosto, p. 04.

<sup>38</sup> Correio da Manhã apud **Acção**, n. 249, 4 de agosto, p. 04.

esforços nessa cruzada grandiosa contra os inimigos da paz, do progresso e da liberdade. Ecoe em toda parte o appello do Presidente Getúlio Vargas ao povo brasileiro “para a realização da grande obra de salvação nacional que o momento esta a exigir [...].

Nos dias posteriores ao discurso de Plínio Salgado na Rádio Mayrink o jornal *Acção* lançou muitos artigos reafirmando a inevitabilidade do ataque comunista. Um dia depois da edição que fizemos referencia acima mais uma manchete na primeira página: “A trama soviética contra o Brasil. O notável discurso do Chefe Nacional Plínio Salgado pronunciado na Rádio Mayrink-Veiga, ante-ontem denunciando o próximo golpe contra a Nação.” O *Acção* reproduziu nesta edição o discurso de Plínio Salgado transmitido pela Rádio Mayrink na integra na página um e quatro da referida edição.

E, destacamos alguns trechos mais enfáticos:

Brasileiros!

Accendendo á gentileza da Rádio Mayrink-Veiga aqui estou ao microphone, para falar aos meus patrícios. Em vez de fazer propaganda de meu nome, de minha pessoa, do integralismo, dos serviços já prestados pelos camisas-verdes a nação, prefere este meu discurso ás famílias brasileiras, as classes armadas, aos partidos, sem distenção, e a todos, no fundo d’alma, ainda conservam intactos o amor da Pátria e a crença em Deus.

Quero vos dizer o que se esta passando, o que se prepara contra a República, denunciar as tramas que se urdem no meio da incidência de muitos homens bons. Não vos falo movido por interesses políticos. A candidatura do Sigma as eleições presidenciais não tem uma significação de interesse partidário. Entremos porém, logo no assunto, por que não vou argumentar com palavras e sim, com factos. Propondo-me a demonstrar-vos. 1º) Que a Internacional comunista traçou novas directrizes á “preparação das massas para o golpe do Estado” e que essas directrizes estão sendo cumpridas á risca em novo país. 2º) Que o Communismo está hoje mais forte no Brasil do que em novembro de 1935. 3º) Que a revolução vermelha está sendo preparada activamente<sup>39</sup>.

Na primeira página é curioso que o *Acção* reproduz um suposto “Boletim do Comitê de Apoio a Prestes” que o jornal afirmava que havia sido descoberto na França. No tal Boletim consta o nome dos denominados “judeus que estão preparando o golpe” onde aparece curiosamente o nome de um judeu de sobrenome – Cohen :

---

<sup>39</sup> ACÇÃO. A trama soviética contra o Brasil. *Acção*, n.250, 5 de agosto de 1937, p. 1-4.

no collar das republicas sovieticas". Foi, docilmente executada, no Rio! Com o se sabe, essa organizaçao foi latorio formidavel com que o illus-



Imagem 18: Notícia sobre Carlos Prestes.

No mesmo artigo que reproduz o discurso de Plínio Salgado, consta que o golpe comunista que esta sendo articulado no Brasil segue como já falamos a orientação da Internacional Comunista. Fica a impressão nos artigos do mês de agosto que a AIB está preparando o terreno de forma a preparar os leitores do Acção para as mudanças que ocorreriam na conjuntura política Nacional. O artigo continúa:

As mais directrizes enviadas aos comunistas de todos os paizes são as que foram tratadas em consequência da proposição vitoriosa de Dimitrov, secretário geral no VII Congresso Communista de Moscou, em outubro de 1935. Todas as ordens deste anno derivam daquelle principio geral, cujos effeitos se fizeram sentir na Hespanha em 1936, como estão se fazendo sentir na França, na Bélgica. E, no Brasil em 1937<sup>40</sup>.

<sup>40</sup> ACCÃO. O notável discurso. **Accão**, n.250, 5 de agosto de 1937, p. 1-4.

Em seguida, Plínio Salgado, citou no seu discurso trechos do suposto documento da Internacional Comunista afirmando que o suposto documento orientava os comunistas brasileiros, através do Parlamento, a aprovar um decreto com o objetivo de fechar a AIB :

Determinação de fins de outubro, em Moscou, docilmente executada no Rio de Janeiro em meados de novembro. A phase de preparação do golpe bolchevista no Brasil esteve a cargo da Aliança Nacional Libertadora. [...] Por isso chamamos atenção dos nossos camaradas sobre a possibilidade de crear, sempre de acordo com as circunstancias da crise política de cada país um governo de frente-comum anti-fascista. [...] A tese de Dimitrov tem sido largamente utilizada na preparação política indispensável ao inrrompimento súbito do golpe tecnico bolchevista numa hora dada. [...] Nesse mesmo Congresso Dimitrov declarou e as agencias telegraphicas transmitiram para todos os jornais do Brasil, que a República brasileira, seria brevemente mais uma pérola engatada no collar das repúblicas Soviéticas [...].

Novamente fazendo propaganda do golpe comunista no Brasil outra manchete de primeira pagina anuncia: “Prepara-se novo golpe comunista. Estamos vendo a mesma agitação que precedeu ao levante vermelho de novembro de 35”<sup>41</sup> .

Em outra edição do mês de agosto: “Plínio Salgado tem Razão.”<sup>42</sup> “Confirmada sua denúncia, feita no notável discurso que pronunciou na Rádio, - Mayrink Veiga - de um vasto plano comunista. Seu brado de alerta as forças vivas da Pátria foi ouvido: as altas autoridades federais tomam enérgicas providencias de combate a hidra vermelha!”.

Outro artigo sobre a ameaça comunista: “O Ministro da Justiça resolve agir.”<sup>43</sup>.

Rio de Janeiro, 20 (pelo telephone) – Urgente – “Um importante reunião foi ontem realizada no Ministério da Justiça, precedida pelo Ministro da Justiça Macedo Soares. Nella Tomaram parte o Capitão Felinto Muller Chefe da Polícia; o General Leitão de Carvalho, do Estado maior do Exército; Almirante Álvaro de Vasconcellos, do pessoal da Armada; Doutor J. Duarte Juiz Federal, Capitão Dods Worth Martins , Comandante do encouraçado “São Paulo” e altos Funcionários do ministério da Justiça. Nessa importante reunião ficou acentuado um plano de medidas para impedir a infiltração comunista no território nacional. A opinião pública acompanha com vivo interesse a actividade das autoridades e dos responsáveis pela ordem social comentando-se favoravelmente um decisivo

<sup>41</sup> ACÇÃO. Prepara-se novo golpe comunista. Estamos vendo a mesma agitação que precedeu ao levante vermelho de novembro de 35. **Acção**, n.257, 13 de agosto de 1937, p.1.

<sup>42</sup> ACÇÃO. Plínio Salgado tem razão. **Acção**, n.263, 20 de agosto de 1937, p.1.

<sup>43</sup> ACÇÃO. O Ministro da Justiça resolve agir. **Acção**, n.263, 20 de agosto de 1937, p.1.

empreendimento de combate ao comunismo, e que vem confirmando linha por linha, a gravidade da situação e a denúncia feita pelo Sr. Plínio Salgado, Chefe Nacional da AIB [...].

O jornal *Acção* coloca em uma reportagem publicada em setembro reproduzida da Agência Brasileira de notícias a articulação do meio militar que representava o prenúncio de súbitas mudanças na conjuntura brasileira. Em, “O que que há ? A posição do Exército em face da sucessão presidencial. Importante reunião de generais no Ministério da Guerra<sup>44</sup>.”

Rio, 29 (A.B) – [...] o Major Etche Goyen partiu ontem pela manhã por via aérea com destino a Porto Alegre, segundo se adenta leva para o Commandante da 3ª Região Militar um documento afirmando por ocasião da conferência mantida no gabinete do titular de Guerra, entre o General Eurico Gaspar Dutra e oficiais-generais.

No documento em questão está definida a situação do Exército em face da sucessão presidencial e das actividades extremistas, contendo, também as medidas que deverão ser postas em prática para por termo aos vários casos que tem surgido com oficiais pertencentes as nossas forças armadas.

A respeito do referido documento noticiado pelo *Acção*, constava que estava proibida a participação de militares em comícios, ou que, os mesmos participassem de qualquer actividades políticas, segundo a reportagem para evitar qualquer distúrbio: “contra a ordem e a tranqüillidade do país.”

Na mesma edição e na mesma página as reportagens sobre o ataque comunista no Brasil caracterizavam o discurso da AIB no contexto pré-golpe do Estado Novo: “O comunismo prepara nova jornada de sangue. Secundando as Revelações de Plínio Salgado sobre a acção do Kominter, falará hoje na “Hora Nacional” o General Pinto Guedes”.

O referido artigo ao qual citamos afirma que o então General Pinto Guedes falaria no programa de Rádio do governo ‘Hora Nacional’ sobre supostos novos documentos que confirmariam a falácia do plano de ataque comunista ao Brasil e, que teriam sido apreendidos pelo Exército.

A argumentação segura, inflexível, a documentação abundantíssima, a sinceridade flagrante que se extravasava – fizeram com que a oração do Chefe Nacional interferisse no sentimento dos responsáveis pelo destino do Brasil [...]. No momento em que os comunistas entrincheirados nas candidaturas liberais, nos parlamentos e na imprensa, desenvolvendo a etapa preparatória e principal da nova revolução bolchevista que conduzirá o Brasil a angustiosa situação da

<sup>44</sup>ACÇÃO. O que que há ? A posição do Exército em face da sucessão presidencial. Importante reunião de generais no Ministério da Guerra. *Acção*, n.297, 30 de setembro de 1937, p.1.

Hespanha – a palavra de um general de nosso Exército denunciando ao Brasil os movimentos dos seus inimigos tem significado extraordinário. Os Brasileiros nacionalistas, todos os brasileiros devem ouvi-la mormente aqueles, que formam as fileiras dos camisas-verdes. Por que esse discurso significa que como os integralistas, as Forças Armadas estão vigilantes na defesa da família brasileira<sup>45</sup>.

Com o passar dos meses no segundo semestre de 1937, a propaganda anti-comunista aumenta na imprensa paulista da AIB. Ilustrativo nesse sentido é o artigo reproduzido pelo Acção da Agência Bandeirante:

A decretação do estado de Guerra. Affirma-se que a mensagem presidencial será enviada hoje a Câmara. O Exército e a Marinha estão vigilantes contra o communismo – aberto o crédito de 2.800 contos para as despesas de ordem pública.

Rio, 1(Band) – Affirma-se que o presidente Getúlio Vargas já está preparando a mensagem que enviará a Câmara Federal pedindo a decretação de um novo “Estado de Guerra” pelo prazo de 60 dias, em virtude da documentação, apprehendida pelo Estado Maior do Exército, relativa a uma rearticulação comunista no Brasil.<sup>46</sup>

O anti-comunismo foi a temática principal no mês de outubro nas páginas do Acção. Fazemos referencia a mais um artigo nesse sentido: “O tenebroso plano de Moscou. Denunciado agora pelo Exército Nacional.”<sup>47</sup>, o artigo faz referencia ao conteúdo do suposto documento capturado pelo Exército, ao qual fazemos referencia acima.

O Acção comentando o “planos comunistas” do documento afirma que entre as estratégias constavam: “libertação de presos políticos”, de “agitação das massas”, de “ataques as famílias”, “saques” e “depredações”, “cogitam os comunistas de um comitê dos incêndios”. O jornal noticiou que a ação dos comunistas seria organizada e simultânea para atrapalhar as autoridades. É interessante que o Acção articula as denúncias das atividades comunistas de forma a criar um suspense no leitor:

A partir de amanhã, pela “Hora do Brasil” será divulgada na íntegra o plano de acção comunista contra o país. Assim, diariamente será

<sup>45</sup> ACÇÃO. O communismo prepara nova jornada de sangue. Secundando as Revelações de Plínio Salgado sobre a acção do Kominter, falará hoje na “Hora Nacional” o General Pinto Guedes. **Acção**, n.297, 30 de setembro de 1937, p.1.

<sup>46</sup> ACÇÃO. A decretação do estado de Guerra. Affirma-se que a mensagem presidencial será enviada hoje a Câmara. O Exército e a Marinha estão vigilantes contra o communismo. **Acção**, n.298, 1 de outubro de 1937, p.1.

<sup>47</sup> O tenebroso plano de Moscou. Denunciado agora pelo Exército Nacional. **Acção**, n.298, 1 de outubro de 1937, p.3.

lido um dos capítulos do plano de acção comunista contra o paíz apprehendido pelo Estado maior do Exército, na ordem seguinte.

1<sup>a</sup>- Acção preliminar; 2<sup>a</sup>- Directrizes para a acção prática;  
3<sup>a</sup>- Technica de greve moderna; 4<sup>a</sup>- Acção militar; Plínio Salgado tinha razão. Os documentos apprehendidos pelo Estado Maior do Exército confirmam inteiramente os documentos do Chefe Nacional sob o preparo da nova Revolução comunista – Por que a imprensa alaranjada não ridicularizaa palavra autorizada do Exército Nacional.

O jornal Acção, da propaganda política referente à campanha presidencial da AIB, muda no início de 1937 o “tom” de seus artigos. Gradualmente se posicionando favoravelmente a Vargas e, no segundo semestre do mesmo ano, ficando em sintonia com o discurso oficial do governo e dos militares, enfatizando a campanha anticomunista, possivelmente, preparando terreno para que seus leitores ficassem favoráveis a mudança de planos dos dirigentes integralistas no sentido da falência da candidatura da AIB à presidência e na postura de apoio incondicional ao governo de Vargas para a efetivação do golpe de Estado.

O artigo de Plínio Salgado “A despedida”,<sup>48</sup> publicado 37 dias antes do golpe de Estado Novo, dá margem a interpretação da complacência do denominado “Chefe Supremo” da AIB diante da inevitabilidade da continuidade de Vargas no poder.

Este é no mínimo um curioso artigo, onde Salgado lança a idéia de que a conjuntura nacional era crítica e seria necessário, segundo suas próprias palavras “despir-se de todos os preconceitos”. Numa retórica legitimada por aforismos bíblicos, Salgado ao que parece coloca argumentos que, em nossa análise, evidenciam que ele está saindo da disputa presidencial.

Nesta hora grave teremos que seguir as palavras de Christo, quando diz ao moço rico – se queres caminhar no caminho da verdade, abandona todos os teus bens, todas as tuas commodidades, os teus próprios paes, e segue-me. Esta é a situação dos brasileiros hoje. Aqueles que pensam em cargos e posições não conquistarão a Pátria e não salvarão o Brasil. Desapparecerão no esterquelínio das competições estreitas que laceram todos os partidos e todos os grupos na hora presente. Apodrecerão a sombra dos fortes e dos poderosos do momento [...]. Eis que se aproxima a grande hora para os destinos nacionaes. A Hora em que todos os ódios e todos os affectos devem morrer no coração dos homens [...]. Não é possível attitudes dúbias [...] Estamos na hora da despedida, despedida dolorosa, mas impositiva ao character e a honra [...].

---

<sup>48</sup> SALGADO, Plínio. A despedida. **Acção**, n.300, 3 de outubro de 1937, p.4.

O Acção publicou dez dias depois o artigo: “O povo quer Getúlio Vargas, com ou sem Constituição.”<sup>49</sup>.

Rio, 12 (A.B) O Sr. Geraldo Rocha, sob o título “Um super-homem”, faz hoje a biografia do Sr. Getúlio Vargas [...]. Finalizando o seu artigo-elogio, escreve o Sr. Geraldo Rocha: “O povo quer Getúlio Vargas, com ou sem Constituição. A vontade é soberana, e, contra ella não podem ser invocados os textos adrede preparados para contentar as ambições de politiquieiros.

Porém, observamos que mesmo com possível articulação pré-golpe, na mesma página, saiu uma nota atribuída ao “Chefe Provincial de São Paulo” por “determinação da Secretária Provincial de Propaganda”. E, que foi reproduzida em algumas outras edições do Acção, divulgando que seriam realizados cem comícios de propaganda da candidatura do “Chefe Nacional à Presidência da República” entre os dias 30 e 31 de outubro e 1 de novembro<sup>50</sup>.



Imagem 19: “A todos governadores e chefes municipais”.

Entretanto, em mais um artigo que preparava a opinião pública para a permanência de Vargas no poder o Acção faz referência a uma reportagem publicada no

<sup>49</sup> ACÇÃO. O povo quer Getúlio Vargas, com ou sem Constituição. *Acção*, n. 308, 13 de outubro de 1937, p.2.

<sup>50</sup> ACÇÃO. A todos os governadores e chefes municipais. *Acção*, n.308, 13 de outubro de 1937, p.2.

jornal “A nota”. Faltava menos de um mês para o golpe do Estado Novo e o jornal Acção reproduz a reportagem com ausência total de qualquer comentário a respeito da notícia que tinha a seguinte manchete:

“Esboça-se um grande movimento de opinião favorável à prorrogação do mandato do Sr. Getúlio Vargas. Afirma “A Nota” que vários governadores estão por um fio para um pronunciamento decisivo pela continuação do actual presidente no poder.”

<sup>51</sup>:

Rio, 13 (A.B.) – O vespertino “A Nota” afirma que existe um grande movimento, chefiado por governadores, favorável à prorrogação do mandato do Sr. Getúlio Vargas.

O referido jornal, após commentar a fallencia das candidaturas, escreve:

“Entre os próprios parahibanos, nota-se certa frieza constando até que o Governador Argemiro Figueiredo é partidário da continuação do Sr. Getúlio Vargas. Há quem afirme que alguns governadores partidários da permanência do Sr. Getúlio, no poder, estão por um fio para um pronunciamento decisivo. Nesse número formam o Sr. Punaro Bley, do Espírito Santo; Osmar Loureiro, de Alagoas; Manoel Ribas, do Paraná; Argemiro de Figueiredo, da Parahiba; Raphael Fernandes, do rio grande do Norte; Paulo Ramos, do Maranhão; José Malcher, do Pará; Álvaro Maia, do Amazonas; Pedro Ludovico, de Goyaz e Julio Muller de Mato Grosso. O Sr. Getúlio Vargas terá ainda o Estado do rio e Sergipe. Nesse caso, a Bahia e Pernambuco, não hão de querer ficar a parte, vencidos pelas dissidências – o primeiro com o Sr. Agamêmnon Magalhães e o segundo, com o Sr. Pacheco de Oliveira, elementos ponderáveis, que não escondem sua preferência pelo actual chefe da Nação. Por esse ligeiro balanço das forças nacionaes, vê se que a continuação do Sr. Getúlio Vargas é o ponto de partida para a tranqüilidade da Nação.

As instituições repressoras do governo Vargas, estranhamente, apresentavam-se muito eficazes no ano de 1937. Pois, também em Pernambuco o poder estatal anunciou através da imprensa, trinta e quatro dias antes da decretação do Estado Novo, que mais um documento dos comunistas havia sido apreendido, o mesmo, segundo o Exército afirmava: “Queiram ou não queiram faltam poucos dias para a nossa victória”.

O jornal Acção traz então a seguinte manchete em destaque na primeira página: “Faltam poucos dias para o golpe do Kominter. Assim declarava o impressionante documento apprehendido em Pernambuco.”<sup>52</sup>. Segundo o artigo reproduzido no Acção:

Recife, 16 (A.B.) – As diligencias da Delegacia de Ordem Política e Social contra os organizadores das novas células communistas

<sup>51</sup> ACÇÃO. Esboça-se um grande movimento de opinião favorável à prorrogação do mandato do Sr. Getúlio Vargas. **Acção**, N.309, 14 de outubro de 1937, p.2.

<sup>52</sup> ACÇÃO. Faltam poucos dias para o golpe do Kominter. Assim declarava o impressionante documento apprehendido em Pernambuco. **Acção**, N.302, 17 de outubro de 1937. p.1.

conseguiram pleno êxito. Essas investigações permitiram constatar que o partido comunista, secção de Pernambuco estava completamente reorganizado e pronto para agir. Isto mesmo se deprehe de uma carta apreendida pela polícia, que fora dirigida a uma dos cabeças do movimento, onde se dizia que “queiram ou não queiram faltam poucos dias para a nossa vitória..

Mais documentos interceptados.

Recife, 16 (A.B.) – Na volumosa correspondência interceptada pela polícia pernambucana e trocada entre outros elementos comunistas deste Estado, e os de outras cidades do país, acha-se o jornal “O Libertador”, clandestinamente publicado no Rio de Janeiro. Além disso existem vários boletins e uma declaração em letras garrafaes, nesses termos: “A polícia emprega methods mais aperfeçoados. Melhoremos também nossos methods de conspiração, camaradas alerta.”.

Na mesma página da edição número 312 de outubro de 1937, outro artigo aborda a questão da política varguista na suposta repressão aos comunistas, comentando as: “Normas de acção da Comissão Executora do Estado de Guerra” no artigo: “O Brasil castigará inflexivelmente os crimes e os desvarios contra a Pátria.”.

“Rio, 16, (A.B) – A Comissão criada pelo decreto n°. 2020, de 7 de outubro corrente, para superintender em todo o território nacional a execução das medidas decorrentes do Estado de Guerra, resolve adoptar as seguintes normas de acção:”

O artigo do Acção então publica a “Medida de caracter immediato” e a “Medida de caracter preventivo” referentes ao documento do Exército.

Entre as duas medidas destacamos apenas algumas. Consta na primeira: “Organizar colônias agrícolas”, para os comunistas não perigosos; “Organizar Campos de concentração militares”, estes, destinados segundo o documento destinado aos comunistas mais perigosos.

Entre as medidas classificadas como “de caracter preventivo” o benévolo Estado varguista busca cumprir sua “função social”, segundo o documento: “Organizar um campo de concentração em moldes escotistas nacionaes, destinado a educar e reeducar, ás expensas do governo da União, os filhos dos communistas presos.”.

Outro artigo defendendo a permanência de Vargas: “A letra da lei é morta, dente da salvação da Pátria! A permanência do Sr. Getúlio Vargas é uma providencia que se impõe – declara em vibrante discurso o Deputado Barreto Pinto”<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> ACÇÃO. A letra da lei é morta, dente da salvação da Pátria! A permanência do Sr. Getúlio Vargas é uma providencia que se impõe – declara em vibrante discurso o Deputado Barreto Pinto. **Acção**, n. 316, 22 de outubro de 1937, p. 2.

Rio, 21 (A.B.) – Ouvido hoje na Câmara sobre a prorrogação dos mandatos declarou o Sr. Barreto Pinto: Nada mais tenho a acrescentar do que disse em Dezembro de 35: - A permanência do Sr. Getúlio Vargas é uma providencia que se impõe, diante da situação que atravessa o país. Mas que nunca o Sr. Presidente da República esta prestigiado pelo povo e pelas classes armadas entre os perigos insophismáveis de uma aventura eleitoral [...]. Inicialmente com o apoio de todas as correntes da Câmara, estou certo, teremos de suprimir o dispositivo que fixa em 3 de maio de 38, o actual mandato prevalecendo o que está no texto constitucional.

O golpe do Estado Novo que proporcionou o Getúlio Vargas fixar-se até 1945 no controle do Estado Brasileiro estava praticamente efetivado. Os artigos do Acção colocaram no segundo semestre daquele ano muitos elementos interessantes para pensarmos o grau de envolvimento das lideranças da AIB na concretização da continuidade de Vargas no poder.

A candidatura de Plínio Salgado foi se apagando das páginas do diário paulista da AIB na mesma proporção que aumentavam as reportagens de um inevitável e irremediável ataque comunista no Brasil, que segundo o Exército e órgãos da imprensa exigiam medidas efetivas do governo federal. A imprensa da AIB não repudiou a idéia e a difundiu em muitos artigos do Acção a “bolchevização do país” que estava supostamente sendo articulada.

Enquanto “bons patriotas” os camisas-verdes abortaram na sua imprensa os comentários negativos a Vargas, ao contrário, os artigos escritos pelos líderes da AIB colocavam análises positivas a respeito da figura do governo federal.

Aos sete dias para a efetivação do golpe de Estado, a AIB organiza um desfile na então Capital Federal Rio de Janeiro, que segundo dados oficiais da AIB reuniu 50.000 integralistas. No mesmo dia Plínio Salgado pronuncia um discurso novamente na Rádio Mayrink Veiga que é publicado no dia posterior pelo jornal Acção com o título: “Plínio Salgado define a posição do integralismo perante o actual momento político brasileiro”,<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> ACÇÃO. Plínio Salgado define a posição do integralismo perante o actual momento político brasileiro. **Acção**, n.326, 4 de novembro de 1937, p. 5-13.



**Imagem 20:** Discurso de Plínio Salgado.

Foi o seguinte discurso pronunciado ontem a noite na Rádio Mayrink Veiga e, retransmitido pela Rádio Transmissora e pela Rádio Sociedade Fluminense, pelo Chefe Nacional da Acção Integralista Brasileira. Commemorando o centenário e Couto de Magalhães desfilaram hoje na capital da República 50.000 camisas-verdes que se serviram dessa oportunidade para dois fins immediatos. 1º) Render uma homenagem ao valor militar da Raça, levando flores a estátuas de Barroso e Caxias. 2º) Affirmar a sua solidariedade ao presidente da República e as Forças Armadas da Nação no combate ao communismo e a anarchia liberal-democrática, aproximando os princípios de uma Ordem Nova, sem o qual não será possível salvar as instituições e as tradições brasileiras<sup>55</sup>.

No pronunciamento de Plínio Salgado consta que haviam comparecido ao desfile intelectuais, professores, operários e industriais. É curioso o número de militares que Salgado afirma ter participado do desfile:

Os integralistas da Marinha de Guerra, uma hora antes do desfile da massa civil foram incorporados a um número de 2.500 [...]. Algumas centenas de officiaes e subofficiaes do Exército [...] em comunhão perfeita com milhares de companheiros que em todo o território da Pátria Vibra de entusiasmo na mystica da doutrina do Sigma que é a mystica da nacionalidade<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> ACÇÃO. Plínio Salgado define a posição do integralismo perante o actual momento político brasileiro. *Acção*, n.326, 4 de novembro de 1937, p. 5.

<sup>56</sup> ACÇÃO. Plínio Salgado define a posição do integralismo perante o actual momento político brasileiro. *Acção*, n.326, 4 de novembro de 1937, p. 13.

Depois de colocar aspectos da ideologia integralista e da organização da AIB, que ocuparam duas cansativas páginas, Salgado trata de um ponto a nosso ver interessante, em relação à conjuntura pré-golpe ao qual fazemos resumidas referências.

Queremos o Estado Integral na pureza de sua doutrina democrática e espiritualista, mas pelo facto de o querermos, não nos eximimos de apoiar nos máximos limites para que formos chamados, qualquer situação necessária à restauração da ordem pública e de combate ao bolchevismo [...]. Entretanto o integralismo, cuja lealdade sempre foi demonstrada ao Poder Central, às Forças Armadas, às autoridades do país, sente-se no dever de prestar o seu concurso sincero ao Governo federal.. Unido, cada vez mais, às Forças Armadas da Nação, os camisas-verdes querem continuar os seus destinos com os próprios destinos da Pátria.

Quando faltavam quatro dias para o golpe o *Acção* publicou o artigo “A Hora Histórica”<sup>57</sup>, explicitamente favorável ao governo Vargas. E afirmava o diário da AIB da necessidade: “de articulação de todas as forças organicamente nacionaes em torno do Poder Central”:

Uma concentração Nacional é um imperativo da hora apprehensiva que atravessamos. A congregação de todas as forças expressivas da defesa nacional se exige para que o Brasil afinal se encontre em condições de, fortalecido por essa unidade, entrar no caminho novo que as circunstancias estão reclamando. Falamos caminho novo porque não se comprehende a defesa nacional si ella não se estabelecer em novas bases [...]. O actual Chefe da Nação tem demonstrado uma sagacidade sem limites na interpretação do complexo nacional. Todos os movimentos de opinião, mais condizentes com o gênio do Brasil, sempre encontraram no actual presidente da República uma grande sympatia acolhedora. Elle não tem se mostrado homem de Estado fechado `as vozes populares, apenas ouvindo as conversas de bastidores. O Sr. Getúlio Vargas tem se revelado um político de vistas largas, um homem amoldado maravilhosamente as circunstancias que vivemos [...]. E que o Sr. presidente da República saiba interpretar o sentido dessa mobilização nacional [...]<sup>58</sup>.

No dia 10 de novembro o jornal *Acção* não publica nenhuma notícia fazendo referência direta ou indireta ao golpe de Estado. Porém, reproduz uma reportagem falando do novo Ministro da Justiça Francisco Campos. A manchete anuncia: “Devemos confiar na acção do novo titular da Justiça – affirma o vespertino carioca “O Povo”. O

<sup>57</sup> *ACÇÃO*. A hora histórica. *Acção*, N.328, 6 de novembro de 1937, p.3.

<sup>58</sup> *ACÇÃO*. A hora histórica. *Acção*, N.328, 6 de novembro de 1937, p.3.

Sr. Francisco campos ao contrário do seu antecessor sabe que o integralismo é a única força nacional que pode conter a chave de salvação da Pátria! ”<sup>59</sup>

Rio, 9 (A.B) – Está causando vivos comentários nas rodas políticas e jornalísticas do Rio, o artigo editorial do vespertino “O Povo”, de tendência integralista a propósito do Ministro da Justiça e sua provável orientação na pasta política da República. A escolha do Sr. Francisco Campos parece bem significativa. São conhecidas as idéas fascistas do Sr. Campos. Foi elle o Chefe dos “camisas-kaki” de Minas, organização que falhou por ter cunho governamental, pois movimentos dessa natureza devem nascer e viver da massa popular. Mas as idéas fascistas ficaram no Sr. Francisco Campos. Homem culto, jurista de grande valor, podemos classifica-lo como um dos raros fascistas do Brasil [...].

Enfim a cultura, a clarividência, o tino político do Sr. Campos, constituem uma garantia de que as cousas irão ser melhor conduzidas de agora em diante. Devemos confiar na acção do novo titular da justiça.

Um dia depois, outra reportagem sobre Francisco Campos onde são destacadas suas idéias corporativistas e fascistas no artigo: “O Pensamento Político do Sr. Francisco Campos” <sup>60</sup>.

O novo Ministro da Justiça Sr. Francisco Campos, tem a sua acção política accentuadamente marcada pela adopção das doutrinas novas, das doutrinas corporativistas, que realizaram em vários paizes do mundo verdadeira ressureição nacional.

O Sr. Francisco Campos fundou em companhia do actual Ministro da Educação e do Sr. Amaro Lanari, hoje alto prócer da Acção Integralista brasileira a famosa “Legião Mineira” constituída pelos “camisas-kaki” e de character fascista e corparativista.

Em vários trabalhos de grande repercussão e de profunda comprehensão do panorama político mundial. O Sr. Francisco Campos tem demonstrado o rumo e a seqüência dos acontecimentos políticos-sociais da humanidade moderna, resaltando o apparecimento dos movimentos nacionalistas que revolucionaram e modificaram as estruturas liberaes, dando-lhes novo sentido mais de accordo com a realidade actual. Reproduzimos a seguir, alguns pontos do programma da Legião Mineira.

Um dia após a decretação da nova carta constitucional elaborada por Francisco Campos e, como é notório, inspirada no modelo italiano, o jornal Acção lança a grande

<sup>59</sup>ACÇÃO. Devemos confiar na acção do novo titular da Justiça. **Acção**, n.331, 10 de novembro de 1937, p.5.

<sup>60</sup>ACÇÃO. O Pensamento Político do Sr. Francisco Campos. **Acção**, n. 332, 11 de novembro de 1937, p. 4.

manchete de primeira página: “A Nova Constituição. Adoptados vários princípios corporativos. Dissolução dos partidos políticos provincianos. O Presidente Getúlio Vargas instaura uma ordem nova para a salvação do Brasil.”<sup>61</sup>

Já é do conhecimento público a dissolução do Congresso Federal, Câmara dos Deputados e Senado, hoje effectivada no Rio de Janeiro às dez horas da Manhã. Essa dissolução as Assembleas Legislativas Estaduaes e Camaras Municipaes. Tal acontecimento era mais ou menos aguardado pela opinião pública, deante do desenrolar dos factos políticos que se precipitaram, nestes últimos dias.

Triunphou, de tudo isso, o Espírito Novo da Nação, que quer libertar-se das fórmulas prenes de liberalismo da Constituição de 34 repetindo velhos princípios jurídicos de 91. Estamos agora no século novo, em que rumos definidos devem ser traçados, para preservar a sociedade patrícia e as tradições nacionaes das manobras tenebrosas dos agentes soviéticos!

Na mesma página a continuação da análise do Acção com o título: “Concentração Nacional”.

O artigo do Acção publicado um dia depois do golpe do Estado Novo justifica as mudanças no cenário político brasileiro reafirmando que as mudanças são conseqüências do plano comunista de dominação do Brasil. O jornal busca colocar aos seus leitores que Plínio Salgado teve um papel crucial nesse contexto revelando as denominadas “verdadeiras forças nacionaes” e a AIB é colocada ao lado das Forças Armadas e do que é chamado de “organizações brasileiras” para a “sustentação do Poder Central”.

[...] Prestigiado pelo Exército, pela Marinha e pela Acção Integralista Brasileira, e as organizações brasileiras, que nessa hora se congregam num mesmo espírito de nacionalismo, disciplina, culto das tradições nacionaes e sustentação do Poder Central, neste momento o Sr. Getúlio Vargas enfeixa em suas mãos todos os poderes que lhes foram autorgados por aquelles que conquistaram o direito de falar em nome do Brasil e, libertando-se do respeito supersticioso e inoportuno pelas leis reaccionárias divorciada da vida e das necessidades nacionaes, vibra o golpe de misericórdia em um regimen, que sob o pretexto de garantir e tutelar as liberdades populares outra coisa não fazia senão permitir que se tramasse na sombra a bolchevização do Brasil.

Tolerar o prosseguimento da campanha presidencial tal como ella se vinha processando, era fechar os olhos deante do avanço communista, cujas vanguardas, obdecendo as instruções do Komintern para a agitação revolucionária na América Latina, já se haviam habilmente se infiltrado nas correntes que apóiam o Sr. Armando Salles e José

<sup>61</sup>ACÇÃO. A Nova Constituição. Adoptados vários princípios corporativos. Dissolução dos partidos políticos provincianos. O Presidente Getúlio Vargas instaura uma ordem nova para a salvação do Brasil. **Acção**, n. 332, 11 de novembro de 1937, p.1.

Américo, e assistir numa indiferença criminosa a destruição dos nossos valores mais caros e das tradições christãs sobre os quaes se construiu nossa grandeza moral e material. Advertidos pela voz profética de Plínio Salgado, as verdadeiras forças nacionaes, num impressionante movimento de união, mobilizaram-se immediatamente realizando a concentração nacional, ponto de partida para uma luta implacável e sem tréguas contra o communismo e para o lançamento das bases de uma ordem nova. De hoje em diante o Brasil pertence àquelles brasileiros que estão prontos a morrer para salvar a honra e a dignidade de sua Pátria<sup>62</sup>.

Na mesma edição do dia 11 de novembro outro artigo defende o apoio da AIB como força política ao lado do exército e de Getúlio Vargas: “O Integralismo ao lado do Governo Central”<sup>63</sup>

Rio, 10 (Acção) – O discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas instaurando uma ordem nova no país, livrando a Nação dos magnatas das Finanças Internacionais fechando as anachronicas instituições do Parlamento liberalista e autorgando uma nova Constituição à República, despertou o mais vivo entusiasmo em todos os sectores da vida nacional.

A Nação, no que ella possui de mais representativo forma ao lado do Governo Central, na certeza de que esta próxima a hora da integralização da sociedade brasileira.

O Integralismo, consciente da gravidade do momento histórico que vivemos colloca-se ao lado do Exército, da Armada e do Presidente Getúlio Vargas, e com o Poder Central collaborará a fim de conduzir o Brasil a seus elevados destinos.

A AIB mesmo depois do golpe continuava a prestar serviços a Vargas na caça aos comunistas como consta o anuncio do dia 11 de novembro no Acção: “Aviso: Urgente: Aos Governadores e aos Chefes Municipaes e Districtaes.”.

O referido aviso instrui os líderes dos núcleos integralistas “para entregarem dados estatísticos sobre o número de estabelecimentos de Ensino Superior, Secundário e Primário existentes nas referidas cidades e se os professores dos mesmos,tem dado “preleções cívicas de combate ao communismo.” O aviso tinha o objetivo de instruir os militantes camisas-verdes a fiscalizarem as instituições de ensino para averiguar se comunistas estavam difundindo “idéas perigosas”

Na mesma edição e na mesma página: “Começou hoje uma nova era para o Brasil. - Declara o Sr. Ministro da Justiça aos jornalistas.”.

<sup>62</sup> ACÇÃO. Concentração Nacional. **Acção**, n. 332, 11 de novembro de 1937, p.1.

<sup>63</sup> ACÇÃO. O Integralismo ao lado do Governo Central. **Acção**, n.332, 11 de novembro de 1937, p.3.

Rio, 10 (H.) – Terminada a reunião dos jornalistas, o Ministério da Justiça, falando à “Noite”, sobre a nova Constituição, teve as seguintes palavras: “Começou hoje uma nova era para o Brasil. Acontecimentos como os de hoje não se discutem; desenvolve-se as suas seqüências. O dever de todo o cidadão não é o de procurar obstruir a acção do governo com palavras vãs. O que está feito está feito. Não se trata de voltar atrás, mas de ir para frente, ao encontro do Brasil<sup>64</sup> .

O jornal *Acção* no final desta página coloca em letras de destaque o slogan; “Uma só Bandeira, um só Hymno, um só Brazão: o Brasil é um só!”.

### 3.3.3 Depois do Golpe do Estado Novo.

Com o Estado Novo efetivado começam os problemas para as lideranças integralistas que gradualmente tem que se conformar com um papel menor do que o almejado na nova correlação das forças nacionais.

O primeiro problema que precisava ser justificado era a continuidade das milícias integralistas, apesar de oficialmente elas já não mais existirem, continuaram a prestar serviços ao governo na repressão política.

Santiago Dantas nesse sentido escreve; “Concepção de Forças Armadas”<sup>65</sup>. Onde são tratadas as questões das milícias e de seu papel. Segundo o argumento do autor, o papel das mesmas era reacender o respeito ao espírito militarista. É, afirmava que o papel por elas desempenhado não objetivava contrabalancear a força da AIB com a das Forças Armadas. Sendo justificado que o papel das milícias era agir na defesa do regime num contexto de guerra social.

Ao lado da guerra civil e da desordem interna, há uma guerra social, que assume as formas mais graves e súbitas, que se traduz em greves, em campanha de descrédito, em formas incontroláveis de sabotagem, e de contra Revolução [...] Tal é a destinação da milícia, que em face das doutrinas modernas do Estado, não se confunde com o Exército, nem com a polícia, não os contrastas não os diminui, nem os enriquece. Pois deante della há um outro inimigo.

Em mais um artigo: “O Único Rumo”<sup>66</sup> os integralistas buscam identificar elementos do governo Vargas pós-golpe com as idéias preconizadas pela AIB:

<sup>64</sup> ACÇÃO. Começou hoje uma nova era para o Brasil. - Declara o Sr. Ministro da Justiça aos jornalistas. *Acção*, n.332, 11 de novembro de 1937, p.3.

<sup>65</sup>DANTAS, Santiago. Concepção de Forças Armadas. *Acção*, n.332, 11 de novembro de 1937, p.4.

<sup>66</sup> ACÇÃO. O único rumo. *Acção*, n.334, 13 de novembro de 1937, p.4.

O golpe de 10, do corrente, foi o tiro de misericórdia num regime divorciado da realidade brasileira e alheia as aspirações da nacionalidade [...]. Isso significava o início de uma nova era, a marcha para um rumo novo. E rasgaram-se horizontes mais amplos ao futuro de Brasil.

Em seu discurso o presidente Getúlio Vargas falou em “regime derogado”, e que comprova exuberantemente quando afirmamos. Do “Estado de Guerra” a Nação passou para “Estado de emergência” segundo dispõe a Constituição.

Isso significa que dois caminhos foram barrados ao futuro do Brasil: o comunismo e a liberal ou social-democracia.

Para onde marcha o país?

Deante da actual situação, só se abre uma entrada por onde o povo brasileiro deve caminhar. É o integralismo.

A nova Constituição criou o Conselho Econômico Nacional, outra coisa não representa se não Camara Corporativa, e fala ainda da organização das corporações.

Por tanto a orientação norteia o novo estado de coisas é o corporativismo.

Ata hoje, em toda a nossa história o único movimento político-social que pregou o corporativismo foi o movimento que Plínio Salgado criou e dirige. E a “Acção Integralista Brasileira” assume proporções imediatas perante a opinião pública nacional. Porque foi o único movimento, o único organismo político, o único movimento cultural que, engrandecido mais que nunca, se sustem de pé, enquanto as velhas estruturas partidárias são fechadas como nocivas a tranqüilidade do país. [...] Portanto o Pensamento de Plínio Salgado está victorioso. O povo já comprehende está verdade. E já manifestou de modo inequívoco, o seu enthusismo pela nova situação que o integralismo criou. [...] O corporativismo, porém não se realiza a prestações. Ou se realiza integralmente o corporativismo ou o Brasil se encontrará em situação mais difícil que anteriormente. [...] O presidente Getúlio Vargas deu o primeiro passo, nesse sentido. É preciso que a marcha prossiga, mesmo porque os povos não param na história. Temos certeza que isto acontecerá pois o pensamento integralista é, neste momento a suprema luz que brilha na immensa noite nacional, indicando rumos seguros e já agora irremovíveis para a affectivação de uma nova ordem de Justiça Social, de Ordem e Trabalho na construção da grande Pátria.

Depois de quatorze dias de efetivação do Estado Novo o jornal Acção lança o artigo intitulado “A 3ª República”. Nele é feito um balanço da primeira e da segunda República, numa perspectiva crítica. Nele é abordado que a terceira República esta se iniciando e que “seu advento está exigindo esta exigindo um golpe mais profundo do que o de 10 de novembro.”.

O artigo critica indiretamente a posição legada a AIB no contexto dos quatorzes dias posteriores ao golpe.

Procurar impedir o advento do Estado Integral é trahir o Brasil. Procurar impedir o advento do Estado Integral da 3ª República é trair o Brasil, mesmo que algumas forças que tanto desgraçaram nossa

Pátria consigam prolongar esse advento, elas não conseguiram impedir a marcha do movimento do Sigma que como um rolo compressor, vae esmagando os reacionários e todos aqueles que trazem dentro de si as taras e as gangrenas do velho regime<sup>67</sup>.

Na mesma edição e na mesma página é publicado um artigo do integralista Almir Alcântara: “O Estado Novo”, ao que parece, os líderes da AIB não estavam mesmo satisfeitos com a indefinição do papel que ocupariam na ditadura varguista.

Pela multiplicidade e complexidade dos problemas que é chamado a resolver o Estado Novo tem que ser fatalmente, um Estado revestido das prerrogativas necessárias ao desempenho integral de suas funções [...]. O Estado liberal-democrático foi incapaz de resolver o problema da organização nacional pelo qual tanto bradou o gênio inesquecível de Alberto Torres [...].

Por tudo isso, o Estado Novo deve ser um Estado Forte para que não assista ao paradoxo de ver diminuída a sua autoridade, a qual deve pairar bem alto, numa atmospha de elevação espiritual e moral.

No Estado Novo que nós queremos preconizar consilliando-se perfeitamente os conceitos de Autoridade e Liberdade compreendidas estas nos seus sentidos profundamente humanos [...] De facto o integralismo pretende crear um Estado Novo, perfeitamente identificado com todas as forças do trabalho nacional, com todas impressões da nossa cultura.

Os últimos artigos do Acção, no início de 1938, antes do diário da AIB ser fechado da censura varguista, continuavam a cobrar indiretamente uma posição de Vargas, ao lado dos países nacionalistas, diante do contexto internacional.

Na ocasião da visita de aviões da Força Aérea italiana ao Brasil, que representava também, uma tentativa do Estado fascista de cobrar uma posição de Vargas, o jornal da AIB lança o artigo: “A maior façanha da juventude fascista”<sup>68</sup>.

O Estado Novo do Brasil entrou no Brasil com um gesto firme e certo, o acto do Sr. Presidente da República acabando com a eterna exploração de que éramos vítimas por parte do banqueirismo internacional.

Se o Estado Novo reconhecesse o Império Italiano elle nos daria agora – no momento em que o democratismo bolchevizante se articula em Genebra – outra prova fulminante da firmeza e da estabilidade da Ordem Nova e se collocaria, decididamente no campo das nações nacionalistas.

Não basta glorificar com manchettes enormes, com artigos pomposos nos jornaes, com discursos officiaes a glória de uma grande uma grande Pátria. É preciso que este fervor e esta admiração se exteriorize concretamente, tornem-se verdades affirmadas impavidamente.

<sup>67</sup> ACÇÃO. A 3ª República. **Acção**, N.342, 24 de novembro de 1937, p.4.

<sup>68</sup> ACÇÃO. A maior façanha da juventude fascista. **Acção**, n.391, 28 de janeiro de 1938, p.4.

No contexto do Estado Novo já concretizado, e de fim da liberdade partidária, o *Acção* no início de dezembro lança a reportagem: “Parece que, finalmente, vão ser extintos os partidos. A *Acção* Integralista Brasileira não poderá ser atingida pela medida governamental”.<sup>69</sup>

Rio, 01, (Do correspondente) – Annuncia-se que o Sr. Getúlio Vargas de accordo com a Constituição de 10 e Novembro vae baixar um decreto que extingue todos os partidos políticos do paíz, pondo-os fora da lei.

A imprensa tece commentários em torno desse assumpto, ressaltando que o Sr. Plínio Salgado, extinguindo a secção política- eleitoral da “*Acção* Integralista Brasileira” logo depois de implantada a Nova Constituição, isto é, em 12 de novembro, conforme publicação feita na “*A Offensiva*” e em todos os jornaes integralistas, enquadrou essa associação dentro da lei, o que evitou que fosse o movimento do Sigma prejudicado com a recente resolução do governo. Ainda a propósito dessa notícia commenta-se que o próprio presidente da República, em entrevista aos jornaes sul-americanos, affirmará que “havia lido, alhures, uma declaração do Sr. Plínio Salgado que extinguiu a secção política do integralismo, tornando a AIB um movimento cultural. Essas palavras do Sr. Getúlio Vargas são o maior desmentido as invencionices de certa imprensa que, aproveitando-se do momento, notícia o fechamento da “*Acção* Integralista Brasileira”. Sua existência legal como associação civil está, assegurada pelo seu registro como pessoa jurídica e pela própria Constituição nova: Artigo 122, número 9, e Artigo 132.

### **3.4 O *Acção* e o projeto político e econômico do Estado Integral.**

#### **3.4.1 Corporativismo e latifúndio.**

A aceitabilidade das propostas corporativistas no início do século XX no exterior exerceu forte influência no modelo político e econômico de Vargas, não estando também ausente na propaganda do projeto político as AIB.

O modelo de organização econômica defendido nas publicações da imprensa integralista era o corporativismo. Em muitos artigos do *Acção*, desde o início de sua circulação até seu último número em abril de 38, o corporativismo foi defendido como a solução para os problemas políticos e econômicos para o Brasil.

No artigo: “A lavoura algodoeira e o corporativismo.”, é descrito os benefícios do corporativismo para os produtores agrícolas brasileiros e, são feitas menções as organizações estruturadas segundo o referido modelo. Sendo elogiada a distribuição de

<sup>69</sup> ACÇÃO. Parece que, finalmente, vão ser extintos os partidos. A *Acção* Integralista Brasileira não poderá ser atingida pela medida governamental. *Acção*, n.350, 2 de dezembro de 1937, p.1.

sementes por parte do poder público federal e a fiscalização e organização dos mesmos através da estrutura corporativista do modelo econômico de Vargas em execução em 1936. O corporativismo era apontado como um modelo que beneficiava os produtores protegendo os mesmos contra a ação dos “Trustes estrangeiros”:

Os lavradores de algodão quase todos também produtores de café tem na Federação Paulista dos Produtores de Café, um modelo excelente de organização corporativista” [...] “Um outro estatuto, que engloba e consubstancia todas as conquistas do regime corporativista nos países mais adiantados do Universo, rege as diretrizes da Federação Paulista das Cooperativas de Café<sup>70</sup>.

A defesa de uma organização corporativista era defendida como a solução contra as deficiências do liberalismo e, o projeto político e econômico da AIB era divulgado nas páginas do *Acção*, em artigos que exaltavam as possibilidades de incentivo ao potencial da agricultura nacional baseada na pequena propriedade através da policultura.

O jornal em novembro de 36, colocando em destaque as atividades dos vereadores integralistas da cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro, afirma sua defesa na propriedade privada e coloca a perspectiva da AIB na defesa da pequena propriedade agrícola para o desenvolvimento econômico brasileiro: “contrariando a these marxista e a these capitalista, ambas orientadas no sentido de destruição da propriedade”, é desenvolvida a defesa da pequena propriedade em artigo que elogia a ação dos vereadores da AIB ao proporem a criação de uma cooperativa de produção “que beneficie os pequenos proprietários e os sitiantes”

[...] sendo concedido o abatimento de 50% em todos os impostos municipais que oneram as propriedades agrícolas cujas áreas sejam até no máximo de 10 alqueires, desde que seus proprietários ou arrendatários sejam sócios de uma cooperativa de produção. Trata-se portanto, de uma concretização de princípios políticos que revela a coerência do pensamento integralista, com suas realizações práticas de administração, e ao mesmo tempo uma contribuição inteligente aos problemas de justiça social brasileira<sup>71</sup>.

Fazemos referência ao artigo “O mal dos latifúndios”<sup>72</sup>, onde o *Acção* expressa o projeto político e econômico da AIB, ficando explícito e nítido o modelo do projeto agrarista integralista:

<sup>70</sup> ACÇÃO. Trustes estrangeiros. *Acção*, n.31, 13 de novembro de 1936, p.1.

<sup>71</sup> ACÇÃO. A defesa da pequena propriedade. *Acção*, n.40, 23 de novembro de 1936, p. 03.

<sup>72</sup> ACÇÃO. O mal dos latifúndios. *Acção*, n.40, 23 de novembro de 1936, p.3.

“Para um país essencialmente agrícola como o Brasil, o problema da organização da propriedade e da distribuição de terra, é o problema de maior importância para estabilidade da nossa organização social e econômica do futuro. É o problema mãe.”

O artigo afirma que o latifúndio no Brasil é um agente poderoso do isolamento e da ilegalidade das regiões afastadas:

[...] foi uma criação decorrente das próprias condições políticas de nossa formação histórica. A grande propriedade foi uma condição do meio geográfico, da necessidade de defesa, das culturas extensivas e do sistema de trabalho, ou melhor do tipo de exploração do trabalho baseada na escravidão[...] construindo um entrave poderoso para a democratização da nossa democracia. A liberdade política deve ser lastreada pela liberdade e pela independência econômica e a propriedade da terra, deve ser o lastro da liberdade individual. Mas essa liberdade só existia para os donos dos enormes latifúndios<sup>73</sup>.

Era defendida a idéia de que um dos maiores problemas do Brasil eram as divisões impostas pelos “grandes domínios de terras”, gerando segundo o jornal, “a falta de coesão social, de organização das classes e do entrave ao progresso”. Esta concepção do problema agrário foi justificada e legitimada no artigo com as referências do pensamento de Oliveira Vianna: “estudando a função simplificadora dos grandes domínios rurais...”. Falando sobre a importância do escravo para a manutenção da força do latifúndio no mesmo artigo consta que a abolição significou a divisão de dois períodos:

duas épocas de profunda diferença social e política, cujo epílogo foi à República [...] mas nada disso aconteceu pois o latifúndio conseguiu refazer as suas forças e dominar mais tarde os quadros políticos republicanos através dos partidos estaduais.” [...] “tanto que a princesa Isabel, Patrocínio, passaram e o Latifúndio ficou e a República continuou com o apoio das classes rurais. Houve apenas a substituição dos escravo pelo colono<sup>74</sup>.

### 3.4.2 Pequena propriedade e policultura.

O referido artigo citado acima contribui para entendermos como o jornal *Acção* divulgava a interpretação integralista da formação política e econômica do Brasil, assim como, sua proposta de modelo econômico baseada na defesa na pequena propriedade e na policultura. O problema, segundo o diário paulista do *Sigma*: “agora apresentava

<sup>73</sup> ACÇÃO. O mal dos latifúndios. *Acção*, n.40, 23 de novembro de 1936, p.3.

<sup>74</sup> ACÇÃO. O mal dos latifúndios. *Acção*, n.40, 23 de novembro de 1936, p.3.

duas faces [...] a quebra da estrutura dos clãs rurais, dos latifúndios. É preciso libertar o município do domínio dos grandes proprietários”.

O Acção afirmava “a pequena propriedade deve ser a base econômica da nossa organização social, que deve democratizar-se cada vez mais.” [...] “Daí a necessidade de intervenção do Estado, que deve entender o imperativo da nossa evolução econômica que é a divisão dos latifúndios e a distribuição da terra. Ou em afirmação necessária e urgente justiça social para o operário e para o caboclo do Brasil.”.

O projeto político e econômico da AIB, como já apontava Chasin (1978), estava assentado numa proposta de uma economia baseada na organização corporativa de pequenos produtores através da intervenção estatal.

No artigo; “A pequena propriedade.”<sup>75</sup>, o jornal Acção expõe sua interpretação sobre a gênese do latifúndio nacional, que tem seus primórdios, segundo sua ótica, com as capitâneas hereditárias, transformando-se em grande propriedade monocultora de cana, depois de café: “O Brasil começou como um grande latifúndio desconhecido [...] do engenho para fazenda.”.

O artigo expõe que São Paulo, naquele momento, estava sob o obstáculo da grande propriedade cafeeira em crise. Os fazendeiros estavam com suas fazendas hipotecadas devido a dívidas com bancos. Nele é defendido que;

a pequena propriedade traz a polycultura e a riqueza.” Citando o exemplo de um modelo econômico baseado na pequena propriedade o jornal fala da experiência da Companhia Paulista das Estradas de Ferro, que segundo o noticiário integralista, realizou “a compra das grandes propriedades quase abandonadas e dividiu essas em lotes, que são revendidos para pequenos proprietários. Com isso viza a grande empresa ferroviária impedir a “debache” econômica completa. Como se vê a solução é muito inteligente e parece que esta dando bons resultados. A gente meditando honestamente sobre a questão não pode encontrar outra conclusão. A necessidade de um Estado que supervisione a distribuição da propriedade e possa socorrer, também as zonas onde não aparecem iniciativas como a da Companhia Paulista.

A posição do jornal defendendo um modelo econômico baseado numa proposta do primeiro setor articulado na produção de pequenos proprietários é exemplificada no elogio que faz a experiência desenvolvida em São Paulo pela Companhia Paulista das Estradas de Ferro.

---

<sup>75</sup>ACÇÃO. A pequena propriedade. **Acção**, n.59, 14 de dezembro de 1936, p.4.

Outro artigo ilustrativo do projeto ruralista defendido pela AIB, onde a crítica ao entrave econômico representado pelo latifúndio, recebe o título: “O Progresso e o Latifúndio”<sup>76</sup>:

Não há mais dúvidas sobre a função simplificadora, isolante e anti-progressista, que o latifúndio exerceu no Brasil. Ele foi o criador do caudilhismo que dominou a nossa política [...] criando uma situação de opressão e misericórdia social no seio da massa rural gerando a produção desordenada.

O artigo enfatiza que abolição foi um momento significativo desse processo gerando “um colapso violento na estrutura dos latifúndios”. E, segundo o *Acção*, na República o latifúndio sofreu um novo abalo: “A República conseguiu criar no Brasil regiões de pequena propriedade, zonas de policultura agrícola, zonas de exploração industrial, indicando um progresso social que escapava ao ritmo normal da evolução econômica e social do país.”

O jornal destacava em caráter de denúncia que muitas regiões ainda estavam baseadas na produção da monocultura, pois ainda o latifúndio era vigente e representava a “força política de um caudilhismo arcaico, tipos de organização anti-democrática e feudal.” Buscando apresentar sua proposta alternativa de um modelo econômico ruralista o artigo apresenta a situação nacional debilitada pela permanência do latifúndio. Numa retórica que se apresentava como porta voz de um projeto político alternativo ao capitalismo e ao comunismo o jornal articula as seguintes palavras: “A socialização da propriedade é um imperativo imposto pelo combate as causas do comunismo e a exploração capitalista. Pela divisão das terras dos latifúndios e pela justiça social.”

A AIB defendendo a iniciativa privada em seu modelo econômico exalta o sistema corporativista italiano. No artigo: “Ainda fascismo e Integralismo”<sup>77</sup>, Reale continua uma discussão sobre as afinidades da AIB com o fascismo italiano que havia desenvolvido na edição do dia anterior identificando elementos comuns entre as duas ideologias políticas. Neste, agora buscando os elementos positivos do modelo econômico fascista italiano, exalta o corporativismo enquanto experiência que deveria ser potencializada no Brasil. Porém, Oliveira Vianna é citado, no sentido de argumentar que a perspectiva corporativista da AIB é brasileira. Nele é reafirmado que existem

<sup>76</sup> ACCÇÃO. O progresso e o latifúndio. *Acção*, n.59, 14 de dezembro de 1936, p.4.

<sup>77</sup> REALE, Miguel. Ainda fascismo e Integralismo. *Acção*, n.79, 9 de janeiro de 1937, p.1.

pontos de identidade entre o fascismo e o integralismo, quanto ao que Reale define como “princípios geraes de orientação política”.

O Secretário Nacional de Doutrina fala que “as diferenças são especialmente entre os meios e as formas de atualização dos princípios geraes”. O autor resgata um argumento de Oliveira Vianna para justificar o argumento da necessidade da iniciativa privada para o desenvolvimento econômico do Brasil, sob a estrutura corporativa por ele defendida:

Oliveira Vianna em um de seus estudos magistrais observou que o Estado no Brasil não pode prescindir de uma ampla colaboração individual. E, é uma verdade. Se em toda parte é erro; no Brasil seria uma calamidade, o enriquecimento do Estado a custa do empobrecimento dos particulares. Nós recebemos dos nossos antepassados o legado de muitos milhões de territórios. Cumpre-nos conquistá-lo. Nosso Imperialismo já tem o objeto. Falta vontade firme do sujeito dominador, por que nos falta até agora a consciência de um dever comum. Na Europa os Estados objetivam a organização da vida econômica a fim de se ganhar em intensidade o que não pode ser mais obtido satisfatoriamente em extensão, pelo fato simples de não existirem mais terras incultas ou matéria primas inaproveitadas. [...]. Nós ao contrário, temos terra e temos matérias primas. Pode ser que não sejamos os mais ricos dos países, mas com certeza não somos dos mais pobres. Se assim é, e se somos poucos, nosso dever é nos organizar para que a energia dos indivíduos não se estanque, mas se proporcione mediante a colaboração dos grupos associados e dos Estados.” [...] “O erro da nossa economia tem sido este de intensificar a produção de certas riquezas, na exploração descontrolada do açúcar, do café, ou do algodão, antes de ter se realizado em extensão. E todo o fracasso de culturas isoladas tem constituído um empecilho ao desenvolvimento de novos setores da economia nacional, em virtude dos “déficits” acumulados e das quebras previssíveis. O corporativismo integralista não pode se esquecer esta observação fundamental. Deve ser plástico, adaptável a cada região, variável dentro de um sistema unitário pelo fim e não pelas formas. É desse ponto que devemos partir para a apreciação do Federalismo Corporativo necessário ao Brasil<sup>78</sup>.

Este artigo é fundamental para evidenciar elementos do projeto político e econômico da AIB. O Brasil é colocado como uma nação de grandes recursos naturais e, o que Reale denomina de “Nosso Imperialismo”, ao que parece, é a proposta da aliança entre o Estado e produtores privados no desenvolvimento de um modelo econômico corporativo e agrarista baseado na policultura.

A investigação sobre o projeto de Estado para o Brasil defendido pelos integralistas, como uma proposta que vinha na esteira de uma tradição

---

<sup>78</sup> REALE, Miguel. Ainda fascismo e Integralismo. *Acção*, n.79, 9 de janeiro de 1937, p.1.

ruralista, desenvolvida na obra de Chasin (1978), fica neste artigo exemplificada. Nessa perspectiva fazemos referencia a outro artigo ilustrativo que vai ao sentido da interpretação de Chasin (1978), sobre a perspectiva econômica dos líderes integralistas, caso chegassem de alguma forma ao poder, do Estado nacional.

O artigo é intitulado “O aspecto tecnico do problema agrário”<sup>79</sup>. Nele é tratado a respeito da necessidade de divisão dos latifúndios em pequenas propriedades como um caminho para acabar com a produção monocultora e com a exploração dos trabalhadores rurais. Ao governo é atribuído o dever de dar assistência aos trabalhadores. Estes por sua vez são orientados pelo Acção a se organizarem em cooperativas agrícolas.

Porém, para que este modelo se concretize o jornal afirma que o governo federal deve proporcionar o crédito agrícola aos produtores rurais. “As associações do typo cooperativista na agricultura, tornam-se sobretudo uma necessidade imperiosa quando se observa a multiplicação da pequena propriedade”.

Na mesma página é tratado o problema agrário no Brasil no sentido de suas contradições sociais.

O caboclo brasileiro foi sempre um typo a quem nunca se fez justiça [...]. Hoje, felizmente a reação já vae a passo acelerado e o pobre caboclo tem quem olhe por ele com olhares de sympathia e de compreensão de seu drama e de sua tragédia. Eucluydes da Cunha deu o brado de alerta. Alberto Torres meteu o bisturi a fundo na vida rural do paiz. E o integralismo pela voz de seus intelectuais e de seus technicos está continuando a obra daqueles patricios geniaes e a completando.

A ausência de qualquer legislação ou instituições que protejam os direitos do trabalhador rural, é a temática principal abordada ao longo do artigo, é criticada a falta de assistência social do trabalhador rural como saúde, educação e moradia. Ao final do mesmo é colocado de forma enfática pelo Acção. “Da solução desta face do problema agrário dependerá o futuro do Brasil, como futura potencia internacional.”<sup>80</sup>.

<sup>79</sup> ACÇÃO. O aspecto tecnico do problema agrário. **Acção**, n.107, 26 de fevereiro de 1937, p.4.

<sup>80</sup> ACÇÃO. O aspecto social do problema agrário. **Acção**, n.107, 26 de fevereiro de 1937, p.4.

### 3.4.3 Dívida externa, nacionalização de setores estratégicos, livre concorrência e industrialização.

A questão da dívida externa também era abordada no noticiário econômico do *Acção*. Em suas páginas observamos algumas matérias críticas à política econômica do Brasil do período. Em: “O problema das dívidas externas”<sup>81</sup> Almiro Alcântara defende a suspensão dos serviços da dívida externa.

O mesmo tema é discutido em outra edição do *Acção*: “Ainda o problema dos empréstimos”<sup>82</sup>, de autoria de Miguel Reale, onde são denunciados os sacrifícios dos brasileiros obrigados “a aniquilar a sua economia para fazer o pagamento na base exigida pelos intermediários”.

Segundo o artigo, isso levaria a uma situação onde ocorreria a possibilidade de suspensão definitiva da dívida “por absoluto e total esgotamento de recursos [...]. Melhor é não há dúvida, pagar o que é justamente devido [...] garantindo os nossos credores.”.

Reale elogia a proposta do deputado Alypio Costallal “no sentido de serem efetuados os pagamentos sobre a base cambial em que transferimos, ou poderíamos transferir os empréstimos.”. Vejamos melhor o seu argumento:

Assim, se recebemos a libra a 9\$000, 20\$000 ou 60\$000, no momento em que contratamos os empréstimos, paguemos na proporção desses valores de 9\$000, 20\$000 ou 60\$000, os respectivos empréstimos, os juros, amortizações e comissões.

Objetam que recebemos a libra, mas aplicamos o dinheiro em fins produtivos, dando origem a riquezas que também se valorizam, não sendo justo por conseguinte, fazer “tabula rasa” desse acréscimo de valor dos bens.

Em 1926, o nosso meio circulante era de 2.580.000 contos, equivalente a 77.038.250 libras ao cambio da época. Nesse mesmo ano a nossa exportação nos rendeu 94.254.000 libras.

Em 1935, menos de uma década depois, o nosso meio circulante subiu 3.650.000 de contos, equivalente a 40 milhões de libras.

Enquanto isso acontecia, nossa exportação reduziu-se a 33.000.000 libras.

Que é que esses lucros demonstram?

Demonstram que houve uma assustadora desvalorização de nossos bens.

Estando assim as contas, si pagarmos os juros dos empréstimos em moeda estrangeira na proporção de cinco vezes menos a dos primitivos contos, “na realidade econômica”, como diz o deputado Costallal, não damos prejuízo, tudo ficaria compensado com o aumento cinco vezes maior do poder aquisitivo da mesma moeda estrangeira.

<sup>81</sup> *ACÇÃO*. O problema das dívidas externas. *Acção*, n.135, 22 de março de 1937, p.4.

<sup>82</sup> *ACÇÃO*. Ainda o problema dos empréstimos. *Acção*, n.43, 26 de novembro de 1936, p.1.

O artigo é interessante, pois evidencia a posição da AIB sobre a dívida externa. Apesar do seu discurso nacionalista e, teoricamente anti-capitalista, o jornal *Acção* não defende a moratória da dívida externa: “Paguem, pois as dívidas – ninguém as nega – mas paguem sem os sacrifícios dos nossos interesses e sem a destruição da nossa soberania.”.

Porém, a solução para a resolução dos problemas econômicos e financeiros no Brasil é, segundo o *Acção*, “a nacionalização geral”. O artigo de Almiro Alcântara não é muito claro sob a abrangência da nacionalização a que se refere. Esta questão está um pouco mais clara no artigo de Miguel Reale que discutimos adiante. Porém a questão da dívida externa é retomada.

De fato a nacionalização acompanhada da adoção do padrão índice e da suspensão dos serviços das dívidas externas, resolverá não somente o nosso problema econômico-financeiro, mas também o que é muito importante, o da nossa moeda, restituindo-lhe saúde e estabilidade.

Decretada pelo governo a proibição de pessoas residentes no exterior auferirem lucros obtidos no país; decretada a conversão das dívidas externas em dívida interna, as quais aqui seriam pagas em mil-réis, decretado ainda, como medida de obrigatoria fiscalização, o controle cambial; a nossa balança de contas apresentaria sobras suficientes no desenvolvimento comercial, agrícola e industrial do nosso país, ao qual seria ao mesmo tempo dotado de aparelhamento técnico de que necessitamos para nos colocarmos em pé de igualdade como os países a esse respeito mais bem assistidos. (...) Creado o Padrão Índice, como cúpula de todas as reformas que vimos preconizando, arrancaríamos a nossa moeda do controle que vem sofrendo por parte dos portadores de nossos títulos, dos banqueiros internacionais, os quais mediante simples operações nas bolsas de Londres e Nova York podem fazer baixar e subir o nosso câmbio, em proveito próprio e isso porque teimamos em nos submeter ao padrão ouro.<sup>83</sup>

A crítica a livre concorrência é defendida por Miguel Reale no artigo “O Estado e a Economia”<sup>84</sup>.

A produção de mercadorias deve ser considerada segundo os interesses nacionais e não segundo os interesses individuais. [...] O integralismo é contra a livre concorrência que reduz o trabalho a uma simples mercadoria e obriga o operário a aceitar as condições humilhantes impostas pelas cobiças dos patrões. [...] O Estado deve respeitar a iniciativa privada e o campo da atividade individual, defendendo contra o comunismo e contra o capitalismo a propriedade que é por eles ameaçada. Em lugar de destruir a propriedade o integralismo quer é a disseminação da propriedade.

<sup>83</sup> ALACÂNTARA, Almiro. Novas tendências monetárias. *Acção*, n. 11726 de fevereiro de 1937, p.4.

<sup>84</sup> REALE, Miguel. O Estado e a Economia. *Acção*, n.118, 27 de fevereiro de 1937, p. 4.

Para atingir esse elevado escopo, traçará um plano geral para a popularização do crédito [...].

O artigo, a nosso ver, complementa a perspectiva de modelo econômico esboçada pela AIB traçada no artigo citado acima. Neste estão novamente presentes o debate da questão da nacionalização das dívidas externas baseadas no padrão ouro. Assim como, é reafirmada a proposta de nacionalização “das quedas d’aguá, do aparelhamento bancário, das empresas electricas, de determinados meios de transporte e das minas...”.

A Revisão das tarifas alfandegárias deve obedecer ao predomínio do “social” sobre o individual de acordo com os princípios geraes da nova concepção de Estado. A arrecadação de impostos deve ser unificada... [...] Ao mesmo tempo proceder-se-á a supressão dos tributos nocivos à economia nacional<sup>85</sup>.

Uma sessão interessante que começa a circular em 1937, sobre a conjuntura nacional, é – “A margem da vida brasileira”. Fazemos referência a um artigo referente a ela intitulado “Os Cangaceiros e o seu problema<sup>86</sup>”, onde é discutido o problema do banditismo nas regiões interioranas. O problema é apresentado como conseqüência das debilidades econômicas da região.

A solução articulada na ótica integralista, inspirada por Oliveira Vianna, é uma maior atuação do Estado, na questão de políticas de segurança em regiões que são apontadas como abandonadas pelo poder público. Porém, também desenvolvendo políticas de estímulo a produção rural como solução ao banditismo, apontado como problema político, social e econômico.

No artigo que trata sobre o problema do Cangaço no nordeste brasileiro o Acção expõe: “O banditismo é um dos phenomenos mais curiosos e interessantes do interior brasileiro, sobretudo em certas regiões do nordeste”.

O problema do banditismo é apontado pelo jornal como um caso grave: “e tem despertado a atenção dos nossos sociólogos. Oliveira Vianna lhe dedicou muitas páginas, apontando entre os erros das actuais soluções a ausência de uma força armada nas regiões flageladas pelo banditismo.”

É atribuída a Vianna, um posicionamento crítico em relação à política de segurança do governo Republicano. O artigo do Acção afirma que “as terras de disciplinação” antes da proclamação da República, ficavam sob a proteção “Forças de

<sup>85</sup>REALE, Miguel. O Estado e a Economia. **Acção**, n.118, 27 de fevereiro de 1937, p. 4.

<sup>86</sup>ACÇÃO. Os Cangaceiros e o seu problema. **Acção**, n.135, 22 de março de 1937, p.4. A margem da vida brasileira.

Coerção” nos períodos onde terras privadas estavam sob a ameaça de cangaçeiros. “O método Republicano do contrário pondera o escritor fluminense, consiste em mandar Forças de Coerção apenas nos momentos de crise de intensidade do fenómeno do banditismo”.

O jornal Acção, após pontuar a posição de Vianna a respeito do cangaço, declara a proposta de solução para o referido problema, defendida pela AIB: “Muito mais, social, cultural, e econômico, do que, policial e jurídico, muito mais de estrutura do que de super-estrutura, o problema do cangaço não se resolve com simples medidas de repressão policial.”

A imprensa integralista defende que a solução é a: “canalização das contas gastas no bandoleirismo para as atividades sociais. Nada mais natural e lógico que amparar aqueles que se utilizam das suas terras fertilíssimas promovendo o engrandecimento cada vez maior da balança brasileira.”

Após, falar do cangaço enquanto problema “social, cultural e econômico”, o jornal propõe uma política agrícola para solucionar os problemas das regiões interioranas do nordeste.

No mesmo artigo, elogiando a proposta de criação de um Banco Crédito Rural para os produtores agrícolas, o Acção nos proporcionou compreender um pouco mais dos elementos do modelo econômico que propunha em teoria para o Brasil.

Recentemente a Comissão de finanças da Câmara Federal esteve reunida para tratar do palpitante assunto do crédito agrícola [...]. Lembrou-se, muito especialmente, que o Presidente da República, sempre tem se manifestado pela criação do Banco de Crédito Rural [...]. Já que a industrialização no Brasil ainda depende da vontade estranha, necessário que cuidemos dos bons lavradores, hoje representantes da maior quantidade de produtos e do maior valor da economia [...] a lavoura ainda é o esteio das actuais realizações econômicas brasileiras, motivo por que é digna e merecedora da atenção dos que tem por obrigação cuidar daquilo que é ainda a responsabilidade mais forte no valor material brasileiro.

Em “O problema industrial brasileiro”<sup>87</sup>, Miguel Reale faz uma análise com dados interessantes sobre a produção agrícola e industrial na primeira metade da década de 30. Ao contrário do que pensávamos, não consta uma crítica simplista a industrialização e uma apologia ao primeiro setor.

Reale acusa que: “ainda não houve no Brasil uma política de orientação industrial. Por enquanto só tivemos medidas isoladas e desconexas de **proteccionismo**

---

<sup>87</sup>REALE, Miguel. O problema industrial brasileiro. **Acção**, n.99, 20 de abril de 1937, p.4.

**aduanheiro** que nunca foi entendido infelizmente como capítulo inicial de um plano geral de industrialização.”

O artigo faz uma crítica direta a política de industrialização de Vargas, apontando que “Uma das coisas mais curiosas que pude notar foi a falta de distribuição dos mercados entre os centros produtores, a absoluta falta de lógica nas linhas de escoamento de mercadorias” [...] “A criação de indústrias complementares antes de indústrias básicas.” São comentadas as debilidades da indústria brasileira e é afirmado que o setor primário e secundário se expandem de forma antagônica devido a ausência de direcionamento por parte do Estado.

O valor total da produção industrial paulista foi no período de 1931-1935 de 2.600.000:000\$000 e, em igual período o valor da produção agrícola chegou a 2.525.344:596\$500. Como se vê equivalem-se essas forças de tal sorte que a mais agrícolas das unidades da federação é também a mais industrial. O que nos cumpre fazer é assegurar essa correspondência de valores produtivos, dando a economia brasileira a saúde que resulta sempre de um harmônico desdobramento das fontes de riqueza. [...] Sente-se, por toda a parte mesmo nos setores mais “liberais” que nada se poderá fazer sem uma estreita colaboração entre o Estado e os grupos industriaes.”

Na ocasião do lançamento oficial da campanha eleitoral integralista publicada no *Acção* na edição de 24 de abril de 1937, Miguel Reale discursou sobre a questão dos problemas agrários brasileiros. O *Acção* reproduziu o discurso com o título: “A situação afflictiva dos fazendeiros”. Referindo-se ao sentido revolucionário do integralismo afirma em dado momento:

Não somos saudosistas, não podemos negar a Republica, porque ela foi um progresso libertador nas ideas no Brasil [...] Enquanto os documentos oficiais; os relatórios dos bancos, os conselhos dos intermediários que não tem contacto com a terra, as mensagens governantes falam, em bandeiradas em lyrismo, em restauração econômica, em fomentos de riqueza, em extermínio da crise – lá no fundo do sertão, aquelles que varam o ano inteiro dobrados sobre a terra, trabalhando dia e noite, vivem nesta angústia dolorosa sem ver a solução de seus problemas, sem crédito, sem apoio, em situação de penúria<sup>88</sup>.

Reale em seu discurso afirma que o Brasil é “eminente agrícola”, ele afirma no artigo que o orçamento do Brasil: “é de três milhões de contos, dos quaes somente oitenta mil contos são destinados ao Ministério da Agricultura, e desses oitenta mil contos, a metade é consumida com funcionários públicos, que vivem passeando na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.”

---

<sup>88</sup>REALE, Miguel. A situação afflictiva dos fazendeiros. *Acção*, n.164, 24 de abril de 1937, p. 8.

Salienta, por fim, que o integralismo é diferente de qualquer partido: enquanto esses só cogitam de homens e há quatro mezes estão se confabulando para a difícil escolha – O integralismo apresenta ideias, consubstanciadas no programa definido de sua ideologia. Termina afirmando que o integralismo se esforça para restabelecer o prestígio dos líderes políticos e reinfundir nas massas a confiança nos seus guias, esses não são os exploradores, os banqueiros internacionais, os agentes do Kominter, mas sim nos grande orientadores de correntes de opinião, que tragam na sua bandeira o santelmo de uma nova ideia [...] O movimento do Sigma é o legítimo herdeiro da Revolução de 30, porque elle condensou os anseios e os sofrimentos populares, que eram o indefinido estado de espírito das massas que tinham consciência que depois de 30, uma Revolução maior e mais profunda se processaria<sup>89</sup>.

### **3.5 O Acção e a questão da cobertura da conjuntura política internacional.**

O diário paulista da AIB em todo o seu período de circulação, através da cobertura da conjuntura política internacional, abordou notícias sobre os movimentos e partidos de extrema direita propalando os fatos e as articulações políticas entre as novas tendências ideológicas que disputavam adeptos entre os partidos políticos tradicionais ou de esquerda no período entreguerras.

É factível a análise da imprensa integralista, investigada no caso do jornal do Acção, como um jornalismo que se posicionava a respeito dos referidos partidos e movimentos políticos, numa perspectiva apologética. E, o posicionamento da AIB diante da ascensão da extrema direita no cenário internacional revela aspectos de sua filiação ideológica entre as tendências políticas em voga no início do século XX.

A ênfase das notícias com maior frequência era referente ao regime fascista e nazista. Porém os seus noticiários davam também destaque aos movimentos e partidos fora da Itália e Alemanha que possuíam pontos em comum no que se refere aos elementos ideológicos e organizacionais. Nesse sentido o Acção figurou na década de 30 como um divulgador de movimentos e partidos de extrema direita que atuavam na Europa e também na América Latina

---

<sup>89</sup> REALE, Miguel. A situação afflictiva dos fazendeiros. *Acção*, n.164, 24 de abril de 1937, p. 8.

As críticas ao Pan-Americanismo também estavam presentes nas páginas do *Acção*. Destacamos o artigo: “Os Estados Unidos procuram isolar o Brasil na América. Em nome da doutrina de Monroe o imperialismo Yankee exerce dictadura sobre os povos americanos.”<sup>90</sup>.

“Roma, 21 (Transocean) – O jornalista italiano Virginio Gayda, director do “Giornale d’Italia” órgão considerado inspirado nas esferas officiaes, em seu artigo Política Internacional, de ontem, afirma que “a nova campanha de mentiras e calumnias com a qual a imprensa yankee secunda o gigantesco programa de rearmamento elaborado por Roosevelt constitui verdadeiro incitamento a guerra e é insuportável insulto para as nações contra as quaes esses ataques são dirigidos!”.

### 3.5.1 Itália e Alemanha

Fica evidente ao analisarmos as reportagens do *Acção* sobre a conjuntura política internacional na terceira década do século XX como a imprensa da AIB se posicionava a respeito das ideologias políticas então em disputa.

No momento em que na Itália Fascista se comemorava o décimo quarto ano do regime de Mussolini, o jornal dá grande destaque as comemorações dos quatorze anos da Marcha sobre Roma, dedicando algumas páginas daquela edição, com fotos e comentários sobre as cerimônias realizadas na Itália.

O *Acção*, na ocasião pública um artigo de Miguel Reale onde a data é exaltada como um marco de uma nova era. E, nele apologeticamente o integralismo é identificado com o fascismo, como manifestação brasileira do que Reale denomina de “bandeira gloriosa do universalismo fascista”. O artigo é intitulado: “28 de Outubro.”

Há quatorze annos, quando a Europa, já estava na iminência de ser submersa pela onda vermelha do materialismo communista [...] Mussolini surgiu na história. E surgiu para lhe dar novo rumo, nova expressão, novo rytmo. 28 de outubro de 1922 é, na história da política dos Novos Tempos, o que foi a tomada da Bastilha para a chronica da democracia liberal [...]. A data de hoje anniverário da Marcha sobre Roma, por conseguinte, não constitui uma data italiana, mais universal.

O Fascismo, em verdade, é o phenomeno universal deste século [...] O fascismo nasceu na Itália. Mas é o resultado de um longo processo que se desenrolou na Itália e fora della. O que Mussolini fez foi realizar a synthese das doutrinas e interpretar a angústia humana, em um determinado momento [...].

<sup>90</sup>ACÇÃO. Os Estados Unidos procuram isolar o Brasil na América. Em nome da doutrina de Monroe o imperialismo Yankee exerce dictadura sobre os povos americanos. *Acção*, n.417, 22 de fevereiro de 1938, p.1.

Desse ponto inicial partimos para criar, com a realidade brasileira deante dos nossos olhos, a doutrina do Sigma, do Estado Integral. Alberto Torres, Euclýdes da Cunha, Oliveira Vianna e tantos outros nos indicaram o caminho a seguir.

A análise da alma brasileira dictou lições para a realização de uma democracia baseada na identidade das idéas e dos sentimentos na coordenação orgânica de todas as forças do paíz.

Hoje todos os fascistas do mundo, todos os integralistas, todos os hitleristas, todos os nacional-socialistas, glorificam uma data. É a lembrança da primeira vitória alcançada pelas forças christãs do occidente. Deante de nós temos outras luctas e outras victórias! Contra o internacionalismo vermelho e semita, erguemos a bandeira gloriosado universalismo fascista, cada povo conservando a própria personalidade, mas todos commungando em uma única fé <sup>91</sup>.



**Imagem 21:** A imprensa da AIB deu ampla cobertura sobre as comemorações de 14 anos da Marcha sobre Roma. O fascismo, nesta edição do jornal *Acção*, era explicitamente exaltado. *Jornal Acção* 28 de outubro de 1937. p.16. Nº 321.

<sup>91</sup>REALE, M. 28 de Outubro. *Acção*, n. 321, 28 de outubro de 1937, p.4.



Segundo o *Acção* (1936, p.05):

Há, sem dúvida, uma geração diferente que ressurgiu dos escombros da Grande Guerra [...] E surgiu a grande marcha. A quarta humanidade começou a dar os primeiros passos. As afirmações nacionalistas se accentuaram, numa virulência chocante, na valorização de tanto heroísmo esbanjado na guerra.

Na Itália, o velho sentido do Império Romano, na Alemanha, a disciplina consciente da águia imperial; em Portugal, a renovação do espírito lusitano, cheio de epopéias históricas, em todos os países, as correntes nacionalistas se movimentam, numa afirmação de fé e de patriotismo [...]. São as modernas Democracias que se erguem [...]<sup>92</sup>.

No mesmo número do jornal a situação da Bulgária é colocada em questão onde, segundo o “*Acção*”, ocorria a possibilidade do Ministro do Interior do governo búlgaro, identificado como “Sr. Kresnovsky vai renunciar, caso continuasse preso o chefe fascista Tsenkoff: Membro do governo búlgaro renunciará se continuar preso o chefe fascista do seu país”<sup>93</sup>.

No contexto de invasão da Itália de Mussolini na África é publicada a seguinte manchete: “O espírito fascista penetrando na Abyssinia”. Os títulos dos artigos do jornal *Acção* demonstram a simpatia pelo qual o órgão paulista da imprensa integralista se referia aos acontecimentos da conjuntura política internacional. Fazemos referência a uma reportagem publicada e, reproduzida da Agência Brasileira de Notícias: “A obra civilizadora italiana na Abyssinia.”<sup>94</sup>.

“Roma, 13 (A.B.) – O Sr. Mendes Gonçalves, acaba de chegar a esta capital, proveniente da Etyópia. Entrevistado pelos representantes da imprensa, o director de aviação civil argentina exprimiu o maior entusiasmo pela magnífica viagem aérea que acaba de affectuar sem o menor contra tempo.

Referindo-se as condições do Império declarou que, em pouco mais de um anno, já são maravilhosos os progressos, devidos a Itália [...] com um ímpeto verdadeiramente romano, os benefícios de sua antiqüíssima civilização.”

No mesmo sentido de apologia a situação política italiana, fazemos referencia a dois artigos em destaque nas primeiras páginas de duas edições do *Acção* publicadas em 1937:

<sup>92</sup> *ACÇÃO*. A águia imperial alemã e a effigie do Duce feitas de conscientes massas humanas. O sentido heróico das democracias modernas. *Acção*, n.308, 13 de outubro de 1936, p.5.

<sup>93</sup> *ACÇÃO*. Sr. Kresnovsky vai renunciar, caso continue preso o chefe fascista Tsenkoff: membro do governo búlgaro renunciará se continuar preso o chefe fascista do seu país. *Acção*, n. 9, 16 de outubro de 1936, p.6.

<sup>94</sup> *ACÇÃO*. A obra civilizadora italiana na Abyssinia. *Acção*, n.257, 13 de agosto de 1937, p.1.

“Em defesa da civilização cristã. Mussolini em vibrante discurso perante 400.000 pessoas, afirma que não tolerará o bolchevismo no Mediterrâneo.”<sup>95</sup>. Nele é elogiado pelo jornal integralista o discurso de Mussolini contra o “bolchevismo”.

E, no segundo reproduzido pelo Acção da Agência Brasileira, a reportagem trata das zonas de controle marítimas no Mediterrâneo: “A Itália vai exigir a participação da Alemanha no controle do Mediterrâneo.”<sup>96</sup>.

Paris, (A.B) – Correspondentes jornalísticos em Roma informam aos seus jornaes parisienses, que é muito provável que a Itália exigirá a participação da Alemanha nas negociações previstas entre Inglaterra, França e Itália sobre a questão hespanhola, como condição prévia para a sua própria participação. Essa afirmação teria sido inferida diretamente do artigo subscripto pelo jornalista italiano Virginio Gayda, inserto no órgão oficial do fascismo, Giornale d’Itália.

O artigo escrito por Custódio de Viveiros: “O Duce”, faz apologia ao regime político da Itália de Mussolini: “O Duce é uma das individualidades mais empolgantes do mundo moderno”. O autor compara Mussolini a Napoleão afirmando que sua obra política é maior que a do primeiro e elogia sua política armamentista e fala do seu feito de tornar a Itália uma “Nação aérea com uma frota formidável, uma esquadra moderna”. Sem medir palavras para exalta-lo afirma: “A obra de Mussolini salvou a humanidade”<sup>97</sup>. O artigo afirma que isto só foi possível com a vitória fascista.

Os elogios à Itália sob o jugo do regime fascista de Mussolini foram constantes na imprensa integralista e, em todo período de circulação do jornal Acção.

O diretor do diário paulista da AIB era explicito nos artigos que escrevia a respeito da Itália, um exemplo de seu posicionamento a esse respeito é o artigo “Uma lição da Itália.”<sup>98</sup>. Onde é elogiada a harmonia de classes italiana, apontada como resultado dos benefícios do corporativismo, segundo Miguel Reale; “As classes devem se desenvolver harmonicamente no seio da nação.”.

No artigo “A Revolução de Mussolini”<sup>99</sup>, o Acção faz apologia às medidas tomadas em uma reunião da cúpula do regime fascista italiano. Nele de forma apologética são noticiadas as medidas anunciadas na “terceira reunião do 15º anno da era fascista realizada pelo Grande Conselho sob a presidência do Duce”. O jornal relata

<sup>95</sup> ACÇÃO. Em defesa da civilização cristã. Mussolini em vibrante discurso perante 400.000 pessoas, afirma que não tolerará o bolchevismo no Mediterrâneo. **Acção**, n. 264, 21 de agosto de 1937, p.1.

<sup>96</sup> ACÇÃO. A Itália vai exigir a participação da Alemanha no controle do Mediterrâneo. **Acção**, n.297, 30 de setembro de 1937, p.1.

<sup>97</sup> ACÇÃO. O Duce. **Acção**, n.40, 23 de novembro de 1936, p. 3.

<sup>98</sup> ACÇÃO. Uma lição da Itália. **Acção**, n.53, 8 de dezembro de 1936, p.4.

<sup>99</sup> ACÇÃO. A Revolução de Mussolini. **Acção**, n.123, 4 de março de 1937, p.1.

que o tema central da reunião foi o “Programa Demográfico”. No mesmo artigo é relatado na íntegra as diretrizes elaboradas na ocasião do encontro, exaltado como o “Grande Conselho Fascista”.

O diário paulista da AIB também fazia referência aos jornais nazistas, enfatizando a luta internacional dos movimentos e partidos, representantes de políticas nacionalistas, contra o comunismo. Numa reportagem anunciada em grande manchete a imprensa integralista destacava: “Guerra Mundial contra o Comunismo. Repercute na Europa a ofensiva sul-americana contra o bolchevismo.”

Berlim, 21 (A.B.) – O “Voelskicher Beobachter” occupa-se hoje da luta da América do sul contra o comunismo clara e enérgica tomada pelo Brasil e pela Argentina, países perfeitamente de acordo no combate ao comunismo, o porta-voz do Partido Nacional Socialista cita o Uruguai, cuja atitude contra Moscou e Valência é bastante conhecida, onde se prepara uma lei que pune severamente toda e qualquer actividade comunista. O jornal referido cita artigos e comentários de “El Mercurio” e “Diário Ilustrado”, dois importantes jornais de Santiago do Chile, que se inscreveram na fila dos combatentes ao comunismo<sup>100</sup>.

Um artigo que ilustra o destaque que o jornal Acção dava a Itália e a Alemanha, data de um de seus primeiros números: “Rumores da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália Conde Ciano a Alemanha para estudar a nova situação económica criada entre os dois países”<sup>101</sup>.

A imprensa integralista através do jornal Acção mostrava ainda o seu lado anti-semita e continua a dar cobertura aos acontecimentos dos países extremistas. Enfatizamos aqui alguns artigos de primeira página que deram destaque aos noticiários sobre a Itália e Alemanha e a Espanha, todos em edição publicada no início de 1938.

Títulos como: “Ameaçadas as comunicações entre Madrid e Valência. Prossegue o avanço nacionalista no setor de Teruel – sangrentos combates a granadas de mão, os vermelhos batem em retirada.”. Também notícias sobre a Itália: “Roma contra as lojas e sinagogas. Apreciações da imprensa italiana sobre o discurso de Mussolini.”.

Porém, diante das reportagens explicitamente favoráveis aos referidos países, colocamos em destaque um fragmento de um artigo explicitamente anti-semita, que confirma, mais uma vez, as afinidades ideológicas dos integralistas:

<sup>100</sup> ACÇÃO. Guerra Mundial contra o Comunismo. Repercute na Europa a ofensiva sul-americana contra o bolchevismo. **Acção**, n. 316, 22 de outubro de 1937, p.2.

<sup>101</sup> ACÇÃO. Rumores da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália Conde Ciano a Alemanha para estudar a nova situação económica criada entre os dois países. **Acção**, n.1, 07 de setembro de 1936, p.1.

Realizam-se os planos dos Protocollos dos Sábios de Sião! Os judeus internacionais cream um fundo de 80 milhões de contos para combater os paízes nacionalistas! – A Inglaterra, “amiga dos judeus” lucrará com a acção da judiaria”. “Londres, 3 (A.B) – Segundo o “News Chronicle” os financistas judeus internacionais cream um fundo de 80 milhões de libras esterlinas para uma offensiva financeira contra todas as nações anti-semitas<sup>102</sup>.

A respeito do nazismo o jornal *Acção* comenta em artigo na mesma página:

Prepara-se a recepção a Hitler em Roma.

Roma, 3 (H.) – O órgão do Sr. Mussolini “Il Popolo d’Italia” em uma nota reproduzida por todos os jornaes do paiz, confirma que em toda a Itália estão sendo realizadas grandes preparativos para a recepção triumphal a ser dispensada ao chancellor Hitler, por ocasião de sua próxima visita península.

O jornal informa que o governo nomeou uma commissão encarregada de estudar um itinerário “Triumphal” através da capital<sup>103</sup>.

Enfatizamos mais uma referência do *Acção* que evidencia sua filiação ideológica: “O eixo Roma-Berlim pela paz Mundial. Os povos de forte nacionalismo oppõe barreiras inexpugnáveis à onda soviética de Moscou. A visita de Mussolini a Alemanha marcou rumos definidos na política européia e traçou novos horizontes na defesa da civilização do occidente”<sup>104</sup>.

A recente visita de Mussolini a Alemanha estabeleceu definitivamente o eixo Roma-Berlin. Os dois grandes conductores da Europa que representam as nações mais fortes material e moralmente do continente, lançaram as bases de uma nova política continental toda traçada no sentido de preservar a civilização do occidente contra a onda de sangue e ódio que rolas estepes russas. [...] Tudo que a imprensa mundial assignalou desta visita não referiu com o destaque e o significado que a nella, porque ao contrário do que muita gente pensa, Mussolini e Hitler demarcaram definitivamente novos horizontes para a diplomacia européia, determinando mesmo rápida e grandiosa mudança no destino do occidente. [...] as bayonetas dos exércitos allemães e italiano, a que se juntam agora a de Portugal e Hespanha nacionalista, lá se acham rebrilhando no silêncio das noites de vigília<sup>105</sup>.

<sup>102</sup> ACÇÃO. Realizam-se os planos dos Protocollos dos Sábios de Sião! *Acção*, n.376, 4 de janeiro de 1938, p.1.

<sup>103</sup> ACÇÃO. Prepara-se a recepção a Hitler em Roma. *Acção*, n.376, 4 de janeiro de 1938, p.1.

<sup>104</sup> ACÇÃO. O eixo Roma-Berlim pela paz Mundial. *Acção*, n.317, 23 de outubro de 1937, p.5.

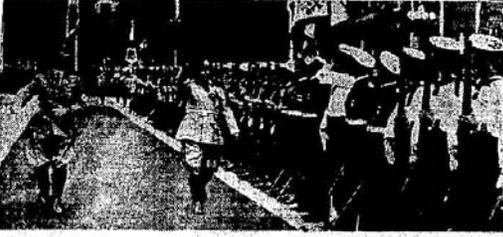
<sup>105</sup> ACÇÃO. O eixo Roma-Berlim pela paz Mundial. *Acção*, n.317, 23 de outubro de 1937, p.5.

23 - 10 1937

ACÇÃO

# O eixo Roma-Berlim pela Paz Mundial

## Os povos de forte nacionalismo oppõem barreiras inexpugnáveis á onda sovietica de Moscou



**A visita de Mussolini á Alemanha marcou rumos definidos na politica europeia e traçou novos horizontes na defesa da Civilização do Occidente**



Dois chefes de nações nacionalistas: O "Duce", ao lado do "Fuehrer", em Berlim

Mussolini, em Munique, acompanhado do Hitler, passando em revista uma guarda de honra

A Rússia, mais uma vez ameaça cair sobre a Europa esmagada-a com seus tanques de guerra, como outrora o cavallão de Attila, saindo do fundo do Oriente, empogou os derradeiros fundamentos da Imperia Romana. Que força a Europa christã pôde oppôr ao formidável exercito vermelho a que os Republicanos Sovieticos dedicam toda a sua attenção? É esta uma pergunta que muitos lobes fazem. E que respondemos: o eixo Roma-Berlim.

Não queremos dizer que na Europa estes dois trabalhos promptos a reprimir a investida bolchevista. Mas, neste momento, só a Italia e a Alemanha, nações recentemente nacionalistas, apresentaram-se como dois blocos nacionais coheres, indestrutíveis.

O eixo Roma-Berlim é hoje uma realidade palpante. Resalta o seu significado, e dizer que nelle a civilização do Occidente deposita as suas esperanças neste tragico instante da humanidade em que a campanha destruidora do communismo, assoladora

pelo Komintern e coadjuvada pelo judaismo, pelo capitalismo, pela maçonaria, rezaudese em todo o globo.

A força destruidora do Sovietiet tem sido posta á prova em todos os recantos da terra e, nas mais asperas e sangrentas lides, tem se patenteado a capacidade destrutiva dos seus methodos.

É o que o eixo Roma-Berlim deseja á formar uma columna de fogo contra os galpões vermelhos dos sequesses de Stalin, é estabelecer uma armadura invencivel na Europa, no pensamento e no espirito contra a habilissima propaganda que a Terceira Internacional distilla na imprensa, nos livros, nas escolas, no radio.

A recente visita de Mussolini á Alemanha estabeleceu definitivamente o eixo Roma-Berlim. Os dois grandes conductores da Europa, que representam as nações mais fortes material e moralmente do continente, lançaram as bases de uma nova politica continental toda traçada no sentido de preservar a civilização do Occidente contra o modo de odio e de sangue que regia dos estepes russos.

O entusiasmo verdadeiramente estrondoso com que os massas allemãs receberam o grande estruturador do Novo Imperio Italiano, trazia bem a profunda unidade de vistas que ha entre a Alemanha e a Italia.

Tudo o que a imprensa mundial assignalou desta visita não referiu com a devida que a significação que ha nella porque, ao contrario da que muita gente pensa, Mussolini e Hitler demarcaron definitivamente novos horizontes para a diplomacia europea, determinando, com rapidez e grandiosa audacia, o destino do Occidente.

Agora, a jornada que a Russia empreita para abanar os alicerces constituidos e materias da civilização christã não pode ser realizada com a mesma "liberdade sempre" as banquetes dos exercitos allemãs e italianos,

a que se juntam agora as de Portugal e a Republica Nacionalista, li se acham rebrilhando no silencio das noites de vigilia, promissas a penetrarem no peito daquelles honras que quizerem ser os governos da humanidade.

O eixo Roma-Berlim é, portanto, de tudo, um symbolo. Symbolo de uma firmeza e coragem fundadas no amor e no conforto tríplice que, em todos os pontos do mundo, lutam por uma vida nova e viciada pela morte que lutam a unisono a civilização christã que resistiram e que lhes, sempre preservar!



Os chefes das duas nações por occasião das festividades da recepção de Mussolini

Imagem 23: Jornal Acção Sábado, 23 de outubro de 1937, p. 5.

No seu último número, do primeiro mês de circulação, é publicado de forma enfática uma grande manchete: “A política internacional se orienta no sentido de novas ideologias.” Num paradigma analítico de cunho instrumentalmente maniqueísta é abordada a articulação do denominado: “Bloco político Italo-Alemão contra o comunismo Franco-Russo”.

Numa reportagem na mesma página a Alemanha é o assunto em discussão: “Comemorado o 10º aniversário do Distrito Nazista de Berlim. O Chanceler do Reich faz homenagens a Goebbels”<sup>106</sup>.

As questões das alianças políticas entre os países que formariam em breve as Potencias do Eixo, são divulgadas em outras edições do Jornal Acção. Em noticiário que trata do pacto alemão e japonês é interessantes o título da referida reportagem, pois

<sup>106</sup> ACÇÃO. Comemorado o 10º aniversário do Distrito Nazista de Berlim. O Chanceler do reich faz homenagens a Goebbels. *Acção*, n.22, 31 de outubro de 1936, p. 1.

o assunto recebe a manchete: “Os países fascistas se unem em defesa da civilização cristã.”<sup>107</sup>.

No final de 1937, com as alianças políticas entre Alemanha, Itália e Japão já concretizadas o jornal integralista anuncia: “Eixo Roma-Berlim-Tóquio contra as manobras do Komintern – Aassignatura do pacto anti-communista.”<sup>108</sup> O referido artigo elogia a ação conjunta dos três países contra o comunismo.

### 3.5.2 Espanha, Portugal, França, Áustria e Inglaterra.

Dois dias depois das comemorações da Marcha sobre Roma, saudadas nas páginas do *Acção*, também as festividades do aniversário da fundação das falanges espanholas são referenciados pelo diário integralista: “Festeja-se na Hespanha Nacionalista o aniversário das phalanges de Primo de Rivera. 37.000 milicianos sob a Bandeira Nacionalista.”<sup>109</sup>.

O *Acção* aborda de forma enfática as solenidades realizadas nas áreas da Espanha ocupadas pelas tropas nacionalistas, assim, como faz referencia ao evento realizado na cidade de Miranda “em homenagem aos mutilados e feridos da legião dos “camisas-negras”.

O jornal proporcionou ao público leitor favorável às tendências políticas da direita extremada o programa político de alguns movimentos, partidos e regimes do gênero. Em seu décimo número o jornal coloca na integra o programa político e econômico da Falange espanhola<sup>110</sup>, e o *Acção* será constante durante seus três 19 meses de circulação na cobertura da situação espanhola.

As manchetes das notícias são explícitas no sentido do posicionamento da AIB em relação à conjuntura política ibérica: “Os revolucionários as vésperas de criar a Nova Hespanha.”. No mês de novembro de 36 era noticiada a ocupação de Madri pelas tropas de Franco: “Mais um paíz fascista<sup>111</sup>.”.

Na mesma reportagem é comentada a repercussão da situação de Madri em Portugal: “O entusiasmo em Portugal pelo triunfo dos fascistas. A despeito do mau

<sup>107</sup>ACÇÃO.Os países fascistas se unem em defesa da civilização cristã. *Acção*, n.43, 26 de novembro de 1936, p.3.

<sup>108</sup>ACÇÃO. Eixo Roma-Berlim-Tóquio contra as manobras do Komintern – Aassignatura do pacto anti-communista. *Acção*, n.328, 6 de novembro de 1937, p.3.

<sup>109</sup>ACÇÃO. Festeja-se na Hespanha Nacionalista o aniversário das phalanges de Primo de Rivera. 37.000 milicianos sob a Bandeira Nacionalista. *Acção*, n.323, 30 de outubro de 1937, p.1.

<sup>110</sup>ACÇÃO. Bases do programa político, econômico e social da Phalange Hespanhola. *Acção*, n.10, 17 de outubro de 1936, p. 1.

<sup>111</sup>ACÇÃO. Mais um paíz fascista. *Acção*, n.28, 9 de novembro de 1936, p.2.

tempo a multidão reuniu-se em frente às redações dos principais jornais onde acolhia com aplausos as sucessivas informações sobre o avanço nacionalista”<sup>112</sup>.

No caso do regime salazarista o *Acção* no final de 1936 lança um artigo de explícito apoio à atitude de Portugal por ter rompido relações com Madrid, então ainda sobre controle das tropas republicanas e, que se encontrava em situação de rebelião contra as tropas nacionalistas do general Franco.

É pertinente a referência ao artigo: “O Estado Novo português e a Revolução da Hespanha”, reproduzido no mês de março de 37, da publicação francesa “*Journal des Debats*”. Nele é narrada a viagem do jornalista francês Raymond Reccouly a Portugal sob o regime de Salazar. Segundo a reportagem identificada no *Acção* como divulgada pela Agência Nacional (A. N.), o referido jornalista francês faz rasgados elogios à administração do governo de Portugal, assim como, das relações diplomáticas de Salazar com a denominada “Nova Hespanha do General Franco”, denominada no artigo de “coligação extremista”<sup>113</sup>.

A situação da Áustria também era comentada no artigo: “Desfile monstro da Frente Patriótica Austríaca”, nele o movimento austríaco é identificado como uma organização de caráter fascista e é ressaltado o número de participantes do desfile como um acontecimento que reuniu duzentos mil militantes<sup>114</sup>.

A situação política da França também estava presente na análise da conjuntura política internacional presente no jornal:

“Unidos os fascistas franceses”. Neste artigo é abordado o acordo de ação conjunta no combate ao comunismo realizado entre o Tenente-Coronel francês Dela Roque com o presidente da União Nacional dos Combatentes, Jean Guy<sup>115</sup>.

Na Inglaterra, também segundo o jornal, estava se desenvolvendo um movimento político que prenunciava segundo sua afirmação: “a anti-véspera de um novo Estado fascista” que era atribuída ao crescimento dos “camisas-pretas”. A análise da conjuntura política inglesa é desenvolvida no artigo: “O velho Império Inglês abalado em seus alicerces.”<sup>116</sup>:

<sup>112</sup> ACÇÃO. O entusiasmo em Portugal pelo triunfo dos fascistas. *Acção*, n. 28, 9 de novembro de 1936, p.2.

<sup>113</sup> ACÇÃO. O Estado Novo português e a Revolução da Hespanha. *Acção*, n.138, 20 de março de 1937, p.3.

<sup>114</sup> ACÇÃO. Desfile monstro da Frente Patriótica Austríaca. *Acção*, n. 12, 19 de outubro de 1936, p. 2.

<sup>115</sup> ACÇÃO. Unidos os fascistas franceses. *Acção*, n.15, 23 de outubro de 1936, p. 1.

<sup>116</sup> ACÇÃO. O velho Império Inglês abalado em seus alicerces. *Acção*, n.59, 14 de dezembro de 1936, p.4.

É o sinal dos tempos em que uma voz nova, criando o sentido de uma nova política britânica surgirá dentro em breve na velha ordem. (...) Noticiam os telegramas que, numa das grandes demonstrações populares em frente ao Parlamento, em Londres entre os vivas a Eduardo VIII, surgiram os Camisas-pretas, do Sr. Oswald Mosley, o chefe fascista inglês e a mocidade britânica, confraternizada com o povo a hora do novo espírito que sintetiza o século XX. [...]. É a anti-vespera de um novo Estado fascista.

Plínio Salgado no artigo “Distinção”<sup>117</sup>, tenta justificar que os “integralistas precisam distinguir o seu movimento dos outros, aparentemente congêneres, que se processam na história contemporânea ...”.

Esses movimentos conhecidos pelos nomes de “hitlerismo” ou “nacional-socialismo”; “fascismo”, inglês, hespanhol; “Legionarismo Republicano Argentino”; “Nascismo Chileno”; etc., não se podem identificar ao integralismo brasileiro.[...] “Não vai nessa apreciação uma condenação ao nazismo que teve a virtude de salvar a Europa da “avalanche” bolchevista [...]. Seja lá como for o nazismo salvou a Alemanha da ruína, ergueu-a e honrou-a com surpresa para o mundo.

Este artigo é interessante, pois Salgado fala da situação política não só da Alemanha, da Itália de Mussolini e, também da França que era o cenário de movimentos políticos como o “Croix du Feu” e a “Action Française”. A respeito da França Salgado demonstra apoio ao movimento “Croix du Feu” liderado pelo Coronel De La Roque. Já a “Action Française” de Charles Maurras é criticada pela sua proposta política de retorno ao monarquismo. Porém a experiência política européia mais elogiada pelo Acção neste e, em outros artigos é a Itália de Mussolini.

Quanto ao fascismo italiano elle traz consigo muito mais revolucionarismo. Em etapas graduas, tem operado com a transformação do Estado, uma verdadeira Revolução. Os golpes são espaçados mas obedecem a um plano geral com firmeza e executado com fidelidade” [...] “A transformação completa do Estado, no sentido de uma reorganização completa da economia, e da fixação de novos princípios norteadores da função de Governo [...].

A ideologia integralista, apresentando-se como proposta política genuinamente brasileira, é discutida no estudo de Vasconcelos (1979), onde o autor aborda a pretensa ideologia “autonomística” difundida pelas publicações da AIB. Porém, ao mesmo tempo, que o “Chefe” integralista se coloca como o porta-voz de uma “original”

---

<sup>117</sup>SALGADO, Plínio. Distinção. **Acção**, n. 70, 29 de dezembro de 1936, p.4.

proposta política, ele não esconde sua simpatia e admiração pelas novas ideologias em voga na Europa.

No início de janeiro de 1937, o *Acção* traz na primeira página as fotos de Salgado e Mussolini com a manchete: “Fascismo e Integralismo são idênticos quanto aos princípios gerais, diversos quanto aos meios e formas de actualização desses princípios.”.

Neste mesmo número também consta o artigo: “Fascismo e integralismo” escrito por Miguel Reale onde a Itália fascista é elogiada, o artigo faz clara relação de afinidade dos princípios ideológicos da AIB com a intitulada “doutrina fascista”:

Na Itália se impuseram a imensa tarefa de reviver as glórias do passado [...]. No Brasil a tarefa é mais árdua. Trata-se de revelar uma nação, cuja a palavra ainda não se fez ouvir, cujos os valores espirituais o mundo desconhece e não poucos brasileiros ignoram. O nacionalismo fascista foi uma reação violenta, reação natural contra esse Tratado de Versalhes que satisfaz o orgulho da França e a saciada ambição britânica, marcou além do mais a reação espírito nacional contra a traiçoeira fraternidade internacionalista dos centros maçônicos e o seu irmão gêmeo, o internacionalismo socialista [...]. A Revolução não se prega mais em nome de uma classe: a Revolução é o direito sagrado da nação, da totalidade das forças nacionais. A experiência Italiana demonstra que a Revolução deve ser feita no sentido de dar uma base corporativa, e não mais partidárias, a nova Democracia tanto no sector do ordenamento jurídico da representação política, quanto no domínio das realizações econômicas. O corporativismo, eis o objetivo final da ordem política. O fascismo foi dessa arte a grande escola do dynamismo, de vitalidade. [...] “Nesse período cremos ter condensado o que há de essencial na doutrina Fascista”<sup>118</sup>.

A AIB se apresentava também como um movimento originalmente latino americano na busca de afirmar seu caráter singular e, sua constante afirmação da sua natureza “genuinamente brasileira” era tautológica e também contraditória. Ora buscando afirmar as afinidades entre o integralismo e os congêneres europeus, depois tentando mostrar que na América do Sul surgiam expressões políticas portadoras de um nacionalismo diferenciado e autônomo.

### 3.5.3 A extrema direita na América Latina.

O interessante também ao investigarmos a imprensa integralista através da análise do jornal *Acção* é que o mesmo fazia referência a outros órgãos da imprensa

<sup>118</sup>ACÇÃO. Fascismo e integralismo. *Acção*, n. 78, 8 de janeiro de 1937, p. 1.

política latino-americana que compactuavam dos valores característicos da ideologia integralista.

Foi reproduzido no *Acção* numa edição de 1937 um artigo atribuído ao jornal argentino “El Pueblo” assinado com as iniciais J.A.S. O mesmo enfatiza que diante das instabilidades da vida política brasileira havia surgido o que o periódico argentino denominava de “um movimento patriótico de grande envergadura”.

A apologia a AIB e a Plínio Salgado era obviamente explícita e o artigo que ocupou uma página inteira do *Acção* fazia um balanço do era denominado “avanço integralista no Brasil”.

O artigo atribuído ao “El Pueblo” era intitulado:

Existe em América del Sur un partido doctrinário que es dueño del futuro. El “Integralismo” del Brasil, que preside su fundador Plínio Salgado. Um millón de “camisas-verdes. “Cuenta ya com seis diputados provinciales (estadales) y mas de 350 vereadores. Em la eleccion nacional próxima espera conquistar varias decenas de parlamentarios nacionales. Actualmente más de 25 prefectos pertencem al integralismo militante<sup>119</sup>.

O artigo faz uma longa análise da AIB citando os jornais que compunham o Sigma - Jornais Reunidos espalhados pelo Brasil fazendo elogios, como afirma: “el poder incontrastable de la prensa”. Assim, como faz referencia aos livros publicados pelas lideranças integralistas Gustavo Barroso e Plínio Salgado: “Varios de sus libros están yen la 4ª edicion, com tirajes superiores a los 20.000 ejemplares”.

Na mesma página o *Acção* comenta a longa reportagem reproduzida em suas páginas do jornal argentino:

“El Pueblo, um dos mais importantes diários argentinos, publica esta magnífica reportagem sobre o integralismo no Brasil. O jornalista da grande metrópole sulina estudou com notável acuidade a pujante idéa creadora do Sigma, descrevendo a nossa organização, fixando com nitidez estupenda as finalidades da doutrina de Plínio Salgado. É confortador verificar que, além das nossas fronteiras se estuda e se comprehende este nosso movimento, cujo destino é fazer grande e respeitado o continente sul-americano<sup>120</sup>.

O *Acção* buscava também destacar movimentos e partidos de extrema direita presentes na América Latina na década de 30. Como o APRA, movimento nacionalista peruano noticiado em algumas edições do jornal *Acção*.

<sup>119</sup> *ACÇÃO*. Existe em América del Sur un partido doctrinário que es dueño del futuro . *Acção*, n. 295, 28 de setembro de 1937, p. 4.

<sup>120</sup> *ACÇÃO*. El Pueblo, um dos mais importantes diários argentinos, publica esta magnífica reportagem sobre o integralismo no Brasil. *Acção*, n. 295, 28 de setembro de 1937, p. 4.

A primeira referencia ao APRA<sup>121</sup> no *Acção* data do início de 37, no artigo: “Peru”. Nele é discutida a histórica exploração colonial na América Latina e, segundo o jornal: “A luta libertadora da América travou-se em terras do Peru. [...] O espírito nacional peruano reage hoje”. Esta reação, segundo a reportagem, tinha origem no movimento do APRA.

O aprismo peruano é um movimento revolucionário que rompe com a cultura européia, com o espírito burguez-reacionário, com o capitalismo-imperialista, com o liberalismo doente. É uma afirmação de soberania nacional em todos os sentidos. Político, econômico e cultural. Libertação nacional em todos os sentidos. O aprismo é um movimento que reflete muito a ânsia dos povos americanos, que querem se libertar de todos os tipos de escravidão realizados pela Europa imperialista e exploradora dos chamados povos semi-coloniais. Elle reflete a alma peruana<sup>122</sup>.

O jornal *Acção* fazendo uma análise da situação política peruana aponta no artigo “A Sucessão Presidencial” que um golpe de Estado havia ocorrido no país como consequência de uma “reação capitalista”.

Onde este phenomeno de reaccção capitalista tomou um character mais accentuado, ultimamente, foi na República do Peru. Neste paiz, onde um povo irmão sofre a mesma miséria econômica e a mesma oppressão política e social que o povo brasileiro, se realizaram no fim do anno passado as eleições para substituir o Presidente da República. A primeira medida tomada pelo governo liberal-democrático para garantir a sua vitória, foi o fechamento do partido Aprista, que é um movimento nacionalista revolucionário e popular, como o integralismo no Brasil. Os apristas, porém, que são comandados pelo grande chefe Haya de La Torre, apoiaram um candidato merecedor da sua confiança, tendo elle sahido victorioso do pleito eleitoral. O governo do Perú, entretanto, achou um jeito de inutilizar uma vitória que, sendo uma vitória das massas trabalhadoras e nacionalistas daquelle paiz, não convinha nem á burguezia nem ao imperialismo estrangeiro. E no dia 8 de dezembro de 1936, o Congresso peruano votou o prorrogamento do mandato presidencial do General Oscar Benavides, salvando com este gesto, como sempre, “patriótico, a sorte da burguezia e os interesses do imperialismo [...]”<sup>123</sup>.

<sup>121</sup> A partir de 1920 o Peru foi cenário de uma profunda polarização política em decorrência de um rápido crescimento urbano e da crise do regime liberal e oligárquico. Com a emergência do proletariado, houve a organização em 1924 do APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), liderada por Victor Haya de la Torre (1895-1979), partido de forte penetração nos setores urbanos por sua prática populista. Em 1928, ocorreu a formação do Partido Comunista Peruano, tendo José Carlos Mariátegui (1895-1930) como um dos seus dirigentes. Diante do fortalecimento do populismo e do socialismo, os setores oligárquicos reagiram, incentivando as correntes intelectuais e organizações partidárias que se posicionavam contra as forças de esquerda. VASCONSELOS, Lúcio Flávio. In: **Dicionário crítico do pensamento da direita**. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000. p. 126.

<sup>122</sup> *ACÇÃO*. Peru. *Acção*, n. 96, 28 de janeiro de 1937, p. 4.

<sup>123</sup> *ACÇÃO*. A Sucessão Presidencial. *Acção*, n.168, 29 de Abril de 1937, p.4.

O artigo do *Acção* coloca que um golpe foi dado no Peru com o prorrogamento do mandato do referido General. O noticiário deixa implicitamente a questão se o mesmo não poderia vir a acontecer no Brasil com o risco da continuidade de Vargas no poder.

O mais notório é que a AIB se coloca ao lado do APRA como representantes de uma proposta nacionalista e antiimperialista para a América Latina.

Outro artigo sobre o APRA tem a grande manchete:

Aprismo, Revolução Social Peruana. El APRA, o único partido popular – A vitória eleitoral do Aprismo. As perseguições da ditadura do General Benavides – A capitl do Perú Aprista – A personalidade do “EL Jefe” Haya de La Torre – A aggonização dos “camisas-azues” peruanos. Contra o comunismo e contra o imperialismo - “imminentemente a vitória desse movimento americanista – Haya de La Torre saúda o Brasil<sup>124</sup>.

O referido Artigo do *Acção* já na grande manchete da reportagem sobre o APRA coloca-se favorável ao movimento político peruano. Fazemos referencia a reportagem que esclarece bem a tentativa dos integralistas de dar destaque aos movimentos nacionalistas latino-americanos de extrema-direita. O artigo fala que apesar do golpe do General Benevides, impossibilitando o APRA de se efetivar no poder, os votos dos candidatos apristas foram representativos.

Depois de 24 mezes de ilegalidade e terríveis perseguições, o Aprismo causou ao governo militar chefiado pelo general Benavides [...] derrota eleitoral registrada até hoje pela história política peruana. O Partido Aprista que os indígenas e os peruanos em geral chamam apenas “El APRA” pode ser considerado como o único e verdadeiro partido político popular peruano. [...] Mesmo assim o Aprismo conquistou uma maioria sem precedentes, oitenta por cento dos votos apoiaram incondicionalmente os candidatos populares apresentado pelo Partido Aprista<sup>125</sup>.

O Aprismo, segundo o *Acção*, era uma “Força eleitoral”, e o jornal integralista dá detalhes da situação nas eleições peruanas expondo que o APRA no Peru apoiou candidatos populares, conseguindo 80% dos votos. A reportagem afirma que “sob censura e abusos policiais” o APRA mostrou sua “força eleitoral”. E, é colocado na análise integralista da situação peruana que: “apesar de não ter candidatos próprios [...] sendo provável que se o próprio Haya de La Torre, fundador e Chefe do aprismo

<sup>124</sup> *ACÇÃO*. Aprismo, Revolução Social Peruana”. “El APRA, o único partido popular. *Acção*, n. 169, 30 de abril de 1937, p. 3.

<sup>125</sup> *ACÇÃO*. Aprismo, Revolução Social Peruana”. “El APRA, o único partido popular. *Acção*, n. 169, 30 de abril de 1937, p. 3.

peruano tivesse sido candidato oficial, os apristas teriam alcançado 95% dos votos em geral.”.

A respeito dos movimentos de extremismo político na América Latina o Acção também reproduziu o programa político do “Movimento Nacional Socialista Chileno”, conhecido por “Nacismo”. O artigo, reproduzindo uma matéria atribuída ao jornal chileno “Trabajo” que circulava na cidade de Santiago foi publicado na imprensa integralista em grande manchete em maio de 37:

Por ocasião do quinto aniversário da fundação do Movimento Nacional Socialista do Chile, o Conselho Geral do Movimento Nacional Socialista reunido sob a presidência do Chefe resolve formular a seguinte declaração como uma reafirmação dos princípios fundamentais em que se baseia o Nacismo<sup>126</sup>.

O artigo do Acção reproduz a declaração estruturada em sete tópicos que havia sido lançada no Chile na ocasião da referida reunião. O discurso legitimado por idéias cristãs era colocado enfaticamente como parâmetro da proposta políticas do Nacismo e da AIB.

Citamos como exemplo a proposta de reforma educacional do movimento chileno, que defendia segundo as afirmações do artigo, uma: “política educacional com absoluto respeito pela consciência religiosa das pessoas e da moral cristã”.

Destacamos o quinto tópico da “declaração de princípios” do Nacismo a respeito de sua posição sobre a propriedade privada: “5º - O Estado nacista responderá o direito da propriedade privada, porém está ficará submetida em seu uso as exigências superiores da coletividade [...]”.

O modelo de organização política e econômica do Nacismo também apregoava o corporativismo afirmado no sétimo tópico: “7º - O Estado nacista terminará como atual regime de partidos políticos, o qual será substituído por um sistema funcional ou corporativo.

Ao analisarmos o programa político do movimento “Nacista” observamos que estavam presentes outros elementos ideológicos semelhantes ao da AIB no Brasil, como os temas; anti-liberais, anticomunistas e a defesa do nacionalismo , justificando as propostas do denominado “Estado Nacista”.

As leituras que realizamos das mais de quatrocentas edições do jornal Acção nos proporcionaram uma visão sobre os movimentos congêneres a AIB aqui na América

---

<sup>126</sup> ACÇÃO. As bases doutrinárias do nacional socialismo chileno. **Acção**, n.172, 5 de maio de 1937, p. 5.

Latina. No artigo “O Integralismo e a América”<sup>127</sup> escrito por Miguel Reale são abordadas as comemorações do “dia da América” e, é enfatizada a questão de defesa de uma política de caráter “americanista” defendida, segundo o diretor do Acção, pela AIB.

Nós, “camisas-verdes” somos fundamentalmente americanistas. Desde o início das nossas atividades, desde o “Manifesto de Outubro” de 1932, fizemos questão de afirmar de maneira clara e positiva, o nosso desejo de consolidar os laços que nos unem as pátrias irmãs, dando a esta amizade os indispensáveis lastros da autonomia econômica e da organização militar. Hoje vemos que a nossa palavra foi ouvida e compreendida pelos nacionalistas de todos os países ibero-americanos.

Miguel Reale, fazendo um balanço da projeção da AIB na América Latina cita o artigo publicado no jornal argentino “El Pueblo” e comenta: “E muito nos alegrou o sentimento manifestado pelo articulista de uma união das Nações da América do Sul em torno dos princípios basilares da doutrina integralista.

E, relembra também os princípios ideológicos do “Movimento Nacional Socialista Chileno” o “Nacismo”, que também foram publicados no Acção, e comenta sobre a difusão das idéias integralistas na América Latina:

Identica espiração revelou, há mais ou menos um anno, o Chefe do Nacional Socialismo Chileno, pondo em destaque os pontos que se completam e se harmonizam os programas do Nacismo e do Integralismo [...].

Agora acabo de receber os últimos números de “Bandera Argentina”, diário de um forte grupo nacionalista de Buenos Aires, com a tradução completa do “Manifesto de Outubro”, considerado como documento decisivo e indispensável, não só a consolidação da paz interna dos povos latino-americanos, como também á paz continental.

Também no Uruguay, foi fundada a “Acção Integralista Uruguayaya” que adoptou como emblema o Sigma e como doutrina os ensinamentos de Plínio Salgado, com as modificações decorrentes de seu peculiar meio econômico-social. Temos notícias também do interesse com que é acompanhado o nosso movimento no Peru, na Bolívia, no Paraguay, onde os livros e jornaes integralistas são lidos com esse entusiasmo que anuncia as culminantes cruzadas da história. [...] Compreender em boa hora, as nações ibero-americanas que devemos estudar e resolver conjunctamente os nossos problemas abandonando de uma vez para sempre o protectorado comprometedor da terra de Roosevelt [...].<sup>128</sup>

<sup>127</sup> REALE, Miguel. O Integralismo e a América. *Acção*, n. 307, 12 de outubro de 1937, p.4.

<sup>128</sup> REALE, Miguel. O Integralismo e a América. *Acção*, n. 307, 12 de outubro de 1937, p.4.

### 3.5.4 O repúdio ao anti-fascismo e a tentativa de desvencilhar a AIB de comparações com a extrema direita européia após o golpe do Estado Novo.

A imprensa integralista através do jornal *Acção* mostrando explicitamente o seu posicionamento ideológico, em vários artigos criticou as frentes populares antifascistas da Europa e aqui no Brasil identificou a Aliança Nacional Libertadora como expressão do movimento anti-fascista nacional.

O fato é que, no contexto de popularização da imprensa, as comunidades de migrantes no Brasil ocuparam um papel de extrema importância na história política nacional mantendo setores da classe trabalhadora em sintonia com os acontecimentos políticos internacionais. A imprensa revolucionária, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, liderada por migrantes italianos, exerceu as primeiras manifestações de antifascismo.

O antifascismo surge na Itália com o início do regime fascista em 1922 e é combativo até 1943. A luta antifascista através da imprensa também é importante na Espanha no contexto da Guerra Civil, destaca-se o jornal *El Mono Azul*, órgão de La Alianza de Intelectuales Antifascistas para la Cultura, fundada por Federico Garcia Lorca.

No Brasil a primeira organização antifascista é a *Unione Democrática*, que é fundada no Rio de Janeiro pelos italianos Giovanni Infante e Giovanni Scala em 1924. Em São Paulo com recursos das lojas maçônicas é criado por Antonio Picarolo em 1923 o jornal *La Difesa*. A luta contra a extrema direita no Brasil é pouco analisada na nossa historiografia<sup>129</sup>.

Após, 1924 dentro do Estado de São Paulo são fundadas sessões da *Unione Democrática*. E, surgem outras associações espalhadas nos Estados brasileiros, como a Liga Internacional de Defesa Democrática, em Belo Horizonte; o Frente Único Antifascista, em Curitiba; e a *Azzociazione Giacomo Matteotti*, na capital paulista.

O *Acção* no artigo “Frentes populares e Anti-fascismo”, o autor Everaldo Backeuser fala da ameaça comunista no Brasil. O tema de um ataque comunista foi constante nas edições do *Acção* em 1937 até o golpe do Estado Novo.

Quando os comunistas russos perderam a esperança de vencer enfrentando diretamente a organização burguesa do ocidente europeu

---

<sup>129</sup> Sobre o tema Anti fascismo no Brasil fazemos referencia ao artigo de: CASTRO, Ricardo F. de. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p.354-388.

mudaram de tática: alliaran-se a ela ennovellando-a dentro dos “devaneios democráticos. Os bolchevistas fizeram-se democratas, ou antes camuflaram-se de republicanos no feito pregado pela Revolução Francesa, princípios até hoje ainda em vigor, pelo menos aparentemente em muitos países [...]. As frentes populares fundadas na França, na Espanha, em nossa terra, e em outras nações tiveram ou estão tendo brilhante êxito. A Aliança Nacional Libertadora conseguiu muitas adesões sinceras de democratas não comunistas em cujo o número estará por certo o Sr. Pedro Ernesto. Vendo que por si sozinhos não poderiam vencer, os comunistas apagam momentaneamente, deixam que os Bluns façam de Kerensky, e preparam pelas greves repetidas, pelo estado de instabilidade continua pela guerra civil, sempre que possível ser o caminho para a vitória definitiva<sup>130</sup>.

Esta reportagem do *Acção* é interessante, pois o jornal faz a acusação de como as frentes anti-fascistas estavam sendo financiadas. Segundo o artigo:

dinheiro anti-cristão dos israelitas expulsos da Alemanha, já não obedecem a fórmula “Pão, Terra e Liberdade” mas está outra que seduz o burguez, o católico, o capitalista “Guerra ao fascismo” [...]. Posta a cabo a mentira da organização democrática das “frentes populares” estão agora mudando novamente de estratégia. Já não são frentes populares, são anti-fascistas que se levantam contra Mussolini, contra Hitler, contra Salazar, contra Degrelle<sup>131</sup>.”

O jornal é explícito ao afirmar de que lado os integralistas se posicionam: “Todos os antigos aliados do bolchevismo estão postos contra Hitler, contra Mussolini, contra o Sr. Plínio Salgado, na imprensa, na tribuna, nas cátedras, no Parlamento.” Este artigo é representativo no sentido da análise da posição que a AIB se colocava na disputa entre os três imperialismos, favorável explicitamente aos países que formariam brevemente as Potências de Eixo.

No dia 10 de novembro, momento da efetivação do golpe do Estado Novo, a imprensa integralista mostrava mais uma vez suas preferências ideológicas. Num contexto internacional onde, as relações das forças políticas que se enfrentariam na Segunda Guerra Mundial começam a ganhar maior nitidez, mais uma reportagem reproduzida no *Acção* favorável ao Eixo: “O triângulo da Paz.”<sup>132</sup>

Roma, 09 (A.B) – O diário “Voce d’Itália” define o pacto tripartido anti-comunista como “Triângulo da Paz” (...) A Itália, a Alemanha e o Japão, assumindo a responsabilidade directa da luta anti-comunista, representam o espírito de uma centena de milhões de homens, que temem a insidia bolchevista.

De facto, a Polónia, a Suíça, Portugal, a Áustria, a Hungria, a Jugoslávia, o Brasil e a nossa Espanha, além de outros países da

<sup>130</sup> ACÇÃO. Frentes populares e Anti-fascismo. *Acção*, n. 168, 29 de abril de 1937, p. 4.

<sup>131</sup> ACÇÃO. Frentes populares e Anti-fascismo. *Acção*, n. 168, 29 de abril de 1937, p. 4.

<sup>132</sup> ACÇÃO. O triângulo da Paz. *Acção*, n.331, 10 de novembro de 1937, p.1.

América Latina, estão resolvidos a enfrentar com a maior intransigência o comunismo, obtendo para isso as forças necessárias das respectivas civilizações nacionais.

Depois da concretização do golpe do Estado Novo a AIB tenta desvencilhar a imagem dos integralistas com os partidos e movimentos políticos europeus que faziam apologia nas edições anteriores do *Acção*.

Colocamos em destaque o artigo “Nacionalismo, Fascismo e Nazismo” pois a AIB no final da década de 30 tenta apagar a imagem de identificação do movimento com as tendências políticas de extrema-direita internacional. Posição está que será negada não só nos jornais da AIB, mas também nos livros publicados por seus teóricos.

Como reação natural ao materialismo e ao internacionalismo dissolvente em todo o mundo desabrocham e se desenvolvem movimentos baseados em idéias que se inspiram em uma mystica nacionalista. [...] Variando em cada país de acordo com as suas verdadeiras realidades, ligam-se na base por seus princípios comuns. Dahi as suas semelhanças. O primeiro deles que triunfante se manifestou foi o fascismo de Benito Mussolini. Dahi se ter dado o nome de fascismo a todos os movimentos idênticos análogos, ou semelhantes [...]. De todos os movimentos de carácter fascista, e assim os denominam por falta de expressão mais apropriada para a sua genialidade o ex-integralismo é o que continha a maior dose de espiritualidade e um corpo de doutrinas mais perfeito [...]. Surgindo depois de Mussolini e de Hitler, elle afirmava mais fortemente o primado do espírito e mais alto se eleva, doutrinarmente, para as verdades eternas, que scintilam na aurora dos tempos novos<sup>133</sup>.

O longo artigo estabelece os pontos comuns entre integralismo, fascismo e nazismo, apresentando contradições a respeito da posição ideológica da AIB, explicita em edições anteriores, através da cobertura da conjuntura política internacional:

O Ex-Integralismo, o Fascismo e o Nazismo Alemão tem os seguintes pontos de contacto. No terreno espiritual são reacções do espiritualismo contra o materialismo, do nacionalismo, contra o internacionalismo, do idealismo christão contra o naturalismo judaico-puritano. No terreno económico são reacções da produção contra a especulação da propriedade contra o capitalismo absorvente. No terreno social são reacções contra as doutrinas unilaterais dos séculos XVIII e XIX, liberalismo e comunismo. Todos os três condemnam as forças ocultas que dominam o Estado, querem o corporativismo, mantêm o direito de propriedade, affirmam a soberania económica, adaptam a economia de plano, defendem a Pátria, garantem a família, detestam a usura e organizam as hierarchias. Separamos entretanto diferenças profundas. O fascismo se enraiza na gloriosa tradição do Império Romano e sua concepção do Estado é cesariana, anti-christã. O Estado nazista é também pagão e se baseia na pureza

<sup>133</sup> *ACÇÃO*. Nacionalismo, Fascismo e Nazismo . *Acção*, n.366, 15 de dezembro de 1937, p.4.

da raça ariana, no exclusivismo racial. Estudando-se bem as três doutrinas, se verifica que o integralismo estava num ponto em que, se não pode aproximar do Fascismo e do Nazismo sem perda a expressão, mas em que ambos podem evoluir até ele<sup>134</sup>.

Nosso intento ao selecionarmos estas passagens de artigos do jornal *Acção*, como apontamos, foi evidenciar o declarado apoio dos integralistas com as experiências políticas de extrema-direita. AIB no momento de ascensão da extrema direita no período entreguerras apresentava artigos apoloéticos em relação ao fenômeno político internacional que alterou a dinâmica ideológica entre capitalistas liberais ou conservadores no período denominado por Hobsbawm (1995), de “Era dos extremos”.

A imprensa integralista e, especificamente o jornal *Acção*, através de seus noticiários sobre a conjuntura política internacional, revelava as afinidades ideológicas da AIB no contexto da ascensão da extrema direita internacional.

A atribuição que os teóricos da AIB difundiam a respeito de seu caráter ideológico era demagogicamente coerente com as oscilações de seus pronunciamentos diante das turbulências do contexto de disputa entre as forças políticas no cenário nacional e internacional. Porém, as suas concepções defendidas em sua ideologia e em projeto político, assim como, o seu posicionamento diante dos acontecimentos da conjuntura política internacional revelam os elementos da unidade ideológica da extrema direita enquanto fenômeno político internacional no início do século XX.

---

<sup>134</sup> ACÇÃO. Nacionalismo, Fascismo e Nazismo . *Acção*, n.366, 15 de dezembro de 1937, p.4.

# JUSTIÇA SOCIAL

Depoimento de "ACSO" ERNANI SILVA BRUNO

Na Brasil, a possibilidade de justiça social era extremamente baixa e a sociedade brasileira se tornou um conglomerado de classes sociais, com uma elite muito rica e uma massa muito pobre que não tinha condições de melhorar sua situação econômica e social.

De acordo com o depoimento de Ernani Silva Bruno, a situação econômica brasileira era extremamente precária, com uma população que vivia em condições de extrema pobreza. A elite brasileira era muito rica, mas a massa popular era muito pobre e não tinha condições de melhorar sua situação econômica e social.

Ernani Silva Bruno afirma que a situação econômica brasileira era extremamente precária, com uma população que vivia em condições de extrema pobreza. A elite brasileira era muito rica, mas a massa popular era muito pobre e não tinha condições de melhorar sua situação econômica e social.

## O CYCLO DA BARRICA

Uma das principais causas da situação econômica brasileira era a falta de investimentos em infraestrutura e educação. Isso resultava em uma população pouco qualificada e com poucas oportunidades de emprego.

Ernani Silva Bruno afirma que a situação econômica brasileira era extremamente precária, com uma população que vivia em condições de extrema pobreza. A elite brasileira era muito rica, mas a massa popular era muito pobre e não tinha condições de melhorar sua situação econômica e social.

## A Colonização no Sul do Brasil



UMA DAS COLONIAS DO INTERIOR PARANAENSE

A colonização no Sul do Brasil foi um processo que começou no século XVIII, quando os portugueses começaram a enviar famílias para o interior do Brasil. Essas famílias buscavam melhores condições de vida e oportunidades de emprego.

Ernani Silva Bruno afirma que a situação econômica brasileira era extremamente precária, com uma população que vivia em condições de extrema pobreza. A elite brasileira era muito rica, mas a massa popular era muito pobre e não tinha condições de melhorar sua situação econômica e social.

# ACAO Não ha extremismo da direita

PLINIO SALGADO

Plínio Salgado, fundador do Partido Social Brasileiro, afirma que não há extremismo da direita. Ele defende uma linha moderada e pragmática, focada no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população.

Salgado afirma que a situação econômica brasileira é extremamente precária e que é necessário implementar reformas estruturais para melhorar a qualidade de vida da população. Ele defende uma linha moderada e pragmática, focada no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população.

## Pensamentos de Napoleão

Ernani Silva Bruno discute os pensamentos de Napoleão Bonaparte, destacando sua visão sobre a organização do Estado e a importância da educação. Ele argumenta que essas ideias são relevantes para o contexto brasileiro atual.

Ernani Silva Bruno afirma que a situação econômica brasileira é extremamente precária e que é necessário implementar reformas estruturais para melhorar a qualidade de vida da população. Ele defende uma linha moderada e pragmática, focada no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população.

## De Oliveira Vianna

Ernani Silva Bruno discute as ideias de Oliveira Vianna, um importante filósofo brasileiro. Ele destaca a importância da educação e da cultura para o desenvolvimento do Brasil.

Ernani Silva Bruno afirma que a situação econômica brasileira é extremamente precária e que é necessário implementar reformas estruturais para melhorar a qualidade de vida da população. Ele defende uma linha moderada e pragmática, focada no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população.

# O Segundo Plano

PLINIO SALGADO

Plínio Salgado discute o Segundo Plano Nacional, defendendo a necessidade de reformas estruturais e de investimentos em infraestrutura. Ele argumenta que essas medidas são essenciais para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Salgado afirma que a situação econômica brasileira é extremamente precária e que é necessário implementar reformas estruturais para melhorar a qualidade de vida da população. Ele defende uma linha moderada e pragmática, focada no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população.

## A Situação da

Ernani Silva Bruno discute a situação econômica atual do Brasil, destacando os desafios e as oportunidades. Ele defende a necessidade de reformas estruturais e de investimentos em infraestrutura.

Ernani Silva Bruno afirma que a situação econômica brasileira é extremamente precária e que é necessário implementar reformas estruturais para melhorar a qualidade de vida da população. Ele defende uma linha moderada e pragmática, focada no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população.

## FALTA DE CITO

Ernani Silva Bruno discute a falta de citações e referências em seu trabalho, defendendo a importância da pesquisa e da documentação para a produção de um texto acadêmico.

Ernani Silva Bruno afirma que a situação econômica brasileira é extremamente precária e que é necessário implementar reformas estruturais para melhorar a qualidade de vida da população. Ele defende uma linha moderada e pragmática, focada no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população.

## O Problema da assimilação

Ernani Silva Bruno discute o problema da assimilação cultural e social, defendendo a importância de preservar a identidade brasileira enquanto se busca o desenvolvimento econômico.

Ernani Silva Bruno afirma que a situação econômica brasileira é extremamente precária e que é necessário implementar reformas estruturais para melhorar a qualidade de vida da população. Ele defende uma linha moderada e pragmática, focada no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população.

## "O desencanto do Brasil"

Ernani Silva Bruno discute o desencanto da população brasileira com o atual governo e a situação econômica do país. Ele defende a necessidade de reformas estruturais e de investimentos em infraestrutura.

Ernani Silva Bruno afirma que a situação econômica brasileira é extremamente precária e que é necessário implementar reformas estruturais para melhorar a qualidade de vida da população. Ele defende uma linha moderada e pragmática, focada no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população.

# APONTAMENTOS SOBRE O DEBATE CONCEITUAL A RESPEITO DO CARÁTER POLÍTICO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA.

## CAPÍTULO IV

#### 4.1 O labirinto historiográfico do fascismo.

O Dicionário Crítico do Pensamento de Direita (SILVA, 2000a) denomina de – *Fascismos*– os movimentos e regimes de extrema-direita que atuaram em um grande número de países, entre 1920 a 1945. Nessa perspectiva, conceitos como nazismo, salazarismo, franquismo, entre outros, concernentes a experiências de extremismo político, recobririam um fenômeno político diferenciado, os regimes ou movimentos de extrema-direita que atuaram em vários países no período em questão.

Segundo o verbete, a denominação genérica de *fascismo* se deve ao fato cronológico do caso italiano, que em 1922 inaugura uma nova tendência política que serviria de modelo à maioria dos regimes de extrema-direita.

É notório entre os estudiosos do tema que a palavra fascismo é derivada da expressão latina, *fascio*, cujo significado deriva dos feixes de varas carregados pelos litores na Roma Antiga e com os quais se aplicava a justiça. Os jacobinos durante a Revolução Francesa também utilizaram este símbolo como sinônimo de liberdade e, no *Risorgimento* italiano no século XIX, o *fascio* foi utilizado como símbolo de ação política e unidade nacional.

A mudança no seu significado é atribuída primeiramente ao poeta futurista italiano Filippo Marinetti em 1917, que atribuiu ao mesmo um sentido nacionalista e autoritário. Dois anos depois em 1919, surge na Itália o *Fascio de Combate*, fundado por Benito Mussolini, os militantes desse movimento eram conhecidos como fascistas e combatiam movimentos grevistas e concentrações socialistas. Quando os fascistas chegam ao poder no Estado italiano sob a direção de Mussolini, em 1922, o símbolo é utilizado como marca do novo regime político.

Ao buscarmos compreender o Fascismo enquanto conceito explicativo dentro da Ciência Política, encontramos definições diversas devido à complexidade do objeto em questão, devido à pluralidade de regimes políticos que receberam esta definição; desde a experiência italiana onde o termo é usado pela primeira vez, se estendendo posteriormente ao Salazarismo português, ao regime de Franco na Espanha e, entre outras experiências políticas de extremismo no século XX.

O termo pode ser dividido em três significados principais. O primeiro faz referência a experiência histórica original, constituído pelo Fascismo italiano; o segundo está ligado à dimensão internacional que o Fascismo alcançou com a consolidação do

nacional-socialismo na Alemanha, que se assemelhava em relação a critérios organizativos e finalidades políticas. O que levou os estudiosos contemporâneos a estabelecerem uma analogia entre o Fascismo italiano e o que foi chamado de Fascismo de tipo alemão; o terceiro estende o conceito a todos os movimentos ou regimes que compartilham com o regime italiano a certo número de características ideológicas, critérios de organização e finalidades políticas. Nesta última acepção, o termo Fascismo assumiu atributos generalizantes.

O Fascismo enquanto sistema político é caracterizado pela monopolização da representação política por parte de um partido de massa único, hierarquicamente organizado, por uma ideologia de culto ao líder, na exaltação da nacionalidade e na crítica aos valores do individualismo liberal, no anticomunismo e no ideal de colaboração de classes numa proposta corporativista. Através da estatização dos meios de comunicação de massa por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e do dirigismo estatal no âmbito da economia.

Os estudos interpretativos, são definidos geralmente como “teorias” sobre o Fascismo, segundo Ernest Nolte,<sup>1</sup> e podem, segundo o autor, ser divididos, em duas categorias: as teorias singularizantes e as teorias generalizantes.

Pertencem à primeira categoria as teorias que para explicar os regimes fascistas, recorrem às particularidades das realidades nacionais dos regimes estudados e rejeitam toda tentativa de generalização. Segundo os defensores desse tipo de abordagem, o termo Fascismo, se aplica corretamente ao movimento político que se impôs na Itália nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial, e ao tipo de regime por ele instaurado após a tomada de poder; a outros movimentos ou regimes a eles semelhantes, só imprópriamente se pode aplicar o termo Fascismo.

Na abordagem singularizante o Fascismo é considerado como um produto particularmente característico da sociedade italiana, perspectiva esta, que é minoritária nos estudos sobre o tema. As primeiras hipóteses de explicação do Fascismo, com base em fatores internos típicos da situação italiana, surgiram na década de 1920 de acordo com a consolidação do movimento Fascista.

É relevante também diferenciar o Fascismo como movimento e o Fascismo como regime. Como expressão das aspirações da classe média emergente, ou de uma parte consistente dela a um papel político autônomo, tanto em confronto com a

---

<sup>1</sup> NOLTE, Ernest. **El fascismo en Su Época**. Madrid: Ediciones Península, 1963.

burguesia como com o proletariado, o Fascismo como movimento teria representado um momento de ruptura a respeito do passado, uma proposta de modernização das estruturas da sociedade italiana.

O Fascismo como regime, como resultado de um compromisso entre a ala moderada do movimento e as velhas classes dirigentes, restringiu o impulso original do movimento preservando a manutenção das relações tradicionais do poder entre as classes, para que Mussolini continuasse no poder. Demonstrando a nosso ver, a justa necessidade de se evitar generalizações arbitrárias, a perspectiva singularizante, deixa explícito a necessidade de pontuar as singularidades nacionais históricas entre as tendências políticas em discussão. Atribuir o conceito de fascismo ao caso Itália é antes de tudo uma evidência cronológica, porém em nosso entender, é inegável que elementos comuns unem as tendências de extremismo de direita.

A segunda categoria, que compreende o fascismo como conceito generalizante, considera o Fascismo como fenômeno supranacional que apresentou, nas diversas formas de que historicamente se revestiu características essencialmente análogas.

Em contradição a essa interpretação, a corrente historiográfica singularista, visa reduzir o âmbito de aplicação do conceito de Fascismo apenas ao contexto italiano. O centro da análise é o Fascismo em sua dimensão político-ideológica, e a tese de especificidade é baseada, em primeira instância, nas diferenças ideológicas e de projetos políticos do Fascismo italiano com relação ao nazismo ou a experiência de Portugal ou Espanha.

A partir da década de 1930 predominaram as interpretações pendentes a acentuar o caráter supranacional do Fascismo, que haviam de orientar a maior parte da pesquisa e alimentar o debate teórico mesmo depois da Segunda Guerra Mundial.

As abordagens generalizantes explicam o Fascismo italiano e o Nacional Socialismo Alemão, apesar das diferenças, relativo às particularidades históricas nacionais, como especificações de um modelo de dominação único. O elo comum é o esforço por compreender as raízes do Fascismo e, de um modo mais geral, os fenômenos políticos evidenciados pela sociedade contemporânea.

Nas interpretações existentes dentro da historiografia marxista<sup>2</sup> o Fascismo é identificado, numa perspectiva generalizante, compreendido em sua essência como uma

---

<sup>2</sup> O surgimento de movimentos fascistas e o estabelecimento de regimes fascistas em vários países europeus durante as décadas de 1920 e 1930 fizeram os pensadores marxistas se defrontarem com um novo e premente problema a ser analisado. Colocaram-se duas questões principais: (1) que condições

ditadura da burguesia. Nessa concepção, as origens dos Fascismos enquanto fenômenos internacionais são relacionados com a crise histórica do capitalismo em seu estágio final, a do imperialismo e com a necessidade que a burguesia tem, em face do agravamento das crises econômicas e da intensificação do conflito de classes, de manter o seu domínio.

O imperialismo, nessa perspectiva, envolve a tendência de transformar as instituições da burguesia, e o Fascismo é a expressão mais coerente desta tendência. Ele constitui uma das formas do Estado capitalista, precisamente a caracterizada pela ditadura aberta da burguesia, exercida sem a mediação das instituições democráticas. A Itália e a Alemanha, como elos mais fracos da cadeia imperialista, foram as primeiras a experimentar esta forma de dominação.

---

econômicas e sociais deram lugar o fascismo, e (2) o que tornou possível a vitória do fascismo e a destruição dos movimentos da classe trabalhadora em alguns países? Trotski, numa série de panfletos e artigos que escreveu entre 1930 e 1933, empenhou-se principalmente em formular uma estratégia política eficaz que capacita-se a classe trabalhadora a deter o avanço fascista na Alemanha, mas também esboçou as principais características do fascismo, das coisas mais importantes são: o fascismo é expressão de uma crise estrutural profunda do capitalismo moderno, isto é, resulta da tendência do capitalismo monopolista (conforme foi observado um e definido Hilferding) a "organizar" o conjunto da vida social de uma maneira totalitária; a base social dos movimentos de massas fascistas é a pequena burguesia ou classe média. Uma análise geral e mais ampla do fascismo e foi empreendida por Otto Bauer (1936), que o considerou como "o produto de três processos interligados". A Primeira Guerra Mundial tinha expulso grandes números de pessoas da vida burguesa, convertendo-as em *déclassés* e, após a guerra elas formaram as "milícias" fascistas e "ligas de defesa" com suas ideologias militaristas, antidemocráticas, e nacionalistas. Em segundo lugar, as crises econômicas do pós-guerra empobreceram uma grande parte da baixa classe média e do campesinato, que desertaram dos partidos burgueses democráticos e cerraram fileiras nas milícias. Em terceiro lugar, as crises econômicas reduziram os lucros da classe capitalista, e, para restaurá-los elevando o nível da exploração, a burguesia precisava romper a resistência da classe trabalhadora, o que parece difícil ou impossível de conseguir sob o regime democrático. Vários membros da Escola de Frankfurt também fizeram estudos profundos sobre a ascensão do fascismo. [...]. Finalmente, Adorno e Horkheimer, em colaboração com vários cientistas sociais norte-americanos, realizaram, a partir de 1945, uma série de estudos sobre preconceitos - focalizando em particular a "personalidade autoritária" e o anti-semitismo - cujo objetivo básico era determinar as bases psicológicas dos movimentos fascistas. Alguns estudos mais recentes sobre o fascismo, embora aceitando amplamente os principais elementos propostos pelas análises acima referidas, o que relacionam o fascismo com capitalismo monopolista, a aguda crise econômica e a posição ameaçada de grandes segmentos da classe média, também levantaram questões adicionais, Poulantzas (1970), em estudo dedicado principalmente a um exame clínico da doutrina e da política da Terceira Internacional e dos partidos comunistas da Itália e da Alemanha em sua confrontação com o fascismo (e notadamente sua caracterização da social-democracia como "fascismo social"), também discute, não obstante, algumas questões mais gerais e, em particular, as com sementes a natureza específica do fascismo em relação a outras formas de "Estado capitalista de exceção", que incluem o Bonapartismo e vários tipos de ditadura militar. Mason (1891) num curto ensaio sobre problemas não resolvidos nas explicações marxistas sobre o fascismo, refere-se particularmente à significação de Hitler e como líder e dor anti-semitismo; e sugere a que o Terceiro Reich pode ter sido um "regime singular", chamando assim a atenção para uma importante questão geral - pois, embora as condições para o aparecimento do fascismo possam surgir em todas as sociedades capitalistas avançadas, sua vitória pode muito bem depender de circunstâncias nacionais específicas e de tradições históricas [...]. Dos estudos marxistas e de outras procedências pode-se concluir, portanto, que uma crise econômica aguda pode promover não só o maior radicalismo da classe trabalhadora como também o rápido desenvolvimento de movimentos políticos de direita. **BOTTOMORE**, Tom. *Fascismo. Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 147-148.

Embora se constitua num dos temas mais importantes da história contemporânea com uma extensa e controvertida bibliografia nacional e internacional, o fascismo enquanto objeto de estudo acadêmico recebeu uma nova retomada de interesse por parte de historiadores, filósofos e cientistas sociais nas últimas décadas do século XX, com novas perspectivas analíticas.

No cenário internacional, após a Reunificação alemã e dos 50 anos do final da Segunda Guerra Mundial, vários países, da Europa e na América do Norte os EUA, começaram a tornar público os seus arquivos, em parte referente ao fascismo e ao nazismo estimulando novas pesquisas.

E, principalmente, o ressurgimento de movimentos extremistas de direita e, de vitórias eleitorais ou votos representativos em proporção numérica, de políticos ligados às tendências em questão, no final do século XX e início do século XXI, geraram grande repercussão na mídia e levaram pesquisadores a reverem as análises do fascismo que relacionavam o regime diretamente ao contexto do pós Primeira Guerra Mundial.

A aplicação e a popularização da definição contemporânea de extrema-direita para qualificar as manifestações políticas que se diferenciam do ideal liberal-democrático e das tendências da esquerda, são oriundas em grande medida do meio jornalístico e, novas investigações acadêmicas retomam a expressão na intenção de garantir a mesma o status de conceito explicativo dentro das Ciências Sociais<sup>3</sup>.

Para compreendermos melhor algumas explicações sobre o tema em debate é importante destacarmos que na conjuntura da Guerra Fria a interferência de fatores políticos na interpretação do fenômeno foi direta. E, é derivada desta circunstância uma interpretação que surge no imediato pós-guerra, atribuindo ao caso alemão uma responsabilidade quase que exclusiva, ficando a experiência italiana como coadjuvante do fenômeno.

Esta tendência historiográfica é denominada por Silva (2000a), de “demonização da história alemã”. Segundo o mesmo autor grandes nomes da historiografia ocidental generalizam a história do fascismo com a sua variante histórica alemã (BARRACLOUGH, 1947; BERR, 1950; CARR, 1942; TAYLOR, 1945).

---

<sup>3</sup> JIMENEZ, José Luis Rodrigues. **La Extrema Derecha Europea**. Madrid: Alianza Editorial S.A, 2004.  
\_\_\_\_\_. **La Extrema Derecha Española em el siglo XX**. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1997.  
\_\_\_\_\_. **Nuevos Fascismos?: Extrema Derecha y Neo Fascismo en Europa y Estados Unidos**. Península: ArcoLibros, 1998.  
GARCIA, Antonio Fernandez; JIMENEZ, J.L.R.. **Fascismo y neo fascismo**. Península: ArcoLibros S.A (Cuadernos de historia).  
\_\_\_\_\_. **Fascismo, NeoFascismo y Extrema Derecha**. Península: ArcoLibros S.A, 2001.

Perspectiva esta, que legitimava a punição imposta aos aliados, mas que não poderia ampliar um número muito grande de países envolvidos diretamente com as potências do Eixo, pois esta sanção poderia tencionar a posição das antigas elites no poder e favorecer a sovietação dos países em questão. “Casos especiais - como o Japão, a Espanha e Portugal – eram rapidamente afastados do debate (especialmente pelos Estados Unidos) em função do antagonismo já nítido entre este e a URSS” (SILVA, 2000a, p.114). Esta perspectiva de interpretação, seguindo uma tendência apaziguadora e restritiva era de grande interesse à geopolítica americana. E a versão historiográfica dos vencedores da Segunda Guerra Mundial consolidou a visão do fascismo enquanto um fenômeno restrito no espaço e no tempo. É nesse contexto da Guerra Fria que surgem as chamadas teorias do Totalitarismo.

O primeiro a utilizar a expressão totalitarismo foi Benito Mussolini na intenção de supervalorizar através de seus discursos o Estado italiano: “... espiritual ou materialmente, não existiria qualquer atividade humana fora do Estado, neste sentido, o fascismo é totalitário” (MUSSOLINI, 1935, p.7). A expressão está presente no verbete “Fascismo” da *Enciclopedia Italiana* (1932).

A oposição liberal italiana, entre 1923- 1925 apropriou-se de tal expressão, caracterizando o fascismo enquanto um Estado totalitário. A difusão desta expressão também é de responsabilidade de uma das lideranças da oposição liberal ao fascismo, Giovanni Amendola (1882-1926), que exilado na França escreve vários artigos sobre a situação italiana utilizando a referida expressão a popularizando.

Alguns anos depois, em 1929, o *Times* de Londres começa a utilizar a expressão para comparar a situação política da Rússia e da Itália. Mas foi a difusão dos trabalhos junto ao público americano de, Hermann Hauschning (1887-1982), um ex-membro do Partido Nazista que rompe com Hitler em 1934, e migra para Suíça e depois para os EUA.

A análise do nazismo é realizada pelo autor na obra, *Revolution des Nihilismus*, de 1938, que utilizando largamente a expressão totalitarismo, recebe a atenção da American Philosophical Society, que no seu primeiro congresso em 1940 formalmente inicia um amplo debate dando a expressão o status de conceito acadêmico que impulsionaria uma série de investigações que buscariam distinguir a pretensa tradição liberal-democrática anglo-saxã de tendências políticas diferenciadas na Europa.

O uso do termo se generalizou após a Segunda Guerra Mundial. Durante o mesmo período foram formuladas as teorias clássicas do Totalitarismo, a Hannah

Arendt (As origens do totalitarismo, 1951) e a de Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski (Totalitarismo ditatorial e autocracia, 1956).

Segundo Arendt<sup>4</sup>, o Totalitarismo é uma forma de domínio radicalmente nova porque não se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando em relação à vida pública, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem. Nesse sentido, o fim do totalitarismo é a transformação da natureza humana, e tal fim é objetivado mediante a combinação de ideologia e terror.

No plano organizativo, para a autora, a ação da ideologia e do terror manifesta-se através do partido único, e cujas organizações funcionais realizam a sincronização ideológica de todos os tipos de grupos e instituições sociais e a politização de todas as áreas da sociedade, e através da polícia secreta, transforma toda a sociedade num sistema vigiado, visando à mobilização total de todos os cidadãos em defesa da ideologia.

O aspecto central destas teorias e ao mesmo tempo o mais criticado, é a subsunção sob uma mesma categoria, a do Estado totalitário, nas interpretações dos

---

<sup>4</sup> Para Arendt (1989), em sua clássica obra, sobre “As origens do Totalitarismo”, os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas, e não as classes como faziam os partidos políticos nos Estados nacionais. Estes dependem da força numérica, aqueles agem com força bruta. Para a autora os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por determinados motivos, simpatizam com a organização política. Nesse sentido o termo massa se aplica as pessoas que pelo seu número e pela sua indiferença, não podem se integrar numa organização como, partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Nessa lógica tanto o nazismo como os movimentos comunistas na Europa pós-30 recrutaram os seus membros dentre as massas de pessoas abandonadas por outros partidos. A maioria de seus membros nunca havia participado da vida política. Isto permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política, foi moldada uma configuração de militantes que nunca havia sido atingida pelos partidos tradicionais. O sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou, para Arendt (1989), o fim de duas ilusões dos países democráticos, em particular dos Estados nacionais europeus e de seus sistemas partidários; primeiro que o povo participava da vida política e necessariamente deveria simpatizar com um partido entre os demais. As massas politicamente neutras poderiam, e eram, a maioria num regime democrático controlado por uma minoria; segundo, que as massas “neutras” não estavam realmente inertes constituindo um silencioso “pano de fundo” da vida política da nação. O colapso do sistema de classes significou também o colapso do sistema partidário e foi, segundo a referida autora, nesta atmosfera que se constituiu o “homem de massa”, resultado da sociedade atomizada e individualizada. Arendt afirma que a fim de transformar a ditadura revolucionária de Lênin em regime totalitário, Stalin teve que criar artificialmente aquela sociedade atomizada que havia sido preparada para os nazistas na Alemanha por circunstâncias históricas. Ele liquidou o resto do poder dos Soviéticos e a liquidação da classe média e camponesa terminou no início da década de 30. a classe operária foi desarticulada com a criação de uma aristocracia operária e de 36 a 38 foi desestruturada todo o setor administrativo e militar soviético colocando todos os indivíduos numa multidão de trabalhos forçados. É relevante no contexto da obra o período Stalinista no pós-guerra 45-53. Nesse contexto um dos últimos elementos da prática stalinista em seu momentos finais foi uma mudança em seu discurso: a afirmação de uma conspiração mundial judaica. Altos funcionários do partido foram acusados de sionismo e de relações com o imperialismo americano.

regimes Fascistas e da URSS Stalinista, com base em analogias existentes na estrutura e técnicas de gestão do poder político.

As teorias clássicas do totalitarismo têm estado sujeitas á numerosas críticas que têm por alvo uma dupla série de problemas. O primeiro diz respeito ao campo específico de análise do regime Fascista. Parece improvável a hipótese de que os sucessos dos movimentos denominados “totalitários” estejam relacionados com o conjunto de fenômenos compreendidos no conceito de “sociedade de massa”. Pois na Itália, por exemplo, o sistema de estratificação social era rígido, o peso das estruturas tradicionais muito mais forte e o grau de “atomização” muito menor que em outros estados onde o Fascismo jamais se ofereceu como alternativa viável e concreta, o mesmo exemplo se aplica ao caso português e espanhol e ao caso brasileiro.

Uma outra questão relevante a respeito da utilidade do conceito de totalitarismo é que o mesmo não permite discriminar entre regimes que, apresentando analogias no funcionamento do sistema político, diferem em outros aspectos importantes. Como, os relativos à conjugação de forças que favoreceram o seu êxito, a relação entre as velhas e as novas elites, ao tipo de mudança na estrutura econômica e social e suas conseqüências.

Nas teorias clássicas do Totalitarismo como os de Hannah Arendt, a experiências totalitárias são atribuídos somente à Alemanha de Hitler e ao Stalinismo. Não se estendendo as demais experiências históricas como as citadas acima.

O uso do conceito tem afirmado a necessidade de uma maior distinção, entre os sistemas políticos e suas respectivas ideologias, baseada na análise comparada dos diversos regimes, capaz de levar em conta as suas diferenças históricas e nacionais. O problema desta generalização conceitual é a tendência de compreender dentro do mesmo tipo conceitual, o Fascismo italiano e o Nacional Socialismo Alemão, com base nas analogias observáveis nas técnicas de gestão do poder político e na base social.

Historicamente a construção do referido conceito é resultante, segundo Silva (2000b), da interpretação historiográfica vencedora da Segunda Guerra Mundial e as conotações políticas que envolveram a construção e a popularização do conceito de totalitarismo são acrescidas de seu aspecto generalizante como instrumento explicativo.

A defesa da lógica proprietária, como componente ideológico dos projetos políticos e econômicos das experiências de caráter fascista, é um elemento fundamental para evitarmos comparações generalizadas, como as da tradição teórica erigida em torno

do conceito de totalitarismo nas análises sobre os Estados do leste europeu sob a direção da URSS.

A imutabilidade da propriedade privada, o corporativismo, o nacionalismo, a mobilização social, a antidemocracia, assim como, o antiliberalismo e anticomunismo são características marcantes dos fenômenos de extrema direita. E, esses elementos, têm norteado perspectivas investigativas que buscam configurar um modelo de análise para movimentos, partidos e regimes de caráter fascista, compreendidos como manifestações ideológicas de extrema direita enquanto fenômeno político de maior amplitude.

Os extremistas, segundo Bobbio, (2001, p.76) teriam em comum a antidemocracia. A aversão pela democracia, como conjunto de valores seria historicamente a característica mais persistente e significativa dos extremismos e em toda a forma de extremismo existiria, “uma forte veia antiiluminista” (BOBBIO, op.cit., 71), sobretudo de origem irracionalista<sup>5</sup>.

Para Bobbio (1986, p.457-459) e extremismo político é um fenômeno das sociedades contemporâneas caracterizado por uma intensa mobilização social:

O Extremismo como categoria sociológica. - O termo Extremismo traz implícita uma conotação negativa, que evoca remotos antecedentes filosóficos: já na ética aristotélica, o equilíbrio, a racionalidade, a virtude coincidem com o justo meio, enquanto que os extremos são as paixões de que é preciso fugir. A convicção arraigada no senso comum de que in medio stat virtus, transporta para o plano político, inculca como ideal a que se há de amoldar o comportamento político a moderação, a centralidade, o status quo. Na literatura política, o conceito jamais conseguiu libertar-se totalmente desta hipotética pejorativa. Mesmo quando referido a posição e comportamento de alguns partidos e grupos parlamentares (pensemos na Extrema, surgida no Parlamento italiano após o Resorgimento, em rígida posição ao transformismo alastrante), o Extremismo indica uma tendência no campo doutrinal, um comportamento ou um verdadeiro e específico modelo de ação política adotados por um movimento, por um partido, por um grupo político, que rejeita as regras do jogo de uma comunidade política, não se identificando com as finalidades, os valores e as instituições prepostos à vida pública, e fazendo por modifica-los radicalmente. O que caracteriza o Extremismo é, em última análise, a tendência em ver as relações políticas nos moldes das alternativas radicais, a conseqüente recusa em aceitar a gradualidade e parcialidade dos objetivos, a repulsa à negociação e ao compromisso, e a urgente busca do "tudo e agora". Neste sentido, o termo acaba, no uso corrente, por se assemelhar em seu significado ao "radicalismo" e ao "maximalismo", dos quais, pelo contrário, seria tido como distinto.

O Extremismo é um fenômeno que se dá na história política moderna e contemporânea e que motivou uma grande variedade de movimentos sociais e políticos, principalmente em épocas críticas de intensa mobilização social e de profundas transformações nos sistemas produtivos e institucionais. [...] Existe um tipo de Extremismo convencionalmente considerado como de direita, emanação direta de classes de categorias sujeitas a uma repentina

---

<sup>5</sup> BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p.189

perda de status e de condição e de uma drástica redução de sua influência política. É o Extremismo daqueles que, "em outros tempos foram possuidores" e cujo comportamento político está voltado para a defesa a todo custo e/ou para a reconquista das suas tradicionais prerrogativas políticas-sociais. O comportamento extremista desses grupos se concretiza historicamente no surgir de movimentos e partidos portadores de uma práxis eversiva e violenta, que rejeitam os vínculos formais da transformação do conflito em controvérsia, próprios da tradição parlamentar.<sup>6</sup>

Para Silva (2000 b), na busca de um modelo de análise para os fenômenos políticos em discussão devem ser considerados os aspectos em comuns existentes nas experiências históricas nacionais particulares, nesse sentido, para o autor, o culto ao líder, a ideologia nacionalista, o antiliberalismo e o anticomunismo são elementos em comum nos fenômenos políticos de extrema direita. Para o autor o conceito fascismo representa um modelo de análise possível para as investigações de análise do extremismo de direita:

Optamos, desde logo, por uma tentativa de recuperar o fascismo como grande unidade de análise, agrupamento de configurações políticas de traços diversos, marcado, entretanto, por forte coerência interna e externa. Grande parte de tal coerência, principalmente do que denominamos de coerência externa, foi dada pelo próprio fenômeno, sua prática e sua fala, mesmo antes do analista por sua chancela a tais consistências. Assim muito rapidamente teceu-se, na Europa, uma eficaz teia de identidade e colaboração (inclusive de intervenção salvadora, como na Espanha e Hungria) entre os diversos regimes e movimentos fascistas, muitas vezes superando diversidades históricas e nacionais. Foi assim entre a Itália e o fascismo croata, húngaro e austríaco, ou entre a Alemanha e a Itália. Outras vezes deram-se notáveis coincidências e auto-reconhecimentos, como entre a Espanha de Franco, a Itália e a Alemanha; ou ainda entre o regime de Vichy e o regime de Salazar em Portugal (Nolte, 1996).

Como coerência interna, por outro lado, a mesma fala dos agentes, embora exclusivamente voltada para o processo interno de fascistização de cada país, apontava exclusivamente para as mesmas características, como as já anunciadas por Schieder: antiliberalismo, antidemocratismo e antisocialismo. Tal coerência, com as práticas políticas repressivas daí decorrentes, marca claramente um perfil comum aos regimes no poder em Berlim, Roma, Madri ou Budapeste<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> BELLIGNI, Silvano. Extremismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 2. ed. Trad. João Ferreira, Carmem C. et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 457-459.

<sup>7</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Os fascismos. In: FILHO, Daniel A. Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.). **O século XX, tempo de crises: revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. p.122.

No aspecto do caráter restritivo de muitas interpretações ocidentais sobre os fenômenos de extrema-direita, Schieder (1972) adverte sobre a tradição anglo-saxã que ignora a produção dos primeiros analistas do fascismo. O autor espanhol cita a contribuição crítica dos italianos T. Turati e Carlo Treves que indagavam já na década de 20 a possibilidade de expansão do fascismo além das fronteiras de países industrializados como no caso italiano. Como já havia afirmado no mesmo período Antonio Gramsci.

Segundo o referido autor, estes precursores na análise sobre o fascismo afirmavam que seriam possíveis fenômenos fascistas como reflexos de repúdio contra o liberalismo-representativo também no sul-sudoeste da Europa, onde a hegemonia liberal e a economia industrial ainda não haviam se concretizado.

O debate acadêmico em torno do conceito é polêmico e controverso no que diz respeito à natureza deste fenômeno político, e tem sua gênese já no momento em que o fascismo avança de movimento para regime político na Itália.

Schieder (1972) defende a universalidade possível do fascismo como fenômeno histórico, com seu ápice no entreguerras, e a necessidade teórica de garantir a autonomia de uma teoria do fascismo em face dos fenômenos históricos que o envolvem.

A tese da universalidade dos “fascismos” implica a rejeição da atribuição ao termo a uma experiência nacional específica, seja alemã, italiana ou outra variante excluída das interpretações historiográficas dos vencedores da Segunda Guerra Mundial. Nesta perspectiva, a indagação sobre o que se considera como fascismo é respondida pelo autor em questão “[...] se reconhece como fascistas movimentos nacionalistas, extremistas de estrutura hierárquica e autoritária de ideologia antiliberal, antidemocrática e antisocialista” (SCHIEDER, 1972, p. 97).

Para Nolte (1963) os estudos interpretativos definidos como teorias sobre fascismo são divididos em duas categorias: as teorias singularizantes e as teorias generalizantes. Nesta abordagem, que trataremos em capítulo posterior, na primeira categoria o conceito fascismo é atribuído somente ao caso italiano com o objetivo de evitar generalizações arbitrárias. Na segunda, apesar das diferenças existentes, as experiências fascistas são explicadas como desdobramentos de um modelo de dominação único centrado em uma nova tendência política que emergia nas primeiras décadas do século XX como alternativa entre o liberalismo e o comunismo.

Para Felice<sup>8</sup>, (1988) a questão da generalização do conceito fascismo é um problema nos trabalhos acadêmicos sobre o tema. O autor aponta elementos ideológicos e organizativos que aproximam certas experiências nacionalistas na primeira metade do século XX, porém enquanto regime o fascismo é um fenômeno restrito a Europa, ligado a condições históricas específicas. Porém, a expansão das ideologias de extrema direita se consolidou em movimentos políticos de países não europeus. Nesse sentido a distinção entre movimentos e regimes de extremismo político é central para a análise dos respectivos fenômenos. Para Felice (1988), o fascismo enquanto movimento se afirmou onde:

- era mais rápido e intenso o processo de mobilidade social sobretudo vertical.
  - havia predominantemente uma economia agro-latifundiária ou onde existiam sólidos resíduos substancialmente não integrados ao complexo econômico nacional.
  - estava em curso uma crise econômica (inflação, desemprego, carestia etc.) ou ainda não tinha sido completamente superada.
  - estava em curso um confuso processo de crise e de transformação dos valores tradicionais.
  - estava em curso uma crise (de crescimento ou de senilidade) do sistema parlamentar que punha em questão a própria legitimidade do sistema (tanto por parte dos socialistas e comunistas como por parte de alguns setores da burguesia) e reforçava a idéia de uma falta de alternativas válidas ao governo.
  - a guerra não resolvera ou agravara alguns problemas nacionais (sobretudo irredentismo e presença de fortes minorias de outra nacionalidade) e colônias, provocando uma tensão nacionalista e o surgimento de tendências revisionistas em relação a ordem estabelecida pelos tratados de Versalhes, do Trianon, de Saint German etc.)
- Dessas pré-condições, o Brasil preenchia a maior parte, ascensão social das classes médias, economia predominantemente agrário-exportadora, crise e transformação profunda de valores, intensa discussão sobre a forma de governo (como se vê na crítica tenentista por exemplo). (CYTRYNOWICZ, 1992, 177).

O debate em torno da questão da existência de experiências de caráter fascista na América Latina também é um tema polêmico. A discussão no meio jornalístico da América do Sul sobre a questão do fascismo, inicia-se concernente as mudanças nos rumos políticos da Itália e tem seu primeiro impulso com a organização do APRA de Haya de Torre no Peru em 1924.

---

<sup>8</sup> Segundo Bertonha (2000) a perspectiva de Renzo de Felice de fundamentar o fascismo enquanto conceito singularizante tem como aspecto negativo uma separação exacerbada dos elos comuns entre o regime de extrema direita italiano e alemão: "(TRANFLAGLIA (1976 e 1995) e COLLOTTI (1989) demonstram como a tentativa da escola historiográfica de Renzo de Felice de separar o fascismo italiano do nazismo alemão não se sustenta historicamente e, é na verdade, uma bem montada operação para sua reabilitação." Apud (BERTONHA 2000)

Neste mesmo contexto, com os governos de Vargas no Brasil e Peron na Argentina, assim como, o antifascismo de esquerda sob a estratégia “frontista” da Terceira Internacional, os analistas começaram a incorporar o conceito de fascismo á história política latino-americana.

Os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, popularizados através do meio jornalístico, na polarização da época, países democráticos e fascistas e, no pós-guerra, com a ênfase atribuída à ciência política norte-americana na elaboração do conceito de totalitarismo, tiveram como consequência a generalização do qualificativo fascista a experiências políticas de movimentos e regimes existentes além das fronteiras européias. A alteração relacionada ao tema fascismo na América Latina advém do contexto do surgimento de movimentos políticos com características organizacionais e ideológicas semelhantes no Brasil, Argentina, Chile, e México, numa época em que o fascismo estava em plena ascendência na Europa.

O fato é que a influência de ideologias européias sobre círculos políticos e intelectuais latinos, a presença crescente de migrantes europeus e propriamente a repercussão das transformações políticas, econômicas e sociais que ocorriam no velho continente, ocasionam um clima favorável à propagação de novas propostas políticas que surgiam como alternativa ao liberalismo e ao comunismo.

O momento significativo na mudança das análises em relação às manifestações políticas em nosso continente foi o desenvolvimento das Ciências Sociais na América Latina. A partir da década de 60, intelectuais lançam novos enfoques analíticos resultantes em novas abordagens e conceitos explicativos, como a contribuição de Ianni (1968) e Weffort (1978) atribuindo a Getúlio Vargas a conceituação de governo populista<sup>9</sup>. Seguindo também nessa perspectiva Di Tella (1964) e Germani (1962) utilizam o conceito de populismo para o caso de Perón na Argentina.

Na década 70, o impacto das ditaduras militares na América Latina leva pesquisadores brasileiros a buscar compreender as origens da tradição autoritária que

---

<sup>9</sup> Os estudos de Francisco Weffort (1978) sobre o populismo representaram uma contribuição importante para a revisão das análises. O autor interpreta o populismo com base em dois níveis: o das determinações estruturais e o das conjunturas ( campo da história). As determinações estruturais constituem um nível de extração válido somente porque se inscreve na história das relações sociais e das estruturas de uma formação social, mas são as determinações históricas que possibilitam a passagem das determinações estruturais para as análises concretas. Nesse sentido propôs a recuperação das situações históricas específicas para se chegar à compreensão da política populista na América Latina, que apresenta como traço comum a emergência das classes populares no cenário político. CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena**. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 23. (Coleção Textos do tempo).

marcava a recente história republicana nacional. Neste sentido análises sobre os primeiros quinze anos do governo Vargas são retomadas e a possibilidade da existência de fenômenos fascistas no Brasil estimula a discussão sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB), proporcionando investigações na perspectiva da possibilidade da existência de uma experiência de caráter fascista no Brasil, gerando uma controversa polêmica acadêmica. Segundo Trindade (2000), a discussão sobre a possibilidade de fascismo na América Latina é retomada com a efetivação do Estado Novo no Brasil em 1937 e a eleição de Perón na Argentina em 1946. As características dos dois regimes e as relações de ambos com as potências do Eixo agravaram o “estigma fascista”.

O autor enfatiza na discussão sobre as origens da discussão do conceito aplicada a cena política brasileira que, a questão do fascismo na América latina foi “aparentemente superada” com as explicações baseadas no conceito de populismo, principalmente com a alteração da conjuntura que caracterizava a situação brasileira e argentina. Porém, a discussão foi retomada, com a eclosão das ditaduras militares que marcaram as últimas décadas do século XX em países da América do sul. E a polarização fascismo versus populismo foi recolocada na perspectiva dualista fascismo versus autoritarismo.

Nessa perspectiva analítica, Cueva (1977) investigando a situação do Brasil e do Chile aponta para a vocação fascistizante dos regimes autoritários de base militar afirmando que o fato destes países não serem imperialistas não inibiu a possibilidade de fascistização devido a penetração do capital transnacional, através de uma hegemonia militar-burocrática no primeiro caso, e no segundo como resposta do capital monopolista diante da organização dos trabalhadores chilenos.

Zavaleta Mercado (1979) utilizando o conceito de ditaduras autoritárias com projeto fascista propõe três distinções: fascismo como movimento de massas, como estrutura de poder e fascismo como projeto ou proposição social.

Ambos os autores propunham uma concepção de fascismo em potencial ou uma dinâmica de fascistização em curso na América latina do período. Trindade (2000) classifica a proposição dos dois autores, juntamente com a análise desenvolvida por Theotonio do Santos (1977), de Fascismo Dependente, devido à ausência de autonomia para a efetivação dos respectivos projetos políticos.

A investigação do último, pautada na importante distinção entre movimento e Estados fascistas é desenvolvida na tese de que um Estado fascista pode surgir mesmo na ausência um movimento do gênero, mas também através de um golpe militar. E que

um movimento desse caráter pode não chegar necessariamente ao controle de um Estado nacional, porém influenciar na correlação de forças do mesmo.

Segundo as indicações do autor, as experiências fascistas não seguem um padrão único, pois enquanto movimento as concretizações históricas e nacionais destas experiências tem elementos em comum, como uma base social de maioria pequeno-burguesa, porém não hegemônica, e uma configuração ideológica muitas vezes mal elaborada pautada alguns valores básicos, mas que carecem, porém carentes de uma elaboração consistente. E, o Estado fascista é, de fato, um pacto entre o movimento que para se firmar no poder, faz alianças com detentores de capital, de base social distinta, porém indispensáveis para o desenvolvimento econômico dos Estados em questão.

Para Santos (1977), os regimes militares classificados por ele de fascismo dependente são resultados do fracasso das experiências populistas sob as direções das burguesias nacionais representadas nas experiências de Vargas e Perón. A doutrina de segurança nacional unifica a elite militar e a figura do chefe carismático é substituída por uma “elite tecnocrática militar e civil”. Porém sua investigação não generaliza elementos do que ele compreende por fascismo dependente das experiências da primeira metade do século XX. Para ele, entre as diferenças está o fortalecimento do capital internacional em detrimento do nacional e a ausência de mobilização política (SANTOS, 1977, p. 181-182).

Zemelman (1976), analisando o caso chileno de Pinochet faz uma análise dos principais elementos teóricos do fascismo, como as características organizacionais, a base social e a mobilização política através de um partido de massas. O autor afirma que no Chile não ocorreu às etapas típicas de um processo de fascistização e o regime para o autor teria um caráter “estamental-autoritário”, pois os militares teriam se tornado numa nova classe política autônoma em relação os demais extratos burgueses (ZEMELMAN, 1976, p. 197-202).

Por último, fazemos referência a mais uma contribuição desenvolvida no final da década de 70, desenvolvida por Atílio Boron (1977), que baseada na comparação entre os dois contextos históricos questiona a pertinência do conceito de fascismo para as análises das conjunturas políticas latinas sob a hegemonia militar, se opondo também ao uso generalizado do conceito processo de fascistização.

Para Boron (1977), os regimes militares em questão situam-se em uma “fase distinta do capitalismo” caracterizado pela “ascensão de uma burguesia monopolista internacional” com hegemonia política que estabelece um novo modelo de acumulação

capitalista baseado no “predomínio de burguesia transnacional aliado a frações de setores das burguesias nacionais”. Segundo o autor as “o Estado Militar é a alternativa histórica ao fascismo” gerando uma nova fase de desenvolvimento capitalista da periferia do sistema.

A retomada do conceito fascismo aplicado à conjuntura histórica e política da América Latina no contexto das ditaduras militares, a nosso ver, mereceu ser comentada resumidamente, para explicitarmos os momentos significativos da discussão sobre a utilização do conceito de fascismo na história política brasileira. Sendo pertinente também a colocação das críticas que a tese do fascismo na explicação das ditaduras militares na América Latina recebeu para exemplificarmos as polêmicas em torno da utilização do conceito nas análises das experiências políticas nacionais.

Nos momentos de maior radicalização da vida política nacional as questões da possibilidade da existência de manifestações políticas de caráter fascista no Brasil vieram à tona.

As investigações comparativas sobre os fenômenos de extrema direita em bibliografia internacional produzidas nas últimas décadas, analisadas por Trindade (2000), têm incluído referências a manifestações desse caráter na América Latina dos anos 30, até então centradas basicamente sobre as experiências européias.

O autor faz referência aos artigos de Linz (1977) e de Milza; Bentelli (1973), que figuram como uma das poucas contribuições que numa perspectiva comparativa sobre movimentos extremistas europeus inclui informações sobre organizações da América do sul, dando ênfase a Ação Integralista Brasileira. Ambos os autores tem em comum a posição de que no entreguerras muitos países sul-americanos viram nascer movimentos de caráter fascista, porém somente no Brasil ocorreu uma experiência de caráter de massa.

Esta posição também é defendida nos trabalhos de Hennessy (1976) e de Payne (1980). E, Trindade (2000) ao fazer o balanço crítico destas obras afirma que os autores são consensuais ao defender que a AIB foi à única manifestação política de caráter fascista na América do sul que chegou a se firmar enquanto partido de massa.

A questão é polêmica devido à confusão conceitual existente nos trabalhos acadêmicos e, negação da possibilidade de fascismo na América Latina é defendida por Felice apud Trindade (2000, p. 73): “o fascismo foi um fenômeno europeu que se desenvolveu entre as duas guerras” e que, em consequência, “toda comparação com as

situações extra-européias [...]” “[...] é impossível, dada à diferença radical entre os contextos históricos”.

Nessa perspectiva, Chasin (1978), também nega a possibilidade de experiências deste âmbito fora da Europa. O autor afirma que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro era “Hiper-tardio”, não havendo aqui condições para a existência de um dos componentes fundamentais do fascismo; a “aliança entre o capital financeiro e a grande indústria” (CHASIN, 1978, 636).

A produção acadêmica sobre o tema fascismo, centrada essencialmente numa perspectiva historiográfica, segundo Silva (2000b) começou a ser ampliada por investigações mais conceituais, a partir do final da década de 80. Onde o fenômeno é ampliado como uma possibilidade da moderna sociedade de massas, como um fenômeno político da história contemporânea, não restrito ao contexto europeu.

Cytrynowicz, (1992), centrando suas análises na história política brasileira nas primeiras décadas do século XX, baseando-se em elementos analíticos de Renzo de Felice, aponta a questão fundamental da necessidade de diferenciação entre movimentos e regimes de caráter fascista para a compreensão dos fenômenos políticos que surgiram além das fronteiras da Europa. Situando os movimentos de extremismo de direita como tentativa de projeção política de setores da pequena burguesia buscando inserção social e política e, distinguindo o fascismo enquanto regime, onde a aliança de frações de classe proporciona uma nova articulação dos grupos em poder dos aparatos do Estado.

Cytrynowicz (1992) classifica a Ação Integralista Brasileira como um movimento de caráter fascista.

Da mesma forma quer o fascismo italiano, mas talvez de forma mais intensa por não ter que definir suas posições ao chegar ao governo, o integralismo preservou uma ambigüidade fundamental entre reforma e revolução, restauração e modernização, ambigüidade estrutural, das classes médias dos anos 30 suas posições. Esse conflito entre reforma e restauração é um dos temas mais importantes na compreensão atual do fascismo e do nazismo. Muitos autores vêm destacado os aspectos modernizantes do fascismo e do nazismo e os conflitos entre facções. Ao mesmo tempo, o fascismo e o nazismo compuseram com as classes mais tradicionais, como aristocracia e latifundiários, na Alemanha e na Itália. Renzo de Felice enfatiza as aspirações renovadoras, revolucionárias do fascismo italiano, a idéia de construir algo novo. Uma vez no poder, o regime fascista é a negação das propostas de renovação. Felice distingue fascismo movimento de fascismo regime, distinção que para ele é essencial para compreender esse fenômeno. O fascismo movimento foi a idealização dos anseios de um certo tipo de classes média emergente [...]. Na Itália a I Guerra mundial mobilizou a classes médias, antes excluídas de qualquer participação no poder efetivo. O fascismo foi a “possibilidade de

construir o mais importante ponto de referencia e de atração para aqueles setores da pequena burguesia que aspiravam a uma maior participação própria e direção da vida social e política nacional”, escreveu Felice. (CYTRINOWICZ, R. 1992, p. 172).

A AIB compreendida, segundo a distinção entre movimentos e regimes de caráter fascista e, inserida no debate sobre o extremismo de direita enquanto fenômeno internacional na primeira metade do século XX, não pode ser qualificada ou explicada como uma espécie de modismo político europeu refletido numa mera manifestação mimética, devido as suas semelhanças estéticas, organizacionais e ideológicas, sem identidade com o contexto político nacional da década de 30.

Pois, entre o período de existência legal da AIB, desde o seu desenvolvimento e fundação em 1932 como um movimento de crítica ao liberalismo e ao comunismo, até 1937 quando concorria as eleições presidenciais com o nome de Plínio Salgado, tornou-se em sete anos o maior partido político nacional a nível de massas.

Para Trindade (2000):

Neste contexto o problema a discutir no âmbito latino-americano e, especialmente, no caso brasileiro, refere-se, a dois aspectos principais: de um lado, como distinguir entre as manifestações de mera imitação do fascismo europeu e, em conseqüência, limitadas em seu significado político interno, daquelas que, em função de seu caráter de massa, tornaram-se autênticos movimentos políticos nacionais? No caso em que se constate a presença de movimentos do segundo tipo, como explicar sua inserção política em sociedades tão diferentes das européias que deram origem ao fascismo?<sup>10</sup>

O estudo de Sadek (1978) sobre o pensamento político nos anos 30 a respeito do intelectual Octávio de Faria nos forneceu contribuições para pensarmos a polêmica acerca do caráter ideológico o integralismo no aspecto das explicações miméticas atribuídas ao AIB.

[...] incontestável é que se assistia naqueles anos a uma oferta abundante e a uma demanda muito significativa das teorias anti-liberais. As doutrinas anti-iluministas, anti-individualistas, anti-utilitaristas exerceram forte influencia nas elites intelectuais brasileiras. Não será pela simples referência a importação de idéias que seremos capazes de distinguir o pensamento brasileiro que se buscava construir, em oposição ao que o antecedeu. É necessário captar, dentro do conjunto de idéias oferecidas, quais as que foram assimiladas, e, sobretudo como o foram<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> TRINDADE, Héglio. **Fascismo e neofascismo na América Latina**. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Org.). **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto alegre: Editora da Universidade (UFRGS): CORAG, 2000. p 51.

<sup>11</sup> (SADEK, 1978, p. 82)

As disputas ideológicas do período, difundidas entre tendências políticas representadas pela esquerda ou pela direita, explicadas por uma tese de reflexo das experiências dos países de capitalismo mais avançado, como cópias de ideologias políticas e instituições que transplantadas para o Brasil influenciando a história política nacional, não podem ser o ponto final na explicação dos fenômenos que aqui ocorreram aqui no período em questão.

A discussão acerca do mimetismo político e ideológico, nas discussões sobre os fenômenos de extrema direita na América Latina e, especificamente, na explicação da história política nacional proporcionou um interessante debate.

As explicações acerca do mimetismo ideológico para explicar as opções políticas em disputa no período aqui analisado, proporcionaram polêmicas acadêmicas sobre as tradições percorridas no pensamento social. Onde a questão se, “As Idéias fora do lugar”<sup>12</sup>, ou se, “As idéias estão no lugar”<sup>13</sup>, impulsionando um importante debate acerca de nossas tendências políticas e, este debate acompanhou as investigações sobre a natureza ideológica da AIB.

#### **4.2 A polêmica sobre o caráter ideológico do integralismo.**

A polêmica a respeito da natureza ideológica da Ação Integralista Brasileira, inserido no debate dos movimentos de caráter fascista, como fenômeno internacional, e, sobretudo nos trabalhos pioneiros sobre o integralismo, tiveram como característica a ênfase sobre a questão da ideologia e da organização da AIB. Onde as discussões

---

<sup>12</sup> SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. **Estudos CEBRAP**, nº 3, São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências Ltda, 1973.

<sup>13</sup> Para Maria Sylvania Carvalho Franco (“As idéias estão no lugar, Cadernos de Debate, S.P, Brasiliense, 1976), o conceito de idéias fora do lugar implica em estabelecer uma relação de exterioridade entre metrópole e colônia, entre os núcleos hegemônicos e os periféricos, que são concebidos discretamente, “postos um ao lado do outro e ligados por uma relação de causalidade. Com isso se estabelece entre eles uma ordem de sucessão, de modo tal que as sociedades vistas como tributárias se definem como conseqüência do capitalismo central, sendo este dado como seu antecedente necessário”. De acordo com esta idéia, haveria dois modos de produção essencialmente diferentes. Mas, aponta Franco, colônia e metrópole “não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de idéias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas, mas com o capitalismo mundial pensado na forma indicada, sem a dissociação analítica de suas partes”. (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 249)

pautadas na explicação do mimetismo ideológico, ganharam fôlego, levando a uma divergência entre as primeiras análises de nosso objeto de estudo<sup>14</sup>.

Esses primeiros estudos sobre os integralistas têm se preocupado em explicar basicamente a dimensão ideológica do integralismo, discutindo a organização do movimento e a estrutura do partido, relacionando-as com o chamado “Pensamento Autoritário”, “Totalitário” ou “Fascista”, que aqui teria surgido como reflexo dos desdobramentos políticos da Europa.

Posteriormente, investigações sobre o integralismo produzidas a partir da década de 80, recebem abordagens, também importantes, aprofundando questões sobre a diversidade dentro da AIB, sob a perspectiva da história regional<sup>15</sup> e municipal<sup>16</sup>.

A polêmica conceitual para a definição do caráter da ideologia integralista se inicia já com as primeiras investigações sobre o tema, nas obras de Trindade (1974) e de Chasin (1978). O trabalho deste vem na verdade como resposta à tese do primeiro, que defende ao caráter fascista do movimento, e são nestas obras, juntamente com a de Araújo e de Vasconcelos que nos deteremos por darem ênfase à questão da identidade ideológica do integralismo.

A investigação de Trindade (1974) é baseada na perspectiva, de que ocorriam condições históricas favoráveis para a efetivação de manifestações de caráter fascista no Brasil, evidenciada já no título de sua obra “Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30”.

---

<sup>14</sup> TRINDADE, Hélijo. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difusão Européia do livro; Porto Alegre. UFRGS. 1974.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no Capitalismo Hiper-tardio**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 663.

VASCONSELOS, Gilberto. **Ideologia Curupira: análise do discurso integralista**. São Paulo: Brasiliense. 1979.

CHAUÏ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÏ, M.; FRANCO, Maria S. de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra. 1978.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo Jorge: Zahar Editor. 1988.

CITRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP. 1992.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Belo Horizonte. 1997.

<sup>15</sup>GERTZ, R. **O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Nazismo, Integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1987.

SILVA, Giselda B. **A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco (AIB-PE): 1932-1938**. Recife, UFPE, 1996.  
CALDEIRA, João R. **Integralismo e política regional: a Ação Integralista no Maranhão: 1933-1937**. São Paulo: Anna Blume. 1999.

SANTOS, Ademir da Costa. **O integralismo em Sergipe: os intelectuais e a ação da igreja católica (1933-1938)**. 1996. 77f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju. 1996.

<sup>16</sup> MILKE, Daniel. **Integralismo na capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)**. Porto Alegre: PUCRS. 2003 (Dissertação de Mestrado).

Para o autor, o país entre o final da Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 30, é uma sociedade em transição, no sentido de modernização capitalista, viabilizando a transformação do integralismo num partido de massas. Ele explica as mudanças políticas e ideológicas dos anos 30, como um processo oriundo de uma crise na sociedade brasileira no contexto do pós-guerra, que para ele se manifesta desde o nível econômico-social até os padrões culturais.

A pesquisa de Trindade (1974) busca situar o contexto histórico nacional do período como um momento de instabilidade político-social, o que teria favorecido divulgação das idéias integralistas, após longo exame da ideologia de Plínio Salgado, vai buscar argumentos para sua análise na própria biografia do líder e fundador da AIB. A visita de Salgado à Itália no final da década de 20, sua entrevista com Mussolini, e através de uma pesquisa com antigos militantes integralistas tenta compreender os motivos de adesão dos mesmos ao movimento.

Na questão dos valores preconizados pela AIB, Trindade coloca as suas semelhanças com os movimentos então em voga na Europa, como a proposta de organização corporativa, a crítica ao liberalismo, o culto ao líder e as características estéticas da AIB, como o uniforme dos militantes, a organização paramilitar, inclusive com a formação de milícias armadas.

Ao fim do livro o autor, ao fazer a pesquisa com antigos militantes, busca compreender a composição social da AIB, colocando que este era um movimento formado em sua maioria por elementos da pequena burguesia, assim como na experiência italiana. E, através das mesmas, busca compreender os motivos de adesão ao movimento através de entrevistas, sendo estes o nacionalismo, o anticomunismo e a questão da autoridade, as motivações principais dos antigos militantes ao terem aderido ao integralismo. Trindade defende então, o caráter fascista da AIB pela suas proximidades ideológicas e organizacionais com o fascismo italiano.

A obra de Chasin (1978) vem como resposta ao primeiro, para ele a AIB não poderia ser uma manifestação fascista, e sim representava uma “utopia reacionária e regressiva” (CHASIN, 1978, p. 607). Porém, o autor não define o que realmente é para ele o conceito de Fascismo e nem qual é o conceito adequado à AIB, além da denominação atribuída a ela no título de seu referido livro; “O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade do capitalismo hiper-tardio”.

O autor afirma que, Trindade ao analisar a conjuntura nacional nos primeiros anos do século XX, potencializa indevidamente as tensões políticas nacionais para

desenvolver a sua tese de que o contexto de transição na conjuntura brasileira foi favorável para surgimento de um movimento de caráter fascista.

Para Chasin (1978), a identificação do integralismo ao fascismo, como afirma Trindade, é segundo o autor, uma “generalização deformante”. O seu principal ponto de apoio teórico é a crítica ao conceito generalizante de “Totalitarismo”, que para ele, assim como “Fascismo”, resultaram em abordagens dos fenômenos políticos que privilegiaram aspectos políticos em detrimento do contexto econômico.

Trindade não utiliza o conceito de “Totalitarismo” para fazer referência a AIB, porém, generaliza o conceito fascismo o atribuindo ao integralismo. Nessa perspectiva, Chasin afirma que o uso de conceitos generalizantes para uma investigação das particularidades de nossas experiências políticas dificulta a análise científica.

Para Chasin, “Fascismo” ou “Totalitarismo” atribuem uma natureza exclusivamente política a investigação da AIB desvinculando-a de outros componentes determinantes do caráter singular do integralismo no Brasil. O autor abre então uma outra dimensão da análise do projeto político da AIB ao propor uma investigação sobre o projeto de Estado da AIB investigando o seu modelo de desenvolvimento econômico.

O autor ressalta que problema das formas atípicas, ou particulares de formação do modo de produção capitalista interessa neste trabalho por ligar-se a questão do fascismo e do integralismo. O fascismo para o autor é um produto da era imperialista, é uma forma de capitalismo altamente desenvolvido, seria um fenômeno político de países industrializados.

O Brasil não apresentaria então para o autor as condições para o surgimento de um movimento desse caráter, e a ideologia integralista seria uma crítica romântica ao capitalismo uma “utopia ruralista e regressiva” com a proposta de valorização do potencial agrícola brasileiro. Salgado, para o autor vinha na esteira de uma tradição que se inicia no início do século XX, com Alberto Torres e Oliveira Vianna na perspectiva do Brasil enquanto potência agrícola.

Para Chasin, Hélió Trindade através de dois planos analíticos tenta realizar seu estudo. Primeiro adequando o surgimento da AIB a um contexto de instabilidade político-social e ao “clima intelectual” brasileiro do após-guerra, o qual teria favorecido a popularização da ideologia integralista e, da qual ela vai buscar suas raízes como pensamento nacional. E, a influência do fascismo europeu numa perspectiva de mimetismo ideológico.

No seu modo de entender, como há correlação determinante entre capitalismo e fascismo, este não podia ocorrer no Brasil, onde aquele estava em fase de atraso (“capitalismo hiper-tardio”) onde não havia, pois, condições históricas de eclosão político-social como na Europa, e para uma reação defensiva da burguesia do tipo que foi o fascismo em sua experiência italiana. Portanto, o integralismo não teria sido um fascismo, apesar das analogias e certa tendência mimética; mas uma formação ideológica peculiar, ajustada a nossa tradição de pensamento nacionalista e ao grau de desenvolvimento da economia nacional do período.

Em síntese, para o autor, Trindade se equivoca ao limitar o Fascismo como um fenômeno estritamente político e, por fundamentar sua tese da AIB como fascismo brasileiro através de uma perspectiva comportamentalista devido à utilização das entrevistas com antigos militantes. Sendo, que para Chasin, os fenômenos políticos apreendidos e explicados sem relação com o modo de produção em que se manifestam escapam a uma análise adequada.

Outro importante estudo sobre a AIB, na perspectiva de investigação sobre a natureza ideológica da AIB, foi realizado por Vasconcelos (1979), o autor contribui em sua análise sobre o pensamento político integralista denominado por ele de “Ideologia Curupira”. A dinâmica ideológica nos países da periferia do sistema capitalista é a perspectiva por qual Vasconcelos busca compreender a singularidade da AIB que para ele é um fenômeno mimético que tem um discurso guiado pelo desejo nacionalista de superar a heteronomia estrutural do país.

Para ele o diferencial do discurso integralista é que o mesmo não se legitima como herdeiro do fascismo italiano ou do nazismo, versões mais extremadas das muitas propostas centralizadoras e intervencionistas que rondavam o alvorecer do século.

A denominada “utopia autonomista” se afirmava como a legítima detentora dos interesses nacionais, uma ideologia autônoma e brasileira. Segundo o autor, não havia outra saída para os líderes da AIB, diante do quadro de dependência ao qual se encontrava o Brasil no âmbito das relações entre centro e periferia do sistema capitalista, a não ser o discurso da autonomia para a saída da dependência.

Vasconcelos (1979) interpreta a ideologia e o partido integralista numa perspectiva mimética, atribuindo a AIB como manifestação de um fenômeno de extrema direita, pois, a vida ideológica da periferia não está atrelada somente a sua estrutura social a é influenciada pelo influxo externo. Na Europa e no Brasil, é a partir do

vínculo, entre a estrutura social e trajetória da ideologia burguesa que se encontram o germe dos movimentos que o autor denomina de “totalitários”.<sup>17</sup>

O autor mistura muitos conceitos ao afirmar que os fenômenos totalitários têm seus germes dentro do pensamento burguês. Para ele a AIB reflete uma experiência de mimetismo ideológico e, é um movimento que se insere no contexto de ascensão das idéias de extrema direita.<sup>18</sup>

Em 1988 é publicado o estudo de Araújo<sup>19</sup> que mesmo não tendo a abrangência analítica dos estudos citados busca uma outra saída para explicar a singularidade da ideologia integralista de Salgado. O argumento do autor desenvolve-se no sentido de ressaltar o caráter “totalitário” que assume o integralismo nos textos de Salgado, devido à mobilização total incentivada aos militantes, com a intenção em seu projeto político de incorporar, igualmente e indistintamente, todos os setores da sociedade brasileira.

Araújo (1988) ao estudar o integralismo, tem por perspectiva teórica as concepções de Hannah Arendt<sup>20</sup>, o autor também privilegia a análise da ideologia e destaca a concepção espiritualista do líder da AIB, assim como, suas proximidades com o catolicismo social de Jackson de Figueiredo, que influencia a crítica de Salgado ao “materialismo das sociedades modernas” representados na sociedade liberal e comunista.

O autor inova ao tentar levantar a discussão conceitual sobre o caráter da ideologia integralista refutando as perspectivas do pensamento integralista enquanto expressão do pensamento “Autoritário” brasileiro e propõe interpretar o pensamento de Salgado a partir do conceito de “Totalitarismo”, devido à ênfase na noção da idéia de mobilização absoluta da população de Salgado, visando eliminar qualquer pluralismo político ou social.

---

<sup>17</sup> Vasconcelos (1979, 181-182)

<sup>18</sup> Op. cit., 1979, p.104.

<sup>19</sup> Araújo, Ricardo Benzaquén. **Totalitarismo e Revolução**. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1988.

<sup>20</sup> Na clássica obra “As Origens do Totalitarismo” a autora trata de três problemas que para ela assolam a humanidade. Trata-se do preconceito, o primeiro volume é dedicado ao anti-semitismo que para a autora foi levado ao status de arma política. Do imperialismo e do totalitarismo. Havendo relação direta entre os três fenômenos. A idéia de diferenças de caráter qualitativo entre os grupos sociais, expressa através de um preconceito racionalizado e elevado ao nível de ideologia encontra legitimação para ações hegemônicas, que leva num primeiro momento ao imperialismo e como consequência ao totalitarismo. Esta é a obra mais importante de Hannah Arendt, constitui-se numa investigação acerca da crise do século XX. O livro busca examinar as origens dos fatores que propiciaram este fenômeno, que para ela, rompeu com as categorias políticas que compunham a tradição ocidental. Sua estrutura se articula de forma que os primeiros dois volumes da obra buscam evidenciar os elementos que permitiram a configuração do totalitarismo; que no terceiro volume é apresentado como uma nova forma de governo e de dominação, baseado na organização burocrática de massas e apoiada no emprego do terror e da ideologia.

Araújo ressalta a proximidade entre o pensamento “Autoritário” e o “Totalitário” nos aspectos de crítica ao regime liberal, da sociedade burguesa e da ética individualista a ela associada. A negação a doutrina liberal é segundo o autor o ponto de proximidade entre estas duas formas de pensamento, porém a proposta totalitária vai implicar na defesa de uma mobilização absoluta, homogeneizante, disposta a eliminar todas as particularidades e diferenças, contidas no corpo social pela ação de uma ideologia unificadora.

Na perspectiva de uma organização social “Autoritária” as diferenças sociais são preservadas, sentido que configura a preponderância de uma sociedade hierárquica e da separação entre as esferas pública e privada da vida do militante político. Aspecto este inexistente, segundo Araújo num modelo social “Totalitário” onde a ideologia permeia todas as esferas da vida dos indivíduos. O autor atribui ao pensamento integralista de Salgado este aspecto “Totalitário”, que faz do indivíduo um militante rompendo com a separação do público e privado.

No intenso debate acadêmico que se inicia sobre o período, a partir dos anos 70, estão em disputa conceitos que norteiam e estruturam as discussões sobre o tema integralismo segundo visões relativas a referências teóricas diversas.

Não sendo consenso entre historiadores e cientistas sociais os conceitos adequados para fazer referência aos desdobramentos políticos no período aqui em discussão principalmente, no período denominado Estado Novo, e a respeito do movimento nacionalista fundado por Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira, o qual é especificamente nosso objeto de discussão.

Evidentemente os conceitos são designados pelos referenciais teóricos diversos dos pesquisadores, porém, em trabalhos recentes sobre a AIB notamos uma tendência em colocar em menor importância à questão se a AIB era uma espécie de fascismo. Ou, em nosso entender, qual era a sua natureza ideológica. Isto nos parece muito problemático ao se tratar de um grupo político de tendências extremadas que disputou o poder do Estado nacional na década de 30 e, até os dias atuais aglutina centenas de militantes espalhados por todo o país.

A polêmica entre Chasin e Trindade é estimulante no sentido de pensarmos a singularidade da experiência integralista no Brasil. A obra de Trindade no seu argumento central, que configura como título da obra, “Integralismo como fascismo brasileiro na década de 30”, porém nos parece questionável.

Os autores discutidos acima são consensuais a respeito da composição social da AIB por indivíduos da pequena burguesia ou classes médias. A AIB tinha também em suas fileiras indivíduos de outros extratos sociais que buscavam formas de inserção na sociedade, como imigrantes de origem pobre, japoneses, negros e elementos das antigas elites tradicionais pelo interior do país. Que viam seu *status quo* sendo perdido diante das transformações oriundas do processo de revolução burguesa e expansão do sistema do capital nas primeiras décadas do século XX e encontravam nos núcleos da AIB um caminho de afirmação social.

A afirmação da AIB como um partido em sua maioria formado pelas classes médias não é o suficiente para receber a atribuição generalizante de fascista, mesmo com outras semelhanças a nível de organização e socialização ideológica.

O fato de que a pequena burguesia pudesse contribuir de modo determinante para o sucesso dos movimentos fascistas, fornecendo-lhes os quadros e as bases de massa na fase de ascensão e um consenso ativo na fase de regime, estimularam argumentações a respeito do fator determinante das classes médias para o êxito dos regimes fascistas.

A esse respeito, o estudo de Héglio Trindade sobre a Ação Integralista segue esta linha de argumentação, e se situa na tendência das teorias fascistas generalizantes, ao tentar buscar uma identificação da experiência brasileira da AIB com as ocorrentes na Europa ao afirmar que o integralismo é uma forma de “Fascismo” brasileiro.

Enquanto parece hoje já bastante provado e debatido o papel que a pequena burguesia desempenhou como base de massa dos movimentos fascistas, apresenta-se ainda como problemática, a tentativa de mostrar o Fascismo, enquanto regime, como expressão da pequena burguesia no poder, ou da busca da mesma pelo poder, como no caso brasileiro da AIB. Não nos parece convincente que as opções fundamentais dos regimes fascistas respondessem a uma lógica oposta aos interesses das antigas classes dominantes nem que pudessem ser referidas a um projeto de transformação social dotada de uma autonomia própria e tendente a conferir à pequena burguesia, antiga ou nova, um papel hegemônico no seio da sociedade.

Pensamos ser a justaposição dos conceitos o critério fundamental para evitar generalidades. E se formos atribuir o conceito de “Fascismo” as experiências do Brasil, Itália, Portugal, Alemanha e Espanha entre outros países onde ocorreram fenômenos aproximados, certamente perderemos as singularidades dos movimentos investigados

com as particularidades de suas experiências nacionais, no nível cultural e no aspecto de inserção no sistema capitalista mundial.

Nesse sentido nos parece que a análise de Chasin avança ao inserir o debate acerca do caráter político do integralismo de Plínio Salgado com a especificidade do momento do capitalismo brasileiro em 1930. Sua tese de que a AIB é um fenômeno de um capitalismo “hiper-tardio” não ajustado as circunstâncias históricas originais de formação do fascismo italiano vai de encontro com as perspectivas que atribuem ao caso italiano à unanimidade do conceito. Seguindo a perspectiva da historiografia marxista, ele situa o fenômeno como consequência da crise do sistema do capital, e seus atores sociais como representantes da pequena burguesia.

A teoria do Fascismo como ditadura da burguesia, constitui ainda hoje a chave interpretativa predominante nos estudos que têm como modelo de referência o marxismo e sua concepção de mudança histórica. A análise de Chasin ao que nos parece segue a tradição da historiografia marxista ao pensar a ideologia integralista de Salgado como um pensamento de reação ao liberalismo no Brasil na década de 1930, com base social na pequena burguesia.

Chasin atribui eclosão do fascismo a crise histórica do capitalismo, porém, distingue a especificidade da Ação Integralista Brasileira no contexto nacional de um capitalismo “hiper-tardio”. Devido a esta singularidade a AIB não poderia ser identificada com um movimento “Fascista”, já que este seria um fenômeno do capitalismo avançado.

Pensamos que Chasin segue a posição da teoria singularizante sobre o fascismo, mesmo seguindo como referencial teórico a historiografia marxista. Segundo Ernest Nolte (1963), a produção acadêmica marxista sobre o fascismo defende a teoria generalizante como critério explicativo para os fenômenos de extremismo político de direita na primeira metade do século XX. Neste ponto o autor é original em sua análise, procurando um caminho próprio para a sua explicação.

Devido às divergências conceituais sobre os estudos realizados na década de 70 e 80 sobre a AIB e a ausência deste debate em produções recentes buscamos colocar em discussão o conceito pertinente dentro das ciências sociais para qualificarmos a natureza da ideologia integralista.

### **4.3 Autoritarismo e extremismo de direita: a questão da mobilização política.**

Pensando nas perspectivas teóricas apontadas pelos quatro autores em discussão, Trindade (1974), Chasin (1978), Vasconcelos (1979) e Araújo (1988), nosso foi refletir sobre os conceitos de Autoritarismo, Fascismo e Totalitarismo na busca do conceito mais adequado para nossa investigação sobre a ideologia integralista propalada através de sua imprensa.

No campo de estudos da história política brasileira conceitos como “Autoritarismo”, “Totalitarismo” e “Fascismo”, são utilizados dentro das análises existentes principalmente sobre o período Vargas e especificamente sobre a AIB. Julgamos então ser pertinente algumas distinções entre os mesmos.

A mobilização política da sociedade e os instrumentos a que a elite governamental recorre podem ser caminhos a seguir para colocar alguns elementos para desvencilhar a concepção da AIB como ideologia autoritária, nesse sentido, a idéia de mobilização proporciona contrastes para a diferenciação entre o autoritarismo de Vargas e o extremismo de direita da AIB.

A conceituação de “Autoritário” em nossa concepção é mais pertinente ao governo de Vargas e, aos intelectuais, que influenciaram a configuração ideológica integralista, como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Pois, estes não preconizavam uma transformação do modelo societal, mas sim uma manutenção da ordem vigente através de estruturas mais eficazes contra as tensões sociais, defendendo uma “Ideologia de Estado”, na acepção de Lamounier (1977).

Para Paranhos (1999, p.82), a ideologia do trabalhismo é considerada uma região ideológica da ideologia de Estado, a sua gestação e surgimento se fundem e confundem com o culto ao “Estado autoritário” e seu “criador”.

A ideologia do trabalhismo, segundo o autor, como parte da ideologia de Estado continha um potencial mobilizador efetuado pelo corporativismo enquanto projeto organizativo da sociedade brasileira na década de 30.

A ideologia do trabalhismo desenvolvida pela propaganda política varguista tem seu ponto alto em 1942-1943, momento de sua consolidação, onde o Departamento de Imprensa e Propaganda desempenhou um papel fundamental.

A obra de Adalberto Paranhos (1999) nos fez questionar no período varguista do Estado Novo, em relação aos limites de seu autoritarismo e, de fato se o mesmo não era

um governo mais que autoritário? Como aponta o autor, apesar da ausência de um partido único, o trabalhismo nacionalista varguista ocupou uma posição comparável a uma ideologia oficial<sup>21</sup> dentro de um Estado com ausência de partidos políticos, dentro de uma estrutura mobilizadora, exercida pelos sindicatos varguistas.

É necessário pensar nos limites da viabilização da proposta corporativista pretendida ao longo da primeira metade do século XX no Brasil. Afirmamos aqui, que em nosso entender, que este não é o principal elemento para buscarmos uma análise da possível aproximação entre os projetos políticos da AIB ou do Estado Novo. Mas salientamos algumas das influências presentes na legitimação da Constituição de 1937. Pois se relacionam com formação das ideologias em disputa no período.

O Projeto autoritário-corporativista encontra defensores desde o momento da projeção dos tenentes dentro do governo de Vargas<sup>22</sup> e é defendido por muitos ideólogos do regime como Azevedo Amaral, que traduziu no Brasil “O século do Corporativismo” de Manoilescu, ao qual já fizemos referência. Para Azevedo Amaral o corporativismo representava a superação do “fatalismo liberal” como afirma em suas obras em defesa dos desdobramentos da Revolução de 30<sup>23</sup>.

Segundo, Munakata (1981), para esses apologistas do Estado o problema não consistia necessariamente no capitalismo, e sim na lógica liberal norteando o sistema. Pois, dentro de uma organização corporativista, seria possível a colaboração das “corporações” submetidas aos mecanismos institucionais sob a tutela do Estado numa lógica organicista e tecnocrática<sup>24</sup>.

O liberalismo na verdade, para muitos desses ideólogos do corporativismo, era o fator impulsionador da entrada do comunismo no Brasil. Para Azevedo Amaral (1938,

---

<sup>21</sup> “Assistimos, aqui, a mais um ato de fabricação de uma ideologia que incorpora elementos de ideologias, em maior ou menor grau, lhe são contrapostos. Mas o ato de incorporação é ao mesmo tempo, o prolongamento do ato de redefinição do seu sentido. Não é novidade que uma parte, deslocada do contexto que conferia uma significação específica, não é mais a mesma parte quando ligada a outra totalidade significativa. [...] Por todas essas razões, a ideologia do trabalhismo é a resultante da confluência de distintas influências e perspectivas de classe. E não o mero produto do mero cálculo interesseiro, plenamente intencional, dos agentes do Estado ou da burguesia brasileira. É possível identificar nela as impressões congênicas deixadas pelas lutas das classes trabalhadoras. Nem por isso podemos desconsiderar que, em última análise, ela é uma fala roubada aos trabalhadores, reformulada e a eles devolvida como mito.” PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p.22. (Coleção Mundo do Trabalho)

<sup>22</sup> ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. A Legislação Social nos anos 30: um estudo do processo decisório. In: **História & Perspectivas**, n 7, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1992.

<sup>23</sup> AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

\_\_\_\_\_. **Getúlio Vargas: Estadista**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

<sup>24</sup> MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1981.

p.193) na relação entre corporativismo econômico e capitalismo ele afirmava. “[...] o novo regime brasileiro é no plano econômico essencialmente capitalista”.

Francisco Campos afirmava; “O corporativismo mata o comunismo, assim como, o liberalismo gera o comunismo. O corporativismo interrompe o processo de decomposição do mundo capitalista previsto por Marx como resultante da anarquia liberal”<sup>25</sup>.

Os ideólogos do período varguista se posicionavam contra o dedutivismo jurídico-formal em favor do que Lamounier (1977) denominou de “objetivismo tecnocrático”. O Estado Novo era uma solução realista diante dos problemas nacionais e do contexto internacional. Seu fundamento era que a realidade deveria ser ajustada a um único modelo político<sup>26</sup>.

Um dos traços marcantes das elaborações ideológicas oficiais na década de 30 e na primeira metade de 40 é o nacionalismo. E, é baseada numa retórica nacionalista que se configuram a ideologia integralista e a ideologia do trabalhismo como legitimação dos acontecimentos que se iniciaram aqui com a “Revolução de 30”.

Karl Lowenstein (1964) buscou estabelecer uma linha divisória entre o que compreende por autoritarismo e totalitarismo. O primeiro não tem uma ideologia consistente e não é mobilizador, para o referido autor todo, o regime autoritário tem uma “ideologia oficial”. Para ele, nenhuma sociedade estatal pode existir sem uma autojustificação moral ou intelectual, ainda que na maior parte das vezes, não esteja consistentemente formulada, nem se cumpra em todas as suas conseqüências<sup>27</sup>.

Nos anos 60 Juan Linz (1964) a respeito do debate em questão concorda com esses dois aspectos, porém não favorece clareza argumentativa ao afirmar que no Brasil existia na verdade apenas uma mentalidade autoritária, ele afirma “a ausência de uma ideologia elaborada e condutora”<sup>28</sup>.

Fausto (1972), seguindo as teses de Linz (1964), tenta adequá-las ao Estado Novo e afirma que não foi elaborada uma ideologia autoritária consistente e o mesmo se caracterizou pela difusão de uma mentalidade autoritária, formada por um conjunto de

---

<sup>25</sup> CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. Sua estrutura – seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p.62.

<sup>26</sup> LAMOUNIER, Bolívar. “O objetivismo combina a noção positivista de uma realidade externa ao observador e suscetível de apreensão cabal com a teoria das instituições da sociologia histórico-naturalista, na qual se presume a existência de uma correlação unívoca das instituições ou formas políticas com a realidade”. op.cit., p. 364.

<sup>27</sup> LOWENSTEIN, Karl. **Teoría de la Constitución**. Barcelona: Ariel, 1964. p. 76.

<sup>28</sup> LINZ, Juan J. apud PANHAROS, Adalberto. **O roubo da fala**. Origens da ideologia do trabalhismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. (Coleção Mundo do Trabalho).

princípios sem conteúdo muito definido, como idéias a respeito de centralização administrativa, integração<sup>29</sup> nacional e hierarquia. Admitindo uma mobilização social mais eficaz somente após 1942<sup>30</sup>.

Na perspectiva de definição de um fenômeno político autoritário como ausente da existência de um partido político também segue o argumento de Rodrigues (1996, p. 532.). Para o autor o Estado Novo faz parte de um processo mais amplo de capitulação da sociedade civil face ao Estado, ao aproximá-lo de um fenômeno Bonapartista, destaca como traços distintivos do “Bonapartismo Getulista”, a falta de um partido político e de uma ideologia elaborada.

No debate a respeito do governo Vargas a questão da distinção entre a inexistência de uma ideologia oficial elaborada e difundida pelos aparelhos ideológicos do Estado e de um partido único de massa, norteia as análises consultadas em nossa investigação que como elementos característicos de um regime autoritário.

O nacionalismo e o corporativismo não são elementos que comprovam a idéia de mobilização social no governo Vargas.

Novamente fazemos referência a Lamounier (1977), que diverge em parte dos autores acima citados. A importância de sua análise em nossa investigação norteou o trabalho de distinção entre as perspectivas autoritária e Integralista na história política nacional. O autor afirma a existência de uma matriz comum entre os pensadores autoritários; a existência de uma Ideologia de Estado. Porém para ele os regimes autoritários também não são mobilizadores, pois são norteados por uma concepção elitista da irracionalidade dos menos esclarecidos, por isso os mesmos não são mobilizados de forma massificada pelas lideranças políticas.

No debate a respeito da questão da mobilização social no governo Vargas, especificamente no Estado Novo, Paranhos (1999) valoriza a influência e o alcance da atuação do DIP na difusão da propaganda política varguista e do Ministério do Trabalho na mobilização social. O autor diverge de Lamounier (1977), pois defende a idéia de mobilização no governo Vargas, mesmo antes do Estado Novo, até mesmo, com a instrumentalização das milícias integralistas (PANHAROS, 1999, p.116 ) e depois com os sindicatos através do trabalhismo. Segundo suas afirmações:

---

<sup>29</sup> RODRIGUES, Lêoncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: **Sociedade e Política (1930-1964)**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 532.

<sup>30</sup> FAUSTO, Boris. Pequenos Ensaio de História da República (1889-1945). São Paulo, **Cebrap**, Caderno 10, 1972.

Diferentemente desse modo de conceber tais regimes, em especial o “Estado Novo”, para mim a perspectiva de mobilização está posta, ao menos potencialmente, na ideologia de Estado, tal como esta se expressa na ditadura estado-novista. Por outras palavras, a perspectiva da mobilização, existe por assim dizer, em estado larvar, como uma “reserva de mobilização” que, em momentos de emergência política, poderia ser acionada para passar, em termos aristotélicos, da condição de potência a de ato. E, de meu ponto de vista, a ideologia do trabalhismo, como braço potencialmente mobilizador da ideologia de Estado, vai atuar precisamente nesse sentido quando se abre a crise política do “Estado Novo” na conjuntura de 1942/1943<sup>31</sup>.

No debate ao qual fazemos referência Paranhos (1999) diverge dos autores por nós citados, pois os mesmos se pautam na questão mobilização/ideologia para a conceituação de um estado autoritário. Na sua interpretação do Estado Novo existia uma ideologia representada pelo trabalhismo e ocorria o controle e a mobilização social no governo Vargas.

Questionamos a dimensão efetiva do alcance do propósito de Getúlio Vargas de concretização de uma mobilização ampla, defendido pelo autor. Ao pensarmos os setores variados da sociedade nacional, questionamos o alcance e/ou a aceitabilidade da ideologia do trabalhismo. Poderíamos pensar como exemplo, a efetivação da referida ideologia entre os trabalhadores rurais. Nesse sentido, supervalorizada a influência do conteúdo nacionalista trabalhista difundido no governo Vargas como forma de mobilização social total através de uma estrutura corporativista. Não enquanto mobilização de massa. Basta pensarmos no número de trabalhadores sindicalizados pelos sindicatos oficiais.

Capellato (1998), comparando a propaganda política do Varguismo e do Peronismo, afirma que devido à própria natureza da efetivação do Estado Novo, através de um golpe com apoio de setores dominantes e das Forças Armadas, “tendo como meta a realização do progresso dentro da ordem”, a mobilização das massas, de forma ampla, tinha menor importância, assim como, a intensidade de divulgação da propaganda política.

A autora contribuiu para a elucidação da valorização excessiva dada a questão da mobilização política e social no Estado Novo. Ao comparar com a experiência Argentina a autora atribui a este a explicação do caráter mais mobilizador que assumiu o

---

<sup>31</sup> PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p. 115.

Peronismo, comparado ao brasileiro, inaugurado com a participação e o apoio das massas e com uma maior intensificação da propaganda política<sup>32</sup>.

Nos regimes autoritários, entendemos que a mobilização da sociedade é limitada, entre Estado e sociedade permanece uma linha de fronteira precisa. Na existência ou não do pluralismo partidários, como o período do Estado Novo, as facções políticas mantêm grande parte de sua autonomia e o Governo desempenha a função de árbitro a seu respeito e encontra neles um limite para o seu poder.

O controle da educação e dos meios de comunicação não vai além de certos limites e a oposição política é relativamente tolerada. Durante o Estado Novo, o governo de Vargas recorreu aos instrumentos tradicionais de poder político; exército, polícia, magistratura, burocracia e imprensa. Não recorrendo a práticas mais explícitas e intensas de repressão e socialização ideológica, como por exemplo, ocorreram nas experiências de extremismo político na Europa.

Nos regimes de extrema direita a interação entre Estado e sociedade é grande; o Estado tende a absorver a sociedade inteira. Neles, é suprimido não apenas o pluralismo partidário, mas a própria autonomia dos grupos de pressão que são absorvidos na estrutura de poder e são a elas subordinados. O poder político administra diretamente as atividades econômicas ou a dirige para seus próprios fins, monopoliza os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino, não tolera manifestações de oposição e busca penetrar em todas as esferas de vida do indivíduo rompendo a distinção do caráter público-privado da vida social através de mecanismos de socialização ideológica.

Os regimes políticos autoritários privilegiam a autoridade governamental, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas, porém não as anulando.

Nesse sentido, a oposição e a autonomia dos partidos políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições representativas são substancialmente esvaziadas. As ideologias autoritárias são ideologias que negam os princípios constitutivos da tradição liberal-democrática em detrimento do princípio hierárquico corporativista representado na figura do líder ou do partido único.

A centralidade do princípio de autoridade é um caráter comum do autoritarismo e, a interação ampla entre Estado e sociedade através da mobilização social figura como

---

<sup>32</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 57. (Coleção Textos do tempo).

traço distintivo entre os fenômenos de extremismo de direita e o autoritarismo. A autoridade, no caso, é entendida em sentido particular, reduzido na medida em que é condicionada por uma estrutura política rigidamente organizada, por sua vez escorada numa visão de desigualdade natural entre os homens e exclui ou reduz ao mínimo a participação do povo no poder e comporta normalmente um notável emprego de meios coercitivos.

É claro que do ponto de vista dos valores ditos democráticos o autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade. Por outro lado, do ponto de vista das lideranças destes regimes aqui em discussão, é o igualitarismo democrático que não tem condições de produzir a “verdadeira” autoridade.

É fato que “Autoritarismo” é um dos conceitos, tal como, “Fascismo” e “Totalitarismo”, que surgiram e, foi usado em contraposição a concepção liberal de “democracia”, pretendendo-se acentuar num caso ou noutro parâmetros antidemocráticos. Na verdade, as fronteiras entre estes conceitos são pouco claras e até mesmo instáveis em relação as diferentes experiências históricas a que são atribuídos.

No campo das ideologias políticas existe uma tendência em limitar o uso do termo “Autoritarismo” para as ideologias nas qual a acentuação da importância da autoridade e da estrutura hierárquica da sociedade tem uma função conservadora de manutenção da ordem. Nesse sentido as ideologias autoritárias são ideologias da ordem e distinguem-se daquelas que defendem a transformação mais radical da sociedade, como os projetos político das tendências de extrema direita, inaugurado como regime de Estado na Europa primeiramente com o fascismo italiano ou como no caso da ideologia da AIB.

O Autoritarismo enquanto ideologia da ordem se distingue, por exemplo, da experiência fascista italiana ou nazista, pois ele impõe a obediência através dos aparelhos ideológicos do Estado, rompendo com os pressupostos da liberal-democracia, mas não necessariamente com as suas instituições, e não há mobilização social em torno de uma ideologia oficial, como no caso da experiência varguista.

Nesse sentido, o pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, que é considerada como valor supremo. Sem um ordenamento rigidamente hierárquico, a sociedade vai fatalmente ao encontro do caos e da desagregação. Aqui no Brasil estas perspectivas foram defendidas pelos teóricos da “Ideologia de Estado” no Brasil.

A Ação Integralista Brasileira, não pode a nosso ver ser denominada de “Autoritária”, pois preconizava além da manutenção da ordem, e sim um novo modelo de organização do Estado. Mas, também não pode receber a mesma denominação da experiência italiana para que não retornemos as generalizações, de experiências históricas e políticas que não são homogêneas. E, que a nosso ver, seriam ainda mais potencializadas com o conceito de “Totalitarismo”, que com suas deficiências em nível de análise atribui de forma ambígua a mesma definição a experiências diferenciadas, em suas ideologias e, nos aspectos de organização política e econômica.

A AIB, como partido de massa no período, colocou em prática sua parafernália burocrática de instituições, durante seus sete anos de existência legal e conseguiu levar seus militantes a praticas de socialização política através de uma ideologia mobilizadora. Outros movimentos de extremismo político no Brasil do período por não conseguirem se estabelecer enquanto movimento ou partido numericamente representativo, foram efêmeros.

A formulação ideológica elaborada, divulgada e propalada pela imprensa integralista era caracterizada como uma proposta de projeto político onde os elementos ideológicos do “Estado Integral” tinham como requisito uma intensa e imprescindível mobilização política e, não somente a proposta de um Estado Forte e centralizado. Uma distinção importante entre grupos conservadores e ideólogos autoritários que marcaram a história política brasileira na segunda metade do século XX.

A ideologia de integralista propõe uma modelo de militância que só pode ser possibilitado numa relação de interação entre Estado e sociedade através de aparelhos que possibilitem a socialização ideológica; como cerimônias, desfiles, reuniões. A utilização dos meios de comunicação e a ambição de tornar a ideologia do partido como hegemônica do Estado.

Conteúdos ideológicos da AIB, como a questão da mobilização e da socialização ideológica, são distintos do modelo de “Ideologia de Estado” formulado por Bolívar Lamounier (1977), ao qual Torres e Vianna, são representantes. A ideologia autoritária preserva a diferenciação entre sociedade e Estado em manutenção da ordem.

Segundo Cytrynowicz (1992, p. 170):

A ideologia autoritária preserva a diferenciação entre sociedade e Estado, enquanto o integralismo rompe o aspecto aristocrático, anti-mobilizante, fazendo um discurso dirigido as massas. Conclama à mobilização das massas, sempre organizadas, devidamente instruídas, hierarquizadas e controladas pelo líder,

como nos desfiles: uniforme, disciplina militar, coordenação de todos os movimentos e comando central. Para Benzáquem de Araújo, o integralismo se diferencia do conservadorismo autoritário de Azevedo de Amaral, Francisco campos e Cândido Mota Filho, pois este conservadorismo liga-se a uma herança de país marcadas por valores como conciliação, patriarcalismo. Mantém mediações entre o público e o privado. O integralismo pretendia romper com esta tradição, instituindo a disciplina, a impessoalidade da doutrina e a mobilização popular<sup>33</sup>.

As diferenças do pensamento político desses autores são explicitadas na ênfase dos pressupostos de um Estado legitimado como mantenedor da ordem, onde a vida política é restrita aos pressupostos de uma participação política restrita e vigiada, sendo a questão da mobilização política encarada como uma ameaça a manutenção do poder vigente.

Por seus pressupostos gerais o modelo de organização política sugerido por Oliveira Vianna se aproxima do tipo de Estado caracterizado pelo que David Apter denomina um sistema hierárquico de autoridade. Este sistema de autoridade relaciona-se a um Estado Intervencionista que, paralelamente a sua intervenção na vida social e econômica, restringe a participação política as áreas de participação privada. A estrutura hierárquica de autoridade age no sentido de estabelecer um controle vertical sobre a sociedade, inibindo a formação de esferas intermediárias de poder, que não estejam subordinadas a autoridade central. É o caso dos órgãos de representação política autônoma, que não encontram, nesse sistema condições de expansão<sup>34</sup>.

Plínio Salgado encontrou um campo fértil de discussão nos temas difundidos por intelectuais autoritários como Torres, Vianna e J. Figueiredo e, eles serão porta-estandartes para a propaganda política integralista que, em uma situação favorável, com a popularização da imprensa jornalística e editorial levava suas idéias para o cenário público.

O projeto político do “Estado Integral” formulado pelos líderes da AIB, preservava a formulação da urgência de um Estado centralizado contra as insuficiências do modelo liberal e os perigos do comunismo, porém a sociedade seria reorganizada sobre outra ótica, onde a interação entre individuo e sociedade, deveria exigir um Estado com um alto grau de mobilização.

<sup>33</sup> CYTRYNOWICZ, R. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1992, p.170.

<sup>34</sup>FELIX, Lolita Otero. **Revista da UFRGS**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas., Porto Alegre, v.13, 1985, p109.

Nos dois períodos do governo Vargas muitos dos intelectuais e políticos que legitimaram o ideal de um Estado Forte e de um projeto político verdadeiramente nacional irão se cruzar nos corredores do poder; como a atuação de Oliveira Vianna ocupando cargos em Comissões Técnicas ao longo do Governo Vargas, e os homens da cúpula hierárquica integralista que também fizeram parte de momentos significativos do Estado Novo como Olympio Mourão Filho e Miguel Reale, entre outros.

Nesse sentido, acreditamos que as experiências políticas no Brasil refletiam obviamente um contexto instabilidade política e econômica internacional, potencializada com a emergência de novas ideologias. Porém, no Brasil os germes das tendências do extremismo político são desdobramentos de uma tradição política conservadora que repudiava os paradigmas da liberal-democracia e do comunismo.

As idéias e propostas dos dois demiurgos do autoritarismo, Torres e Vianna e as concepções do catolicismo social de Jackson de Figueiredo forneceram munção para a disputa de discursos políticos de correntes políticas que nem sempre atuaram em conjunto.

Estes pensadores foram os apóstolos do Estado autocrático inaugurado no Brasil em 1930. As ideologias de Estado defendidas por estes pensadores tiveram grande repercussão, através da explosão editorial das primeiras décadas do século XX e suas idéias influenciaram novas gerações de pensadores e políticos nacionalistas como Plínio Salgado.

A ideologia integralista de Salgado foi influenciada pelas idéias nacionalistas, antiliberais, anticomunistas e do catolicismo social em popularidade no período. A repercussão desses temas na imprensa nacional do período proporcionou também muitas outras publicações de segmentos políticos diversos, que colocavam pela primeira vez a conjuntura brasileira em debate, pois até então o mercado editorial nacional era alimentado por títulos de obras estrangeiras.

Porém, o denominado “Chefe Supremo da AIB” capta elementos em discussão na imprensa nacional nas primeiras décadas do século XX e as articula a uma ideologia que não queria simplesmente o fortalecimento e o aperfeiçoamento do Estado, e sim, um novo Estado denominado por ele de Estado Integral.

O Estado Integral era corporativo, assim como pensava Vianna, organicista, e tecnocrático e nacionalista como queria Torres. Esse Estado centralizado, seja através do Poder Coordenador ou de uma Consciência Coletiva, tinha no Estado projetado pelos integralistas, um outro caráter. O de uma sociedade controlada por uma ideologia

totalizante que rompia a esfera entre a dimensão pública e privada para levar adiante a socialização ideológica de seus súditos.

Bolívar Lamounier foi fundamental para compreendermos as diferenças entre o pensamento político de Torres e Vianna e Plínio Salgado. Eles almejavam construir o fortalecimento do Estado nacional sem seguir os postulados liberais democráticos. Figueiredo dá o tom mais místico onde só a mudança coletiva não é o suficiente e os integralistas captam a lição. E, Salgado através de sua imprensa difunde a idéia que a Revolução integralista era também revolução moral, uma “revolução do espírito” que proporcionaria também um novo indivíduo, “homem integral”.

No Brasil o movimento revisionista proporciona as bases ideológicas aos discursos nacionalistas de direita, neste mesmo momento aqui também eclodirão novos movimentos políticos representando tendências diferenciadas que almejavam outro modelo de Estado nacional.

A formulação integralista para o Estado nacional na década de 30, era diferenciada do Estado pregado pelos intelectuais da Campanha revisionista. Era alicerçada na proposta de Estado singular; o Estado Integral e tinha como condição para sua efetivação a afirmação na mobilização política como diferencial das propostas autoritárias então em voga, nas recentes décadas de nossa experiência republicana.

Pensamos que a ideologia integralista situa-se como representante do pensamento de extrema-direita no Brasil, dentro de uma perspectiva de interpretação onde as experiências de extremismo político são encaradas com o um fenômeno internacional na primeira metade do século XX de reação ao liberalismo e ao comunismo.

#### **4.4 A debilidade argumentativa como uma das marcas distintivas das ideologias de extrema direita.**

A imprensa brasileira em processo de popularização no período foi o canal da propaganda política de variados projetos políticos e a influência das “Ideologias de Estado” (LAMOUNIER, 1977) foi decisiva na construção das tendências políticas da direita na década de 30.

É importante destacar que em nossa investigação sobre a AIB privilegiamos, entre os estudos específicos do tema, as obras produzidas na década de 70, pois a

preocupação com a natureza ideológica e organizacional do integralismo nelas contidas produziu um debate importante e controvertido sobre história política nacional.

Para Konder (2002), é na prática política que a ideologia<sup>35</sup> manifesta mais explicitamente seu poder de enviesamento e, em certas concepções ideológicas, como o caso da AIB, o “sujeito da ação política” atua de maneira a mobilizar pessoas. As idéias políticas, segundo o autor, têm como características se configurarem na influencia de duas referências contrapostas, “legitimando-se através da universalidade dos princípios e viabilizando-se por meio das motivações particulares”.

Nesse sentido, as ideologias que se sujeitam na íntegra a “universalidade dos princípios” estariam impossibilitadas de proporcionar uma mobilização ampla, e contínua nas experiências nacionais particulares. Pois a realidade dos contextos históricos nacionais não seria articulada as propostas políticas que necessitam do que o autor denomina de “motivações particulares” para a sua aceitabilidade.

---

<sup>35</sup> O termo ideologia surgiu no início do século XIX com um sentido positivo: segundo Destutt de Tracy, a “ideologia” seria a ciência das idéias, que por sua vez seriam a síntese dos conhecimentos obtidos através das experiências sensoriais dos seres humanos (conforme a teoria do conhecimento elaborada por John Locke e adotada pela maioria dos representantes do Iluminismo ao longo do século XVIII). O grupo dos ideólogos constituído em torno de Destutt de Tracy dispôs-se a “orientar” Napoleão Bonaparte e foi asperamente repellido e criticado pelo imperador. Napoleão ridicularizou as pretensões dos “ideólogos”, afirmou que eles não entendiam nada de política e se tornou, assim, o primeiro a usar o termo ideologia com um sentido negativo. Karl Marx retomou a palavra na acepção crítica que lhe conferira Napoleão e desenvolveu toda uma teoria a respeito, para o teórico comunista todo o conhecimento e toda a representação da realidade em geral se ressentem das pressões que derivam da divisão social do trabalho, da existência na sociedade de classes e de grupos com interesses particulares distintos que colidem uns com os outros. Não só um reflexo do mundo real, como também nos seus projetos, todos tendem a atribuir uma dimensão significativa forçadamente universal a sua percepção e aos seus valores particulares.

Do ponto de vista da direita, duas atitudes são possíveis em face à questão da ideologia, tal como Marx a apresentou: a interdependência entre a construção do conhecimento e os interesses e desejos particulares de grupos ou classes é reconhecida como inevitável e todo e qualquer conhecimento é encarado como ideológico (caso em que ocorre uma redução do conhecimento à ideologia), ou então a distorção ideológica é vista como mera falha decorrente de malícia ou deficiência na busca do conhecimento “verdadeiro” (caso em que a distorção ideológica passa a ser a consequência de um defeito, que precisa ser superado por uma disposição mais honesta ou mais lúcida na elaboração do conhecimento). Um exemplo da primeira atitude se encontra em Mussolini, que caracterizava os fascistas de progressistas ou conservadores, reacionários ou revolucionários, legalistas ou subversivos, dependendo do momento e das circunstâncias (Opera Omnia, vol. XVI, p. 212); a segunda atitude mais freqüente, é comum a diversos tipos de perspectivas conservadoras, que vão desde os tradicionalistas de matriz religiosa aos “positivismos” de sentido lato. Durkheim, por exemplo, compara os preconceitos ideológicos a doenças que perturbam a visão, como o “daltonismo” e o “glaucoma” (La science sociale et l’action.). Em ambos os casos, a questão da ideologia deixa de ser encarada como um desafio dramático que exige o desenvolvimento da dimensão crítica e autocrítica na construção do conhecimento e no seu tenso confronto com a ação. Desse modo, o tema tende a perder sua importância aos olhos da direita. KONDER, Leandro. Ideologia. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 249.

A ideologia integralista, a assim como, de seus congêneres europeus, é pragmática e incoerente, é articulada para fins práticos, se adaptando conforme as circunstâncias. O posicionamento da AIB oscilava, ora afirmando sua identidade com o fascismo italiano e o nazismo, ou afirmando-se como representante de um projeto genuinamente nacional, como foi evidenciado nesta investigação através das páginas do jornal *Acção*.

Porém, as tendências de extrema direita em ascensão no início do século XX, têm como característica elementar de seus discursos o nacionalismo. E, a AIB na sua propaganda política rearticula e reinterpreta as concepções da tradição de pensamento nacionalista autoritário e conservador que se inicia no Brasil com os críticos revisionistas da primeira República, proporcionando as “motivações particulares” na legitimação de seu projeto de Estado.

Segundo Konder (2002), as ideologias conservadoras proporcionaram as bases para as propostas antidemocráticas e elitistas, nessa perspectiva os integralistas buscavam driblar o desafio de se apresentarem como uma alternativa nacional inseridos numa conjuntura internacional de projetos políticos que aspiravam à universalidade.

Em face desse processo histórico, a ideologia conservadora atua de duas maneiras diversas: 1) em uma linha explicitamente antidemocrática, de oposição ao processo e 2) uma linha que o declara sua adesão ao movimento de construção e aprimoramento da cidadania, porém de fato subordina o apoio à preservação do controle feito por setores de elite.

Na primeira linha se encontram os movimentos de extrema direita, como o fascismo e o nazismo. Em vez de se limitarem a uma resistência passiva as mudanças, esses conservadores radicais são ativistas, tomam iniciativas ousadas. Em sua atuação no século XX, eles não hesitaram em saquear até o quadro das experiências práticas e o acervo conceitual da esquerda revolucionária.

Mussolini, por exemplo, buscou em Marx dois conceitos essenciais (modificando-os é claro): o de luta de classes e o de ideologia. Reconhecendo a existência da luta de classes, o Duce corrigiu o autor de *O capital*, sustentando que era exatamente para disciplinar o conflito que precisava ser criado um Estado forte, ditatorial, capaz de se impor tanto aos capitalistas como aos trabalhadores: o Estado fascista.

E, admitindo a justeza da observação de Marx segundo a qual é impossível avaliar mais aprofundamente uma idéia sem levar em conta seu condicionamento histórico e seu uso social, Mussolini concluiu que afinal tudo é ideologia e no seu discurso só importa mesmo a utilidade imediata do que está sendo dito. De tal modo que a unidade de teoria é prática, pensada por Marx, virou uma pragmática identidade de teoria e prática. A teoria perdeu a capacidade de criticar a ação, conhecimento deixou de ter exigências próprias significativas.

Coerente com sua perspectiva, Mussolini dispensava qualquer compromisso com a coerência. Definia o fascismo como um movimento super-relativista, porém admitia que ele precisava do mito da italianidade. Anunciou que os fasci jamais se tornariam um partido e poucos meses depois presidiu o congresso de fundação do Partido Nacional Fascista, caracterizando-o como coroamento da experiência anterior. Fez pronunciamentos pela monarquia e pela república.

Justificando a violência fascista, assegurou que ela não era imoral por que não era fria e calculada, e sim instintiva e impulsiva. Alguns meses mais tarde exaltou a violência fascista e porque ela era “pensante, racional, cirúrgica” (Konder, 1977, p.32).

Tudo isso para o Duce era compatível com sua concepção da ideologia, quer dizer, correspondia a um conceito de ideologia que reduzia a construção do conhecimento à racionalização dos desejos e interesses e à produção de armas usadas nos conflitos políticos, sempre em função das circunstâncias e das conveniências momentâneas.

Essa concepção rudemente pragmática de ideologia não foi adotada somente por Mussolini e pelos fascistas; com algumas variações, de fato, ela teve muitos outros adeptos nos anos 20 e 30 [...] <sup>36</sup>.

Para evidenciar a incoerência do posicionamento político da AIB na sua imprensa, neste estudo, foi destacada a postura incoerente e defensiva do jornal *Acção* a respeito das acusações que o integralismo recebia enquanto organização política de extrema-direita.

Desde seu período de atuação legal, o jornal produziu alguns artigos, que ao longo da existência do diário paulista, abordaram sempre de forma incoerente e evasiva a acusação de que a AIB era representante de uma ideologia de extrema-direita.

O posicionamento da AIB sobre seus congêneres europeus era contraditório e se adaptava as circunstâncias, em determinados momentos a AIB enfatizava sua identidade ideológica ou inspiração principalmente com o fascismo italiano, mas em determinados momentos a AIB afirmava sua singularidade e retribuía a acusação de extremismo político seus oponentes.

Como no artigo assinado por “Cosme Velho” na sessão “Pensamentos profundos” intitulado “Extremismo de Dentro”, publicado no terceiro dia de circulação do jornal. Onde é questionada pelo autor a validade da acusação de extrema-direita para o integralismo.

O novo regime de Vargas é por sua vez acusado de extremismo de dentro pela gênese de sua efetivação na chamada “Revolução de 30” <sup>37</sup>.

<sup>36</sup> KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 251-253.

<sup>37</sup> COSME VELHO. Extremismo de dentro. *Acção*, São Paulo, n.3, 9 de outubro de 1936, Pensamentos profundos. p. 3.

No artigo escrito por Plínio Salgado: “Não há extremismo de direita”, o líder da AIB para justificar que o integralismo não era uma tendência política de extrema-direita afirma que existem três tipos de extremismos e argumenta sobre a definição do termo segundo a Lei de Segurança Nacional: “[...] emprego de violência [...] com o objetivo de tomar o poder e, de um modo geral, a propaganda de qualquer doutrina tendente a provocar lutas na sociedade”.

Após estabelecer a definição legal do termo Plínio Salgado argumenta: “Pode-se dizer que a três espécies de extremismos.”. Ele afirma no longo artigo que o primeiro é o “extremismo prático”; o segundo; “o extremismo ideológico” e, o terceiro é definido por ele como; “extremismo prático-ideológico”.

É exemplificado na primeira definição definida como “extremismo prático” a atitude do governador Flores da Cunha por estar armando a Guarda de seu Estado. Salgado também sugere que um golpe de Estado poderia receber a mesma definição, sendo direcionada implicitamente a acusação de extremismo ao governo Vargas. O “extremismo ideológico” é identificado na ação dos comunistas no Brasil e a terceira definição é identificada na “Intentona de 35”.

Salgado afirma: [...] - Que espécies de extremismo há no Brasil? - O extremismo que há no Brasil é ideológico prático, isto é, o comunismo bolchevista. - O integralismo não é extremismo de direita. [...] <sup>38</sup>.

O artigo é extenso e, a saída que Plínio Salgado busca é negar a definição de extremismo para qualificar a proposta política integralista e afirma que o termo esquerda e direita foi inventado pelos comunistas.

O artigo é importante e mereceu ser destacado, pois contrasta com o artigo “Federação e Sufrágio” escrito por Salgado em fevereiro de 32, alguns meses antes da fundação da AIB, quando era redator do jornal “A Razão”.

A análise da produção jornalística do líder da AIB anterior à fundação do movimento integralista, no jornal A Razão, realizada por Chasin (1978), nos proporcionou uma visão dos elementos ideológicos da perspectiva política integralista, lançados na imprensa num momento da conjuntura política internacional onde Salgado não precisava mascarar suas preferências ideológicas. Naquele período Plínio Salgado não tinha pudores ao utilizar a expressão extrema-direita, por ele negado no artigo que fizemos referência do Acção.

---

<sup>38</sup> SALGADO, Plínio. Não há extremismo de direita. **Acção**, São Paulo, n. 28, 9 de novembro de 1936, p.03.

O Brasil precisa organizar todo o edifício de sua organização constitucional num nítido pensamento de finalidade do seu povo. O mundo contemporâneo não admite senão duas interpretações dos destinos da sociedade. Ou ficamos com a tese de Karl Marx e adotamos o princípio do materialismo histórico e o processo da revolução social: ou ficamos na extrema direita, afirmando que o homem e a sociedade objetivam, através das contingências econômicas ideais superiores, de natureza intelectual, moral e espiritual. Se ficamos na extrema esquerda, podemos usar dos processos liberais-democráticos como simples instrumentos de uma evolução fatal que os golpes imprevistos poderão precipitar. [...] Se, porém, ficamos do lado oposto; se queremos para o povo brasileiro um grande destino realmente democrático, em que a liberdade individual não sirva de pretexto para que o forte, o rico, o potente esmague o fraco, o pobre, o humilde [...], neste caso, temos de assumir uma atitude de coragem e de renúncia pessoal, abandonando toda a mentira perigosa da democracia de meios para nos realizarmos numa verdadeira democracia de fins<sup>39</sup>.

Na polêmica sobre o caráter ideológico do integralismo, as declarações que os líderes da AIB afirmavam a respeito de sua filiação ideológica, interessam menos, do que o debate acadêmico e os conceitos que os pesquisadores brasileiros atribuíram ao caráter ideológico do integralismo enquanto fenômeno político da história brasileira.

Pois o caráter contraditório do discurso integralista é inerente à sua natureza enquanto expressão nacional das tendências de extrema direita que estavam em voga no período. Como ilustração da incoerência do posicionamento da AIB diante dos regimes europeus, fazemos referência a capa de uma edição do jornal *Acção* afirmando a identidade entre integralismo e fascismo.

No campo do debate científico as discrepâncias nas análises sobre as camisas-verdes, mereceram destaque, pela divergência conceitual existente sobre o caráter político da AIB recebendo nas investigações acadêmicas brasileiras da década de 70 o atributo de ideologia “Autoritária”, “Fascista” ou “Totalitária”.

Nesse sentido foi pertinente pontuarmos brevemente a discussão sobre os referidos conceitos para que pudéssemos situar e distinguir a filiação ideológica dos integralistas na divulgação de sua propaganda política no jornal *Acção*.

E, através da análise de sua imprensa jornalística, alguns elementos importantes do projeto político e econômico da AIB, assim como suas declarações sobre a extrema direita internacional, contidos nas páginas do jornal *Acção*, foram ilustrativos para

---

<sup>39</sup> SALGADO, Plínio. Federação e Sufrágio. *A Razão*, 21 de BRIL DE 1932. Nº. XXVII. IN: Chasin, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**. Forma de regressividade do capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 432.

comprovar as aproximações da AIB com os fenômenos de extrema direita que marcaram a primeira metade do século XX.

# "FASCISMO E INTEGRALISMO são identicos quanto aos principios geraes, diversos quanto aos meios e formas de actualizacao desses principios"



Miguel Bello

## Fascismo e Integralismo

# ACCÇÃO

DIRECCAO DE MIGUEL REALE SIGMA JORNAES-REUNIDOS

## Rocha Vaz no Integralismo

RIO, (Do correspondente) — Causou a mais profunda impressão nos meios scientificos do Brasil a entrada do illustre prof. Rocha Vaz para as fileiras do Sigma. Espera-se a adhesão de outros eminentes medicos, secundando a attitude do egregio scientista.

Ma. Hain, ex-linguista e impressora e conhecida tanto de todos os literatos de Portugal, quanto de todos os que se interessam por litteratura e arte. Foi a primeira a trazer para o Brasil a arte de gravar em pedra e em metal. Foi a primeira a trazer para o Brasil a arte de gravar em pedra e em metal. Foi a primeira a trazer para o Brasil a arte de gravar em pedra e em metal.

### OS NOVOS ASPIRANTES DA ESCOLA MILITAR DO REALENGO

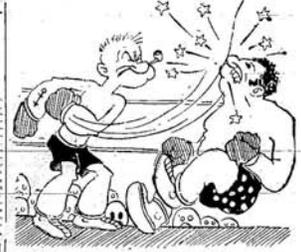
RIO, 8 (A. B.) — Na Escola Militar do Realengo, no proximo dia 11, terá lugar a cerimonia da declaração de aspirantes dos cadetes que concluíram o curso no anno findo.

A' essa solemnidade comparecerá o presidente da Republica, acompanhado do mundo officiael.

### 12 METRALHADORAS APREHENDIDAS!

BRUXELAS, 8 (H.) — Anuncia-se que foram apprehendidas na fronteira franco-belga, doze metralhadoras inglezas, no momento em que contrabandistas tentavam fazel-as entrar em territorio francez.

### O marinheiro "Popeye" ("REALIDADES")



SHARLTO MEDIANO

### O FALLECIMENTO DO DR. JOAO GONCALVES PEREIRA LIMA

Homenagens prestadas ao ex-ministro da Agricultura

### Volta o Prof. Vicente Rão com a sua comitiva

TCHECO-SLOVAQUIA PENDE PARA O COMUNISMO!

Commentarios da imprensa allemã

### A NOVA SE'DE DO PUCSBO DA BAPRA

### Serão absolvidos ou condemnados a penas minimas, no Tribunal Especial

RIO, 7 (BAND) — Estamos seguramente informados que o pensamento do governo accelera o processo urgentemente possível e julgamentos de meios submettidos ao exame do Tribunal de Segurancã Nacional.

Os juizes dessa Córte de excepção não se valerão das penas minimas para justificar os impleados que, na maioria serão absolvidos, ou condemnados a penas minimas.

Apenas o ex-capitão Luiz Carlos Prestes terá o seu processo submettido a um exame mais detido.



RIO, 7 (BAND) — O Sr. Lima Cavalcanti, governador de Pernambuco, pretende, até o dia 15, ir até esta Capital, onde passará alguns dias em visita a organizações industriais e de serviços publicos desse Estado.

Segundo se apurou, tambem, o sr. Lima Cavalcanti irá até Camocim.

Imagem 24: Manchete do dia 8 de janeiro de 1937.



## Considerações finais.

O jornal *Acção* no final do mês de Abril de 1938, sendo fechado pela censura varguista lança seu último número. No artigo “Aos leitores de *Acção*.” Plínio Salgado escreve o último artigo de despedida das atividades do diário paulista <sup>1</sup>.

Aos leitores do *Acção*.

A voz que o Brasil ouvia com entusiasmo, com fé, com vibração, vae emudecer por algum tempo.

*Acção*, a partir de hoje suspenderá a sua publicação.

Todos nós sentimos com bastante pesar, a interrupção dessa jornada gloriosa, que soubemos conduzir com elevação, e com o único objetivo: - o bem de servir o Brasil.

[...] Temos a consciência tranqüila, o nosso sacrifício, a nossa abnegação, o nosso desinteresse, constituíram apanágio dos primórdios desse movimento formidável de opinião, que soubemos lançar e desenvolver em todo o território pátrio.



**Imagem 25:** Último número do jornal *Acção*

O governo de Getúlio Vargas foi complacente com os integralistas até o momento em que os mesmos foram úteis à manutenção da ordem. Porém, dois meses após da efetivação do golpe do estado Novo, a partir de 2 de dezembro, não podia mais haver a palavra integralismo ou integralista, pois a partir daquele momento todos os

<sup>1</sup> SALGADO, Plínio. Aos leitores de “*Acção*”. *Acção*, n. 469, 29 de abril de 1938, p. 2.

partidos foram colocados na ilegalidade e os camisas-verdes se tornaram vítimas da censura do DIP.

O aparente conformismo do partido perante a configuração das novas relações de força diante do golpe e seus reflexos na articulação da hegemonia política é evidenciado no número 371 de 28 de dezembro de 1937 com a manchete: “Obediência a Lei”, onde é alegada a posição de colaboração dos integralistas em prol da manutenção da ordem. Colaboração que seria colocada em segundo plano com a articulação das intencionalidades integralistas ao Palácio da Guanabara.

A utilização da propaganda política na imprensa através do cinema, do rádio, do livro e do jornal caracterizaram as estratégias para a divulgação das idéias integralistas na década de 1930. Era principalmente por seus intermédios, como aponta Cavalari (1999) que a ideologia da Ação Integralista Brasileira chegava até o militante.

O livro veiculava as idéias produzidas pelos teóricos do partido e o jornal as popularizava como apontamos. A ideologia mantinha-se viva para o integralista graças a sua materialização através do jornal que desempenhou a função de atualização e popularização do “corpus teórico” integralista junto aos militantes.

A propaganda política do partido da AIB era moderna em seus canais de comunicação. Pois, tratando-se de propaganda política, além da propaganda oficial do DIP, não haviam partidos que utilizassem o rádio, o cinema e a imprensa escrita simultaneamente para o alcance de novos militantes e para a socialização ideológica daqueles já partidários.

O jornalismo de caráter político como o da AIB, que em sintonia com a linguagem e tendências de grande imprensa que se modernizava, não se apresentava como um meio de comunicação enfadonho e militante, somente com conteúdos doutrinários. No Acção, os temas e notícias que circulavam nos grandes jornais do período, também estavam presentes e eram reproduzidas matérias de várias agências de notícias internacionais e nacionais, na tentativa de apresentar-se como um jornal moderno.

O jornal Acção era agressivo na busca de um público diversificado não apresentando, somente conteúdos de propaganda ideológica, buscando assim, seguir um padrão estético e de cobertura de informações nos moldes do jornalismo comercial que se modernizava no Brasil na década de 1930.

O Acção por ser um jornal diário de grande tiragem e de um número considerável de paginas, lançou também suplementos especializados, acompanhando o sucesso da imprensa ilustrada de informações variadas. O jornal nos três anos que circulou ampliou também o seu número de páginas e, a partir do segundo ano de circulação suplementos especializados, como a secção feminina, a militar, esportiva, econômica e cultural na busca de um maior público.

Os conteúdos ideológicos eram presentes, ocupando muitas de suas paginas, porém, a propaganda política da AIB dividia espaço com as notícias diversas, como apontamos, bem com outros jornais do período. A diversidade de assuntos, assim como, a promoção de eventos esportivos, eram divulgados no Acção, como estratégias que funcionavam como mecanismos para alcançar leitores que não eram das fileiras do sigma.

O jornal se materializa enquanto canal de socialização ideológica e as transformações do conteúdo e das funções da imprensa depois da Primeira Guerra abrem espaço para a diversificação de títulos. E, os jornais da AIB acompanhavam as novas tendências do mercado editorial e jornalístico.

O jornalismo político como expressão dos diversos segmentos em disputa pelo poder na década de 30 é potencializada como canal para as novas ideologias políticas com o integralismo que, com as inovações nos recursos técnicos e de reprodução, difundiram a sua propaganda política através da imprensa.

O integralismo inquestionavelmente foi ao lado da ANL um movimento de massas pioneiro. Mas a AIB foi o primeiro partido político neste âmbito.

A imprensa integralista como máquina de propaganda, através de mecanismos de socialização ideológica e de mobilização, proporcionava aos militantes relações mútuas entre sujeitos políticos, que mesmo separados geograficamente, eram cooptados e faziam parte da sociedade política formada pela AIB. Mas a imprensa integralista não pode ser considerada como canal de propaganda política de massa, segundo a posição sobre a natureza da imprensa no início do século XX defendida por Sodré (1999).

A AIB é considerada como o primeiro partido de massas no Brasil, mas seus meios de comunicação e propaganda política, porém, não eram meio de comunicação de massa, como fizemos referencia. Pois, os livros, revistas, jornais, filmes e discursos de rádio instrumentalizados na propaganda da AIB tinham como público, em maior ênfase, os militantes do partido. Eram eles os consumidores do arsenal de sua propaganda política.

A difusão da propaganda política integralista não era tão ampla e nem de consumo generalizado, assim como, seu público longe de ser composto por indivíduos anônimos, era na verdade formado por militantes e simpatizantes em sua grande maioria.

Para fazermos uma comparação do caráter diferenciado dos meios de comunicação na década de 30, enquanto meios de propaganda de massa, poderíamos pensar na Hora do Brasil no governo de Vargas e a amplitude de sua difusão comparada aos meios de comunicação dos partidos políticos que compunham esse cenário. Somente o Governo Vargas dispunha de tal arsenal propagandístico que teria as dimensões de alcance para receber o atributo de meio de comunicação de massa.

O jornal como fonte de investigação mantém as mais estreitas relações com o estado político, a conjuntura econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui o reflexo.

A investigação sobre como o projeto político da AIB era apresentado através do jornal Acção foi pertinente para captarmos elementos da posição dos camisas-verdes, num contexto da situação política internacional de ascensão da extrema direita e, do próprio de envolvimento das lideranças do movimento no apoio e na deflagração do golpe de Estado de 1937.

Ao analisarmos toda a coleção do Acção, percebemos nas edições de 1936 uma forte propaganda para a disputa eleitoral, que era presente diariamente nas páginas do jornal através de slogans pró-Salgado, com esquetes com as intenções de voto do eleitorado onde o candidato integralista figurava como primeiro colocado.

A partir de fevereiro de 1937, como apontamos, o jornal já diminui a ênfase na campanha eleitoral de Plínio Salgado para a Presidência da República. Mas até as edições de junho daquele ano eram colocadas ao público leitor quase que diariamente artigos sobre manifestações populares de apoio e telegramas recebidos por Salgado e os comícios realizados por ele na campanha integralista para a eleição presidencial. Mas no segundo semestre do mesmo ano, alguns meses antes do golpe de 10 de novembro, a campanha presidencial some das páginas do Acção.

O êxito na implantação do Estado Novo, foi resultado da articulação e colaboração entre governo federal, militares e aliados políticos, entre eles a AIB (STANLEY, 1977, SODRÉ, 1968, SILVA, 1971, CHASIN, 1978, TRINDADE, 1974). E, a AIB colocou a disposição do governo suas milícias como braço armado em defesa

do regime nas ruas em combate as atividades comunistas e a sua imprensa a favor do governo Vargas no segundo semestre de 1937.

Os instrumentos de propaganda política através da rede de imprensa Sigma – Jornais Reunidos foram utilizados no contexto do golpe do Estado Novo visando influenciar a opinião pública, para a implantação do golpe.

A tônica no suposto perigo representado pela Internacional Comunista, através da falácia de um inevitável plano de ataque comunista no Brasil anunciado por semanas antes do golpe do Estado Novo nas páginas do Acção, realçam o envolvimento dos integralistas com Vargas. Depois do golpe o Acção continuou prestando serviços ao governo ditatorial, como também verificamos no noticiário do jornal, com artigos legitimando a ditadura implantada, enfatizando a necessidade da ordem no país.

No curto período de existência do jornal Acção, após golpe do Estado Novo, momento em que a organização foi rebatizada de Associação Brasileira de Cultura (ABC), percebemos no Acção uma postura de maior liberdade na publicação de artigos de caráter anti-semita e uma maior ênfase na cobertura da política internacional com um posicionamento ainda mais enfático a favor dos países do Eixo, em detrimento da quase inexistência de notícias sobre a política nacional, possivelmente para não se comprometer com a ditadura varguista.

A apologia exacerbada ao Eixo Roma-Berlin-Tóquio é acentuada nos últimos cinco meses de circulação do Acção, no momento em que as relações diplomáticas entre o Brasil e as potências do Eixo ainda estavam abertas. Porém, nos primeiros meses de 1939, com a ação dos Estados Unidos mudando os rumos da diplomacia varguista (SEITENFUS, 1985), o jornal Acção aborta de suas últimas edições da cobertura da conjuntura política internacional os artigos favoráveis as potências do Eixo.

A partir de 1938, diante de uma maior repressão do DIP as notícias de assuntos da conjuntura política nacional e artigos a respeito das atividades dos núcleos da AIB vão gradualmente também desaparecendo das páginas do Acção. Os líderes integralistas não queriam se complicar ainda mais com o Governo num momento delicado onde já não eram mais tão importantes pra Vargas.

A relação entre estrutura e infra-estrutura do processo de desenvolvimento do capitalismo ocasionou à emergência da questão social, como buscamos apontar na exposição que fizemos no primeiro capítulo sobre as primeiras décadas do século XX. Sendo o contexto um momento complexo na vida política nacional e internacional que representou a ascensão de novas propostas políticas à esquerda e a direita.

A defesa de um Estado forte contra as fragilidades do liberalismo e do perigo do comunismo era apontada no jornal *Acção* como um imperativo nacional diante do contexto do país numa situação de dependência.

No início do século XX, a doutrina corporativista ganhava vigor em vários países e, aqui também foi discutida pelos intelectuais defensores da “ideologia de Estado” sendo apresentada como alternativa tanto para o capitalismo como para o socialismo. O capitalismo era apontado pelos teóricos do corporativismo como um modelo econômico e social gerador de desigualdades, mas principalmente fomentador de conflitos e lutas entre as classes sociais. A proposta de organização corporativista era apresentada como uma saída intermediária entre os dois sistemas, para tanto o Estado precisaria ser investido de mais poder.

Os partidos e as organizações políticas típicas da política liberal deveriam ser substituídos por novas organizações que produzissem o consenso em detrimento ao conflito social. As sociedades deveriam ser organizadas através de ramos de produção econômica visando conciliar os interesses do capital e do trabalho. Dentro dessa concepção os sindicatos seriam, para o corporativismo do Estado Integral, as modernas corporações que cumpririam esse papel organizador da sociedade.

O jornal integralista *Acção*, nesse contexto, pronunciava-se a respeito da legislação trabalhista de Vargas e da organização corporativa no Brasil apontando seus defeitos e propondo a aprofundá-la. Pois, para os integralistas toda sociedade, em âmbito econômico, político e social, deveria estar vinculada às instituições corporativas preconizadas pela AIB.

Para as lideranças integralistas, o processo de organização dos trabalhadores através de cooptação corporativista do Ministério do Trabalho não era tão eficaz, quanto o modelo corporativista que fundamentava o projeto político do Estado Integral.

O projeto de Estado divulgado na imprensa da AIB, nos livros dos teóricos defendia e, especificamente no *Acção* era afirmado que não somente as categorias profissionais deveriam ser organizadas corporativamente. Pois a ideologia que fundamentava esta proposta organizacional necessitava de uma interação entre Estado e sociedade muito mais ampla, de conotações econômicas e políticas com o objetivo de ordenar a atividade geral da sociedade. A organização corporativa seria o modelo organizativo para realizar uma intensa mobilização social, nesse sentido as organizações burocráticas das instituições da AIB figuravam como um modelo para o Estado Integral, como já afirmou Trindade (1974).

O mercado editorial estava em ascensão e variadas publicações discutiam a temática de um projeto de Estado nacional articulado com a realidade nacional, neste debate a AIB precisava mostrar aos seus leitores e possíveis eleitores qual o seu projeto político e econômico para o Brasil.

Na composição argumentativa da propaganda da AIB analisada nesta pesquisa através do jornal *Acção* foi verificada a busca pela construção de um referencial legitimador para a ideologia política do discurso nacionalista da AIB através da propaganda do mito de nacionalismo com forte sentido cultural. Porém, esse nacionalismo se revestia em propostas políticas econômicas num projeto político econômico corporativo e agrarista que defendia um modelo de desenvolvimento para o Brasil enquanto potencia agrícola organizada em pequenos produtores.

O projeto político e econômico da AIB era pautado essencialmente em propostas corporativistas de organização das instituições políticas e econômicas, estando assentado no modelo de desenvolvimento que privilegiava o primeiro setor como buscamos destacar nos artigos que faziam referencia as propostas do Estado Integral.

Através das análises do noticiário político e econômico do *Jornal Acção*, confirmamos a afirmação desenvolvida por Chasin (1978), de que o projeto político e econômico da AIB era assentado numa proposta que privilegiava o primeiro setor num modelo de desenvolvimento de pequenos produtores com ênfase na policultura.

Nesse sentido, a AIB apresenta também aproximação com a extrema direita internacional nas características de seu projeto político e econômico do Estado Integral. Todos os regimes de caráter fascista fundamentaram suas concepções de organização política e econômica na lógica proprietária através de uma organização corporativa.

Nas propostas referentes ao Estado Integral analisadas no *Jornal Acção* observamos o papel proeminente de Miguel Reale como teórico do Estado integralista. Enquanto Secretário Nacional de Doutrina e enquanto diretor do jornal em todo seu período de circulação Reale difundiu sua perspectiva do projeto político e econômico de Estado. Como apontou Roque (2000), a grande diferença entre a teoria do Estado Integral de Salgado e de Reale constava na diferença da formulação pliniana caracterizada por uma maior influência das idéias do catolicismo social e estruturada em reflexões e princípios sobre a interação entre indivíduo e sociedade. Para Salgado, o denominado “homem-integral”, é o sujeito-histórico que vivencia também uma revolução interior ou uma revolução moral.

O Estado Integral de Miguel Reale é teorizado numa linguagem técnico-jurídica

onde a questão do Estado corporativo tem um papel central em sua produção. Porém, o fator legitimador, também está assentado no discurso da moral e da ética, mas sujeito-histórico projetado não é o homem cristão da “revolução interior” e sim o trabalhador inserido nas forças produtivas da Nação.

Nos artigos de Miguel Reale escritos no jornal *Acção* temas como a propriedade privada, a nacionalização dos recursos e empresas nacionais, o problema da dívida externa, a crítica ao latifúndio e a defesa na organização do primeiro setor organizado em pequenos produtores e na policultura marcam o caráter mais concreto e prático com que Reale visualizava seu projeto de Estado Integral.

Nos artigos de Reale que também buscamos dar ênfase em nossa análise do *Acção* estão presentes também os temas relacionados ao papel da imprensa integralista, assim como, a propaganda da difusão da imprensa de extrema direita na América Latina. E, como observamos, destacam-se nas páginas do *Acção* os artigos de Reale de veemente defesa e nítida preferência pelo fascismo evidenciado na propaganda que fazia sobre os feitos do Duce.

A propaganda política, segundo Arendt (1989), faz parte da “guerra psicológica” e, é o método para atingir não somente os militantes de respectivas tendências políticas, mas também para atingir aqueles que não fazem parte do universo ideológico compartilhado pelos adeptos de uma mesma ideologia.

Para a autora a propaganda política e o terror são duas faces da mesma moeda e as massas têm que ser conquistadas pela propaganda. Quando os representantes de tendências políticas extremistas conquistam o controle absoluto do aparato estatal, a doutrinação substitui a propaganda e emprega o terror, entendido pela autora como a violência, como recurso para legitimar suas ideologias.

A propaganda política entre os regimes de extrema direita na Europa é contrastante nas justificativas ideológicas. O cientificismo legitimador da propaganda política foi mais característico no nazismo, por sua insistência na defesa da relação entre Eugênia e arianismo. Em contraposição aos apelos aos valores do passado defendido na propaganda fascista italiana na apologia do renascimento do novo império italiano.

Os formuladores da ideologia dos camisas-verdes legitimavam o seu discurso nos valores do catolicismo social tentando cinicamente assentar as diferenças da AIB no aspecto de seu conteúdo moralizador, aproximando-se nesse sentido entre seus congêneres, como balizou Seitenfus (1985), do Salazarismo português.

Os nazistas, os italianos, assim como os integralistas, tiveram a prudência de não usar definições tradicionais para os seus governos, ou para os seus projetos políticos apresentando-se como propostas originais e autônomas.

A AIB também buscava apresentar-se como uma proposta genuinamente brasileira e, também nesse aspecto, na sua ideologia figura os mesmos componentes argumentativos das experiências congêneres do período, pois como já afirmou Silva (2000b), as experiências de extrema direita sempre defenderam sua plena originalidade histórica e nacional na busca das raízes das raízes nacionais que explicariam a autenticidade de seus próprios movimentos.

As publicações da AIB buscavam influenciar seus leitores através da imagem da interpretação genuinamente brasileira da ideologia integralista. E, nesse intento, as referências a autores brasileiros como A. Torres, O. Vianna e J. de Figueiredo eram utilizadas para legitimar as idéias nacionalistas e corporativistas da imprensa integralista.

Na variante brasileira de extrema direita representada pela AIB, era colocada no debate político da década de 30, a proposta de uma organização política que preconizava enaltecer os pressupostos de uma pretensa ideologia política de valorização da herança cultural brasileira. Que ganha configuração no “mito do caboclo” construído por Plínio Salgado, para legitimar que a idéia de “Homem Integral” (o militante integralista) que era o guardião das tradições nacionais, expressadas em seu nacionalismo de homem das regiões interioranas do país que não estava corrompido pelos vícios dos centros cosmopolitas da sociedade liberal.

A propaganda política dos fenômenos políticos em questão aperfeiçoou as técnicas de propaganda de massa, mas assim como no caso brasileiro, não inventou necessariamente os temas. Como buscamos afirmar, eles já faziam parte do pensamento social de suas respectivas nações. Na Europa eles foram preparados por 50 anos de imperialismo e desintegração dos Estados Nacionais. No Brasil os intelectuais conservadores e autoritários foram os precursores de muitas idéias que se apresentavam com novas roupagens diante do contexto de crise da hegemonia política e da busca de um projeto de Estado nacional.

Acreditamos que as especificidades do nazismo são históricas, de caráter nacional, e não uma essencialidade, assim como o fascismo italiano. E que ambos não figuram como as verdadeiras experiências do gênero. Sendo as demais variantes nacionais meras tendências miméticas. Porém, pensamos também que não avançamos

na investigação com a utilização de um conceito mais elástico como “fascismos” para explicarmos suas variantes em países diferenciados.

Na tentativa de buscar um verdadeiro fascismo, seria coerente atribuir então o conceito ao caso italiano por um critério cronológico, como salienta o Dicionário Crítico do Pensamento da Direita (SILVA, 2000a) ao qual fizemos referência, que por sua vez também adverte, segundo seus critérios, a pertinência da utilização do mesmo no plural; “fascismos”, no intento de englobar movimentos e regimes políticos com semelhanças organizacionais e ideológicas.

Na perspectiva de respeitar as especificidades nacionais e histórias que por sua vez não descaracterizariam a universalidade e a autonomia do fenômeno entre outras formas de autoritarismo (ditaduras militares e governos conservadores), acreditamos que enquanto fenômeno político o extremismo de direita representa uma nova tendência inaugurada no século XX, com variantes nacionais caracterizadas por elementos comuns, seguindo as indicações de (Teixeira, 2000b).

A definição de extrema-direita, enquanto definição teórica, respeitando as especificidades históricas e nacionais engloba movimentos e regimes políticos, que tiveram seu ápice no entreguerras, mas que não estão extintos. E, como definição conceitual desvincula os fenômenos de extremismo de direita com comparações com o conceito de totalitarismo, que ao nosso entender confundem movimentos e regimes políticos antagônicos, caracterizados por uma nítida divergência em suas propostas políticas e econômicas antiteticamente diferenciadas pela existência ao não da defesa do capital privado em sua ideologia e em seu projeto político.

As experiências políticas de extrema direita são produtos da era imperialista apresentando de forma mais nítida nos Estados nacionais; alemão e italiano uma nova forma de acumulação para a conquista de um império colonial de um mundo já ocupado.

Neste sentido, seguindo as indicações de Poulantzas (1971), os fenômenos políticos em questão representam uma conexão orgânica entre Estado, grande indústria e capital financeiro. Porém, os regimes inaugurados no início do século XX, segundo o autor não são meramente um desdobramento das disputas territoriais e econômicas do período em questão.

É notório que a gestação, desde o fim do século XIX na Europa, a tradição de pensamento conservador proporcionou o subsídio ideológico para a cristalização de uma perspectiva política antisocialista e antiliberal que legitimou o novo contexto de eclosão

de Estados intervencionistas. Tradição esta, que Brasil ganhou fôlego com os críticos revisionistas da primeira República legitimando propostas de novas tendências ideológicas que também aqui surgiram em oposição às deficiências do liberalismo e como temor ao comunismo.

O contexto internacional de difusão dessas novas ideologias contagiou setores políticos nacionais que já possuíam uma tradição de pensamento reacionário dando as bases para a ascensão das idéias de extrema direita. Nesse sentido, o modelo de Estado Integral defendido na imprensa integralista utilizou do referencial ideológico de intelectuais autoritários e conservadores pra legitimar sua proposta de Estado intervencionista.

A construção de ideologias, representantes de propostas políticas na periferia do sistema capitalista, não era resultado de um mero mimetismo e, os germes do pensamento que legitimava as propostas de extremismo de direita no Brasil estavam dentro da tradição de pensamento conservador burguês que proporcionaram o que Konder (2000) denominou de “motivações particulares” na formulação das ideologias que “aspiravam à universalidade”.

## **REFERÊNCIAS**

---

ACÇÃO. A águia imperial allemã e a effigie do Duce feitas de conscientes massas humanas. O sentido heróico das democracias modernas. **Acção**, n.308, 13 de outubro de 1936, p.5.

\_\_\_\_\_. A decretação do estado de Guerra. Affirma-se que a mensagem presidencial será enviada hoje a Câmara. O Exército e a Marinha estão vigilantes contra o communismo. **Acção**, n.298, 1 de outubro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. A defesa da pequena propriedade. **Acção**, n.40, 23 de novembro de 1936, p. 03.

\_\_\_\_\_. A letra da lei é morta, dente da salvação da Pátria! A permanência do Sr. Getúlio Vargas é uma providencia que se impõe – declara em vibrante discurso o Deputado Barreto Pinto. **Acção**, n. 316, 22 de outubro de 1937, p. 2.

\_\_\_\_\_. A hora histórica. **Acção**, N.328, 6 de novembro de 1937, p.3.

\_\_\_\_\_. Ainda o problema dos empréstimos. **Acção**, n.43, 26 de novembro de 1936, p.1

\_\_\_\_\_. A 3ª República. **Acção**, N.342, 24 de novembro de 1937, p.4.

\_\_\_\_\_. A maior façanha da juventude fascista. **Acção**, n.391, 28 de janeiro de 1938, p.4.

\_\_\_\_\_. A Nova Constituição. Adoptados vários princípios corporativos. Dissolução dos partidos políticos provincianos. O Presidente Getúlio Vargas instaura uma ordem nova para a salvação do Brasil. **Acção**, n. 332, 11 de novembro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. A Itália vai exigir a participação da Alemanha no controle do Mediterrâneo. **Acção**, n.297, 30 de setembro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. A trama soviética contra o Brasil. **Acção**, n.250, 5 de agosto de 1937, p. 1-4.

\_\_\_\_\_. A todos os governadores e chefes municipais. **Acção**, n.308, 13 de outubro de 1937, p.2.

\_\_\_\_\_. A obra civilizadora italiana na Abyssinia. **Acção**, n.257, 13 de agosto de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. A pequena propriedade. **Acção**, n.59, 14 de dezembro de 1936, p.4.

\_\_\_\_\_. A Revolução de Mussolini. **Acção**, n.123, 4 de março de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. A sucessão presidencial. **Acção**, n.168, 29 de abril de 1937. A margem da vida brasileira, p. 4.

\_\_\_\_\_. A Sucessão Presidencial. **Acção**, n.168, 29 de Abril de 1937, p.4.

\_\_\_\_\_. Aprismo, Revolução Social Peruana”. “El APRA, o único partido popular. **Acção**, n. 169, 30 de abril de 1937, p. 3.

\_\_\_\_\_. As bases doutrinárias do nacional socialismo chileno. **Acção**, n.172, 5 de maio de 1937, p. 5.

\_\_\_\_\_. Bases do programa político, econômico e social da Phalange Hespanhola. **Acção**, n.10, 17 de outubro de 1936, p. 1.

\_\_\_\_\_. Começou hoje uma nova era para o Brasil. - Declara o Sr. Ministro da Justiça aos jornalistas. **Acção**, n.332, 11 de novembro de 1937, p.3.

\_\_\_\_\_. Comemorado o 10º aniversário do Distrito Nazista de Berlim. O Chanceler do reich faz homenagens a Goebbels. **Acção**, n.22, 31 de outubro de 1936, p. 1.

\_\_\_\_\_. Concentração Nacional. **Acção**, n. 332, 11 de novembro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. Devemos confiar na acção do novo titular da Justiça. **Acção**, n.331, 10 de novembro de 1937, p.5.

\_\_\_\_\_. Desfile monstro da Frente Patriótica Austríaca. **Acção**, n. 12, 19 de outubro de 1936, p. 2.

\_\_\_\_\_. Em defesa da civilização christã. Mussolini em vibrante discurso perante 400.000 pessoas, afirma que não tolerará o bolchevismo no Mediterrâneo. **Acção**, n. 264, 21 de agosto de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. Escola de jornalismo. **Acção** n.70, 29 de dezembro de 1936, p. 4.

\_\_\_\_\_. Esboça-se um grande movimento de opinião favorável à prorrogação do mandato do Sr. Getúlio Vargas. **Acção**, N.309, 14 de outubro de 1937, p.2.

\_\_\_\_\_. Eixo Roma-Berlim-Tóquio contra as manobras do Komintern – Aassignatura do pacto anti-communista. **Acção**, n.328, 6 de novembro de 1937, p.3.

\_\_\_\_\_. Existe em América del Sur un partido doctrinário que es dueño del futuro. **Acção**, n. 295, 28 de setembro de 1937, p. 4.

\_\_\_\_\_. El Pueblo, um dos mais importantes diários argentinos, publica esta magnífica reportagem sobre o integralismo no Brasil. **Acção**, n. 295, 28 de setembro de 1937, p. 4.

\_\_\_\_\_. Fascismo e integralismo. **Acção**, n. 78, 8 de janeiro de 1937, p. 1.

\_\_\_\_\_. Faltam poucos dias para o golpe do Kominter. Assim declarava o impressionante documento apprehendido em Pernambuco. **Acção**, N.302, 17 de outubro de 1937. p.1.

\_\_\_\_\_. Festeja-se na Hespanha Nacionalista o aniversário das phalanges de Primo de Rivera. 37.000 milicianos sob a Bandeira Nacionalista. **Acção**, n.323, 30 de outubro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. Frentes populares e Anti-fascismo. **Acção**, n. 168, 29 de abril de 1937, p. 4.

\_\_\_\_\_. Guerra Mundial contra o Communismo. Repercute na Europa a offensiva sul-americana contra o bolchevismo. **Acção**, n. 316, 22 de outubro de 1937, p.2.

\_\_\_\_\_. Mais um paíz fascista. **Acção**, n.28, 9 de novembro de 1936, p.2.

\_\_\_\_\_. Não nos interessam victórias meramente políticas – declara Plínio Salgado a um vespertino carioca.. **Acção**, n.77, 7 de janeiro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. Nacionalismo, Fascismo e Nazismo . **Acção**, n.366, 15 de dezembro de 1937, p.4.

\_\_\_\_\_. O problema da cultura popular. **Acção**, N.31, 13 de novembro de 1936, p.3.

\_\_\_\_\_. O chefe nacional do integralismo Plínio Salgado declara que nada resolveu a respeito da sucessão presidencial. **Acção**, n.77, 7 de janeiro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. O Duce. **Acção**, n.40, 23 de novembro de 1936, p. 3.

\_\_\_\_\_. O Sr. Agamêmnon Magalhães favorável à prorrogação do mandato do Sr. Getúlio Vargas. **Acção**, n.121, 2 de março de 1937, p. 1.

\_\_\_\_\_. O Sr. Getúlio Vargas estaria preparando um golpe uma golpe para resolver o problema da sucessão **Acção**, n.121, 29 de março de 1937, p. 1.

\_\_\_\_\_. O que estará pensando o Sr. Getúlio Vargas. Setenta e sete meses de governo, sessenta e dois de Estado de sítio - O sítio continuará – A “batalha” fica para depois. **Acção**, n. 157, 15 de abril de 1937, p 1.

\_\_\_\_\_. O Integralismo está chamando o povo a crear sua própria liberdade e a defender seus próprios direitos – afirmou ontem, em sua vibrante oração o Secretário de Doutrina da AIB. - Lançada a campanha eleitoral da AIB. **Acção**, n.164, 24 de abril de 1937, p. 1.

\_\_\_\_\_. O Integralismo ao lado do Governo Central. **Acção**, n.332, 11 de novembro de 1937, p.3.

\_\_\_\_\_. O comunismo desmascarado! **Acção**, N.249,4 de agosto, p. 01.

\_\_\_\_\_. O Ministro da Justiça resolve agir. **Acção**, n.263, 20 de agosto de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. O notável discurso pronunciado pelo Sr. Plínio Salgado, ontem na Rádio Mayrink Veiga no Rio. **Acção**, n. 249, 4 de agosto, p. 04.

\_\_\_\_\_. O que que há? A posição do Exército em face da sucessão presidencial. Importante reunião de generais no Ministério da Guerra. **Acção**, n.297, 30 de setembro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. O povo quer Getúlio Vargas, com ou sem Constituição. **Acção**, n. 308, 13 de outubro de 1937, p.2.

\_\_\_\_\_. O comunismo prepara nova jornada de sangue. Secundando as Revelações de Plínio Salgado sobre a acção do Kominter, falará hoje na “Hora Nacional” o General Pinto Guedes. **Acção**, n.297, 30 de setembro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. O Pensamento Político do Sr. Francisco Campos. **Acção**, n. 332, 11 de novembro de 1937, p. 4.

\_\_\_\_\_. O único rumo. **Acção**, n.334, 13 de novembro de 1937, p.4.

\_\_\_\_\_. O tenebroso plano de Moscou. Denunciado agora pelo Exército Nacional. **Acção**, n.298, 1 de outubro de 1937, p.3.

\_\_\_\_\_. O povo quer Getúlio Vargas, com ou sem Constituição. **Acção**, n. 308, 13 de outubro de 1937, p.2.

\_\_\_\_\_. O mal dos latifúndios. **Acção**, n.40, 23 de novembro de 1936, p.3.

- \_\_\_\_\_. O progresso e o latifúndio. **Acção**, n.59, 14 de dezembro de 1936, p.4.
- \_\_\_\_\_. O aspecto tecnico do problema agrário. **Acção**, n.107, 26 de fevereiro de 1937, p.4.
- \_\_\_\_\_. O aspecto social do problema agrário. **Acção**, n.107, 26 de fevereiro de 1937, p.4.
- \_\_\_\_\_. O eixo Roma-Berlim pela paz Mundial. **Acção**, n.317, 23 de outubro de 1937, p.5.
- \_\_\_\_\_. Os países fascistas se unem em defesa da civilização christã. **Acção**, n.43, 26 de novembro de 1936, p.3.
- \_\_\_\_\_. O problema das dívidas externas. **Acção**, n.135, 22 de março de 1937, p.4.
- \_\_\_\_\_. O velho Império Inglês abalado em seus alicerces. **Acção**, n.59, 14 de dezembro de 1936, p.4.
- \_\_\_\_\_. Os Cangaceiros e o seu problema. **Acção**, n.135, 22 de março de 1937, p.4. A margem da vida brasileira.
- \_\_\_\_\_. Os comunistas estão agindo. Prisão no Rio de Janeiro de vários adeptos do credo vermelho. **Acção**, n.19, 28 de outubro de 1936, p.3.
- \_\_\_\_\_. Os Estados Unidos procuram isolar o Brasil na América. Em nome da doutrina de Monroe o imperialismo Yankee exerce dictadura sobre os povos americanos. **Acção**, n.417, 22 de fevereiro de 1938, p.1.
- \_\_\_\_\_. O entusiasmo em Portugal pelo triunfo dos fascistas. **Acção**, n. 28, 9 de novembro de 1936, p.2.
- \_\_\_\_\_. O Estado Novo portuguez e a Revolução da Hespanha. **Acção**, n.138, 20 de março de 1937, p.3.

- \_\_\_\_\_. Os jornaes e o integralismo. **Acção**, n.35, 17 de novembro de 1936, p. 1.
- \_\_\_\_\_. O triangulo da Paz. **Acção**, n.331, 10 de novembro de 1937, p.1.
- \_\_\_\_\_. Plínio Salgado tem razão. **Acção**, n.263, 20 de agosto de 1937, p.1.
- \_\_\_\_\_. Plínio Salgado define a posição do integralismo perante o actual momento político brasileiro. **Acção**, n.326, 4 de novembro de 1937, p. 5-13.
- \_\_\_\_\_. Prepara-se novo golpe comunista. Estamos vendo a mesma agitação que precedeu ao levante vermelho de novembro de 35. **Acção**, n.257, 13 de agosto de 1937, p.1.
- \_\_\_\_\_. Parece que, finalmente, vão ser extintos os partidos. A Acção Integralista Brasileira não poderá ser atingida pela medida governamental. **Acção**, n.350, 2 de dezembro de 1937, p.1.
- \_\_\_\_\_. Peru. **Acção**, n. 96, 28 de janeiro de 1937, p. 4.
- \_\_\_\_\_. Prepara-se a recepção a Hitler em Roma. **Acção**, n.376, 4 de janeiro de 1938, p.1.
- \_\_\_\_\_. Rumores da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália Conde Ciano a Allemanha para estudar a nova situação econômica criada entre os dois países. **Acção**, n.1, 07 de setembro de 1936, p.1.
- \_\_\_\_\_. Realizam-se os planos dos Protocollos dos Sábios de Sião! **Acção**, n.376, 4 de janeiro de 1938, p.1.
- \_\_\_\_\_. Sr. Kresnovsky vai renunciar, caso continue preso o chefe fascista Tsenkoff: membro do governo búlgaro renunciará se continuar preso o chefe fascista do seu país. **Acção**, n. 9, 16 de outubro de 1936, p.6.
- \_\_\_\_\_. Trustes estrangeiros. **Acção**, n.31, 13 de novembro de 1936, p.1.

\_\_\_\_\_. Uma lição da Itália. **Acção**, n.53, 8 de dezembro de 1936, p.4.

\_\_\_\_\_. Unidos os fascistas franceses. **Acção**, n.15, 23 de outubro de 1936, p. 1.

ALACÂNTARA, Almiro. Novas tendências monetárias. **Acção**, n. 11726 de fevereiro de 1937, p.4.

ALMEIDA, Carlos Alberto Coutinho Neves de. Franquismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 195.

AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

\_\_\_\_\_. **Getúlio Vargas: Estadista**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

ARAÚJO, R. B. Totalitarismo e Revolução. **O Integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1988.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. A Legislação Social nos anos 30: um estudo do processo decisório. In: **História & Perspectivas**, n 7, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1992.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do capitalismo liberal. In: FILHO, Daniel A. Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.). **O século XX, tempo de crises: revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p.18.

ARENDDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BASTOS, Rugai Elide. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2003.

BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: BELOCH, I.; ABREU, A . A . (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

BELLIGNI, Silvano. Extremismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 2. ed. Trad. João Ferreira, Carmem C. et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 457-459.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de.( Orgs.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

BERTONHA, João Fabio. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. Brasília: **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.1, 2000, ano 43, p. 99-118.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2.ed. Trad. João Ferreira; Carmem C. Vaniale, et all. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1986. 1328p.

BORON, Atílio. El fascismo como categoria historica en torno del problema de las dictaduras en America Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, abr./jun., 1977, p.482-500.

BROW, J. A. C. **Técnicas de Persuasão**. Da propaganda a lavagem cerebral. 2ªEd. Zahar Editores, Rio de janeiro, 1971.

**Cadernos Nossa História**. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.Rio de janeiro, 1995.

CALDEIRA, J. R. C. **Integralismo e política regional**: a ação integralista no Maranhão. São Paulo: Annablume, 1999.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. Sua estrutura – seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CARNEIRO, Maria Tucci; KOSSOY, Boris. (orgs) **A Imprensa Confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo do Estado, 2003.

CARONE, E. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: São Paulo, 1965.

\_\_\_\_\_. **A Segunda República**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

\_\_\_\_\_. **A República Nova**. São Paulo: Difusão. Européia do Livro, 1976.

CASTRO, R. F. de. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 354-388.

CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

**CÓDIGO DE ÉTICA JORNALÍSTICA**. Fundo Plínio Salgado; Arquivo Público Municipal de Rio Claro, (s.d).

CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p. 57 – (Coleção Textos do tempo).

CHAUÍ, M. Apontamentos para uma crítica da razão integralista. In: **Ideologia e mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, M.; FRANCO, Maria S. de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no Capitalismo Hiper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 663

**CÓDIGO DE ÉTICA JORNALÍSTICA**. Fundo Plínio Salgado. Arquivo Público Municipal de Rio Claro, (s.d).

COUTINHO, A. Gustavo Barroso. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983. p.154.

DANTAS, Santiago. Nesta hora de turbulências e de inquietações, o código de ética jornalística de Plínio Salgado é mais uma prova da elevação moral e do nível de cultura integralista. **Acção**, n.66, 23 de dezembro de 1936, p. 1.

\_\_\_\_\_. Concepção de Forças Armadas. **Acção**, n.332, 11 de novembro de 1937, p.4.

DIAS, Odete de Conceição. **A imagem fotográfica do trabalhador no jornal A Gazeta (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1933;

DI TELLA, Torcuato. **El sistema político Argentino y la clase obrera**. Buenos Aires: Paidós, 1967.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Belo Horizonte, 1997.

FAUSTO B. Pequenos ensaios de História da República: 1889-1945. **Cadernos Cebrape**, n.10.

FELIX, Lolita Otero. O discurso ideológico de Alberto torres. **Revista da UFRGS**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, v.13 p. 163, 1985.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, nº 1, São Paulo, Editora Brasiliense, 1976.

GARCIA, Antonio Fernandez; JIMENEZ, J.L.R.. **Fascismo y neo fascismo**. Península: ArcoLibros S.A (Cuadernos de histori).

\_\_\_\_\_. **Fascismo, NeoFascismo y Extrema Derecha**. Península: ArcoLibros S.A, 2001.

GERMANI, Gino. **Política y sociedad en la época de transición**. Buenos Aires: Paidós, 1962.

GERTZ, R. **O Fascismo no Sul do Brasil**: Germanismo, Nazismo, Integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GUGLIELMO, Antonio Roberto. **O Holocausto enquanto Notícia**: o jornal Estado de São Paulo e a questão judaica (1933-1945). Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas). Departamento de Letras Orientais, Universidade de São Paulo, 1999.

JIMENEZ, José Luis Rodrigues. **La Extrema Derecha Europea**. Madrid: Alianza Editorial S.A, 2004.

\_\_\_\_\_. **La Extrema Derecha Española em el siglo XX**. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1997.

\_\_\_\_\_. **Nuevos Fascismos?: Extrema Derecha y Neo Fascimo em Europa y Estados Unidos**. Península: ArcoLibros, 1998.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: História geral da civilização Brasileira. V. III – Brasil Republicano, T. 2. São Paulo: Difel, 1977.

LÊNIN, V. Del pasado de la prensa obrera em Rusia. **Obras Completas**. Moscou: Progreso, 1914, 25, t. 4.

LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?** O Brasil na era Vargas. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **O regime Vargas: os anos críticos: 1934-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LIMA, Maria R. Soares de; CERQUEIRA, Eli Diniz. O modelo político de Oliveira Vianna. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. n. 30. Belo Horizonte: UFMG, 1971, p. 109.

LINZ, Juan J. Na Authoritarian Regime: Spain. In ALLARDT, Erik e LITTUNEN, Yrj (eds.) **Cleavages, Ideologies and Party Systems, Helsinki, The Academic Bookstore**, 1964. p. 297.

LOWENSTEIN, Karl. **Teoría de la Constitución**. Barcelona: Ariel, 1964 p. 76.

MERCADO, René Zavaleta. Nota sobre Fascismo, Dictadura y Conjuntura de Disolución. **Revista Mexicana de Sociología**, n.1, jan./mar., 1979, p.83-85.

MILKE, Daniel. **Integralismo na capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre:PUCRS, 2003.

**MONITOR INTEGRALISTA**, n. 22, out. 1937. Arquivo Público Municipal de Rio Claro.

\_\_\_\_\_. n.5, fev. 1934. Arquivo Histórico Público Municipal de Rio Claro.

MOTTA, J. Eleições. **Acção**, n. 88, 18 de janeiro de 1937, p.4.

MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINHO, Francisco Carlos. Historiografia do fascismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p. 249.

NETTO, José Paulo. **Portugal: do fascismo a revolução**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 78 p.

NOLTE, Ernest. **El fascismo en Su Época**. Ediciones Península, Madrid, 1963.

**O Aço Verde**, n.16, out. 1935. Arquivo Histórico Público Municipal de Rio Claro.

**O Integralista** – Òrgão da Ação Integralista Brasileira (Província do Paraná). Curitiba, PR, n.1, ano I, ago. 1934. Arquivo Histórico Público Municipal de Rio Claro.

PASCHKES, Maria L. de A. A ditadura salazarista, Brasiliense, São Paulo, (Coleção Tudo é História), 90 p.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

PÉCAULT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo y dictadura: la tercera internacional frente al fascismo**. México: Siglo Ventuno Editores as, 1971. 427p. (Sociologia y política).

PROTOCOLOS E RITUAIS DA AIB, Capítulo XVII (Da imprensa Integralista), Artigos 222 e 223. In: **Enciclopédia do Integralismo**, vol. XI, p. 136, Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1959.

REALE, Miguel. O destino das Machinas. **Acção**, São Paulo, n.1, 07 de outubro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. Liberdade de imprensa. **Acção**, n.34, 16 de novembro de 1936, p. 1.

\_\_\_\_\_. O jornalismo creador. **Acção**, n.66, 23 de dezembro de 1936, p. 1.

\_\_\_\_\_. A revolução de 30. **Acção**, n.149, 6 de Abril de 1937, p.4.

\_\_\_\_\_. Ainda fascismo e Integralismo. **Acção**, n.79, 9 de janeiro de 1937, p.1.

\_\_\_\_\_. O Estado e a Economia. **Acção**, n.118, 27 de fevereiro de 1937, p. 4.

\_\_\_\_\_. O problema industrial brasileiro. **Acção**, n.99, 20 de abril de 1937, p.4.

\_\_\_\_\_. A situação afflictiva dos fazendeiros. **Acção**, n.164, 24 de abril de 1937, p. 8.

\_\_\_\_\_. 28 de Outubro. **Acção**, n. 321, 28 de outubro de 1937, p.4.

\_\_\_\_\_. O Integralismo e a América. **Acção**, n. 307, 12 de outubro de 1937, p.4.

RODRIGUES, Lêoncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In **Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 6ª ed., 1996. p. 532.

ROMANO, Roberto. **Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

SALGADO, Plínio. **A doutrina do sigma**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

\_\_\_\_\_. **A quarta humanidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

\_\_\_\_\_. **Despertemos a nação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

\_\_\_\_\_. Estatutos do I Congresso da AIB. In: **Obras Completas**. São Paulo: Américas, 1955.

\_\_\_\_\_. Estatutos do II Congresso da AIB. In: **Obras Completas**. São Paulo: Américas, 1955.

\_\_\_\_\_. Manifesto da Ação Integralista Brasileira, 1932. In: **Obras Completas**. São Paulo: Américas, 1955.

\_\_\_\_\_. O integralismo perante a nação. In: **Obras Completas**. São Paulo: Américas, 1955.

\_\_\_\_\_. **O que é integralismo**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

\_\_\_\_\_. **Psicologia da revolução**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

\_\_\_\_\_. **O homem integral e o Estado integral**. 2.ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1987.

\_\_\_\_\_. SALGADO, P. O Integralismo na Vida Brasileira. In: **Enciclopédia do Integralismo**. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1959. v. 1, p.145.

\_\_\_\_\_. O Estado Integral. In: **Manifesto da Ação Integralista Brasileira**, 7 de outubro de 1932. p. 11-12.

\_\_\_\_\_. **Manifesto da Ação Integralista Brasileira**, 7 de outubro de 1932. p. 3-4.

\_\_\_\_\_. Estado de guerra e liberdade eleitoral. **Acção**, n.169, 30 de abril de 1937, p.3.

\_\_\_\_\_. Certeza de direção. **Acção**, n.178,12 de maio de 1937, p.4.

\_\_\_\_\_. A despedida. **Acção**, n.300, 3 de outubro de 1937, p.4.

\_\_\_\_\_. Distinção. **Acção**, n. 70, 29 de dezembro de 1936, p.4.

\_\_\_\_\_. Aos leitores de “Acção”. **Acção**, n. 469, 29 de abril de 1938, p. 2.

SANTOS, Ademir da Costa. **O integralismo em Sergipe**: os intelectuais e a ação da igreja católica (1933-1938). 1996. 77f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1996.

SANTOS, Theotonio dos. Socialismo y Fascismo en America Latina hoy. **Revista Mexicana de Sociología**, n.1, jan./mar., 1977, p. 181-182.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. **Estudos CEBRAP**, nº 3, São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências Ltda, 1973.

SASSON, A. S.. Antonio Gramsci. In: BOTTMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.166.

SEITENFUS, Ricardo Antonio da Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942**: o processo de envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial. São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília): INL, Fundação Nacional pró Memória, 1985.

SILVA, H. **1937**: todos os golpes se parecem: o ciclo Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. ( Documentos da História Contemporânea; 11 )

SILVA, Giselda B. **A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco (AIB-PE): 1932-1938**. Recife, UFPE, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p. 249-250.

\_\_\_\_\_. Os fascismos. In: FILHO, Daniel A. Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.). **O século XX, tempo de crises**: revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000b, p.109-163.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. Fascismo no Japão. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.).

**Dicionário crítico do pensamento da direita.** Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 191.

SODRÉ, N. W \_\_\_\_\_. **História da imprensa no Brasil.** - 4. ed. [atualizada]. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. IX – X.

SOMBRA, L. H.; GUERRA, L. F. H. (Orgs.). **Imagens de sigma.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SORÁ, Gustavo. Livraria Schmidt: Literatura e Política. Gênese de uma posição elementar na cultura brasileira. **Revista Novos Estudos.** São Paulo: CEBRAP. n. 61, p.140-141 Novembro, 2001.

STANLEY, H. **O Brasil e a crise internacional:1930-1945** (cinco estudos). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 203 p. (Retratos do Brasil: 99).

TERROUF. Albert P. **História da Imprensa.** Martins Fontes.

TORRES, Alberto. A organização Nacional. In: \_\_\_\_\_. **O problema nacional brasileiro:** introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938.

TRINDADE, H. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: DIFEL, 1974.

\_\_\_\_\_. Fascismo e neofascismo na América Latina. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Org.). **Neonazismo, negacionismo e extremismo político.** Porto alegre: Editora da Universidade (UFRGS): CORAG, 2000. p 51.

VASCONSELOS, Gilberto. **Ideologia Curupira:** análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Oliveira Vianna & o Estado Corporativo:** um estudo sobre corporativismo e autoritarismo. São Paulo: Grijalbo, 1976. 89 p.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Imperialismo. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p. 249-250.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZEMELMAN, Hugo. Acerca del Fascismo en America Latina. **Nueva Política**, n.1, México 1976, p. 197-202.

**Arquivos com documentos citados no trabalho:**

Arquivo Histórico Público Municipal de Rio Claro, SP.

Arquivo do Estado de São Paulo.

Arquivo AIB/PRP – Porto Alegre, RS.

## **BIBLIOGRAFIA**

---

ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, 1998, vol.18, no.36, p.103-114.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: projeto político pedagógico e a construção do saber. **Rev. bras. Hist.**, 1998, vol.18, no.36, p.137-160.

ALMEIDA, M. H. T. de. **Estado e classes trabalhadoras do Brasil: 1930/45**. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

ARAUJO, Maria C. **Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). **As instituições brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV/UERJ, 1999.

ARENDT, H. **Sobre a Revolução**. Lisboa: Moraes, 1971.

BERTONHA, João Fabio. **Sob o signo do fascismo: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil (1922/1943)**. 424f. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas.. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

\_\_\_\_\_. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, 446p. (História; 40).

\_\_\_\_\_. Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943. Ponta Grossa: **Revista de História Regional** (Departamento de História – EEPG). Vol. 5, n.2, 2000, 112p.

\_\_\_\_\_. Integralismo: um movimento fascista? Uma Perspectiva simbólica. Campinas: **Boletim do centro de memória – UNICAMP**, v.5, n. 9 1993, p.25-32.

\_\_\_\_\_. A máquina simbólica do integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30. Uberlândia: **História & Perspectiva**, n. 7, 1992, p. 87-110.

CAMPOS, Marcelo Rocha. 135f. **Integralismo e catolicismo**: proximidades doutrinárias e divergências políticas. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2003.

CYTRYNOWICZ, Roney. Imagens, políticas e leituras do Arquivo Capanema. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Ago 2001, vol.8, no.2, p.472-475.

\_\_\_\_\_. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Rev. Bras. Hist.*, 2002, vol.22, no.44, p.393-423.

CAMARGO, Aspásia. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: rio fundo, 1989.

CORSI, F. L. **Estado Novo**: política externa e projeto nacional. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000. 304p. (Prismas/PROPP).

CUEVA, Agustín. La fascistizacion de América Latina. **Nueva política**, n.1, jan./mar., 1976, p.156-159.

\_\_\_\_\_. La question del fascismo. **Revista Mexicana de Sociologia**, n.2, abr./jun., 1977, p. 470-477.

DOTTA, Renato. **O integralismo e os trabalhadores**: a relação entre a AIB, o sindicato e os trabalhadores através do jornal “Acção” (1936-1938). 119 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências Letras e Ciências Humanas, 2003.

DULBIS, John W. F. **Getúlio Vargas**. Biografia política. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado. **Rev. bras. Hist.**, Set 1999, vol.19, no.37, p.217-244.

ERBOLATO, Mario L. A censura e a imprensa no Estado Novo. **Comunicarte**, v. 2, nº 4, Puccamp, 1984.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Globo, 1976.

FAUSTO, B. **História do Brasil**, 2.ed, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1970. 118p.

FERNANDES, Florestan. Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo.” São Paulo: Hucitec, 1979, 107 p. (Pensamento Socialista).

FONSECA, Pedro C. D. **Vargas**: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, XX. 1422p.

FLORES, Elio Chaves. Representações cômicas da República no contexto do Getulismo. **Rev. bras. Hist.**, 2001, vol.21, no.40, p.133-156.

GAMBINI, R. **O duplo jogo de Vargas**: influências americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

GERALDO, Endrica. **Entre a raça e a nação**: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930. 143f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas.. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

GOMES, A . C. et al. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. ( Org.). **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e trabalho no Estado Novo.** In: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GUGLIELMO, Antonio Roberto. **O Holocausto enquanto Notícia. O jornal Estado de São Paulo e a questão judaica (1933-1945).** Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas)- Departamento de Letras Orientais, Universidade de São Paulo, 1999.

HERNANDEZ, L.M.G. **A Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 77p. (Revisão; 16).

HOLANDA, S. B. **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1981.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil.** Brasília:Ed. UnB, 1963. 228 p. (Biblioteca básica brasileira; 10).

JORGE, S.M.F. **Filinto Muller: memória e mito (1933-1942).** São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LAFER, C. **Hannah Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra 1979.

NOVAIS, F. (Org.). **História da vida privada no Brasil.** República: da Belle Epoque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

MANOILESCO, Mihail. **O século do corporativismo: doutrina do corporativismo integral e puro.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MARTINS, Ana Luíza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República.** São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2002.

MATA, Carlos. (Org.). **Brasil em perspectiva.** São Paulo: Difel, 1977.

MICELLI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1979.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, 2001, vol.21, no.40, p.107-129.

PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PINHEIRO, P.S. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil. 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PENNA, L. A. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 383p.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 364p.

\_\_\_\_\_. **A revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966. 332 p.

\_\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1966. 245 p.

RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

REALE, M. **Obras políticas** (1ª fase – 1931/1937). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. 251p. (Cadernos da UnB).

RODRIGUES, Edgard, **Socialismo e Sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p.64.

SANTANA, Marco Aurélio. A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, n°. 43, vol.15, junho 2000, p.186-190.

SCHWARTZMAN, S. **Estado Novo: um auto-retrato**. (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Ed. UnB, 1983. 620p. (Temas Brasileiros; 24).

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (Org.). **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Epoque à Era do Rádio.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi. **Velhos integralistas: a memória de militantes do sigma.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 235p. (História;36).

SILVA, H. **1938 : terrorismo em campo verde: o ciclo Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 421p. (Documentos da história contemporânea; 11).

\_\_\_\_\_. **1935 : a revolta vermelha.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969. 476p. (Documentos da História Contemporânea; 11-G).

SILVA, J.L.W. (Org.). **O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SODRÉ, N.W. **Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 203p. (Nossa Terra).

\_\_\_\_\_. **O tenentismo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 72p. (Revisão; 16).

\_\_\_\_\_. **História militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 439 p. (Retratos do Brasil; 40).

STEPAN, A. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira.** Rio de Janeiro: Artenova, 1971. 222p.

TRONCA, I. **Revolução de 30: a dominação oculta.** São Paulo: Brasiliense, 1986. 101p.

VARGAS, G. **As diretrizes da nova política do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, 349p.

VIANNA, L.W. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

**ANEXO I**



## IMPrensa INTEGRALISTA

### Relação dos jornais integralistas com as suas localidades<sup>1</sup>.

#### Rio Grande do Sul

“O Integral”	Boa Vista do Erechim
“Revolução”	Porto Alegre
“O Bandeirante”	Caxias
“Rumo ao Sigma”	Rio Grande

#### Santa Catarina

“O Agricultor”	
“O Pharol”	Itajaí
“Flamma Verde”	Florianópolis
“O Jaraguá”	Jaraguá do Sul
“Vanguarda”	São Francisco do Sul
“Anauê”	Joinville
“Cidade de Blumenau”	Blumenau
“O Progresso”	Brusque
“A Folha Nova”	Joinville

#### Paraná

“A Razão”	Curitiba
“Brasilidade”	Guarapuava
“Brasil Novo”	Ponta Grossa
“Folha do Oeste”	Guarapuava
“A voz do Sigma”	Curitiba

#### São Paulo

“Acção”	São Paulo
“A Gazeta de Jaboticabal”	Jaboticabal
“Panorama”	São Paulo

<sup>1</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999. 221-225p.

“O Guayra”	Guayra A. Mogiana
“A Região C”	Cafelândia
“O Despertar”	Marília
“O Nacionalista”	Araraquara
“Voz do Oeste”	Ribeirão Preto
“O Santelmo”	Guaratinguetá
“Anauê”	Mogi Mirim
“Folha Integralista”	Taquatiringa
“A Razão”	Espírito Santo do Pinhal
“Folha do Povo”	Jacareí
“Tribuna de Mocóca”	Mococa
“A Lucta”	São Carlos
“A Jornada”	Sorocaba
“A Folha de Jundiahy”	Jundiaí

### **Rio de Janeiro**

“Bandeira Integralista”	Barra do Pirahy
“A Sapucaia”	Sapucaia
“Anauê”	Rezende
“Alvorada”	Nova Friburgo
“O Sigma”	Valença
“A Marcha”	Petrópolis
“A Ordem”	Niterói
“Gazeta da Nova Iguaçu”	Nova Iguaçu
“O Theresópolis”	Teresópolis
“O Aço Verde”	Estrela
“A Flâmula” (Revista)	Valença
“O Acadêmico Integralista”	Niterói

### **Guanabara**

“O Estado Forte”	Rua são José, 391
“Monitor Integralista” (Oficial)	Av. rio Branco 117
“Offensiva”	Rua da Quitanda, 51
“Anauê” (Revista)	Rua do Carmo 29

“Doutrina” Rua Sachet, 28

### **Minas Gerais**

“Alvorada” Belo Horizonte  
 “Camisas Verdes” Ouro Fino  
 “Pliniano” Pedra Branca  
 “O Sigma” Juiz de Fora  
 “O Juvenil” Juiz de Fora  
 “A Marcha” (Revista) Belo Horizonte  
 “A Reforma” Juiz de Fora  
 “Satélite” Teófilo Otoni  
 “A Phalange” Poços de Caldas  
 “O Montanhez” Três Pontas  
 “Fogo Verde” Raul Soares  
 “O Integralismo” Saúde  
 “Brasil Novo” Guaxupé  
 “Rumo ao Sigma” Ponte Nova  
 “Currupira” Três Corações  
 “Quarta Humanidade” Itajubá  
 “Brasil Novo” São João del Rei  
 “Estado Novo” Porto Novo  
 “Aço Verde” Santa Rita do Sapucaí  
 “Cidade de Ituitaba” Ituiutaba  
 “Gazeta de Uberaba” Uberaba  
 “O Sertão” Ituiutaba  
 “O Sigma” Itambacury  
 “O Integralista” Carangola  
 “Labaro Azul” Areado  
 “A idéia Nova” São Lourenço

### **Espírito Santo**

“Idade Nova” Vitória

### **Bahia**

“A Voz do Sigma”	Jequié
“O Sigma”	Itabuna
“O Jornal”	Jequié
“O Popular”	São Salvador
“O Operário”	São Slavador
“A Faula”	Maragojipe
“O Imparcial”	São Salvador
“A Voz do Estudante”	São Salvador
“O Serrinhense”	Serrinha
“O Sertão”	Lençóis
“A Mocidade”	Santo Amaro

### **Sergipe**

“A Lucta”	Annápolis
“A Cruzada”	Aracaju
“O Nacionalista”	Aracaju

### **Alagoas**

“A Província”	Maceió
“Bandeirante”	São José da Lagoa

### **Goiás**

“Província de Goyaz”	Goiás
----------------------	-------

### **Pernambuco**

“Diário do Nordeste”	Recife
“A Razão”	Garanhuns
“O Tacape”	Tiúma
“O Braço Verde”	Caruaru
“A Acção”	Recife

### **Ceará**

“A Idéia”	Aracati
“A Razão”	Fortaleza
“A Reação”	Crato

**Maranhão**

“O Integralista”

Balsas

“Acção”

São Luiz

**Pará**

“Avante”

Belém

“O Sigma”

Santarém

**Amazonas**

“Anauê”

Manaus

“Renovação”

Manaus

“Província do Amazonas”

Manaus

**Rio Grande do Norte**

“A Ordem”

Natal

“O Rebate”

Natal

**Paraíba**

“O Rebate”

Campina Grande